

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**PREVIDÊNCIA RURAL E SUAS INTERAÇÕES COM A REALIDADE LOCAL:  
IMPACTOS TERRITORIAIS EM SÃO JOSÉ DO NORTE – RS**

**JEFFERSON RODRIGUES DOS SANTOS**

**ORIENTADOR: PROF. DR. LUIZ FERNANDO MAZZINI FONTOURA**

**PORTO ALEGRE, MAIO DE 2006.**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**PREVIDÊNCIA RURAL E SUAS INTERAÇÕES COM A REALIDADE LOCAL:  
IMPACTOS TERRITORIAIS EM SÃO JOSÉ DO NORTE – RS**

**JEFFERSON RODRIGUES DOS SANTOS**

**Orientador: Prof. Dr. Luiz Fernando Mazzini Fontoura**

**Banca Examinadora: Prof. Dr. Carlos Guilherme Adalberto Mielitz Netto  
Prof. Dr. João Carlos Tedesco  
Prof. Dr. Paulo Roberto Rodrigues Soares**

**Dissertação de Mestrado apresentada ao  
Programa de Pós-graduação em Geografia  
como requisito para obtenção do Título de  
Mestre em Geografia.**

**Porto Alegre, Maio de 2006.**

Santos, Jefferson Rodrigues dos

Previdência rural e suas interações com a realidade local: impactos territoriais em São José do Norte – RS. / Jefferson Rodrigues dos Santos - Porto Alegre : UFRGS, 2006.

[331 f.] il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Geociências. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, RS - BR, 2006.

1. Geografia. 2. Previdência Rural. 3. São José do Norte. 4. Território. I. Título.

---

Catálogo na Publicação  
Biblioteca Geociências - UFRGS  
Renata Cristina Grun CRB10/1113

Para Alanna, por seu amor e amizade.

## AGRADECIMENTOS

Mais uma etapa da caminhada que se encerra. Companheiros não faltaram na jornada de desenvolver esta dissertação. Na busca tanto do aprendizado da prática de pesquisa quanto da obtenção de resultados que pudessem ter alguma relevância à sociedade, contamos com apoio, tanto material quanto imaterial, de pessoas e instituições sem as quais os resultados não seriam os mesmos. Segue aqui um singelo agradecimento.

Em primeiro lugar à família, sempre presente, mesmo quando a distância geográfica se impunha. À meu pai, Ernesto, pelo apoio e à minha mãe, Cléia, pela confiança e os preciosos cafezinhos nas horas frente ao computador. Aos irmãos pelo companheirismo.

À Alanna, minha noiva, pelo amor e dedicação e à família que ganhei *de lambuja* pela convivência que só me tem feito crescer como ser humano e conhecer gente especial, como o Denílson, amigo cujo fornecimento do veículo foi fundamental em algumas etapas do trabalho de campo.

Um agradecimento muito especial ao meu orientador, Prof. Luiz Fernando M. Fontoura. Sua maneira muito própria de conduzir a orientação, levantando sempre novos questionamentos, desestruturando pré-noções e sua sagacidade para enxergar aquilo que o orientado não viu, mas com a liberdade e individualidade do aluno preservadas.

Não poderia deixar de agradecer aos professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRGS com os quais convivi durante a realização deste mestrado. Cada um deles ofereceu uma contribuição muito significativa, tanto ao meu aprendizado, quanto aos resultados

da pesquisa que segue nas próximas páginas. Aos colegas deste programa pelo debate enriquecedor.

Agradeço aos amigos Ives e Décio Araújo. Ao Ives pelo constante diálogo sobre o *fazer* ciência e seu contagiante entusiasmo pela pesquisa. Ao Décio por me privilegiar com sua experiência no contato com a complexa realidade do espaço rural, e sua sensibilidade na observação dos sutis matizes que se ignorados não nos permitem ver a totalidade da tela viva que é este espaço, naquilo que ela tem de belo e feio simultaneamente.

Preciso agradecer de maneira muito especial aos amigos que fiz durante o trabalho de campo no meio rural de São José do Norte, nas diversas localidades nas quais estive. Ao Marzinho (Várzea), Tadinho (Capão da Areia), Chicão (Capão do Meio) Sr. Amilton (São Caetano), Sr. Adi (Estreito) a Dona Soeldi e Seu Nilton (Oriente). Pessoas que por sua preocupação com o futuro de suas comunidades dispuseram de seu tempo e esforços para me acompanhar nas entrevistas, companhia sem a qual o trabalho jamais teria o mesmo resultado. Agradeço também ao Sr. Custódio (Seu Carocha) e ao Sr. Adécio e ao Sr. Orlando pela companhia nas entrevistas realizadas na área urbana. Sem o auxílio deles, tal etapa do trabalho tornaria-se bastante comprometida.

Foram fundamentais à pesquisa as informações prestadas pela EMATER de São José do Norte, na qual agradeço à funcionária Márcia pelo pronto e simpático atendimento sempre que dela precisei. A agência do IBGE de Rio Grande, através da funcionária Maria do Carmo e à Agência do INSS do Rio Grande, através da funcionária Carla.

A realização desta pesquisa e do próprio mestrado não teria sido possível sem o financiamento da CAPES. Que muitos tenham esta oportunidade.

Finalmente, obrigado a todos, agricultoras e agricultores de São José do Norte, pela cordialidade com que me receberam e compartilharam de suas vidas. Que continuem semeando humanidade!

Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades,  
muda-se o ser, muda-se a confiança;  
todo mundo é composto de mudança,  
tomando sempre novas qualidades.

Continuamente vemos novidades,  
diferentes em tudo da esperança;  
do mal ficam as mágoas na lembrança,  
e do bem (se algum houve), as saudades.

O tempo cobre o chão de verde manto,  
que já coberto foi de neve fria,  
e, enfim, converte em choro o doce canto.

E afora este mudar-se cada dia,  
outra mudança faz de mor espanto,  
que não se muda já como soía.

(Luiz de Camões, Sonetos)



## RESUMO

O presente trabalho teve por objetivo avaliar as repercussões provenientes da renda previdenciária rural no contexto do espaço rural de São José do Norte. Foram investigados os efeitos econômicos e sociais sobre os idosos, suas famílias e a relação destes com a economia do município. Os efeitos espaciais das aposentadorias também foram analisados, com ênfase em sua capacidade de mobilizar a população rural em direção ao espaço urbano. Na busca de respostas às questões estabelecidas, foi adotado um método que possibilitasse a reconstituição dos fatores que interagem com a renda previdenciária. Foram abordados os determinantes tanto históricos quanto atuais, sociais, espaciais, políticos e econômicos, com o propósito de reconstituir, buscando a totalidade, a realidade local na qual incide a previdência. Considerando este quadro pré-existente, concluiu-se que, além dos impactos de caráter geral a saber, melhoria das condições de vida e moradia, redefinição do papel do idoso, dinamização da economia municipal, a previdência rural, ao interagir com fatores locais desenvolveu resultados não-esperados em que se destaca a melhoria das condições sanitárias da população rural. Do ponto de vista espacial, concluímos que ocorreram dois períodos diferenciados de impactos. No primeiro, antes da instalação das infra-estruturas, parte dos beneficiários migrou para a cidade em busca de melhores condições de conforto e proximidade dos serviços de saúde. No segundo período, em função da existência destas, a população tende a permanecer no campo, considerando a melhoria das condições de conforto através da eletrificação rural e melhor acesso à área urbana proporcionado pela rodovia pavimentada.

## **ABSTRACT**

The present work analyzes the effects of the rural social security income in the context of the rural space of São José do Norte. The economical and social impacts in the elderly's, your families and the relationship of these with the municipal district economy were investigated. The space effect of the social security income were also analyzed, with emphasis in your capacity to mobilizes the rural population in direction to the urban area. Was adopted a method to make possible the rebuilding of the factors that interact with the social security income. The determinant historical, current, social, space, political and economical were approached, with the objective of reconstituting the local reality where happens the income. Starting from this pré-existent reality, the research ends that besides the impacts of general character as improvement of the life conditions and home, redefinição of the elderly's paper, dinamization of the municipal economy, the income, when interacting with local factors developed no-expected results like the improvement of the sanitary conditions of the rural population. Of the space point of view, we concluded that happened two differentiated periods of impacts. In the first, before the installation of the infrastructures, part of the beneficiaries it migrated for the city in search of better comfort conditions and proximity of the services of health. In the second period, in function of the existence of these infrastructures, the population tends to stay in rural space, considering the improvement of the comfort conditions through the rural electrification and better access to the urban area provided by the paved highway.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Dimensões de análise e seus respectivos indicadores.....	42
Tabela 2: Percentual, por região, da renda proveniente de transferências governamentais da União. Brasil. ....	111
Tabela 3: Estrutura etária dos beneficiários da previdência rural, por sexo – Regiões Nordeste e Sul (em %). ....	112
Tabela 4: Percentual de pessoas com 65 anos ou mais de idade morando sozinhas, por região. Brasil.....	115
Tabela 5: Resumo das principais características e tendências dos modelos de cobertura previdenciária rural.....	120
Tabela 6: Relação dos domicílios com a atividade econômica na Região Sul.....	130
Tabela 7: Estrutura de rendimentos de domicílios pesquisados, segundo a contribuição de cada fonte à renda total, por faixa de salário mínimo, na Região Sul.....	132
Tabela 8: Despesas mensais por domicílio e contribuição média de cada item de despesa na despesa total na região sul.....	133
Tabela 9: Caracterização Geral das Moradias da Região Sul (Em % de domicílios).....	134
Tabela 10: Fluxos migratórios, segundo origem e destino na Região Sul (Em % de domicílios).....	138
Tabela 11: Fluxos migratórios, segundo o tamanho populacional dos municípios de origem e destino na Região Sul (Em % de domicílios e Mil habitantes).....	139
Tabela 12: Relação dos domicílios com a atividade econômica na Região Nordeste.....	141
Tabela 13: Estrutura de rendimentos de domicílios pesquisados, segundo a contribuição de cada fonte à renda total, por faixa de salário mínimo, na Região Nordeste.....	142
Tabela 14: Contribuição média de cada item de despesa na despesa total na região Nordeste....	143
Tabela 15: tamanho médio das famílias nos domicílios da Previdência Social Rural. Nordeste.	144
Tabela 16: Caracterização Geral das Moradias da Região Nordeste (Em % de domicílios).....	146
Tabela 17: Situação de Domicílio dos Beneficiários da Previdência Rural no Nordeste.....	148
Tabela 18: Fluxos migratórios, segundo origem e destino na Região Nordeste (Em % de domicílios).....	149
Tabela 19: Fluxos migratórios, segundo o tamanho populacional dos municípios de origem e destino na Região Sul (Em % de domicílios e Mil habitantes).....	150
Tabela 20: Nível tecnológico na produção de cebola.....	177
Tabela 21: Calendário de colheita e comercialização de cebola no Brasil.....	185
Tabela 22: EMATER: organizações com as quais mantêm convênio.....	202
Tabela 23: Sec. Municipal da Agricultura: organizações com as quais mantêm convênio.....	202
Tabela 24: Projetos em Andamento.....	203
Tabela 25: Formas associativas existentes no município de São José do Norte – 2000.....	204
Tabela 26: Elementos da assimetria nas relações de entre camponeses e intermediários.....	207

Tabela 27: Área das propriedades – São José do Norte – 2005.....	225
Tabela 28: Número de pessoas por domicílio – São José do Norte – 2005.....	226
Tabela 29: Média de moradores por domicílio por situação em São José do Norte – RS.....	227
Tabela 30: Faixas etárias presentes nas unidades domiciliares – São José do Norte – 2005.....	228
Tabela 31: Idade do responsável por unidade de produção não-aposentado – São José do Norte – 2005.....	228
Tabela 32: Matriz de gastos das unidades de produção com responsável aposentado São José do Norte – 2005.....	230
Tabela 33: Matriz de gastos das unidades de produção com responsável não-aposentado– São José do Norte – 2005.....	231
Tabela 34: Matriz de gastos dos domicílios urbanos com beneficiários.....	232
Tabela 35: Acesso a bens duráveis – São José do Norte – 2005.....	233
Tabela 36: Acesso à bens duráveis entre os não-aposentados – São José do Norte – 2005.....	234
Tabela 37: Compras parceladas ou no “fiado” – São José do Norte – 2005.....	235
Tabela 38: Periodicidade nos deslocamentos para a cidade – São José do Norte – 2005.....	236
Tabela 39: Meio de transporte utilizado no deslocamento para a cidade – São José do Norte – 2005.....	237
Tabela 40: Acesso à atendimento médico privado – São José do Norte – 2005.....	238
Tabela 41: Acesso ao serviço bancário – São José do Norte – 2005.....	238
Tabela 42: Permanência como responsável pela gestão da unidade de produção - São José do Norte – 2005.....	241
Tabela 43: renda previdenciária e produção entre aposentados com situação rural – São José do Norte – 2005.....	242
Tabela 44: renda previdenciária, outras fontes de renda e produção entre aposentados com situação urbana – São José do Norte – 2005.....	243
Tabela 45: Renda previdenciária frente à outras fontes de renda – São José do Norte – 2005....	246
Tabela 46: Composição da renda não-previdenciária – São José do Norte – 2005.....	248
Tabela 47: Composição da renda entre os não-aposentados – São José do Norte – 2005.....	250
Tabela 48: Qualidade de vida desde a aposentadoria – São José do Norte – 2005.....	251
Tabela 49: Qualidade de vida segundo os entrevistados não-aposentados – São José do Norte – RS.....	253
Tabela 50: Mudanças quanto a moradia desde a obtenção do benefício – aposentados com situação rural - São José do Norte – 2005.....	255
Tabela 51: Relação entre tipo de alteração nas moradias, tempo de ocorrência e material utilizado - agricultores não-aposentados - São José do Norte – 2005.....	257
Tabela 52: Relação entre tipo de alteração nas moradias, tempo de ocorrência e material utilizado e relação com a aposentadoria - aposentados situação urbana - São José do Norte – 2005.....	258
Tabela 53: Acesso à energia elétrica e instalações sanitárias – São José do Norte – 2005.....	259
Tabela 54: Percentual de pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica e TV – Microrregião Litoral Lagunar.....	261
Tabela 55: Acesso aos equipamentos públicos e saneamento entre os aposentados com situação urbana – São José do Norte – 2005.....	261
Tabela 56: Arranjos familiares nas unidades domiciliares de aposentados – São José do Norte – 2005.....	263
Tabela 57: Arranjos familiares observados nas unidades de produção de agricultores não-aposentados.....	263

Tabela 58: Percentual de pessoas com 65 anos ou mais de idade morando sozinhas – Microrregião Litoral Lagunar.....	264
Tabela 59: Relações de ajuda intra e interfamiliares – São José do Norte – 2005.....	265
Tabela 60: Auxílio para obtenção do benefício – São José do Norte – 2005.....	267
Tabela 61: Tempo de aposentadoria – São José do Norte – 2005.....	268
Tabela 62: Aposentadoria e migrações entre os aposentados com situação urbana – São José do Norte – 2005.....	269
Tabela 63: Destino das unidades de produção dos aposentados que migraram para cidade – São José do Norte – 2005.....	271
Tabela 64: Experiência urbana e perspectivas de migração entre os aposentados com situação rural – São José do Norte – 2005.....	280

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Quantidade de benefícios concedidos (Ap. Idade) Brasil - (1980 - 2003).....	109
Gráfico 2: Distribuição percentual das pessoas de 60 anos ou mais de idade, por classes de contribuição no rendimento mensal familiar, segundo as classes de tamanho da população dos municípios - Brasil – 2000.....	114
Gráfico 3: Evolução do preço da cebola na década de 1960.....	173
Gráfico 4: Quantidade produzida (ton) dos principais estados produtores de cebola do Brasil (1990 - 2003).....	186
Gráfico 5: Área plantada (ha) de cebola - São José do Norte (1975 - 2003).....	186
Gráfico 6: População Urbana, Rural e Total do município de São José do Norte (1970 - 2002).....	188
Gráfico 7: Variação das taxas de urbanização nos municípios da Zona Sul - RS (1970/2000).....	188
Gráfico 8: Pirâmide etária da população de São José do Norte. 1970.....	218
Gráfico 9: Pirâmide etária da população de São José do Norte. 1980.....	219
Gráfico 10: Pirâmide etária da população de São José do Norte. 1991.....	219
Gráfico 11: Pirâmide etária da população de São José do Norte. 2000.....	220
Gráfico 12: Percentual de pessoas responsáveis por domicílios - São José do Norte – 2000.....	221
Gráfico 13: Proporção de pessoas de 60 anos ou mais de idade, aposentados ou pensionistas, por sexo - São José do Norte – 2000.....	222
Gráfico 14: Média anual de benefícios em manutenção - Total - São José do Norte (1996 - 2005).....	222
Gráfico 15: Quantidade de benefícios concedidos - Meio rural - São José do Norte (2000 - 2005).....	223
Gráfico 16: Distribuição percentual das pessoas de 60 anos ou mais de idade, por classes de contribuição no rendimento mensal familiar - São José do Norte – 2000.....	224
Gráfico 17: Comparativo entre Fundo de Participação dos Municípios e Benefícios Previdenciários (2000 - 2004).....	240
Gráfico 18: População de 60 anos ou mais residente por bairro em São José do Norte - RS (2000).....	278

## LISTA DE FOTOS

Foto 1: Aposentado trabalhando como diarista na colheita da cebola em São José do Norte.....	47
Foto 2: O armazenamento através das <i>résteas</i> .....	171
Foto 3: Transporte de casas da área rural para a cidade.....	189
Foto 4: Condições do Trecho da BR 101 ainda não pavimentado.....	197
Foto 5: A Balsa. Via de escoamento da produção local.....	198
Foto 6: Mutirão na comunidade do Capão do Meio para construção de galpão coletivo.....	206
Foto 7: Fotografia aérea (obliqua) de São José do Norte (cidade do Rio Grande ao fundo).....	279
Foto 8: Fotografia aérea (vertical) de São José do Norte.....	279

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Formas componentes do território.....	37
Figura 2: Estrutura da metodologia “Análise de Impactos Territoriais”.....	41
Figura 3: Mapa das áreas de estudo no espaço rural de São José do Norte.....	44
Figura 4: Modelo de expansão da cobertura previdenciária na América Latina segundo Mesa-Lago (1978).....	94
Figura 5: Localização de São José do Norte no estado do Rio Grande do Sul.....	156
Figura 6: Participação dos principais estados produtores de cebola no Brasil (1969/78).....	181
Figura 7: Participação dos principais estados produtores de cebola no Brasil (1987/91).....	181
Figura 8: Planta da área urbana de São José do Norte.....	277

## LISTA DE BOXES

Box 1: Categoria “Ligação com a cebolicultura”.....	190
Box 2: Categoria “O mercado como território dos atravessadores”.....	207
Box 3: Categoria “Crise da cebolicultura”.....	243
Box 4: Categoria “Aposentadoria e Trabalho”.....	252
Box 5: Categoria “Aposentadoria e segurança”.....	254
Box 6: Categoria “Saúde como determinante para a migração rural-urbano”.....	272
Box 7: Categoria “Desagregação da família”.....	273
Box 8: Categoria “Descolamento Vida/Trabalho”.....	274
Box 9: Categoria “Vínculos com o rural”.....	282
Box 10: Categoria “Novas condições de vida no espaço rural”.....	284

## LISTA DE SIGLAS

ANACE – Associação Nacional dos Produtores de Cebola  
ARENA – Aliança Renovadora Nacional  
BPC – Benefício de Prestação Continuada  
BR – Rodovia Federal  
CACEX – Carteira de Comércio Exterior  
CAI – Complexo Agroindustrial  
CAP – Caixa de Aposentadorias e Pensões  
CMDR – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural  
CEME – Central de Medicamentos  
CPT – Comissão Pastoral da Terra  
DASP – Departamento Administrativo do Serviço Público  
DATAPREV – Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social  
EMATER – Empresa De Assistência Técnica E Extensão Rural  
FPM – Fundo de Participação Municipal  
FUNABEM – Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor  
FUNRURAL – Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural  
IAP – Instituto de Aposentadorias e Pensões  
IAPAS – Instituto Nacional de Administração Financeira e Previdência Social  
IAPI – Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
I – D – O – *Inovação – Difusão – Obsolescência*  
INAMPS – Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social  
INPS – Instituto Nacional de Previdência Social  
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social  
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano  
LBA – Fundação Legião Brasileira de Assistência  
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social  
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul  
OIT – Organização Internacional do Trabalho  
PAEG – Plano de Ação Econômica do Governo  
PEA – População Economicamente Ativa  
PIB – Produto Interno Bruto  
PIN – Programa de Integração Nacional  
PLANACE – Plano Nacional de Produção e Abastecimento de Cebola  
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento  
PNUD - Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento  
PROGRASA – Produtos Gaúchos S/A  
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
PRORURAL – Programa de Assistência ao Trabalhador Rural  
RMV – Renda Mensal Vitalícia

SINPAS – Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social

SMAPEMA – Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Meio Ambiente de São José do Norte

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

SUPRA – Superintendência de Reforma Agrária

T – D – R – *Territorialização – Desterritorialização – Reterritorialização*



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	20
-----------------	----

### PARTE I

#### MÉTODO, TEORIA E A UNIVERSALIDADE DO DADO NOVO

<b>CAPÍTULO I – ARTICULAÇÃO DE CONCEITOS E PROCEDIMENTOS PARA UMA ANÁLISE DOS IMPACTOS TERRITORIAIS.....</b>	<b>24</b>
--	-----------

1.1. Território como Totalidade.....	26
1.1.1. A construção social do espaço de poder: o território.....	28
1.2. O Procedimento para a Análise dos Impactos Territoriais.....	39

<b>CAPÍTULO II – QUESTÕES SOBRE A ANÁLISE DO TRABALHO FAMILIAR NO CAMPO FRENTE À COMPLEXIDADE DO ESPAÇO AGRÁRIO CONTEMPORÂNEO.....</b>	<b>46</b>
--	-----------

2.1. O Trabalho Familiar no Campo: Complexo e Multifacetado.....	48
2.1.1. O problema do embate teórico agricultura familiar <i>versus</i> campesinato.....	49
2.2. Alguns Elementos da Economia e Sociedade Camponesas.....	59
2.2.1 Racionalidade econômica camponesa.....	61
a) A contribuição de Alexander V. Chayanov.....	62
b) O binômio “Certeza/Incerteza” na tomada das decisões.....	67
2.2.2. Família e Comunidade: nem tudo é economia na racionalidade camponesa.....	68
2.2.3. Autonomia camponesa.....	71
2.2.4. Da autonomia à heteronomia: especialização e crise.....	72
2.3. Espaço, Poder e a Sujeição do Campesinato.....	75
2.3.1. Um tema recorrente no debate sobre o campesinato.....	75
2.3.2. A leitura das relações campesinato – intermediários – sociedade global através do território: uma proposta.....	83

<b>CAPÍTULO III – PREVIDÊNCIA RURAL NO BRASIL: HISTÓRICO E IMPACTOS RESULTANTES.....</b>	<b>87</b>
3.1. A Evolução do Sistema Previdenciário Rural: Elementos para um Debate Sobre a Relação entre Estado, Campesinato e Território no Brasil.....	87
3.1.1. A previdência e o Estado paternalista (1930 – 1964).....	88
3.1.2. a seguridade social rural como política estratégica do Estado autoritário.....	96
3.1.3. A previdência rural no contexto de redemocratização e declínio do Estado desenvolvimentista.....	102
3.2. Impactos das Transformações do Sistema Previdenciário Pós-Constituição de 1988.....	108
3.2.1 Da condição de velho à condição de idoso: a transformação no papel dos aposentados nas famílias rurais brasileiras.....	111
a) Gênero e Previdência.....	117
3.2.2 O caráter deficitário do subsistema rural da previdência na experiência internacional e brasileira.....	118
a) Paradigmas da previdência rural e cenário internacional.....	119
3.2.3. Impactos da previdência rural: o caso das regiões Sul e Nordeste.....	127
3.2.3.1 Região Sul.....	128
a) Renda previdenciária e seus efeitos sobre a economia e condições de vida no espaço rural na região Sul.....	128
b) A Dimensão Espacial da Previdência Rural na Região Sul.....	136
b.i) Migrações.....	137
3.2.3.2. Região Nordeste.....	140
a) Renda previdenciária e seus efeitos sobre a economia e condições de vida no espaço rural na região Nordeste.....	140
b) A Dimensão Espacial da Previdência Rural na Região Nordeste.....	148
b.i) Migrações.....	149

## **PARTE II**

### **O QUADRO PRÉ-EXISTENTE, SUAS INTERAÇÕES COM O NOVO E OS IMPACTOS TERRITORIAIS DECORRENTES**

<b>CAPÍTULO IV – A SITUAÇÃO GEOGRÁFICA DE SÃO JOSÉ DO NORTE.....</b>	<b>153</b>
4.1. Localização e Meio Natural.....	156
4.2. O Processo de Colonização do Espaço: Ocupar para Manter.....	158
4.2.1. A presença açoriana: o saber-fazer camponês.....	163
4.2.2. A agricultura nos relatórios intencionais.....	165
4.2.3. O lingüista e as hortas.....	168
4.3. O Processo de Intensificação da Especialização nos Anos 1960.....	172
4.4. A Mudança No Sinal: O Acirramento Da Concorrência Inter-Regional.....	179
4.4.1. O Mercosul e o mercado de cebola no Brasil.....	182
a)As novas fronteiras de produção.....	183

4.5. O Problema Infra-Estrutural: São José Do Norte Fora dos Planos de Modernização do Estado.....	191
4.6. A Densidade Institucional/Organizacional.....	199
4.7. O Poder Local dos Atravessadores.....	206
4.8. Novas Infra-Estruturas e Atividades.....	210
4.8.1. A rodovia (quase) concluída.....	210
4.8.2. A eletrificação rural.....	212
4.8.3. A exploração do florestamento de pinus, a possível inserção do grupo vitorantin e a fumicultura integrada.....	212
4.9. A Situação Geográfica: um Esforço de Síntese.....	215
<b>CAPÍTULO V – IMPACTOS TERRITORIAIS DA PREVIDÊNCIA RURAL: O CASO DE SÃO JOSÉ DO NORTE – RS.....</b>	<b>217</b>
5.1. A Participação dos Idosos na Composição da População Nortense.....	217
5.2 Perfil Fundiário e Demográfico das Unidades de Produção.....	225
5.3 Dimensão Econômica.....	229
5.3.1 Indicadores verticais.....	229
a) Comércio.....	229
b) Transporte.....	235
c) Serviços.....	237
5.3.2 Indicadores horizontais.....	240
a) Permanência da unidade de produção na condição de produtiva.....	240
5.4. Impactos Sociais.....	245
a) Renda familiar e condições de vida.....	245
b) Moradia, conforto e saneamento básico.....	255
c) Relações de ajuda e a valorização do idoso.....	262
d) Por uma economia política da previdência rural.....	266
5.5 Impactos Espaciais.....	268
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>287</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>294</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>309</b>

## INTRODUÇÃO

O acesso universal e equitativo à seguridade social por parte dos agricultores familiares, ou os camponeses brasileiros, inscreve-se no conjunto de transformações oriundas da redemocratização e da Constituição de 1988, cujos efeitos sobre a previdência rural efetivaram-se a partir de 1992. Sua cobertura ocorre no âmbito da categoria *segurados especiais*, juntamente com pescadores, garimpeiros e outros trabalhadores do chamado *regime de economia familiar*.

Tomando como base a experiência urbana de previdência, os resultados esperados seriam a seguridade do indivíduo numa etapa de sua vida na qual necessita de um suporte, visto que se complicam, *grosso modo*, suas possibilidades laborais. A garantia de uma vida com um mínimo de dignidade.

O que se tem assistido, entretanto, são repercussões que extrapolam os resultados esperados, promovendo efeitos mais amplos. Diversos pesquisadores que se debruçam sobre o tema têm constatado, com surpresa, que a renda previdenciária, ao incidir sobre o espaço rural e nos pequenos municípios, age como suporte à economia das unidades de produção, convertendo-se até num *pseudo-seguro* agrícola. Tal renda auxilia não só a subsistência do beneficiário como circula pelos demais membros da família, reconfigurando o estatuto das relações idoso-família. A mesma renda chega à economia do município, impactando-a positivamente. Aquele município de economia sazonal passa a receber mensalmente uma entrada de renda, movimentando os setores secundário e terciário.

Do ponto de vista espacial, a previdência rural apresenta um alto poder de reorganização da população. Tal renda pode operar tanto como um mobilizador de população, que com a renda garantida passará a buscar melhores condições de conforto, proximidade da família e dos serviços

de saúde, como um fixador de população, que, em tendo acesso a estes fatores, deixará de enxergar a migração como única alternativa para a reprodução econômica.

Apesar de virtualmente desenvolver impactos universais, a renda previdenciária pode repercutir com diferenciações, de acordo com os fatores com os quais irá interagir em cada local onde incida. Este trabalho propõe analisar estas interações, objetivando entender os fatores objetivos e subjetivos subjacentes às tomadas de decisão dos beneficiários, cujos resultados tem sido observados nas pesquisas sobre previdência rural desenvolvidas no Brasil.

Partindo destas considerações, tomamos como estudo de caso a realidade do município de São José do Norte, situado no litoral sul do estado do Rio Grande do Sul. A realidade econômica local está baseada na pesca artesanal e numa agricultura camponesa que ao longo do tempo se especializou, não gratuitamente, na produção agrícola de cebola. No último quartel do século XX a agricultura camponesa do município entra num processo de decadência, ocasionando a inviabilização econômica de inúmeras unidades de produção e o resultante êxodo rural. Condições precárias de transporte e o poder local dos atravessadores atuam como fatores que complexificam ainda mais este quadro.

A partir desta realidade, levantamos um conjunto de questionamentos a respeito da recente entrada da renda previdenciária na realidade do município. Como esta renda atua na unidade de produção e como influencia as decisões dos agricultores? De que forma ela transita no interior da família, auxiliando mais membros? Extrapola a escala da unidade de produção, produzindo efeitos na área urbana do município?

Finalmente, nossa principal questão, visto que este se trata de um trabalho de geografia: Quais são as repercussões espaciais da incidência da renda previdenciária? Esta funciona fixando população no meio rural ou, pelo contrário, atua como incentivo para o êxodo?

Ao longo do trabalho, adotamos o conceito de *impactos territoriais* para abordar o conjunto de repercussões econômicas, sociais e espaciais da previdência rural e de suas conexões com outras políticas e/ou a realidade local. Partindo de nossa experiência empírica, sugerimos a hipótese de que a previdência rural, dadas as condições existentes em São José do Norte, a crise pela qual passa o campesinato, funciona como fator motivador para o êxodo rural dos agricultores que alcançam a idade da aposentadoria.

A partir destas questões de pesquisa, seguimos alguns passos que pudessem permitir a observação de tais interações. Assim, o trabalho está dividido em duas partes. A primeira contém uma abordagem metodológica que fundamentou a realização da pesquisa; um referencial teórico que permitisse a compreensão das ações econômicas e sociais dos agricultores e uma abordagem do tema da pesquisa de acordo com a experiência nacional.

No primeiro capítulo, buscamos desenvolver um referencial teórico capaz de orientar-nos neste empreendimento. Abordamos o debate realizado por Milton Santos a respeito da noção de totalidade e sua cisão nas categorias *forma, função, estrutura e processo*. Consideramos a seguir o território como a totalidade formada por estas categorias.

A seguir, analisamos o campesinato sob uma perspectiva teórica. O objetivo do capítulo 2 foi entender o campesinato como uma entidade social que manifesta comportamentos econômicos, sociais e culturais que transitam entre a particularidade e a transformação, em função das relações que mantêm com a sociedade global capitalista urbano industrial. Destacamos nestas relações a dimensão do poder exercido pelo Estado e especialmente, no caso local, dos atores econômicos. Consideramos o entendimento do campesinato como o alicerce para a compreensão dos impactos da política previdenciária, visto serem estes os gestores desta renda que passa a existir nos municípios, ao mesmo tempo em que suas decisões passam a ser influenciadas pela inédita existência desta.

No capítulo 3 abordamos, respectivamente, o processo de evolução histórica da previdência rural no Brasil, e os impactos territoriais da previdência na escala nacional. Buscamos a raiz do alcance tardio do campesinato à cobertura previdenciária, e o contexto político-econômico presente em cada etapa deste processo, além uma referência dos impactos da previdência na escala macrorregional, objetivando ter uma noção prévia de suas potencialidades.

A segunda parte do trabalho contém o ponto culminante do método proposto, ou seja, a análise da realidade que antecede a incidência da renda previdenciária, bem como os impactos decorrentes da interação daquela com o dado novo.

A *situação geográfica*, conceito adotado a partir da noção de totalidade, é observada no capítulo 4. Trata-se da tentativa de reconstituir o quadro pré-existente à previdência rural em São José do Norte. O movimento dialético entre fatores externos e internos, passado (o velho) e presente (o novo), o Estado e o mercado, em suas diversas escalas. Como a conjunção destes elementos produz, apesar da política universal, impactos específicos ligados à realidade local.

Finalmente, o capítulo 5 relata os resultados finais da pesquisa de campo, no qual, além dos efeitos considerados universais, tomando a experiência nacional, observamos repercussões específicas decorrentes da interação da renda previdenciária com a situação geográfica local.

## **PARTE I**

### **MÉTODO, TEORIA E A UNIVERSALIDADE DO DADO NOVO**



## **CAPÍTULO I – ARTICULAÇÃO DE CONCEITOS E PROCEDIMENTOS PARA UMA ANÁLISE DE IMPACTOS TERRITORIAIS**

*“(…) a formação de um espaço supõe uma acumulação de ações localizadas em diferentes momentos”. (...) sem dúvida, este espaço já tinha uma história antes do primeiro impacto das forças externas, elaboradas a níveis espaciais mais elevados, incluindo o nível mundial.” (Milton Santos – Espaço e Método)*

Compreender a constituição do contexto de crise ocorrente no espaço agrário do município de São José do Norte, bem como, a partir deste contexto, observar os efeitos ou impactos de uma política pública sobre o mesmo, exige a adoção de uma estrutura metodológica capaz de abarcar as diversas determinações em suas diferentes escalas e variados recortes históricos. Neste sentido, parece-nos imprescindível adotar a noção de *totalidade* (SANTOS, [1978] 2002a, 1985, 1986, [1996] 2002b), como norteadora de nossa construção metodológica.

Em *Por Uma Geografia Nova* ([1978] 2002a, p. 237), Milton Santos postula a necessidade de se considerar a realidade como totalidade, na qual existe interdependência entre todas as partes. Considerando o espaço geográfico como totalidade, segundo o mesmo, é necessário ainda encontrar a possibilidade de dividir a mesma em partes (SANTOS, 1985, p. 5). Suas considerações a respeito desta noção permanecem ao longo de sua produção e estão presentes naquela que é considerada sua obra mais importante, *A Natureza do Espaço* ([1996], 2002b, p. 114). Nesta, o autor aponta a noção de totalidade como das contribuições mais fecundas da filosofia clássica. A respeito da relação todo/parte, nos diz que cada coisa é parte do todo, sendo, entretanto, a totalidade mais que a simples soma das partes. O caráter processual com o

qual a totalidade deve ser abordada também é considerado, quando o autor diz ser a totalidade num momento “B” o resultado da transformação da totalidade no momento “A”, salientando ainda que as próprias partes já não serão mais as mesmas, ter-se-ão transformado<sup>1</sup>.

A totalidade, contudo, na conjunção das partes, suas interações e as propriedades emergentes advindas das mútuas relações entre as mesmas, compõe um quadro extremamente complexo à análise. A abordagem da totalidade pressupõe nossa capacidade de a cindir e observar as partes atuando em suas funções sem, contudo, perder de vista o todo no constante devir, o que nos levaria a um estruturalismo, como nos diz a passagem a seguir:

“A verdade é que, seja qual for a forma de ação, entre as variáveis ou dentro delas, não se pode perder de vista o conjunto, o contexto. As ações entre as diversas variáveis estão subordinadas ao todo e aos seus movimentos. Se uma variável atua sobre a outra, sobre um conjunto delas ou ainda, conhece uma evolução interna, isso se dá com pelo menos dois resultados práticos, que são igualmente elementos constitutivos do método.

Em primeiro lugar, quando uma variável muda o seu movimento, isso remete imediatamente ao todo, modificando, fazendo-o outro, ainda que, sempre e sempre, ele constitua uma totalidade. Sai-se de uma totalidade para chegar a outra, que, também, se modificará. É por isso que, a partir desse impacto “individual” ou de uma série de impactos “individuais”, o todo termina por agir sobre o conjunto dos elementos formadores, modificando-os.” (SANTOS, 1985, p. 15)

Considerando as diretrizes epistemológicas propostas acima, passamos a um segundo passo, a operacionalização de categorias de análise e conceitos a partir da noção de totalidade.

Assim como a noção de totalidade e a partir desta, Milton Santos abordou ao longo de sua obra a necessidade de se considerar na análise geográfica, as categorias<sup>2</sup> *forma, função, estrutura*

---

<sup>1</sup> “A Totalidade está sempre em movimento, num incessante processo de totalização, nos diz Sartre. Assim, toda totalidade é incompleta, porque está sempre buscando totalizar-se. Não é isso mesmo o que vemos na cidade no campo ou em qualquer recorte geográfico? Tal evolução retrata o movimento permanente que interessa à análise geográfica: a totalização já perfeita, representada pela paisagem e pela configuração territorial e a totalização que se está fazendo, significada pelo que chamamos espaço. (SANTOS, [1996] 2002b, p. 119)

*e processo* como única possibilidade de se chegar a uma interpretação do espaço. Tais categorias devem ser tomadas no conjunto, na medida em que nenhuma destas existe separadamente, sendo, portanto, somente através de sua combinação, possível reconstituir a totalidade (SANTOS, 1986, p. 38-39). O estudo do espaço, tomado como esta totalidade, requer a apreensão de sua relação com a sociedade, com a qual temos a perspectiva de movimento, processo, bem como o desvelar das categorias forma, função e estrutura, e a compreensão da produção do espaço (SANTOS, 1985, p. 49). A categoria *forma*, para Milton Santos, trata-se do aspecto visível de alguma coisa, uma descrição de um fenômeno tomado isoladamente em um dado instante do tempo, sendo por sua vez *função* a tarefa ou atividade de uma forma, pessoa instituição ou coisa. A categoria *estrutura*, por seu turno, é a inter-relação das partes, sua organização. Por fim, o *processo* trata-se da categoria que nos dá a noção de tempo histórico, continuidade e mudança nas palavras do autor, uma categoria que expressa movimento ou ação em direção a algum resultado (SANTOS, 1985, p. 50).

Identificadas as categorias, passamos a seguir à estruturação do método, no qual pretendemos chegar à operacionalização de conceitos geográficos a partir dos elementos expostos até o momento. Tomaremos aqui o território como totalidade, cuja opção exige uma abordagem acerca do conceito do mesmo.

## 1.1 TERRITÓRIO COMO TOTALIDADE

Pretendemos utilizar o conceito de território como a totalidade a ser estudada em nosso método de análise. Embora tenhamos nos baseado até aqui nas idéias de Milton Santos, o que nos

---

<sup>2</sup> Segundo Richardson (1999, p. 49), *categorias* são conceitos básicos que refletem aspectos essenciais, propriedades e relações dos objetos e fenômenos. São instrumentos do método dialético, para analisar fenômenos da natureza e da sociedade.

levaria a utilizar o *Espaço Geográfico* como totalidade<sup>3</sup>, entendemos que a utilização do conceito de território não represente uma total discrepância com as idéias do autor, embora represente um enfoque tanto quanto diferenciado do mesmo. Para Milton Santos, o território é o substrato, parcela de solo delimitada de comum acordo ou pela força e que, ocupado pela sociedade, torna-se *espaço* (SANTOS, [1978] 2002a, p. 233), o qual na contemporaneidade pode ser formado de lugares contíguos ou de lugares em rede (SANTOS, 1994, p. 16). Isso nos permite entender o motivo de sua preferência pela expressão *território usado*, considerado pelo mesmo como sinônimo de espaço geográfico (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 20), embora o mesmo reconheça as divergências teóricas em torno da precedência do espaço sobre o território e vice-versa:

“Uma discussão nos meios geográficos se preocupa em indicar a precedência entre essas entidades. Isso se dá em função da acepção atribuída a cada um dos vocábulos. Para uns, o território viria antes do espaço; para outros, o contrário é que é verdadeiro (...)” (SANTOS e SILVEIRA, *op. cit.*, p. 19).

Pelo que vemos, a abordagem de Milton Santos ao território segue uma perspectiva material-econômica, conforme identificada por Haesbaert (2004, p. 95), cujo viés dá ênfase à dimensão espacial das relações econômicas e encara o território como fonte de recursos, ao mesmo tempo que incorporado no embate entre as classes sociais. Daí o território ser *recurso* para os atores hegemônicos e *abrigo* para os hegemonzados, como expresso no pensamento de Milton Santos (SANTOS, 1994, p. 12-13).

---

<sup>3</sup> “O espaço deve ser considerado como totalidade, a exemplo da própria sociedade que lhe dá vida. Todavia, considerá-lo assim é uma regra de método cuja prática exige que se encontre, paralelamente, através da análise, a possibilidade de dividi-lo em partes”. (SANTOS, 1985, p. 5)

Parece-nos mais adequado neste momento adotar a *perspectiva integradora* de território, conforme proposta por Haesbaert (2004, p. 74). Em primeiro lugar cabe esclarecer que dentro desta perspectiva, o território surge como produto da apropriação<sup>4</sup>, concreta ou simbólica, do espaço, em que temos: “(...)“*um espaço feito território*” através dos processos por ele [citando Lefebvre] denominados de *apropriação (que começa pela apropriação da própria natureza) e dominação (mais característica da sociedade moderna, capitalista)*”. (HAESBAERT, 2005, p. 6775)

Tal como a Região foi no passado, numa geografia clássica, para Haesbaert o conceito de Território tem, na contemporaneidade, a capacidade de desempenhar o papel de grande conceito integrador (2004, p. 74). Conjugando o binômio material/ideal, o território numa perspectiva integradora trata-se de um conceito com o qual é possível abarcar, além da dimensão natural, as dimensões econômica, política, social e cultural. Para entendermos como é possível aglutinar tantos vieses em torno de um único conceito, parece essencial desenvolvermos uma análise, ainda que breve, acerca do mesmo.

### **1.1.1 A Construção Social do Espaço de Poder: O Território**

A discussão acerca do território não raro está permeada pelos problemas da polissemia e do senso comum. Tendo as definições dos dicionários escolares como o exemplo clássico, a noção de território que povoa o imaginário coletivo é a de “espaço do Estado”. O território seria

---

<sup>4</sup> Embora não sejam conceitos equivalentes, aqui tomamos o território como uma adjetivação do espaço, ou seja, o espaço é a instância fundamental deste par de conceitos, sendo o espaço anterior ao território, conforme nos diz Raffestin (1993). Segundo o mesmo, o território tem sua formação a partir do espaço, como resultado de uma ação conduzida por um ator que ao se apropriar deste, seja de forma concreta ou abstrata, está construindo um território. Logo, podemos dizer que o território é todo espaço apropriado, objeto de intervenções de ordem material e normatizado por regras de uso, acesso e convivência dos grupos que neste se reproduzem. Entender esta condição permitirá as articulações e decomposições dos conceitos sem o risco da falsa equivalência.

de forma restrita a dimensão concreta de um Estado-Nação, cujos limites seriam estabelecidos pelas fronteiras. Esta crença, como veremos, não é produto do acaso, mas herança da modernidade (SANTOS, 1994, p.15). Com isso, pior do que o pesquisador precisar explicitar pormenorizadamente a que território está se referindo quando o pronuncia, é o fato deste conceito ter sido, em muitas ocasiões, empregado descompromissadamente como sinônimo de espaço e até de extensão como nos diz Santos (2001, p. 19). Resulta uma considerável redução do conceito e, a partir disto, das possibilidades analíticas. Tentaremos mostrar a seguir as reflexões de alguns importantes autores sobre o conceito afim de que se possa enriquecer a análise.

O território, diferentemente do espaço (não o geográfico)<sup>5</sup>, é produto da construção humana, é social. Raffestin (1993, p. 144) diz que o espaço é a “prisão original”, sendo o território uma prisão que os homens constroem para si. Entretanto, Haesbaert (2003, p. 13) adverte para o fato de que, embora o território não seja uma realidade independente da reflexão humana, um dado da natureza, também não é somente uma invenção analítica para fins de pesquisa.

O território cumpre a função de mediador com o qual a sociedade regula seu relacionamento com o espaço (RAFFESTIN, 1988, p. 266). Entretanto, a relação do homem com este nem sempre foi mediada pela existência de territórios. Ela se inicia de maneira mais frouxa, liberta, uma relação na qual os indivíduos percorrem o espaço sem estabelecer um vínculo mais forte com nenhuma parcela específica deste. Numa etapa da história evolutiva regida pelo

---

<sup>5</sup> É importante termos claramente a distinção entre *espaço* e *espaço geográfico*. Encontramos tal diferença nas próprias palavras de Raffestin (1993, p. 144). Sendo o espaço uma *prisão original*, sua existência prescinde da consciência humana acerca do mesmo, sendo o primado da existência conforme Heidrich (2000, p.23), uma categoria mais ampla, que extrapola o domínio da geografia por ser a propriedade da matéria em movimento em suas variedades, estados e manifestações (Oliveira, 1982, p. 92 *apud* Heidrich, *op. cit*). Já o *espaço geográfico*, representa uma outra categoria, embora mantenha elementos da primeira. O fato de ser *geográfico*, significa que este espaço é alvo da reflexão humana, o conhecimento geográfico como faculdade humana de que nos fala Lencione (1999, p. 22). Podemos entender o espaço geográfico, como o espaço pensado pelo homem. Tal pensamento, decorre da apropriação e intervenção humanas no espaço, que na reprodução da vida humana torna-se *espaço geográfico*.

movimento em busca dos recursos, as relações são mediadas essencialmente por critérios de parentesco e pelos clãs (BADIE, 1996, p. 90). A sobrevivência dos grupos nômades, coletores e caçadores está balizada em sua possibilidade de percorrer vastas áreas, explorando a cada estação os locais onde existe uma oferta de recursos, permitindo desta forma a recomposição daqueles locais já explorados. É uma relação marcada pela incerteza e pela impossibilidade de previsão. Sua autonomia é dependente da renovação dos recursos e da garantia de seu acesso a estes (RAFFESTIN, 1988, p. 267). Apesar disto, temos já as primeiras manifestações do fato geográfico território, conforme Heidrich:

“Quando, digamos, um bando disputa com outro uma fonte de água, a relação estabelecida é de uma territorialização, que ao mesmo tempo vincula um grupo ao espaço e desvincula o outro. Ainda não é o caso de imediatamente visualizar-se o território consubstanciado como a prisão inventada pelos homens para eles mesmos (Raffestin, 1993, p.142), mas é importante que se reconheça isso como o início de uma fronteira histórica que permite o alcance da *condição territorial*.” (HEIDRICH, 2005, p. 6836) (Grifo no original)

A posterior sedenterização dos grupos trata-se do empenho pela superação do ambiente de incerteza, na medida em que passam a se dedicar à criação de um meio domesticado, em oposição a um meio natural. Alguns vegetais são selecionados, aprimorados, os animais são confinados nas proximidades e a exemplo dos vegetais passam pelo processo de domesticação. É o esforço por se garantir os recursos ao alcance durante todo o tempo através da transformação de grupos predadores e coletores em grupos cultivadores e criadores num processo chamado *revolução agrícola neolítica*, como apontam Mazoyer e Roudart (1998, p. 38). A sedentarização, como qualquer processo histórico não é homogêneo. O grupo sedentarizado representa uma fonte certa de recursos para os grupos nômades que ainda perambulam pelo espaço à procura de víveres. A necessidade de proteção faz emergir a primeira manifestação concreta do território.

São inicialmente as paliçadas, depois as muralhas, que cercam as cidades e garantem a exclusividade daquele espaço a um grupo. Badie (1996, p. 18), apesar de defender a idéia do fim dos territórios contribui dizendo: *“A urbe está protegida e domina; rodeada de muralhas poderosas, ela distingue-se já por uma primeira fronteira que contém os edifícios políticos e religiosos e que abriga os mais ricos e os mais dotados”*.

O sistema imperial por sua vez baseava-se numa lógica espacial bastante fragmentária e dispersa, no qual o princípio ordenador era o das lealdades, a articulação entre os diversos reinos em obediência a um poder centralizador, formando um território de vastas dimensões. Esta fragmentação prossegue no período feudal. A cada burgo correspondiam diferentes taxas, diferentes leis e dialetos. Esta heterogeneidade e autonomia dos pequenos territórios constituíam os principais entraves à ascensão de um poder monárquico absoluto e centralizador. Dificultavam também a existência de uma classe burguesa, a qual necessitava de um espaço mais homogêneo para operar a circulação mercantil. Podemos observar que as concepções de território e Estado não apresentam uma conexão direta, nem o território uma escala espacial precisa, algo que a modernidade se encarregaria de alterar.

A Europa Ocidental é o pólo difusor da invenção do “Território do Estado-Nação” e a França seu exemplo mais notável. Paul Allières (1980) mostra que a apropriação do território pelo Estado, criando o Território Estatal-Nacional é um processo que se opera, *grosso modo*, da seguinte maneira:

- A unificação da língua: A língua, num estágio pré-nacional apresenta divisões espaciais e de classe. A nobreza fala o latim, o restante da população fala uma diversidade de dialetos de acordo com a região. O Estado absolutista encontra numa língua vulgar, o francês, a forma de extinguir os particularismos regionais, instituir um veículo de transmissão diretiva do Estado, mas essencialmente criar a idéia de uma consciência nacional.
- O comércio interno: No final do século XVII, diferente do crescimento das relações comerciais exteriores, a França via seu comércio interno resumido a trocas de grãos entre



regiões deficitárias e aquelas que apresentavam excedentes. A indústria está dispersa e não se desenvolve graças à permanência do pequeno artesanato e da manufatura caseira, retardando o progresso das concentrações manufatureiras. As aduanas, de origem muçulmana são utilizadas para controlar os fluxos de homens e mercadorias. Surge o poder sobre os portos e as passagens. Os produtos necessários às indústrias têm seu fluxo controlado, garantindo assim o suprimento destas. Paris consolida-se como capital para a qual todas as vias convergem.

De forma drasticamente reduzida, vemos um processo de integração de espaços sob um domínio central que investe na tentativa de integrar as diversas regiões ao centro, Paris. Cria-se a ossatura do território. A língua por sua vez é o mecanismo de integração da sociedade, algo comum a todos, criando uma identidade nacional. O território criado pelo Estado-Nação ganha concretude a partir de um povo falante da mesma língua e subordinado ao poder central. Deve-se salientar que não se trata de um processo de construção linear. Na verdade é espacial e historicamente diverso, além de gestado num contexto de conflitos. Em suma uma obra eminentemente política como aponta Badie para o qual, o conceito de território do Estado-Nação foi:

“(...) inventado no caos de um feudalismo terminal, para transcender os particularismos, ultrapassar as diferenças e singularidades, para garantir a coexistência do que a sua colocação num gueto. Como já vimos, a invenção territorial inscrevia-se numa estratégia que promovia o universal e se impunha como uma obra eminentemente política, conferindo a relação de cidadania a precedência sobre os particularismos microssociais”. (Badie, 1996, p.120)

Como podemos observar, o território, embora construção social, precede a existência do Estado-Nação. O fato de ter sido captado pelo Estado e adaptado às necessidades deste não reduz o território à categoria de espaço do Estado. Primeiro pelo fato de que, apesar da hegemonia do modelo Estatal nacional como sistema de organização social, formas pré-nacionais e/ou não-estatais continuam existindo e exprimindo estratégias diversas de apropriação do espaço, seja

concreta ou simbolicamente (RAFFESTIN, 1993). O oriente médio mostra-se como o exemplo mais contundente de comunidades que não se compatibilizam com o ocidental princípio estatal-nacional de território que lhes foi imposto. Em segundo lugar, mesmo no seio dos mais consolidados Estados-Nacionais, vemos a emergência de relações de grupos com o espaço ou mediados por este, cuja categoria possível para a análise é a de território. Surge a necessidade da reflexão das escalas possíveis desta categoria, bem como da essência que o anima.

O essencial que pretendemos extrair desta etapa da reflexão é o reconhecimento do território em seu modelo estatal como fruto da construção de uma identidade coletiva, enquanto estratégia de superação de um regime espacial fragmentário proporcionado pelo feudalismo. Ao mesmo tempo, a necessidade da consciência da existência desta construção social, não unicamente estatal, mas emanada das mais diferentes relações sociais, em diferentes escalas espaço-temporais. Este campo de forças que se projeta no espaço (SOUZA, 1995) passa a se constituir de um elemento explicativo liberto de sua vertente estritamente geopolítica.

Os territórios podem se formar e se dissolver numa escala de meses, dias ou horas, contrariando a idéia de territórios seculares. As metrópoles nos fornecem uma variada gama de exemplos de territórios que se constituem em pequenas escalas tanto espaciais (alguns quarteirões, uma rua) como temporais (sucedem-se entre o dia e a noite) (SOUZA, 1995, p. 88). O espaço é delimitado e apropriado por ambulantes durante o dia, prostitutas e travestis durante a noite, as gangues, fora o exemplo dos narcotraficantes que produzem territórios com existência mais duradoura, criando seus vínculos naqueles lugares onde a ação do Estado não opera, tal como ilustra Gomes (2002, p. 181):

“Nas favelas, narcotraficantes dominam completamente o espaço, estabelecendo um rígido controle e *acesso*. As entradas são vigiadas, as lajes das casas mais bem posicionadas são apropriadas, para a partir daí instaurar uma vigilância

quase absoluta da circulação. *Trata-se de territórios fechados, onde o acesso é discricionário*. Estabelecem um poder local, controlam as associações de moradores e reforçam um discurso do tipo comunitário como uma estratégia para fortalecer suas posições de *domínio*". (Grifos nossos)

Nestas afirmações salientamos a presença da *acessibilidade* como componente de uma construção territorial, sendo que esta será uma questão a ser retomada.

A noção que perpassa e dá certa familiaridade a todas as manifestações territoriais, sejam arcaicas, modernas ou pós-modernas é a natureza de sua existência, ligada à noção de *poder* presentes entre os grupos ou indivíduos que coexistem ou disputam um espaço. Segundo Souza (1995, p. 87) o território é um conjunto de relações sociais que se projetam no espaço. Ele ressalta: “(...) *o território não é o substrato, o espaço social em si, mas sim um campo de forças, as relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial (...)*” (Souza, 1995, p. 97) (grifo no original). Sposito (2004, p. 22) enfatiza o poder como categoria essencial para a compreensão do território. Sem o poder, segundo o autor, o território não se define, portanto, poder e território, mesmo conceitos autônomos, devem ser observados juntos para a consolidação do conceito de território. Na perspectiva do poder, Stopino (1987 *apud* FISCHER, 2002, p. 14) concebe o mesmo como a capacidade ou a possibilidade de agir, produzir efeitos. O poder tem um caráter relacional e recíproco, mas sugere principalmente desequilíbrio, na medida em que há atores que o exercem enquanto outros a ele se submetem. A noção de desequilíbrio alinha-se com a idéia de assimetria proposta por Paul Claval (1979, p. 11), sendo esta diferença nas possibilidades de ação dos indivíduos ou grupos a principal via para a instalação do poder.

Ante o exposto, parece-nos viável adotar o conceito de território a partir da perspectiva integradora, objetivando observar, na sua interdependência, impactos de caráter econômico, social e espacial, bem como observar a interação destes com a realidade social já estabelecida.

Trabalhar a partir da perspectiva do território não significa abandonar a abordagem do espaço geográfico, pelo contrário, significa acrescentar a esta. Como a existência do território subentende a existência do espaço geográfico, temos a oportunidade de analisar o sistema de objetos e ações, a materialidade do espaço geográfico, as relações escalares, sua (re)produção histórica e as diversas manifestações que se expressam na paisagem e, simultaneamente, dar atenção às manifestações do poder, expressas através das relações econômicas, políticas ou culturais dos mais diferentes atores em diferentes escalas, possíveis através da abordagem territorial.

Tendo o território como a referida totalidade, é necessário conhecer sua estrutura, as formas que o compõe, a(s) função(ões) e o processo que garante a reprodução histórica do território e do espaço geográfico. A totalidade território, será analisada aqui a partir de uma estrutura composta pelas seguintes formas:

- **Estado:** analisar um território sem levar em conta o papel do Estado em suas diversas escalas<sup>6</sup> levará fatalmente a uma pesquisa com resultados parciais. Entre as formas componentes do território, o Estado é daquelas com maior poder de intervenção sobre as demais e sobre o território conseqüentemente. Tem a capacidade de operar tanto na dimensão material quando através de um sistema de marcos jurídicos e da aparelhagem ideológica. Segundo Milton Santos (1986, p 18): *“é impossível analisar o espaço e sua evolução sem levar em conta o papel do Estado na vida econômica e social”*.
- **Sociedade:** A mais dinâmica e também a mais atingida pelas interações com as demais formas e pelas transformações no território. A sociedade dá movimento ao espaço geográfico imprimindo suas marcas neste, construindo o espaço, territórios e sendo por estes condicionada. Segundo Milton Santos: *“O fenômeno humano é dinâmico e uma das formas de revelação desse dinamismo está exatamente, na transformação qualitativa e quantitativa do espaço habitado”*. (SANTOS, 1991, P. 37). Importa-nos acerca da sociedade suas diferentes manifestações econômicas, culturais e simbólicas, a dinâmica

---

<sup>6</sup> A respeito das escalas ou dos níveis do Estado: “Sem dúvida, existe dentro de um território uma oposição entre escalas. Cada escala corresponde a um nível de intencionalidade. O do governo federal não é, obrigatoriamente, o mesmo nível de intencionalidade de um governo de estado, ou de município, ou de uma agência regional”. (SANTOS, 1991, p. 82)

demográfica e as condições de vida, a racionalidade das diferentes classes sociais que a compõe, bem como sua participação na vida política e nas relações de poder existentes no território.

- **Atores econômicos:** são tanto as grandes instituições e firmas, quanto os pequenos agentes intermediários da produção agrícola. São todos os atores que compõe o ambiente econômico, ou mercado. Nas relações sociais de produção e circulação de mercadorias e na relação com o Estado, desenvolvem diferentes formas de poder, além de serem importantes agentes no consumo do espaço para a reprodução do capital.
- **Espaço:** A forma na qual se operam as relações entre as formas apresentadas anteriormente<sup>7</sup>. O espaço participa através da variação escalar, densidade/rarefação, fluidez/viscosidade, extensão, proximidade/distância, conectividade/desconexão, ou seja, atributos relacionais a partir da distribuição dos objetos e das ações no espaço. No espaço também estão presentes as marcas das ações da sociedade, do Estado, e dos atores econômicos em diferentes momentos históricos, impressos na paisagem, a dimensão material do espaço, que atua como condicionante à ação futura.

O Estado, a sociedade, os atores econômicos e o espaço estão em constante interação. A estrutura representa as formas nestas interações. Sociedade e espaço, Estado e espaço, atores econômicos e sociedade, etc, mantêm relações mútuas entre si, não apenas entre pares, mas envolvendo, com maior ou menor intensidade, as demais formas. Seguindo o exemplo de Suertegaray (2000, p.31) utilizamos um diagrama semelhante ao “Disco de Newton<sup>8</sup>” para representar a estrutura que utilizamos para compor a totalidade, o território. A totalidade existe a partir das relações e da conjunção das formas que a compõe. Isso quer dizer que só existe um território quando temos um espaço e grupos sociais, apropriando-se deste espaço. Na atualidade, entretanto, é impossível desconsiderar o papel dos atores econômicos e do Estado, indiferente da escala de território sobre o qual estejamos nos debruçando.

<sup>7</sup> “Consideramos o espaço como uma instância da sociedade, ao mesmo título que a instância econômica e a instância cultural ideológica. Isso significa que, como instância, ele *contém* e é *contido* pelas demais instâncias, assim como cada uma delas o contém e é por ele contida. A economia *está* no espaço, assim como o espaço *está* na economia. O mesmo se dá com o político-institucional e com o cultural-ideológico. Isso quer dizer que a essência do espaço é social”. (SANTOS, 1985, p. 1) (Grifos no original).

<sup>8</sup> O disco de Newton agrupa as cores primárias de maneira semelhante a presente figura. Ao imprimir-se movimento (giro) no disco, as diferentes cores primárias fundem-se dando origem à cor branca.

Figura 1: Formas componentes do território.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Por sua vez, a *função* pode ser tomada como a reprodução do modo capitalista de produção, a expressão *motor único* de Milton Santos (2001, p. 29), ou seja, a reprodução da vida no seio do capitalismo, orientada por suas regras, determinada por seus estatutos<sup>9</sup>. De maneira mais ou menos intensa, mais ou menos distante da escala global, a reprodução do/no território está vinculada aos ditames do modo de produção em vigor, o que se refletirá no território e naquilo que o compõe.

Apresentamos até aqui as formas, a estrutura e a função que compõe a totalidade território. O próximo passo diz respeito à busca de conceitos capazes de dar conta do *processo*, ou seja, a *totalidade* (território) e as *formas* que a compõe (Estado, espaço, sociedade e atores econômicos), em seu movimento e transformações a partir das relações.

<sup>9</sup> “É através de cada Formação Social que se cria e recria, em permanência, uma *ordem espacial* de objetos que é paralela à ordem econômica, à ordem social, à ordem política, todas essas ordens atribuindo um valor próprio particular, às coisas, aos homens e às ações promanando dela. Por isso, a Formação Social constitui o instrumento legítimo de explicação da sociedade e do espaço respectivo.” (SANTOS, [1978] 2002a, p. 236)

A abordagem do processo será realizada a partir do conceito de *situação geográfica*, (SANTOS, 1988, p. 96). A situação geográfica significa o quadro preexistente, sobre o qual irão incidir as ações, podendo ser entendido também como: “(...) *campo para a ação transformadora do homem, que tanto pode ser a natureza “natural” ou considerada como tal, como a natureza transformada, socializada, mais ou menos tecnicizada*” (SANTOS, 1985, p.77).

É importante entender que esse quadro preexistente ou situação geográfica não se trata de uma realidade congelada, estática, mas um conjunto de fatores em constante movimento ou processo. Pensemos na realidade de um pequeno município sobre o qual irá incidir uma política pública ou no qual passará a funcionar uma nova atividade econômica. Este município é o produto de uma história, moldada por eventos de diferentes épocas em diferentes escalas. Quando a política ou atividade incidir sobre este, sua história, o processo de reprodução deste território continuará em marcha. Os novos dados tornar-se-ão componentes da situação geográfica do mesmo.

O conceito de situação geográfica torna-se operacional a partir dos pares dialéticos de conceitos que o compõe: *novo/velho; interno/externo; Estado/mercado*.

- **Novo/velho:** este par nos permite observar o tempo histórico, a sucessão de eventos que condicionaram a organização espacial, econômica, social ou política de um dado lugar. Também nos permite vislumbrar os dados novos, as possibilidades em aberto, o presente não apenas projeto mais realidade ainda não terminada, como nos diz Santos (2002b, p. 121) citando Whitehead.
- **Interno/externo:** fornecem a noção de escala<sup>10</sup>. Fatores internos são aqueles que estão presentes no local, participando da reprodução histórica daquele espaço/território. Mas a explicação de um lugar não se resume à escala local, sendo necessário considerar aquilo que é externo, isto é, os fatores que extrapolam a escala local, mas que representam múltiplas determinações à reprodução desta. Em resumo: “*A evolução de um país, uma*

---

<sup>10</sup> “A noção de escala é então, essencial, para compreender a diversidade e o choque entre intencionalidades em diversos níveis, as quais se revelam através de decisões e têm repercussões na ordem econômica, cultural, política e moral, assim como na ordem territorial.” (SANTOS, 1988 p. 82)

*região, uma localidade, deve, pois, muito ao resultado do entrecchoque entre dados externos e internos. A situação de um lugar é, em um dado momento, um resultado dessa síntese, permanentemente feita e refeita” (SANTOS, 1985, p. 78)*

- **Estado/mercado:** são os mediadores entre novo/velho e externo/interno. Tanto o Estado quanto o mercado (em suas diferentes escalas) intervém na vida de um lugar. O mercado está sempre presente, o Estado nem sempre, mas atua mesmo quando se omite, na medida em que outorga às mãos do mercado a regulação da vida social.

## 1.2. O PROCEDIMENTO PARA A ANÁLISE DOS IMPACTOS TERRITORIAIS

Abordamos até o momento a questão da necessidade da observância da totalidade na análise do impacto econômico, social, político, cultural ou espacial ocorrente em um determinado local a partir de uma ação, um fato novo, seja política pública (no caso em questão), seja atividade econômica, etc. Buscar a aproximação da totalidade significa a tentativa de reconstituição das múltiplas determinações às quais um local ou região estão expostos, para que se possa observar os efeitos do fato novo sobre estes.

A seguir, enunciaremos os procedimentos, para o caso específico de nosso estudo, adotados na coleta de informações junto aos envolvidos no processo, levando sempre em consideração os preceitos acima descritos.

Para a realização da etapa empírica da pesquisa, utilizamos uma adaptação à metodologia proposta por Bernardo Mançano Fernandes denominada *Impactos Socioterritoriais*. Fernandes (2002, p. 4), considerando sua perspectiva de pesquisa, entende os impactos socioterritoriais como mudanças que acontecem no território através das ações dos sem-terra, do Estado e dos latifundiários.

Na execução de nossa pesquisa, na qual observaremos os impactos a partir da perspectiva dos efeitos de uma política pública, optamos por algumas adaptações à metodologia proposta



pelo autor referido, apesar de manterem-se os caracteres estruturais. Continuaremos utilizando o conceito de *impacto*, na medida em que, das diversas acepções da palavra, a que diz respeito à “*impressão ou efeito muito fortes deixados por certa ação ou acontecimento*”<sup>11</sup> parece bastante coerente com nossa proposta. Com relação ao segundo componente do título da metodologia, o caráter *socioterritorial* dos impactos, acreditamos ser possível definir tais impactos como *territoriais* somente. A partir da discussão sobre a temática do território apresentada, defendemos tal idéia, na medida em que consideramos a sociedade como um componente do território e o território por sua vez, abordado a partir de uma perspectiva integradora, definida de maneira sintética por Córdova (2003, p. 135): “*Concebimos al territorio (o sistema territorial), como el sistema conformado por los subsistemas económico, político, social y cultural; el sistema espacial apropiado y organizado por los primeros, y sus mutuas interrelaciones.*” (Grifo no original). Assim, torna-se impossível produzir impactos sobre o território sem afetar a sociedade e *vice-versa*. Desta forma, os impactos que atinjam o território serão obviamente sociais, políticos, econômicos, culturais e até mesmo naturais, como defendido por Rogério Haesbaert:

“Encontramos aqui um outro debate muito relevante: aquele que envolve a leitura de território como um espaço que não pode ser considerado nem estritamente natural, nem unicamente político, econômico ou cultural. Território só poderia ser concebido através de uma perspectiva integradora entre as diferentes dimensões sociais (e da sociedade com a própria natureza)”. (Haesbaert, 2004, 74)

A Análise de Impactos Territoriais (AIT) que aqui propomos está baseada na observação das diferentes *dimensões* nas quais o(s) impacto(s) possa(m) se manifestar, como as dimensões econômica, social, política, cultural, espacial, etc. Tal observação precisa ser realizada a partir de

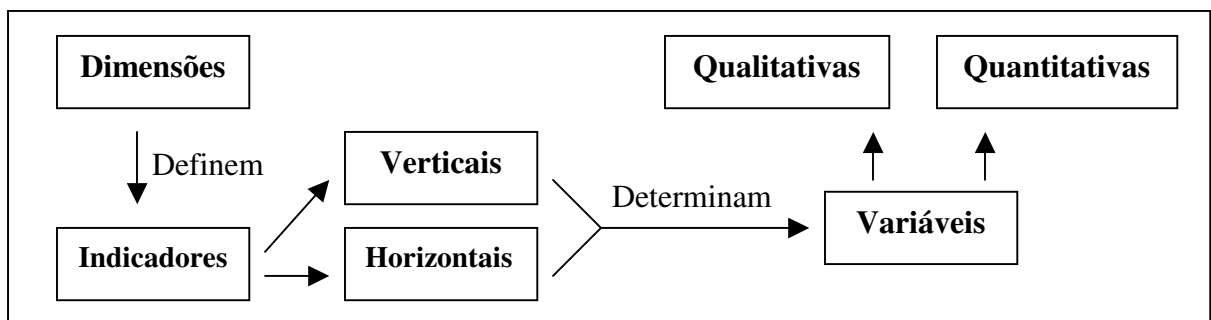
---

<sup>11</sup> **Dicionário eletrônico Houais da Língua Portuguesa.** Editora Objetiva 2001. (CD Rom)

*indicadores* capazes de fornecerem subsídios à avaliação do impacto. Estes indicadores podem ser de natureza horizontal ou vertical, proporcionando a noção de relação e escala. Os indicadores *horizontais* dizem respeito à observação entre os principais envolvidos no processo, sejam grupos sociais, unidades de produção, etc. Já os indicadores *verticais* pretendem dar conta da propagação do impacto no entorno mais ou menos imediato, como o bairro, o município ou municípios, a região, etc.

A escolha dos indicadores leva a definição das *variáveis*, que podem ser de natureza quantitativa ou qualitativa, de acordo com a natureza da informação. O quadro a seguir ilustra o esquema.

Figura 2: Estrutura da metodologia “Análise de Impactos Territoriais”



Fonte: Elaborado pelo autor.

Em nossa proposta de análise dos impactos territoriais utilizaremos três dimensões, dentre as diversas cuja análise seria perfeitamente possível. Serão abordadas as dimensões *Econômica, Social e Espacial* do impacto. As três dimensões por sua vez definiram os indicadores verticais e horizontais, além das variáveis qualitativas e quantitativas utilizadas. A seguir demonstramos as dimensões e indicadores utilizados que também podem ser observados nos questionários em apêndice (Apêndices B, C e D).

Tabela 1: Dimensões de análise e seus respectivos indicadores.

Dimensões	Indicadores	
	Verticais	Horizontais
Econômica	Utilização do Comércio, transporte e serviços.	Permanência da unidade familiar na condição produtiva.
Social		Renda familiar, condições de vida e das moradias, relações de ajuda-mútua inter e intrafamiliares, bem-estar do idoso.
Espacial	Perspectivas de permanência/migração; motivo das permanências/migrações.	

*Fonte:* Elaborado pelo autor.

Definida a metodologia, o trabalho de campo foi realizado no segundo semestre de 2005 através da aplicação de questionários mistos, parte estruturados, para análise estatística de natureza descritiva, parte semi-estruturados, visando a aplicação de análise de conteúdo, procedimento qualitativo que será descrito a seguir. As entrevistas foram realizadas com a participação de três grupos de entrevistados distintos ou amostras, escolhidos de forma não-probabilística<sup>12</sup>. Foram definidas as amostras: **a)** estabelecimentos cujos responsáveis sejam beneficiários da previdência, **b)** estabelecimentos cujos responsáveis sejam agricultores fora da idade de aposentadoria e finalmente, **c)** agricultores beneficiários da previdência e atualmente domiciliados na área urbana do município. Em cada grupo foram entrevistadas trinta famílias, sendo a família tomada como unidade de análise, considerando que as informações não foram

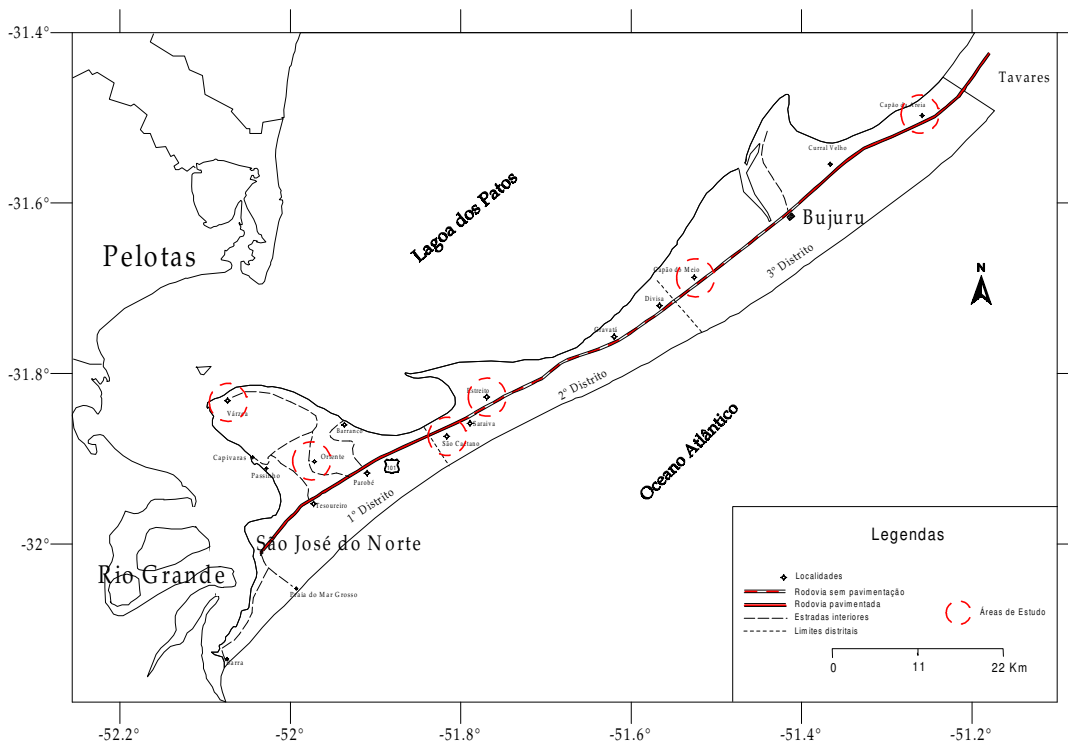
<sup>12</sup> Para que se tenha uma escolha probabilística da amostra, é necessário que os componentes do universo tenham uma probabilidade igual ou conhecida, distinta de zero, de serem escolhidos para fazerem parte da amostra (RICHARSON, 1999).

tomadas somente de um indivíduo, mas dos membros destas, principalmente casais, que estivessem presentes na ocasião da entrevista, especialmente no que tange aos questionários semi-estruturados. Considerando os dados dos censos agropecuário de 1996 e demográfico no ano de 2000, as amostras **a** e **b** representam, cada uma delas, cerca de 1% do universo de unidades de produção contabilizadas no referido censo agropecuário.

A amostra **c** por sua vez representa cerca de 0,68 % da população total, formada por pessoas domiciliadas na área urbana, nas faixas etárias de 40 a 59 e de 60 anos ou mais de idade, corte necessário para que se abarcasse a população de mulheres aposentadas, devido à idade de 55 anos prevista para sua obtenção ao benefício de aposentadoria rural por idade. Também é necessário dizer que na amostra da área urbana foram focalizados os aposentados por idade somente, o que não ocorreu nas amostras da área rural. Em todos os casos, além do questionário estruturado, foi aplicada a entrevista semi-estruturada, para fins de análise qualitativa. As entrevistas não foram identificadas para que os entrevistados tivessem tranquilidade no fornecimento das informações. As mesmas foram gravadas e transcritas para o posterior tratamento.

Na etapa rural do trabalho de campo, as trinta entrevistas de cada grupo foram obtidas através de visitas à seis localidades rurais do município, escolhidas com o intuito de cobrir de forma razoavelmente homogênea o espaço rural do município (Figura 3). Em cada localidade foram visitados cinco estabelecimentos do grupo **a** e cinco do grupo **b**.

Figura 3: Mapa das áreas de estudo no espaço rural de São José do Norte.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Para que alcançássemos um resultado melhor, sobretudo no que toca à pesquisa qualitativa, adotamos uma estratégia para a abordagem dos entrevistados. Nas etapas rural e urbana do trabalho de campo, utilizamos a companhia do que chamamos *interlocutores privilegiados*. Trata-se de pessoas com as quais estabelecemos contato prévio, esclarecendo nossas intenções e os objetivos da pesquisa. Participaram membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – CMDR, moradores de comunidades rurais e de bairros da cidade. Por se tratarem de pessoas amplamente conhecidas em suas comunidades, as entrevistas ocorreram num ambiente de maior tranquilidade e confiança por parte dos entrevistados, refletindo-se também na ocorrência de apenas três recusas em realizar a entrevista de um total de noventa famílias.

Além das entrevistas gravadas com os principais envolvidos no processo, de forma a obter os indicadores horizontais, utilizamos outras abordagens e procedimentos, tanto para a obtenção dos indicadores verticais, quanto para a análise da situação geográfica em que incide a política, conforme descrito.

Com relação ao procedimento de análise de conteúdo, considerando o amplo espectro de metodologias existentes no universo da pesquisa qualitativa, bem como a breve tradição em seu uso, se comparada às abordagens quantitativas, consideramos pertinente o detalhamento do procedimento utilizado. Construimos um texto que explicita os procedimentos desta perspectiva de pesquisa, sendo que o mesmo encontra-se na seção de apêndices (Apêndice E).

Os resultados desta abordagem estão presentes nos capítulos 4 e 5. Os textos-síntese resultantes da aplicação da análise de conteúdo estão presentes sob a forma de Box. Estão presentes também citações que não originaram categorias da análise de conteúdo, cuja importância reside na informação que transmitem.

## **CAPÍTULO II – QUESTÕES SOBRE A ANÁLISE DO TRABALHO FAMILIAR NO CAMPO FRENTE À COMPLEXIDADE DO ESPAÇO AGRÁRIO CONTEMPORÂNEO**

Nosso objetivo nesse capítulo é o de buscar um referencial teórico para a compreensão dos processos de tomada de decisão dos agricultores, suas estratégias de reprodução econômica, bem como as relações sociais que se estabelecem tanto internamente, quanto no momento da inserção destes no mercado de cebola, cultura amplamente praticada na área de estudo. Permeando estes elementos, a recente relação dos agricultores com a renda previdenciária. Buscando compreender estas questões, iremos nos valer de alguns referenciais concernentes ao universo da agricultura camponesa.

Considerando que a presente pesquisa privilegia especialmente a análise da vida dos aposentados rurais, sejam homens ou mulheres, a primeira reação do leitor seria a de questionar a necessidade de uma abordagem teórica desta natureza, já que os agricultores são aposentados. Ao contrário desta possível falsa impressão, argumentamos que o fato do agricultor atingir a terceira idade e/ou ter acesso ao benefício da aposentadoria não o desvincula automaticamente do universo do trabalho. Enquanto goza de saúde e de condições materiais mínimas que lhe possibilitem trabalhar, o aposentado rural permanece vinculado ao universo do trabalho. Manifesta portanto comportamentos sociais e econômicos que precisam ser compreendidos. Mesmo quando deixa de trabalhar, suas decisões serão fortemente influenciadas por um conjunto de estruturas de significados, que chamaremos aqui de *racionalidade camponesa*.

Exemplificamos nosso argumento com o caso do Sr. Inocêncio, 79 anos de idade, agricultor aposentado da localidade da Várzea, 1º distrito de São José do Norte (Foto 1). Mesmo tendo acesso ao benefício previdenciário, este agricultor permanece ligado ao trabalho, seja na pequena produção de hortigranjeiros que vende na vizinhança e cidade, seja no trabalho de diarista que efetua nas lavouras de cebola de seus vizinhos da localidade. Ao questioná-lo sobre como estava sua vida desde a aposentadoria, obtivemos a seguinte resposta: “– *Bem, graças a Deus.* (Questionado porquê) *Porque eu não tenho que pensá em certas preocupação: “hoje não tenho dinheiro, amanhã eu tenho”. Chega no fim do mês sempre tenho meus troquinho, chuleio, não boto fora* (risos). (Questionado se não existisse a renda da aposentadoria) *Ganhava do trabalho. Tanto é que tô trabalhando pra ganhá o pão de cada dia.”*

Foto 1: Aposentado trabalhando como diarista na colheita da cebola em São José do Norte.



Fonte: Foto do autor, 2005.



Julgamos esta abordagem teórica necessária, tendo em vista nossa metodologia, que pretende reconstituir o contexto sobre o qual incide a política social da previdência, as interações e impactos resultantes. Considerando a realidade local, os referenciais sobre a agricultura camponesa parecem ser mais adequados. A partir desta proposta, este capítulo está dividido em três subseções. A primeira, um debate necessário, considerando a existência de duas correntes teóricas a respeito do tema e nossa postura frente a esta realidade. Posteriormente, a abordagem sobre aspectos do comportamento social e econômico do camponês. Finalmente, uma abordagem às relações sociais estabelecidas entre o campesinato e a sociedade mais ampla.

## **2.1. O TRABALHO FAMILIAR NO CAMPO: COMPLEXO E MULTIFACETADO**

A produção científica sobre a agricultura cuja mão-de-obra se baseia no trabalho familiar sofreu transformações profundas no final do século XX. Estas foram fortemente influenciadas pelas transformações da própria agricultura de base familiar, em especial na Europa. A produção científica que testemunhou estas transformações, a partir das quais parte do campesinato europeu passou a ser denominado “Agricultura Familiar”, difundiu-se como paradigma para os países periféricos, dentre os quais o Brasil. Emerge a partir deste contexto um profundo debate sobre a validade do referido conceito para a realidade brasileira, bem como sua contraposição ao conceito de campesinato.

Nesse sentido, estabelecemos aqui uma reflexão abordando o debate teórico em torno dos conceitos de *agricultura familiar* e *campesinato* e a validade destes conceitos frente à realidade do espaço agrário brasileiro. Realidade em constante movimento de complexificação a partir da presença marcante dos movimentos sociais no campo, dos processos de reestruturação produtiva

e homogeneização cultural e resistência a esta, bem como a fluidez entre as fronteiras do mundo rural e urbano que assistimos na contemporaneidade.

### **2.1.1. O Problema do Embate Teórico Agricultura Familiar *Versus* Campesinato**

É possível perceber no debate teórico sobre a agricultura de base familiar a existência de divergências quanto à opção pela adoção dos conceitos de *campesinato* ou *agricultura familiar*. Esta divergência se torna explícita, por exemplo, no âmbito da geografia agrária, na qual diversos autores fazem críticas ao uso do conceito *agricultura familiar* em detrimento de *campesinato*. Para estes autores, os principais problemas do conceito de agricultura familiar seriam: a abordagem estritamente econômica, a despoltização da análise e a omissão do histórico de lutas e a subtração da carga ideológica de um componente importante da questão agrária brasileira. O trabalho familiar e como este se reproduz na sociedade capitalista. No caso dos movimentos sociais, Fernandes afirma:

“Para impedir estes processos, para tolher essa luta popular secular, o governo adotou nova tese e criou um “novo mundo rural” onde a agricultura camponesa é metamorfoseada em agricultura familiar, procurando convencer os trabalhadores de que o mundo mudou e que a luta pela terra é coisa do passado; que a subalternidade é “natural”, na “integração ao capital e ao mercado.” (FERNANDES, 2001, p. 2)

Ainda para este autor a construção teórica *agricultura familiar* baseia-se na concepção de que o campesinato representa o arcaico e o atrasado, em contrapartida da agricultura familiar que representaria o novo, a modernidade e o progresso<sup>13</sup>. Este modelo evolucionista tem, segundo

---

<sup>13</sup> O autor afirma que a partir destas concepções, os movimentos camponeses pagariam altos custos políticos (FERNANDES, *op. cit.*, p. 9).

Bombardi (2003, p. 5), importante defensor em Hugues Lamarche com sua coordenação da obra “Agricultura Familiar”. A partir deste estudo, do qual participaram pesquisadores de diversos países, este autor chega à conclusão de que, considerando os níveis de integração ao mercado, existiriam os modelos de agricultura familiar em que num extremo situa-se o *original* (o camponês) e no outro extremo o *ideal* como aquela agricultura familiar mais integrada ao mercado.

Naquela pesquisa foram tomados como critério as lógicas familiares a partir de três temas: *a terra*, como patrimônio familiar, como ferramenta de trabalho ou como objeto de especulação; *o trabalho*, familiar ou assalariado; e a *reprodução do estabelecimento*, onde as estratégias podem ser muito familiar, medianamente familiar e pouco familiar. Foram propostos então quatro paradigmas teóricos para as unidades de produção, no quais pode-se avaliar o grau de dependência tecnológica, financeira e do mercado (SILVA, 1999, p. 164): *Empresa*: pouco ou não familiares e fortemente dependentes; *Empresa familiar*: distingue-se do modelo anterior pela importância primordial da família, muito dependente do exterior; *Agricultura camponesa ou de subsistência*: funcionam mais num modelo de subsistência e de sobrevivência do camponês; *Agricultura familiar moderna*: menor papel da família e maior autonomia.

Segundo Bombardi (*op. cit.*) a proposição de Lamarche não se encaixa à realidade e, ao tentar explicar este desencaixe, o autor invalida sua proposição. Para Lamarche (1998, *apud* BOMBARDI, *op. cit.*), o fato da maioria dos estabelecimentos analisados posicionarem-se em situações intermediárias, considerando os quatro modelos, deve-se ao fato da prudência nas estratégias dos produtores, que procuram conservar uma certa margem de manobra, uma capacidade de regulação e de adaptação às diversas limitações, tanto internas quanto externas, com as quais eles devem defrontar-se regularmente. Ainda segundo a mesma autora, a

constituição do conceito de agricultura familiar deve-se a uma concepção estritamente econômica:

“Esta visão de agricultura familiar, assentada na idéia de que estes já não são camponeses - e que, portanto, podem e devem até mesmo desenvolver outras atividades que não agrícolas - posto que estão imensamente envolvidos com o mercado, tem duas implicações que considero extremamente sérias, sobretudo se considerarmos o peso que esta concepção tem tido no direcionamento das políticas públicas no Brasil. A primeira questão é que esta visão negligencia toda uma ordem de valores que se inserem no plano moral e, que, a despeito da integração destes camponeses no mercado, orienta-lhes a prática, a vida cotidiana e as relações que estabelecem com a sociedade global, como procuramos mostrar. A segunda implicação está no fato de que esta abordagem não comporta uma explicação para os movimentos sociais no campo que lutam pela reforma agrária.” (BOMBARDI, 2003, p. 17)

A oposição ao uso dos conceitos também se expressa por parte daqueles que abordam o tema sob a perspectiva do conceito de *agricultura familiar*. Nesse sentido, Fernandes (2002, p. 2) afirma que: “(...) *os pesquisadores que utilizam o conceito de agricultura familiar com consistência teórica, não usam o conceito de camponês. Já os pesquisadores que utilizam o conceito de camponês, podem chamá-los de agricultores familiares, não como conceito, mas como condição de organização do trabalho.*”

Sobre a primeira afirmação cabe o exemplo das colocações de Ricardo Abramovay, um dos teóricos que analisou profundamente o que considera um movimento de transformação do campesinato em agricultura familiar:

“Um outro obstáculo teórico para a compreensão da realidade agrária contemporânea no capitalismo central está nas ambigüidades com que a noção de unidade familiar de produção tem sido tratada. Convém insistir neste ponto, pois a associação entre este tipo de estabelecimento e *small farm*, “pequena produção”, “produção de baixa renda”, “agricultura camponesa”, entre outros, é recorrente e impede que se perceba a dupla e

fundamental especificidade da agricultura familiar tal como se desenvolveu, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, nos países capitalistas avançados: por um lado seu dinamismo econômico, sua capacidade de inovação técnica, suas formas sociais inéditas com relação ao passado de que algumas vezes se origina, mas com o qual mantém laços cada vez mais tênues. Por outro lado – e este é um aspecto decisivo – a agricultura familiar é um fenômeno tão generalizado nos países capitalistas avançados que não pode ser explicada pela herança histórica camponesa, de fato, em alguns casos existentes: na verdade, o Estado foi determinante na moldagem da atual estrutura social do capitalismo agrário das nações centrais.” (ABRAMOVAY, 1998, p. 21) (Grifos no original)

Percebe-se que a abordagem da *agricultura familiar* está calcada sobre traços observados na agricultura dos países centrais do sistema econômico capitalista, como afirmamos anteriormente, nos quais pesou a ação do Estado como agente transformador. Estes traços a distinguem do campesinato, impossibilitando o uso indiscriminado dos conceitos, como também defende Silva (1999, p. 162):

“Em primeiro lugar é preciso demarcar uma distinção: não se pode confundir produção camponesa com produção familiar. Se é verdade que a produção camponesa é familiar, nem toda a produção familiar é camponesa. O sistema produtivo camponês tem um funcionamento bastante particularizado, equilibrando numa delicada relação trabalho e consumo, onde não há lugar para categorias econômicas tradicionais como lucro ou salário, pois o objetivo perseguido é o valor de uso e não o valor de troca.”

Pelo que vemos, de ambas as partes torna-se explícita a advertência para o cuidado com o uso indiscriminado dos conceitos. Dito isto, não acreditamos que o problema resida na existência de um conceito denominado *agricultura familiar*, produzido com consistência teórica. Um conceito desenvolvido no âmbito acadêmico, que se diferencia do conceito de campesinato essencialmente por adotar critérios econômicos a partir de uma abordagem liberal daqueles que pensam a respeito do tema. Desta forma, estamos advertidos: aqueles que estão trabalhando com

o conceito de agricultura familiar com fidelidade às suas raízes teóricas, a saber, a realidade agrária dos países centrais do capitalismo, não estão preocupados com possíveis enclaves de resistência ao sistema econômico capitalista que o campesinato possa representar, mas justamente em analisar como o trabalho familiar se torna dinâmico tecnológica e economicamente dentro do sistema econômico capitalista, e que para os mesmos preserva pouca ou nenhuma relação com a agricultura camponesa.

O problema passivo de debate é a captação do conceito de agricultura familiar por parte do Estado, e seu uso indiscriminado, englobando desde aqueles que, mesmo em número reduzido, realmente poderiam ser classificados como “agricultores familiares” a partir dos critérios cientificamente estabelecidos, até agricultores que na realidade são camponeses se analisamos de maneira mais aprofundada. Para este grupo, no entanto, as conseqüências da generalização são mais problemáticas.

O problema do conceito de agricultura familiar, aquele acadêmico e assentado sobre forte base empírica é que sua nomenclatura escolhida, isto é, a palavra que representa o conjunto de idéias e que juntos formam o conceito é demasiado generalista, o que abre espaço para adoções generalizantes como a realizada pelo Estado brasileiro.

A questão a ser abordada neste momento é a seguinte: como analisar cientificamente o trabalho familiar na agricultura, especialmente na realidade brasileira? A partir exclusivamente do conceito de campesinato? Ou pelo contrário, adotando a *agricultura familiar* como a única ferramenta de análise?

Tentaremos mostrar aqui alguns elementos deste impasse, tais como opções teóricas de alguns pesquisadores, bem como aspectos ligados à realidade da agricultura européia e brasileira. Para citar um exemplo daqueles pesquisadores que optaram pela exclusividade do conceito de

agricultura familiar nas pesquisas, temos o caso de Hespanhol<sup>14</sup> (2000, apud, FERNANDES, 2002, p. 3) a qual afirma:

“(...) que a utilização na década de 1990, da categoria de análise agricultura familiar para designar *genericamente* as unidades produtivas, nas quais a terra, os meios de produção e o trabalho encontram-se estreitamente vinculados ao grupo familiar, deve ser aprendida como um reflexo das alterações recentes ocorridas na agricultura brasileira e que, em última análise, levaram a valorização do segmento familiar. Nesse sentido, as categorias de análise até então utilizadas para caracterizarem essas unidades de produção, como campesinato, pequena produção, agricultura de subsistência, produção de baixa renda, entre outras, perderam seu poder explicativo, favorecendo a emergência de novas concepções teóricas consubstanciadas na categoria agricultura familiar.” (Grifo nosso)

A crença de que a agricultura camponesa deixou de ser uma concepção teórica coerente com a realidade brasileira deve ser relativizada a partir do exemplo dado por Maria José Carneiro em sua discussão sobre pluriatividade. A autora aponta para o fato de que esta abordagem passou muito recentemente a ser formulada no Brasil, nos mesmos termos do debate europeu, e se questiona: “(...) *seria o caso de indagarmos se esse redirecionamento do debate da agricultura familiar teria sido provocado por mudanças na realidade rural brasileira ou por mera inspiração da bibliografia estrangeira.*” (CARNEIRO, 1998, p. 210)

Por outro lado, parece-nos importante considerar um contexto mais amplo, numa escala que supera a nacional, para que possamos observar as transformações estruturais do trabalho familiar na agricultura nos países centrais, e como formas de organização e lógicas podem estar em processo de transformação também no Brasil, o que nos levará à necessidade futura de

---

<sup>14</sup> HESPANHOL, R. A. de M. **A produção familiar**: perspectivas de análise e inserção na microrregião geográfica de Presidente Prudente. Rio Claro, 2000. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós – Graduação em Geografia do Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista.

adequação das ferramentas de análise. Nesse contexto, a realidade francesa é sempre um caso emblemático, na medida em que se trata de um país que preservou uma estrutura fundiária pulverizada a partir de pequenas propriedades, ao mesmo tempo inseridas no capitalismo.

Alguns aspectos das transformações ocorridas com os agricultores franceses são apontados por Yves Jean, (s/d, p. 2) as quais proporcionaram a reestruturação das unidades de produção daquele país. Entre as transformações encontram-se o fim do sistema de policultura e policriação (um dos traços mais universais dos sistemas de produção geridos por camponeses), a especialização, integração crescente ao mercado e uma monetarização da atividade. A partir disto ocorreu a passagem de uma agricultura camponesa à uma agricultura de mercado, cujo traço marcante é a dependência ao sistema bancário de financiamento<sup>15</sup>. Tais indícios são apontados para o caso brasileiro por João Carlos Tedesco:

“Observamos algumas redefinições por que passou a unidade familiar à medida que foi induzida às formas modernas de produzir. Na medida da inserção ao processo produtivo moderno, as relações de trabalho vão sendo modificadas, e os espaços vão sendo construídos; conceitos e noções da realidade vão sendo objetivados pela economia mercantil e pelo modelo produtivista. As relações de convívio familiar e social passam por um processo de transformação; a dimensão do espaço e do tempo é subtraída e direcionada na busca da orientação econômica.” (TEDESCO, 2001, p. 142-143)

Por outro lado, Tedesco (*op. cit.*, p. 127) afirma não existir uma noção unívoca entre os agricultores integrados do que seja rendimento, na medida em que não utilizam critérios capitalistas para tal cálculo. O autor se questiona sobre seu conhecimento de valores como *força de trabalho, juros sobre o capital e depreciação*. Segundo o mesmo, o agricultor integrado

---

<sup>15</sup> É importante destacar todavia que este não foi um processo homogêneo. Pelo contrário, Carneiro (*op. cit.*) mostra que as propriedades rurais situadas em regiões de montanha ficaram alheias ao processo de modernização ocorrido e muitas foram aquelas que sucumbiram na tentativa de galgar todas as etapas deste processo (MAZOYER e ROUDART, 1998).



verticalmente não pode ter uma noção clara de rendimento, devido ao controle do seu tempo de suas práticas e sobre si mesmo. Outros fatores como subtração do lazer, descanso aos domingos, trabalho noturno, comporiam, numa contabilidade capitalista, fatores constitutivos do valor.

Vemos que a constituição estanque de modelos de análise mostra sua fragilidade frente à complexidade do real. Plaza (2001, *apud* Mora y Sumpsi, 2003, p. 8) ao analisar o histórico de políticas e ações de desenvolvimento rural dos governos e organizações não-governamentais na América Latina, desde os anos 50 até os anos 90, indiferente das variadas posturas adotadas nas ações, mostra que foram bastante incompletos justamente por negligenciarem aspectos centrais como:

- O funcionamento e organização dos sistemas de produção dos camponeses e pequenos agricultores;
- As formas de organização e lógicas culturais dos camponeses e pequenos produtores;
- As relações cidade-campo e as características da sociedade rural;
- O funcionamento real dos mercados;
- Os mecanismos de dominação e poder exercidos sobre a produção, comercialização e as condições de vida dos camponeses e pequenos produtores agrícolas;
- A necessidade de transformar o poder tradicional e fortalecer as capacidades locais;
- A necessidade de contar com estratégias e organismos de planejamento regional e local, articulados com as políticas nacionais de desenvolvimento.

Desta forma, políticas estatais orientadas por conceitos que não privilegiem estas dimensões obviamente não serão capazes de dar conta da complexidade das relações sociais no meio rural, nem propor mecanismos de desenvolvimento rural capazes de transformar a estrutura destas relações nas quais a dominação econômica é uma constante.

A complexidade da questão está baseada nos seguintes fatores: não se pode aceitar a afirmação do “fim do campesinato” como uma explicação válida. A realidade do espaço agrário brasileiro aponta para a existência e a reprodução de um setor camponês da sociedade em número elevado para ser desconsiderado e muito superior numericamente àquilo que se tem chamado “agricultura familiar” em seus moldes originalmente definidos pela academia. Todavia, não se pode omitir o fato das transformações ocorridas no universo do trabalho familiar, em especial na Europa, mas que começa a apresentar seus indícios em países periféricos como o Brasil a partir da diversificação das relações capitalistas de produção no campo e da integração dos camponeses com o capital industrial, mesmo através de relações não-tipicamente capitalistas. Assim, emergem formas de organização do trabalho, da família e dos recursos, cuja categoria de análise “campesinato” nos põe ante um paradoxo, na medida em que alguns elementos deste universo parecem não mais se encaixar. Surge a indagação: podemos rechaçar a universalização do conceito de *agricultura familiar*, mas, podemos negar a ocorrência de transformações cujos resultados se aproximam desta categoria específica? Nossa atual dificuldade de identificação e aplicação de conceitos não seria resultado de transformações em processo, as quais produziriam situações intermediárias em que ambos os conceitos abordados aqui pareceriam não ser plenamente apropriados?

A este respeito, nos valem das reflexões de Max Weber (1992) e do filósofo Bruno Latour (1994). A advertência de Max Weber a respeito de seus *Tipos Ideais* deixa claro: qualquer construção que reduza a multiplicidade da realidade a alguns tipos específicos trata-se de um mero recurso conceitual com o objetivo de facilitar a apreensão desta realidade. Para Weber: “*é impossível encontrar empiricamente na realidade este quadro, na sua pureza conceitual, pois trata-se de uma utopia.*” (Weber, 1992, p. 137).

Ainda neste contexto, uma importante discussão sobre o esforço de purificação da ciência é elaborada pelo filósofo Bruno Latour. Quando ele debate sobre a constituição dos pólos antagônicos Natureza / Sociedade pela modernidade, mostra-nos o caminho para a observação de mais dicotomias. Segundo o mesmo, encarnar o espírito purificador da ciência moderna, significa estar sujeito ao que ela permite estudar, e ao que ela proíbe, àquilo que a mesma revela ou esconde (Latour, 1994, p. 50). Nos situamos diante de um dilema: qual dimensão privilegiar? Aquela dos pólos estanques, ou o contrário, o espaço intermediário entre estes? O filósofo nos dá a resposta:

“Este é todo o paradoxo moderno: se levarmos em consideração os híbridos, estamos apenas diante de mistos de natureza e cultura; se consideramos o trabalho de purificação, estamos diante de uma separação total entre natureza e cultura. *É a relação entre os dois processos que eu gostaria de compreender.*” (LATOURE, *op.cit.* p. 35) (grifo nosso)

A idéia a qual se pretende chegar com o que foi dito aqui é que ao optarmos pelo procedimento da escolha de um conceito puro, fatalmente seremos expostos a eventuais e incômodas situações de desencaixe, proporcionadas pelo complexo quadro que se estabelece, tanto na sociedade urbana quanto na rural.

O momento atual parece ser mais apropriado às indagações do que às respostas definitivas. Faz-se necessário encarar e refletir sobre os fatos. O campesinato contemporâneo se relaciona tanto com o mercado mesmo que de maneira simples, quanto com o universo contratual e contábil típico de situações de integração, bem como com a expansão do *modus vivendi* urbano sobre o rural, seus padrões de relações pessoais e hábitos de consumo, além do poder das tecnologias da informação em que se destaca a mídia. Tende com isso a passar por mudanças nos traços clássicos do que se convencionou reconhecer como este campesinato. Isto não significa a

extinção deste modo de viver e produzir. Significa apenas que iremos nos deparar com situações mais complexas, multifacetadas, marcadas por permanências e rupturas.

No caso de nosso estudo, acreditamos estar diante desta realidade multifacetada, na qual se mesclam traços de um “tipo ideal” camponês, com elementos como a especialização produtiva, a monetarização da racionalidade, apesar da inexistência de contabilidade e categorias capitalistas como salário, mudanças na vida comunitária como a eliminação de espaços de convívio e a emergência de formas diferenciadas de relação com a terra e o trabalho, enfim, um quadro extremamente complexo para o qual adotamos o referencial da agricultura camponesa, mas conscientes das continuidades e rupturas presentes.

## **2.2. ALGUNS ELEMENTOS DA ECONOMIA E SOCIEDADE CAMPONESAS**

Uma categoria social que até o presente escapou, não impunemente, da previsão de extinção posta pelo pensamento de Karl Marx, quando o ímpeto do capitalismo europeu polarizava classes sociais e tornava incerto o futuro de um grupo que simultânea e anacronicamente detinha a posse da terra e dos meios de produção, mas não explorava o trabalho de ninguém mais do que os próprios membros da família, entregando, ao contrário, parte deste trabalho de forma gratuita à sociedade. Este é o campesinato que se, segundo Teodor Shanin, existiu até os anos 1980, é provável que continue existindo por muito tempo (MOURA, 1986, p. 17). Todavia, se não podemos falar de extinção também é necessário estarmos atentos para inúmeras redefinições pelas quais parte desta categoria social passou ao longo dos séculos em diversos países, e que se intensificaram no segundo pós-guerra, num espectro de situações que varia de acordo com caracteres históricos, sociais, políticos, econômicos e culturais de cada país ou região nos quais estão inseridos.

Esta análise da permanência/recriação do campesinato no seio do sistema econômico capitalista, nos põe diante de uma abordagem “de classe”, tomando o campesinato como um todo, observando seu desenvolvimento histórico e encarando esta massa camponesa como um *processo* com emergências, desintegrações e re-emergências (SHANIN, 1973, p. 2), uma entidade histórica que se reproduz no seio de sociedades mais amplas, as sociedades globais de que nos fala Maria Izaura Queiroz (1978). O campesinato do presente está inserido numa sociedade global do tipo capitalista urbano-industrial, que se encontra no estágio de desenvolvimento que Milton Santos intitula *meio técnico científico informacional* (2002). Precisamos estar atentos para esta realidade, sob pena de encarmos falsamente o campesinato como uma entidade plenamente alheia ao entorno social, o que tornaria inteligíveis as rupturas que amalgamadas às continuidades delineiam, com grande diversidade, o campesinato do presente.

Entender o campesinato enquanto categoria social, que poderia ser considerada *o todo* exige a busca da compreensão *da parte*, isto é, o indivíduo camponês, ou melhor, a unidade de produção camponesa, tendo a família como núcleo duro. Como esta se organiza econômica e socialmente e como se relaciona com a comunidade mais imediata e com a sociedade mais ampla. Em nossa pesquisa, buscaremos um trânsito entre determinações internas e externas à unidade de produção. A racionalidade camponesa resistindo, convivendo, interagindo e transformando-se na medida desta interação com a realidade social e econômica que a cerca. Articulamos conhecimentos que permitam delimitar o quadro pré-existente à política previdenciária no município de São José do Norte, bem como os resultados da inserção desta política na vida das famílias.

### 2.2.1 Racionalidade Econômica Camponesa

“*Portadores de um comportamento economicamente irracional*”: assim foi considerado o campesinato perante boa parte da civilização ocidental moderna à medida que o capitalismo se desenvolvia e tornava-se mais e mais complexo. Capital, lucro, salário, juros, são apenas algumas das categorias econômicas tipicamente capitalistas das quais não é possível lançar mão para a compreensão dos mecanismos internos que regem a economia camponesa. Isto não significa que o camponês não utilize estas expressões em seu discurso, como por exemplo, a expressão *lucro* quando refere-se à renda<sup>16</sup> líquida resultante de sua atividade. Assim como o homem urbano muitas vezes utiliza, buscando legitimar seu discurso, complexos conceitos da física, medicina, estatística ou economia sem entender completamente o significado destes ou até mesmo usando-as equivocadamente, o camponês, na relação com o urbano, absorve estas expressões capitalistas em seu discurso, o que não implica sua plena correspondência com a realidade do camponês.

O fato é que ao campesinato são imputadas adjetivações que remetem à idéia de irracionalidade econômica, como ilustra a passagem:

“A idéia de um meio rural arcaico, caracterizado pelo atraso cultural das estruturas camponesas, teve efeito nefasto à compreensão de sua existência, já que colocava num plano idealista de “mentalidades resistentes à mudança” a explicação da não-transformação do campesinato. Trocando em miúdos, o campesinato não assimilaria técnicas agrícolas modernas e uma concepção lucrativa da condução de seus pequenos empreendimentos devido ao seu tradicionalismo.” (MOURA, 1986, p. 68)

---

<sup>16</sup> Tomamos aqui o conceito de renda como “fluxo de unidade monetária por unidade de tempo.” (SANDRONI, 2002, p. 520). Esta expressão será utilizada ao longo do trabalho para representar tanto o fluxo de valores provenientes do trabalho agrícola quanto as entradas provenientes da previdência rural. Será utilizada a acepção *renda da terra* quando tratarmos de sobre-remuneração decorrente de monopólio.

Tal concepção advém da transposição direta de categorias econômicas capitalistas e da expectativa em torno de um comportamento econômico não condizente com a realidade dos agricultores camponeses. Raiz de preconceitos, tal perspectiva também não ofereceu um instrumental analítico coerente com esta categoria social. Dentro do marxismo, uma teoria do comportamento econômico camponês também não se desenvolveu por que a crença (ou o interesse ideológico) em seu desaparecimento não o permitiu, sendo o campesinato abordado como uma forma social residual, em vias de extinção.

É a partir de fortes evidências empíricas, do convívio com extensionistas rurais e suas dificuldades de análise do campesinato (ABRAMOVAY, 1998) e de uma aproximação não-ortodoxa do marginalismo<sup>17</sup> que Alexander V. Chayanov desenvolveu no primeiro quartel do século XX sua *Teoria dos sistemas econômicos não-capitalistas*, obra considerada referência na análise econômica do campesinato.

#### a) A Contribuição de Alexander V. Chayanov

A análise de Chayanov sobre o comportamento econômico das unidades de produção camponesas está baseada na expressão *tyagostnost* ou conforme a tradução, *sofrimento do trabalho* (MOURA, 1986, P. 17). Segundo o autor, tal condição compõe, juntamente com as necessidades de consumo da família, um algoritmo no qual o trabalho familiar será aplicado na busca pela satisfação das necessidades até o alcance de uma situação ótima na qual exista um

---

<sup>17</sup> O marginalismo ou escola marginalista trata-se de uma corrente da economia para a qual a definição do valor se dá por um critério subjetivo, a utilidade, ou seja, a capacidade de um bem em satisfazer as necessidades humanas, sendo a própria utilidade do bem valorada a partir de referências subjetivas. Assim sendo, existe um gradiente de valoração dos bens de acordo com as necessidades dos homens, afastando-se da concepção do valor-trabalho. Tornou-se a interpretação econômica oficial dos estados capitalistas até a crise de 1929, quando suas premissas liberais, como a da *concorrência perfeita* mostraram sua fragilidade, abrindo espaço para as formulações de Keynes (SANDRONI, 2002, p. 367). Chayanov não pode ser considerado um marginalista *strictu sensu* porque reconhece que tal pensamento é insuficiente para explicar o comportamento macroeconômico.

equilíbrio entre necessidades satisfeitas e esforço despendido para que estas fossem saciadas (CHAYANOV, 1987). A partir de um determinado estágio de necessidades satisfeitas, a aplicação de mais trabalho familiar será paulatinamente desconsiderada, visto que o *tyagostnost* resultante não compensará o novo patamar alcançado de satisfação.

Retomando a questão da suposta irracionalidade econômica do campesinato, examinamos algumas colocações de Max Weber. Em sua análise das categorias sociológicas fundamentais da gestão econômica (WEBER, 1999, p. 37) importa-nos uma de suas primeiras colocações:

“Uma ação será denominada “economicamente *orientada*” na medida em que, segundo seu sentido visado, esteja referida a cuidados de satisfazer o desejo de obter certas utilidades. Denominamos “gestão econômica” o exercício *pacífico* do poder de disposição que *primariamente* é economicamente orientado, havendo “gestão econômica racional” quando tem caráter racional com referência a fins e de acordo com um *plano*.”  
(grifos no original)

Vemos que o caráter *racional* da gestão econômica está ligado à consideração de fins (satisfação de necessidades) a serem atingidos através de ações, ou seja, o fato do camponês não buscar a formação de capital, o uso de trabalho assalariado e a ampliação do capital no final do ciclo, não significa que seu comportamento econômico seja irracional. Ocorre simplesmente que não corresponde à racionalidade tipicamente capitalista, na medida em que se trata de uma forma de economia *natural*, como define Chayanov, na qual a atividade econômica está subordinada à satisfação das necessidades de consumo da unidade de produção (CHAYANOV, 1987, p. 52), uma abordagem que se aproxima da *circulação simples de mercadorias*, cujo objetivo final é a satisfação das necessidades de consumo, o ciclo M – D – M (MARX, Livro I, Volume 1, 1998, p. 180).



Neste tipo de economia natural, conforme Chayanov, o cálculo tem um alto grau qualitativo, no qual entre os bens e as necessidades existentes são estabelecidas relações como: *é suficiente, é insuficiente, falta mais um pouco*. Em suma, inexistem um cálculo contábil tipicamente capitalista, cujas características do *cálculo em dinheiro* de Weber são esclarecedoras. Reproduzimo-las fielmente do original (WEBER, 1999, p. 53) segundo o qual o cálculo em dinheiro em seu exemplo mais racional é composto por:

1. A estimação segundo a situação de mercado (atual ou esperada) de todas as utilidades ou meios de produção ou obtenção, do mesmo modo que de todas as oportunidades econômicas de alguma forma relevantes, consideradas necessárias para determinado fim de produção ou obtenção atual ou futura, que efetiva ou provavelmente estejam disponíveis ou, quando se encontram em poder de disposição alheio, podem ser obtidos ou estão perdidos ou de alguma forma ameaçados;
2. A averiguação numérica: a) das possibilidades de toda ação econômica intencional e b) do resultado de toda ação econômica realizada na forma de um cálculo em dinheiro de “custo” e de “rendimento”, que compara entre si as diversas possibilidades, e de um exame, que compara entre si os “rendimentos líquidos” estimados das diversas formas de comportamento possíveis, sobre a base desses cálculos;
3. A comparação periódica do conjunto de bens e possibilidades disponíveis a uma economia em relação aos que esta dispõe no começo do período, em ambos os casos em dinheiro;
4. A estimação prévia e averiguação posterior daquelas entradas e saídas consistentes ou calculáveis em dinheiro das quais uma economia – conservando-se o valor estimado em dinheiro do conjunto de seus meios disponíveis (tópico 3) – tem a possibilidade de dispor durante um determinado período;
5. A orientação por esses dados (tópicos 1 a 4) da satisfação de suas necessidades empregando-se o dinheiro disponível em determinado período de cálculo (conforme tópico 4) para as utilidades desejadas, segundo princípio da utilidade marginal.

Como no campesinato não existe a subordinação à taxa média de lucro, a averiguação numérica minuciosa, tanto imediata quanto menos periódica, não compõe o conjunto de procedimentos desta forma de economia. Mais que um traço clássico, a ausência de contabilidade

é uma realidade ainda observável (como veremos no caso da área de estudo) nas experiências empíricas<sup>18</sup>, obviamente com exceções tais como o contexto de integração vertical.

Retornando ao pensamento de Chayanov é possível compreender esta característica. Segundo o mesmo, a economia camponesa não opera a partir da capacidade de trabalho existente, mas é determinada pela composição da família, variando ao longo do tempo acompanhado a evolução demográfica da unidade de produção. Vale lembrar que a unidade de produção camponesa está fundida com a unidade de consumo, a moradia e seus ocupantes, formando uma unidade indivisível. Assim, a composição da família e o universo de necessidades resultante orienta o comportamento econômico, o trabalho da família a ser aplicado, o conhecido equilíbrio *trabalho/consumo*.

Esta construção teórica sofreu críticas, em especial a respeito da abstração às condições externas à unidade de produção camponesa, em que pesa o sistema capitalista. O individualismo no qual se baseia a teoria, no sentido de fundamentar-se num modelo marginalista de escolhas da família, considerando ampla a elasticidade das demandas, que ao invés de uniforme e culturalmente determinadas, apresentam-se culturalmente variáveis (HARRISON, 1987).

O problema do desacoplamento chayanoviano entre campesinato e sociedade global recebeu na década de 1970 a contribuição de Jerzy Tepicht<sup>19</sup>. Ele mantém a consideração das determinações internas assim como Chayanov, mas complementa considerando o ambiente social no qual a unidade, ou unidades de produção, se inserem. Tepicht é formulador da idéia de que o campesinato é um *modo de produção*, sem contudo gerar formações sociais específicas, se incrustando em outras formações sociais, como a feudal e a capitalista, por exemplo. Aproxima-

---

<sup>18</sup> “A maioria dos agricultores não faz controle das receitas e despesas, não faz análises de custos, portanto, não conhece as margens brutas (...) Eles percebem que estão empobrecendo ou apenas se mantendo na atividade, mas não conseguem detectar a fonte dos seus problemas (...)” (BLUM, 2001, p. 79)

<sup>19</sup> TEPICH, J. **Marxisme et agriculture**: le paysan polonais. Armand Colin. Paris. 1973.

se então do referencial marxista, já que diz ser o campesinato o cumpridor da tarefa de fornecer produtos agropecuários a baixos preços (ABRAMOVAY, 1998, p. 73), ou seja, entregar trabalho de forma gratuita à sociedade dentro do sistema capitalista.

Para Tepicht esta capacidade advém da existência no interior do campesinato, de algo que ele chama de *forças marginais* (ABRAMOVAY, 1998, p. 74). Trata-se da possibilidade do emprego de trabalho em pequenas atividades que garantem a subsistência da família, como a pequena criação de animais, cultivo de hortas e pomares entre outros serviços. Estes serviços são realizados por mulheres, crianças, *idosos* e pelo chefe da exploração nas margens de tempo disponíveis além daquele dedicado ao trato da(s) principal(is) cultura(s). Isto implica que, mesmo considerando o camponês um *trabalhador para o capital*, as particularidades frente ao proletariado urbano se preservam, já que o camponês pode lançar mão destas margens de tempo e da força de trabalho latente para garantir a sobrevivência da família, algo que o operário urbano não pode fazer. Para Tepicht esta peculiaridade explica a permanência dos camponeses no campo, mesmo frente à situação de baixa remuneração da atividade familiar. Para nós, explica também o interesse do capital nos sistemas de integração vertical e da absorção da indústria de mão-de-obra camponesa, o que configura uma das modalidades de trabalho em tempo parcial, como o exemplo da indústria têxtil em Santa Catarina, analisado por Flávio Sacco dos Anjos (1996, p. 133)<sup>20</sup>.

A abordagem de Jerzy Tepicht nos permite considerar a reprodução do campesinato no ambiente capitalista, as pressões exercidas sobre o campesinato seja através do Estado, seja por atores econômicos privados, a influência da cultura de massa urbano-industrial sobre os padrões

---

<sup>20</sup> “Tais elementos devem ser apontados à luz dos interesses de expansão das indústrias que se traduzem em procedimentos e mecanismos específicos de absorção da mão-de-obra de origem rural. Não somente as qualidades intrínsecas dos operários residentes no campo que tanto atraem as indústrias, entre as quais figuram em destaque a vocação para o trabalho e a perfeita assimilação a rotina na fábrica e dos ideais da empresa. Acima de tudo conferem-lhe características próprias, que ressalta a capacidade de assegurar parte da sua sobrevivência, atributo que, no limite, tende a reduzir o ônus da empresa em garantir a reprodução desta força de trabalho.” (*op. cit., loc. cit*)

de consumo camponeses, entre outros fatores que tendem a redefinir caracteres típicos do universo camponês. Examinaremos a questão da relação com a sociedade global urbano-industrial, especialmente no que toca à intermediação mercantil no tópico 2.3, em função da realidade estudada em nosso caso.

Distantes da intenção de uma transposição direta de um referencial estabelecido num outro tempo e espaço para a realidade estudada, buscamos constituir um ponto de partida, um “tipo ideal” a partir do qual seja possível identificar elementos de continuidade e de ruptura, bem como compreender os eventos ocorridos na trajetória das famílias da área de estudo.

#### b) O Binômio “Certeza/Incerteza” na tomada das decisões

Como vimos anteriormente, outro aspecto imputado ao campesinato diz respeito ao conservadorismo, a resistência à mudança ou inovação. Mais que um comportamento gratuito, representa a estratégia de sobrevivência num contexto em que:

“A agricultura significa uma intervenção utilitária na natureza sem, entretanto, se curvar totalmente às necessidades humanas e com nenhuma habilidade para prever completamente os resultados (...) O caráter parcial do controle sobre os resultados do trabalho próprio de alguém expõe a agricultura a constantes altos e baixos determinados pela natureza (...)” (SHANIN, 1973, p. 9)

Assim, as decisões a respeito da esfera da produção também passam pela constante consideração de um binômio constituído por *certeza* (da necessidade) e *incerteza* (do êxito). Com efeito, a família precisa considerar as limitações internas e externas à unidade de produção e a partir destas traçar estratégias capazes de garantir um patamar mínimo de segurança aos membros, através da existência de uma margem de manobra frente aos imprevistos. Esta

prudência, ou *sabedoria camponesa* (LEFEBVRE, 1971)<sup>21</sup> explica a permanência de situações intermediárias entre campesinato e o que poderíamos considerar *agricultura familiar empresarial* encontradas por Hughes Lamarche, conforme nos mostrou Bombardi (2003). Michael Lipton<sup>22</sup> fez parte do grupo de economistas da década de 1960 que retomaram as análises do campesinato, com diferentes abordagens é verdade (ABRAMOVAY, 1998). Lipton propôs justamente um modelo no qual a família camponesa, com base na realidade que a cerca investirá valores e esforço na produção até perceber que ao continuá-lo, estará pondo em *risco* a manutenção da família pela ocorrência de prejuízos à produtividade. Na visão deste autor, a conduta do camponês seria orientada mais por estratégias de sobrevivência do que de maximização de lucros.

### **2.2.2. Família e Comunidade: nem tudo é economia na racionalidade camponesa**

A família e a *aldeia* representam, segundo Teodor Shanin (1973) duas das dimensões fundamentais da ação social no campesinato. A pequena localidade ou *aldeia* na acepção mais universal representa a materialidade do grupo que a compõe, a comunidade, ou seja, uma paisagem cultural testemunha de um espaço social.

A família é a unidade fundamental no campesinato. Tanto do ponto de vista da lógica econômica, como vimos, quanto das relações sociais que se operam e que, por sua vez, influenciam práticas econômicas. É importante levar em consideração que o grupo familiar pode extrapolar a escala da unidade de produção e que a própria concepção de família esteja em pleno processo de redefinição, com evidências mais sensíveis no meio urbano é verdade. Na família convivem, não raro, crianças, adolescentes, adultos e idosos, pessoas de diferentes gerações, com

---

<sup>21</sup> “Hay aquí una mezcla curiosa de prudencia, iniciativa, desconfianza, credulidad, rutina: la sabiduría campesina. El análisis descubre por fin fisuras en este orden, incertidumbres en esta “sabiduría”, desequilibrios más o menos durables, debidos a causas más o menos profundas: es decir problemas, necesidades, tendencias, conflictos, adaptaciones e inadaptaciones.” (LEFEBVRE, 1971, p. 19) (grifo no original)

<sup>22</sup> LIPTON, M. **The theory of optimising peasant**. The Journal of Development Studies, v. 4 nº 3:327-351.

diferentes histórias de vida e visões de mundo diversas, o que nos coloca a questão das necessidades de consumo, que tendem a se complexificar, influenciando também o comportamento econômico da unidade de produção. Nos relacionamentos, entrecruzam-se autarquia, dependência, cooperação. Ora convergência, ora conflitos de opiniões e interesses. Em suma, “os relacionamentos são construídos e negociados permanentemente.” (TEDESCO, 1999, p. 173)

Do ponto de vista material, o grupo familiar é a primeira dimensão das relações de ajuda. O idoso já aposentado representa em muitas situações o esteio econômico da família, sendo reconhecido como tal pelos demais membros, mesmo quando não compartilha residência. Ocorrem trocas mútuas entre estes membros. Os mais jovens representam a força de trabalho que o idoso não mais possui, tendo este a oferecer seu conhecimento acumulado ao longo do tempo, seu saber-fazer, apesar dos elementos de modernidade no trato com a terra solaparem as bases desta transmissão intergeracional. O idoso pode representar um importante agente de agregação da comunidade, visto que práticas culturais e religiosas (com capacidade de construir e reforçar laços entre os membros da família e da comunidade) têm sua reprodução histórica garantida por estas pessoas.

A comunidade por sua vez é o espaço social das relações de interconhecimento, da troca de saberes, das relações de compadrio, laços de afetividade e do *engajamento de ordem moral* (TEDESCO, 1999)<sup>23</sup>, tendo a igreja, a *venda* (armazém) e a sede do time de futebol como alguns dos espaços (alguns não muito privilegiados) de encontro. Aí aparece todo o sentido da diferença entre comunidade e sociedade, tendo a segunda uma escala mais ampla e a natureza impessoal das relações, uma noção que desterritorializa os vínculos microescalares de lugar ou região,

---

<sup>23</sup> “Uma relação social denomina-se “relação comunitária” quando e na medida em que a atitude na ação social – no caso particular ou em média ou no tipo puro – repousa no *sentimento* subjetivo dos participantes de *pertencer* (afetiva ou tradicionalmente) ao *mesmo grupo*. (WEBER, 1999, p. 25) (grifos no original)

reterritorializando a identidade e lealdade à escala macro do Estado-Nação, mais uma construção moderna (WEIL, 1949<sup>24</sup>, *apud* HAESBAERT, 2004, p. 219).

As relações de troca são simbólicas e materiais. O abate de um porco, de um boi, a troca de serviços no plantio e na colheita são ocasiões de aglutinação dos membros da comunidade. Neste sentido, Karl Polanyi (Polanyi *et al*, 1957<sup>25</sup>, *apud* SHANIN, 1973, p. 14) estabelece uma taxonomia das relações de troca: a) *o presente recíproco institucionalizado*; b) redistribuição centralizada seguindo a taxaço prescrita tradicionalmente por um governo centralizado; e c) relações de mercado. Segundo o mesmo, existe um movimento em direção ao terceiro tipo. O primeiro tipo de relação de troca é ordenada pelo princípio da *reciprocidade*, para o qual temos a seguinte definição:

“Para Godbout (2004) podemos definir a reciprocidade de maneira simples : quando alguém recebe algo na forma de uma dádiva, ele tem tendência a dar por sua vez. A gente não pensa primeiro “ah que bom negócio!” como manda o interesse pelo lucro. A dádiva do outro carrega com ela uma impulsão a dar por parte de quem recebe. Não se trata em nada de um constrangimento, ao contrário, por exemplo, do contrato, no qual as obrigações de cada um estão sendo definidas da maneira a mais detalhada possível e regidas pela lei. Não, trata-se de uma incitação, de um convite. Mas esse fenômeno é tão importante que pode-se falar de uma força social elementar. Um grande sociólogo americano Gouldner (1960), diz da reciprocidade que ela é tão fundamental para a humanidade como o tabu do incesto.” (SABOURIN, 2005, p. 3)

Os *limites à racionalidade econômica* apontados por Abramovay (1998), antes de deficiências são trunfos a favor do campesinato, na medida em que as relações de reciprocidade e interconhecimento nas comunidades, malgrado os possíveis mecanismos de dominação externa exercidos sobre as mesmas, possibilitam a existência de sistemas de assistência no sentido

<sup>24</sup> WEIL, S. **L’Enracinement**. Paris. Gallimard (Ed. Brasileira: 2001. O Enraizamento. Bauru. EdUSC).

<sup>25</sup> POLANYI, K e ARENSBERG, C. (orgs.) *Les systemes économiques dans l’histoire e dans la théorie*. Larousse Université. Paris. (1957)

amplo<sup>26</sup>. Do ponto de vista espacial, coloca-se o problema da dispersão geográfica dos membros de determinada comunidade, característica comum a muitas localidades rurais, como as da área de estudo, e intensificada pelo processo de êxodo rural sendo um obstáculo à vida de relações.

### 2.2.3. Autonomia Camponesa

O conjunto de características observadas até aqui põem em evidência o caráter autárquico do campesinato, frente à sociedade global capitalista urbano-industrial. Uma autonomia tanto de ordem subjetiva, com as diferenças nas relações sociais que ainda preserva frente à cultura urbana e aos padrões estabelecidos pelo capitalismo, quanto de ordem material, através de sua capacidade de auto-abastecimento.

Isto não implica o isolamento, a autonomia plena. A *integração parcial* (ELLIS, 1988<sup>27</sup>, *apud* ABRAMOVAY, 1998) ou *autonomia relativa* (MENDRAS, 1978, p. 15) são traços do campesinato que indicam uma certa intensidade de relações com a sociedade global, seja pela cultura ou pelo mercado. A este respeito:

“Nada indica que o campesinato brasileiro se restrinja, em seus objetivos, à simples obtenção direta da alimentação familiar; o que só acontece quando as portas do mercado estão efetivamente fechadas para eles. Pelo contrário, a experiência do envolvimento nessa dupla face da atividade produtiva gerou um saber específico que pôde ser transmitido através das gerações sucessivas e que serviu de base para o enfrentamento vitorioso ou não da precariedade e da instabilidade analisadas. É esse saber que fundamenta a complementação e a articulação entre a atividade mercantil e a de subsistência, efetuada sobre a base de uma divisão do trabalho interno da família ou da prática do princípio da *alternatividade*,

<sup>26</sup> “Onde o Estado fracassou, poderá a comunidade – a comunidade local, uma comunidade corporificada num território habitado por seus membros e ninguém mais (ninguém que “não faça parte”) – fornecer aquele “estar seguro” que o mundo mais extenso claramente conspira para destruir (BAUMAN, 2003, p. 102, *apud* HAESBAERT, 2004, p. 212) (Grifos no original)

<sup>27</sup> ELLIS, F. **Peasant economics – Farm household and agrarian development**. Cambridge University Press. Cambridge. 1988.



formulado por Afrânio R. Garcia Jr. (1990)” (WANDERLEY, 2001, P. 42) (Grifo nosso)

A *alternatividade* representa a flexibilidade da inserção ao mercado de acordo com a conjuntura externa, baseada numa pluralidade de estratégias de reprodução familiar, com a independência de uma fonte única de renda, formas de poupança, e da capacidade da família em garantir a segurança alimentar a partir da agricultura de auto-abastecimento ou subsistência. A relativa autonomia, ou o emprego das *forças marginais* como diria Jerzy Tepicht, representa mais um elemento da estratégia de convivência com o caráter incerto da relação com o meio, numa conjuntura em que:

“Sua linha de conduta não pode ser ditada do exterior: só ele pode apreciar as circunstâncias que sua ação deverá levar em conta. Ele deve poder a todo momento modificar os seus projetos, seu programa de trabalho, para enfrentar um fato novo. Ele tem, assim, a necessidade de ser plenamente responsável. Enfim, e sobretudo, ele é o único que pode impor a si mesmo esta terrível disciplina, estes cuidados minuciosos, esta sujeição de todos os instantes. Assim, o individualismo, de que tanto se acusou o camponês artesanal, antes de ser um traço de caráter era uma necessidade técnica.” (GERVAIS, 1965, p. 25. apud WANDERLEY, 2001. p. 26)

#### **2.2.4. Da Autonomia à Heteronomia: especialização e Crise**

A especialização representa o abandono total ou considerável das formas não-monetárias de satisfação das necessidades, o uso das forças marginais, pela eleição de uma única atividade como fonte de renda que irá suprir as demandas familiares. A respeito da especialização, Almeida (1999, p. 147) nos apresenta o conceito de *heteronomia*. Nesta situação, oposta à autonomia, o agricultor perde a capacidade de se auto-regular passando a obedecer a um comando externo, o do mercado pela necessidade de dinheiro ou dos agentes da integração, pela verticalidade das

técnicas. O processo de heteronomização nasce justamente do estreitamento progressivo dos laços com o mercado. Shanin (1973, p. 17) dá-nos uma idéia deste processo: “*A necessidade de dinheiro, produzido primeiramente pela exigência de aluguéis e impostos, é aumentado posteriormente pelas relações de mercado e pelo desenvolvimento de novas necessidades*”.

Nesta busca por atender às novas necessidades, o agricultor rompe o equilíbrio existente entre produção de subsistência e produção de excedente passando a se especializar numa cultura para o mercado a partir da qual irá obter dinheiro, sendo que alimentos e demais utensílios serão comprados no mercado. Surge, numa relação de permanência e ruptura com traços do campesinato, elementos de profissionalização<sup>28</sup>. Ainda sobre este processo, Almeida (*op. cit.*, 147-148) mostra suas características:

“A heteronomização rompe com a coerência da exploração camponesa tradicional através de três maneiras: a) artificialização do trabalho, b) profissionalização da atividade agrícola e c) setorialização da agricultura em geral”.

A artificialização representa a padronização dos produtos agrícolas, fazendo do agricultor um monocultor. Ao se especializar, o agricultor vê-se obrigado a comprar os elementos da sua subsistência, o que irá determinar seu comportamento enquanto produtor na medida em que precisa de dinheiro. A profissionalização significa a ruptura entre a vida fora do trabalho e aquela no trabalho. Já a setorialização significa a estandardização da atividade agrícola, desta forma o local e a região passam a representar cada vez menos.

Com a especialização, as dimensões da produção e do consumo tornam-se dependentes da fonte de renda tornada única. As relações comunitárias passam a dar lugar à lógica individualista

---

<sup>28</sup> “(...) uma profissão, a do agricultor, que não produz mais em primeiro lugar para viver (como acontecia com o camponês) e sim para vender num mercado regional, nacional ou internacional”. (QUEIROZ, 1969, *apud* ABRAMOVAY, *op. cit.*, 127).

do desempenho, a reciprocidade perde espaço para o intercâmbio de mercadorias (LEFEBVRE, 1971, p. 27).

Surge como efeito destes elementos transformadores, a necessidade da manutenção de um patamar mínimo de rendimentos, capaz de garantir a reprodução da família, dos meios de produção existentes e do investimento no crescimento da produtividade no contexto de constante queda nos preços agrícolas. Este nível de rendimentos é o *limiar de renovação*, conforme Mazoyer e Roudart, (1998, p. 367). Caso não seja alcançado, a unidade de produção passa a se situar no *limiar de sobrevivência*, ou seja, entre o suprimento da família e a renovação dos meios de produção eleva-se a necessidade de uma escolha que obviamente pende para a primeira necessidade. Segundo os autores, que apontam este como o mecanismo de “seleção” dos estabelecimentos franceses impelidos à modernização pelo Estado, a crise gerada provoca a extinção da unidade de produção, seja pela *aposentadoria*, expropriação da terra para a quitação de dívidas bancárias ou o simples êxodo em busca de alternativas no meio urbano, formando os *baldios rurais* (MAZOYER e ROUDART, 1998, p. 453), o que conhecemos como *taperas*.

A complexidade da análise reside no fato de que tais redefinições convivem com permanências. Mudam as formas de produzir, mantêm-se os aspectos da racionalidade camponesa, transforma-se a relação com a terra e o trabalho, enfim delinea-se um caráter multifacetado para o qual generalizações somente embaçam a visão analítica. Assim, é necessário considerar o contexto histórico e geográfico a partir do qual a especialização se (re)produz. As experiências pelas quais o campesinato foi exposto para que tal processo tenha operado.

### **2.3. ESPAÇO, PODER E A SUJEIÇÃO DO CAMPESINATO**

Como observamos até aqui, o tema da agricultura camponesa tem sido abordado conceitualmente por uma diversidade de disciplinas como a Economia, História, Sociologia, Antropologia e a Geografia. No entanto embora a Geografia tenha larga tradição na abordagem do tema, parece haver sempre uma certa necessidade de se recorrer ao conceitual produzido principalmente pela Economia e pela Sociologia. Parece faltar nas concepções de campesinato a dimensão espacial tão cara à Geografia, assim como se observa a tendência sociológica e econômica nas acepções de campesinato das respectivas disciplinas.

O objetivo deste item é o de realizar uma abordagem ao campesinato a partir de uma das categorias de análise da Geografia. Não se trata de um esforço por abandonar os referenciais das ciências mencionadas, cuja interface é sempre muito enriquecedora. Trata-se apenas de, assim como nas abordagens sociológicas e econômicas, analisar o tema a partir da cosmovisão que fundamenta a ciência em questão. No caso da Geografia, o objetivo é o tentar uma *tradução em termos geográficos* de alguns traços sobre o campesinato afim de que se possa identificar o conceito com o cabedal de conhecimentos construídos pela Geografia. Para tanto, a subseção está dividida em dois enfoques. O primeiro analisa as idéias em torno da questão camponesa e o que elas apresentam de similaridades. No segundo momento, a partir das similaridades observadas, busca uma aproximação do conceito com uma das categorias de análise da Geografia.

#### **2.3.1. Um Tema Recorrente No Debate Sobre O Campesinato**

Pelo que foi possível tomar conhecimento até o presente momento, parece haver um traço comum às diversas concepções de campesinato. A existência de relações sociais nas quais o

camponês apresenta-se subordinado e sujeito a forças que exercem sobre o mesmo um domínio seja de natureza política, cultural ou econômica. É possível perceber este caráter como uma das dimensões do campesinato em diversos autores, dentre os quais discutiremos alguns a seguir. Primeiramente, precisamos estar cientes de que, ao empreendermos um diálogo entre diversos autores, cabe o cuidado para que tenhamos consciência de suas posições teóricas. Entretanto, nesta ocasião o eixo que integra os autores é recorrente, independente do posicionamento teórico. Trata-se do tema da sujeição.

Neste sentido, para Theodor Shanin (1973, p. 2), o campesinato constitui uma entidade social que se define por quatro características básicas comuns a saber: a) a unidade familiar camponesa como unidade multifuncional básica da organização social, b) o cultivo da terra e criação de animais como meios de subsistência da família, c) o empenho do trabalho em uma cultura tradicional específica intimamente ligada ao modo de vida de pequenas comunidades rurais e finalmente d) aquilo que o autor chama de *sujeição multidirecional às forças externas*.

No último item de sua definição, fica clara a existência de forças externas ao campesinato que atuam no sentido de sujeitá-lo em prol da satisfação dos interesses destas forças, sejam provenientes do Estado ou de outros atores, como aqueles que realizam a interface, via trocas, entre agricultura camponesa e o restante do tecido social. Neste sentido, Shanin argumenta: “(...) *a submissão política e econômica intimamente ligadas e a exploração pelas forças externas permanece a essência da economia política camponesa na maioria daqueles países nos quais o campesinato constitui a maior parte da população*” (SHANIN, *op. cit.*, p. 19). Embora o autor focalize seu argumento nos países de população majoritariamente camponesa, realidade em franco processo de transformação e já transformada em vastas áreas do globo, a questão da exploração parece bastante alinhada com as idéias de diversos autores, referenciados a realidades bastante diversas.

Tomemos como exemplo outro conceito bastante interessante. Trata-se daquele construído por Frank Ellis. Para este, o campesinato define-se por uma *integração parcial a mercados incompletos* (1988, *apud* ABRAMOVAY, 1998, p. 103). Na sua perspectiva, as unidades camponesas seriam unidades domésticas com acesso aos seus meios de vida na terra, utilizando-se, para tanto, do trabalho familiar na produção, *sempre* localizadas num sistema econômico global e caracterizadas pela natureza parcial de seu engajamento aos mercados, estes por sua vez, marcados por um alto grau de imperfeição. Este caráter incompleto ou imperfeito dos mercados diz respeito a características observáveis em um mercado que se contrapõem ao modelo conceitual de *mercado perfeito*. Neste mercado perfeito nenhum dos indivíduos que o compõe é capaz de alterar individualmente os preços; todos têm amplo conhecimento acerca dos preços e disponibilidades do mercado local e de outras praças; inexistente o domínio do mercado por parte de um ator, além de uma possibilidade de livre movimentação dos fatores de produção (SANDRONI, 2002, p. 119).

A interface do conceito de campesinato com o referencial geográfico encontra possibilidades de concretização bastante promissoras, na medida em que informação, mobilidade e a inexistência de poderes hegemônicos parecem ser caracteres essenciais para a existência de mercados mais próximos da perfeição conceitual, muito embora devamos estar cientes de que esta se trata de uma concepção liberal inexistente na prática. Logo, características sócio-espaciais, portanto, geográficas, estão presentes em dimensões importantes da composição do conceito de campesinato.

Ainda encontramos a questão da exploração externa exposta por Ricardo Abramovay, quando o autor relata que:

“Na pesquisa realizada no sudoeste do Paraná, citada logo atrás constatei que os agricultores referiam-se aos *comerciantes, a quem no passado vendiam suas safras*, sempre pelo nome. Eram muito freqüentes as situações em que o comerciante “ajudava” o agricultor por uma doença e este retribuía tornando-se seu cliente. É claro que, neste caso, a reciprocidade *envolve provavelmente uma relação de dominação econômica*”. (ABRAMOVAY, 1998, p. 110) (grifos nossos)

O tema da sujeição econômica está presente também em José Graziano da Silva (2003, p. 173) quanto o autor propõe uma série de políticas estatais cuja necessidade de implementação para o autor é concomitante à inserção de novas tecnologias na pequena agricultura de base familiar. No item comercialização, o autor aponta a questão da apropriação de grande parcela do excedente da produção camponesa devido a um sistema de comercialização que se apresenta oligopolizado, sustentando a necessidade da manutenção de um certo grau de concorrência necessário para a garantia do poder de barganha dos pequenos agricultores.

A sujeição também se expressa em Oliveira (2001, p. 49), quando o autor nos diz que o modo capitalista de produção dá-se no campo através da sujeição da renda da terra ao capital, seja pela especulação fundiária, seja pela subordinação da produção agrícola camponesa. No segundo caso, o trabalho camponês não é remunerado, apenas a produção, porque o próprio camponês não contabiliza seu esforço (VERGOPOULOS, 1977, p. 113; ETGES, 1995, p. 15; GEORGE, 1982, p. 177; BLUM, 2001, p. 79; SANTOS, 2003, p. 111, entre outros.), além da diferença entre o preço pago pela produção no campo e aquele praticado na cidade, diferença esta apropriada pelo intermediário ou pela indústria. A dominação da indústria sobre o trabalho camponês pode ser exemplificada a partir do caso dos produtores de fumo do município de Santa Cruz do Sul no estado do Rio Grande do Sul, estudado por Virgínia Etges:

“Os excedentes e os produtos comerciais são levados ao mercado, principalmente o fumo. No entanto, o dinheiro obtido com essas vendas

não tem levado os produtores necessariamente à acumulação, embora o valor gerado seja expressivo, porque o mercado é unilateralmente dominado pelos grandes grupos econômicos que, controlando tanto o processo produtivo quanto à comercialização, absorvem parte significativa do valor gerado por estes produtores, via compressão de preços, subordinando assim a renda da terra produzida pelos pequenos produtores”. (ETGES, 1995, p.10-11)

Como se vê, trata-se de uma relação de produção na qual a empresa capitalista não imobiliza seu capital comprando terras, isto é *capitalizando renda*, mas extraindo esta através da apropriação do sobretrabalho camponês (MARTINS, 1995, p. 167), conforme a proposição da articulação de Tepicht.

Numa pesquisa já realizada por nós no município de São José do Norte, também no estado do Rio Grande do Sul, evidenciamos da mesma maneira o problema da exploração do trabalho camponês pelo agente intermediário, como mostra o relato de um dos agricultores entrevistados acerca da constituição dos preços: “(...) tá na mão deles né. O comprador na hora do cafezinho eles se junta tudo e decide o que eles vão fazê com o agricultor. Tá na mão deles.” (SANTOS, 2003, p. 93).

Distante das possibilidades de abordar todo o elenco de pensadores que avalia a questão, passaremos ao segundo momento da proposta inicial: a tentativa de uma tradução geográfica do conceito de campesinato. Considerando o exposto, somos levados a crer que o campesinato reproduz-se socialmente sob a égide de estatutos sociais mais amplos, vetores de ordenamento econômico e social que perpassam esta categoria social a partir de instâncias mais gerais, ou nos termos de Georges Gurvich, (1953<sup>29</sup>, *apud* QUEIROZ, 1978), o camponês, como integrante da sociedade agrária, está determinado pelas regras da sociedade global na qual se insere, a saber, a sociedade urbana. A sociedade global urbana é o macrocosmo grupal, formado pela reunião de

---

<sup>29</sup> GURVICH, G. **Traité de sociologie**. 2 Vols. Paris. Presses Universitaires de France. 1953.



grupos menores, exercendo sobre estes o poder seja pela força de normas e condutas institucionalizadas, seja por comportamentos informais.

Isto posto, partimos para um questionamento sobre a categoria de análise da Geografia mais apropriada para esta condição. Postos os termos da problemática (subordinação, estatutos sociais), parece-nos apropriado uma experimentação do conceito a partir da categoria *território*.

Como vimos no primeiro capítulo, o conceito de território nos remete à idéia de relações sociais acontecendo no espaço, motivadas ou influenciadas por este espaço ao qual estabelecem referências. Nestas relações se destaca o poder de natureza econômica, política ou simbólica (embora seja difícil imaginar estas dimensões cindidas), operando e interagindo com este espaço.

Paul Claval (1979) contribui analisando as relações entre o espaço, a vida social e o poder, apontando o espaço como apoio da vida e das atividades, intervindo através da extensão, além de obstáculo a vida de relações e base para a atividade simbólica.

Nos interessam neste momento dois aspectos da relação *espaço – relações sociais – poder* propostos por Claval. A capacidade de intervenção do espaço através da extensão e seu caráter de obstáculo à vida de relações. No primeiro item o autor afirma que à medida que as populações cresciam e as sociedades se complexificavam, tornava-se necessário o ordenamento das formas de uso das parcelas de espaço, delimitando-as a partir deste. Enquanto a densidade populacional era baixa e a terra abundante, eram desnecessárias regras para o melhor aproveitamento do meio. Com a densificação populacional instala-se o paradoxo dos bens comuns, isto é, sem a regulação do uso dos recursos, a escassez tornava-se iminente. Esta regulação e a respectiva delimitação representam o surgimento de grupos detentores da terra e aqueles desprovidos desta, como nos diz Claval (*op. cit.*, p. 16):

“A definição dos direitos de posse e uso da terra, e de outros bens raros, traduz um esforço coletivo de organização e dá aos que dele se

beneficiam mais direitos que a outros: *ela lhes confere uma influência indireta considerável, porque lhes atribui controle de meios indispensáveis a produção*". (Grifo nosso)

A partir da monopolização do acesso à terra por uma classe, tem-se o surgimento da *renda da terra*, um tributo pago individualmente no caso das relações pré-capitalistas de produção e de natureza social no capitalismo. Este tributo é pago aos proprietários deste meio de produção, não reprodutível através do trabalho, pelo acesso àquele e seus respectivos frutos (MARTINS, 1995, p.161-164).

Cabe o cuidado para que nesta primeira articulação de idéias não sejamos levados a pensar o camponês como detentor de algum tipo de poder pelo fato de, em alguns casos, deter a propriedade da terra. Na verdade, o trabalho camponês existe naqueles lugares que não interessam aos atores que realizam a apropriação capitalista da terra, ou seja, onde a renda da terra é baixa, o retorno em termos de tributo social não compensa a imobilização de capital produtivo, característica influenciada pelas atividades produtivas e condições locais da terra. Neste sentido inscreve-se na análise a característica de *obstáculo a vida de relações* representada pelo espaço, segundo Paul Claval. Este aspecto do espaço existe na medida em que o mesmo "*torna oneroso o transporte de bens, difícil e lento o deslocamento das pessoas; ele cria uma opacidade difícil de penetrar*" (CLAVAL, *op. cit.*, p.17). O autor acrescenta que o espaço também dificulta a transmissão de informação, na medida em que a qualidade da informação decresce quando os interlocutores não podem relacionar-se *vis-à-vis*, necessitando de intermediários para que recebam e enviem determinada informação (poderíamos acrescentar aí as mercadorias).

Claval continua nos dizendo que os problemas do transporte e da comunicação não são de natureza tecnológica apenas, mas econômica (ou política?). Como não é possível dotar todas as

parcelas do espaço de infra-estruturas de transportes e comunicações, as escolhas estatais pela alocação dos recursos geram redes técnicas que drenam parcelas do espaço enquanto outras se apresentam excluídas destas possibilidades. Constitui-se desta forma os espaços da rapidez, dotados de fluidez em seus fluxos, seja de informação, energia ou matéria, e os espaços da lentidão, viscosos quanto às possibilidades do movimento (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 261-263), sendo que estas diferenças também são geradoras de poder (CLAVAL, *op. cit.*, p. 19).

Poderíamos, face ao exposto, concluir que a instalação das redes, ou dos *sistemas de engenharia* no dizer de Milton Santos, eliminariam as disparidades supracitadas. Todavia, a materialização de infraestruturas de transporte ou comunicação não garante sua real utilização. É o que Santos e Silveira (*op. cit.*, p. 262) chamam de *fluidez virtual* e *fluidez efetiva*. Traduzindo nos termos que nos interessam, a existência de uma estrada devidamente pavimentada frente à porteira de uma unidade de produção camponesa não garante a possibilidade de uso desta pelo camponês. Uma estrada não nos leva à lugar algum sem um veículo que sobre ela trafegue, ou se não sabemos para onde devemos ir. Na ausência destes elementos, a fluidez virtual proporcionada pela existência da estrada não se concretiza em fluidez efetiva através da circulação.

É necessário que tomemos o devido cuidado para não aderirmos a um determinismo das formas espaciais, mas ao mesmo tempo, não podemos cometer o erro de desconsiderar o espaço, abstraindo a base geográfica como condição indispensável das relações sociais (HAESBAERT, 2004, p. 100). Neste sentido, ao analisar Raffestin em sua expressão “espaço como prisão original”, Heidrich (2004, p. 38) lê o aprisionamento como os condicionantes que emergem como uma série de imperativos. Estes imperativos são interpretados como as características do meio, e, em sendo espacialidade, apresentando características de tamanho, dimensão, extensão, *posicionamento*, orientação. O autor acrescenta que se esta espacialidade envolver seres ou

objetos ter-se-á que considerar comparação, confronto, distribuição, diferença, semelhança, *relação*, abundância, carência, *vizinhança*, *afastamento*, etc.

Agora nos parece oportuno retomarmos a discussão iniciada no capítulo 1 acerca da *acessibilidade* e da existência dos territórios. Se como vimos, territórios podem ser encarados como relações de poder projetadas no espaço, e o poder, por sua vez, representa simplificada a capacidade de fazer algo, logo, as diferentes possibilidades de vencer as dificuldades de locomover matéria e informação proporcionadas pelo espaço promoveriam as assimetrias ou desequilíbrios geradores de poder propostos por Paul Claval. Poderíamos nos questionar se o próprio espaço, em suas dimensões distância e acessibilidade, não seria capaz de outorgar algum tipo de poder àqueles atores sociais prontos a vencer seu atrito, um poder em estado latente, pronto para ser apropriado.

### **2.3.2. A Leitura das Relações Campesinato – Intermediários - Sociedade Global Através do Território: Uma Proposta**

Sabemos que os camponeses são produtores de mercadorias, em especial alimentos. Os alimentos que, além da manutenção da vida na própria unidade de produção camponesa, encontramos nas feiras e nas gôndolas dos supermercados. Sabemos também que, na maioria dos casos, estas unidades de produção encontram-se a centenas de quilômetros de onde moramos e que dificilmente os próprios camponeses têm condições de conduzir sua produção ao mercado consumidor. Estas dificuldades de locomoção da produção, bem como do conhecimento do real valor da mesma nos locais de consumo compõem o *mercado incompleto* de Frank Ellis. Aqui vale a contribuição de Abramovay (1998, p. 118):

“As próprias dificuldades de comunicações, transportes e informações propiciavam de fato um *poder de monopólio* àqueles que conseguiam

abrir os caminhos por onde esses produtos integrariam os mercados nacionais.(...) Mesmo numa situação de relativa prosperidade dos agricultores, como encontrei na história do sudoeste do paranaense dos anos 1970 (Abramovay, 1981), os agricultores entregavam o produto ao comerciante e só tomavam conhecimento do preço depois que o comerciante voltava dos mercados consumidores de Porto Alegre ou São Paulo” (grifo nosso)

O ponto em que desejamos chegar é o seguinte: o camponês não é capaz, por seus meios, de inserir sua produção no mercado. Necessita portanto entregar sua produção ao ator capaz de locomovê-la ao mercado, realizar a intermediação. Estes atores acabam, portanto, dotados de um poder de natureza econômica, porque são os únicos capazes, naquele momento, de materializar a relação campo-cidade. Geralmente agem em parcelas específicas de espaço, onde são reconhecidos pelos agricultores como a única via para esta mediação. Acaba por se construir um conjunto de relações de natureza unilateral, nas quais os intermediários dominam as condições de comercialização e com isso de reprodução das unidades de produção camponesas. Estes locais dotados de poucas infra-estruturas de transporte ou demasiado distantes de centros consumidores acabam por propiciar as condições para a gênese destes territórios dos intermediários, como aponta Sandroni (1980, p. 53): “(...) *quanto mais atrasados são a região e a forma de produção que nela se desenvolve, maior é a probabilidade da extensão da cadeia de intermediários e mais propícias as condições para o desenvolvimento do capital mercantil especulativo*”. Estes territórios podem ser utilizados para a interpretação destas práticas sociais circunscritas a uma dada porção do espaço na medida em que o território pode ser visto como o limite das praticas sociais, sua dimensão espacial concreta e ao mesmo tempo, condição para que estas existam. (GOMES, 2003, p. 136)

Neste momento privilegiamos a dimensão econômica do poder e sua manifestação contemporânea. Entretanto, percebemos o poder, seja econômico ou político, sobre o

campesinato desde tempos bastante remotos. Na antiguidade, submetiam-se aos ditames tributários e servis das Cidades-Estado e dos Impérios (MAZOYER e ROUDART, 1998, p. 154-157). Na idade média, estavam subordinados aos Feudos. Estavam obrigatoriamente presos à terra e ao senhor destas, embora precisassem pagar em moeda, em produção ou em trabalho pelo uso da mesma ao senhor feudal. Finalmente na contemporaneidade, sob o regime socialista foram obrigados a se tornar agricultores coletivos pelo regime stalinista (SHANIN, 1988, p. 24). Sob o regime capitalista, onde e quando sua existência foi permitida, esta aconteceu em condições de igual subordinação, com o camponês fornecendo gratuitamente seu trabalho à sociedade, garantindo para a classe burguesa o baixo salário do trabalhador urbano, o enriquecimento de um grupo de especuladores comerciais, os intermediários, além das intervenções estatais realizadas via políticas públicas. Por todos estes fatos, somos levados a crer que o campesinato reproduz-se socialmente sob a égide de estatutos sociais ou condições econômicas que determinam esta categorial social. A categoria de análise da geografia que se apresenta mais apta à leitura desta realidade é a do território.

Baseados naquilo que foi exposto até agora, propomos uma abordagem das relações entre o campesinato e a sociedade global a partir desta categoria da Geografia. Então, além das características apontadas pelas demais ciências vemos, a partir da Geografia, *o campesinato como uma entidade social que se reproduz histórica, social e espacialmente inserindo-se em territórios pertencentes a atores estranhos à mesma*. Territórios estes que podem ser políticos, a partir das relações com um Estado capitalista de uma sociedade global urbano-industrial. Na atualidade cresce a importância dos territórios estabelecidos a partir do poder econômico exercido pelos atores que realizam a interface rural-urbano, seja através de formas primárias de intermediação mercantil, seja pelo sistema mais complexo de integração agroindustrial.

Reconhecemos tratar-se de uma proposição capaz de suscitar polêmicas. O que dizer das relações estabelecidas entre o camponês, seu espaço vivido e a comunidade? Seria o camponês um indivíduo totalmente desprovido de território, ou desterritorializado? Não, acreditamos que o campesinato constitua territórios de identidade individual e coletiva, a partir das relações historicamente estabelecidas, mediadas pelo saber-fazer, a reciprocidade e pelas manifestações culturais, e que a comunidade e a unidade de produção (da porteira para dentro), possa representar um território de reprodução do camponês. Entretanto, em contextos de heteronomização nem mesmo a dimensão espacial diminuta da unidade de produção pode ser plenamente *domínio* do camponês, visto que não raro está determinado por práticas produtivas que não apreende na totalidade, no contexto de integração vertical, dependência econômica e a penetração de pacotes tecnológicos alienígenas, no sentido de que desprezam as especificidades ambientais e produtivas locais e tendem a decompor os elementos do saber-fazer historicamente construídos. Enfim, tomando a expressão de Haesbaert (2004), o campesinato encontra-se freqüentemente numa situação de “territorialização precária”, podendo ter a *posse* simbólica do espaço de vida e das relações sociais comunitárias, mas determinados econômica e politicamente por esferas que extrapolam seu meio social. Uma realidade complexa, mas possível, como aponta o autor:

“(…) como a desterritorialização está vinculada, aqui, a uma noção de território ao mesmo tempo como dominação político-econômica (sentido funcional) e apropriação ou identificação cultural (sentido simbólico), e reconhecemos que *todo* processo de desterritorialização está associado a um processo de reterritorialização, podemos ter situações em que, apesar de “territorializados” no sentido funcional, mais concreto, podemos estar mais desterritorializados no sentido simbólico-cultural, e vice versa; a exclusão como desterritorialização deve ser vista então, também, na sua múltipla dimensão, econômico-política e simbólico-cultural.” (HAESBAERT, 2004, p. 313)

## **CAPÍTULO III – PREVIDÊNCIA RURAL NO BRASIL: HISTÓRICO E IMPACTOS RESULTANTES**

### **3.1. A EVOLUÇÃO DO SISTEMA PREVIDENCIÁRIO RURAL: ELEMENTOS PARA UM DEBATE SOBRE A RELAÇÃO ENTRE ESTADO, CAMPESINATO E TERRITÓRIO NO BRASIL**

A sensibilidade às forças externas apresenta-se como uma das características do campesinato, como já observamos. Estas forças que perpassam esta entidade social podem ter sua origem relacionada aos atores econômicos que interagem com o mesmo, explorando o trabalho camponês seja através da intermediação da produção ou da integração vertical propriamente dita. As forças, todavia, podem emanar de outro importante ator: o Estado, cujo vetor essencial são as políticas públicas.

Ao nos aproximarmos de uma análise do Estado, cabe ouvirmos os ensinamentos de Bertha Becker, a qual nos diz ser possível, através das práticas de apropriação do território, nos informarmos sobre os interesses envolvidos no processo de reestruturação da economia, sociedade e do próprio Estado (BECKER, 1991). Nesta seção, tentamos um caminho diferenciado, mas não opoitor. Nos empenhamos numa análise de uma política pública para, a partir desta, realizarmos uma leitura sobre o Estado e sua relação com o setor camponês da sociedade e o território estatal-nacional.

A política pública alvo da análise trata-se da previdência social rural brasileira. Nosso método de análise é composto pela construção dos cenários das diferentes etapas da evolução



histórica do Estado brasileiro. Compostos os cenários, buscamos encontrar os nexos entre estes contextos e as diferentes etapas do processo evolutivo desta política, dos quais pode-se, a partir de suas características, extrair informações sobre a natureza da relação entre Estado, território e campesinato.

No início do século XIX, com a transferência da corte portuguesa para o Brasil, são criados planos de benefícios para oficiais da marinha e exército, bem como para seus dependentes (DELGADO & SCHWARZER, 2003). Já no final do século XIX e início do XX, são organizados programas que atendem a grupos de funcionários públicos cujas funções eram consideradas estratégicas para o funcionamento da economia como os ferroviários e portuários (SCHWARZER, 2000a).

### **3.1.1. A Previdência e o Estado Paternalista (1930 – 1964)**

Os primeiros trinta anos do século XX são marcados no Brasil pelo processo de transformação da estrutura de poder vigente. Apesar de Republicano, o Estado ainda preservava seu tradicional autoritarismo, por um lado, e as proeminentes oligarquias regionais de outro. Esta estrutura se manifestava na sucessão dos representantes das elites agrárias de São Paulo e Minas Gerais no poder central (COSTA, 1991).

A transformação se processa a partir da crise mundial do capitalismo de 1929. Como a principal *commodity* brasileira daquele período era o café, o setor da economia ligado à cafeicultura é conseqüentemente aquele que sofre o maior abalo, afetando então os atores políticos ligados a este. Acrescenta-se ao contexto a insatisfação dos demais estados com a hegemonia paulista e mineira (COSTA, 1991). O resultado deste cenário político instável é uma

crise que culmina com a marcha de Getúlio Vargas sobre a capital, Rio de Janeiro, a Revolução de 1930, e a instalação de um governo provisório.

Em 1934, em resposta às pressões constitucionalistas foi eleita uma Assembléia Constituinte e promulgada a Constituição. De caráter liberal e modernizante, rompe com antigos preceitos, definindo a separação dos poderes e introduzindo uma legislação trabalhista (COSTA, 1991). Este processo é acompanhado pela modernização da própria máquina estatal. São criados os ministérios do trabalho, indústria e comércio, da educação e saúde, além de assessorias técnicas permanentes para cada ministério. Empresas são estatizadas e a União assume a propriedade do subsolo nacional.

Num contexto de intensificação das ideias fascistas em oposição ao ideário comunista que também ganhava força através do Partido Comunista, somado ao interesse do governo Vargas em se manter no poder, ocorre o golpe de 1937, o fechamento do Congresso e a promulgação de uma nova Constituição. Começa o Estado Novo, um período ditatorial que duraria até 1945. Segundo Wanderley Messias da Costa (1991), o Estado assume uma postura centralizadora, cooptando classes populares, partidos e lideranças, além das oligarquias regionais e locais. Sobre este processo de centralização, Otávio Ianni (1971) mostra alguns dos elementos desta transformação, a qual diz poder ser evidenciada através do conteúdo ideológico contido nas políticas públicas. É o momento de esforço pelo surgimento de um capitalismo nacional, cujo principal ator das mudanças é o próprio Estado. Na verdade, neste período, o que chamamos de Estado nada mais é do que o poder executivo. Este assume o status de poder hegemônico, comparado com os poderes legislativo e judiciário. Esta hegemonia do poder executivo, através de suas ações, acaba por fundir as figuras do executivo e do Estado numa só representação.

Constitui-se uma estrutura de poder com o Estado acima de poderes regionais, de classes, partidos, etc. O presidente nomeia os interventores de cada estado, sendo que estes, por sua vez,

nomeiam os prefeitos. O poder do coronelismo no meio rural acaba sendo mantido graças a esta estrutura.

O Estado, todavia, experimenta a intensificação do processo de modernização e seu reaparelhamento. Em 1938 é criado o DASP (Departamento Administrativo do Serviço Público) objetivando a racionalização burocrática, bem como os parâmetros de recrutamento dos servidores, através de um sistema de mérito. Estas mudanças não proporcionaram impactos muito profundos por conta da permanência de relações de clientela na máquina estatal (LAFER, 1987). Segundo este autor, no ano de 1958, o DASP só havia habilitado 28.406 funcionários dos 229.442 funcionários públicos federais existentes.

Apesar disto, o Estado sofre mudanças, passando a intervir na economia. São criadas instâncias administrativas para setores estratégicos, como a carteira de exportação e importação do Banco do Brasil (Cacex), Departamento Nacional do Café, Instituto do Açúcar e do Alcool, Departamento Nacional da Produção Mineral, Conselho Nacional do Petróleo, Conselho de Águas e Energia Elétrica, Conselho Nacional de Minas e Metalurgia, entre outros, contemplando todos os setores da economia cujo desenvolvimento inseria-se nas pretensões do Estado.

O Estado explicita seu caráter keynesiano<sup>30</sup> através destas práticas, espelhadas nos moldes das ações dos países centrais do sistema econômico capitalista. Além do grande número de órgãos de regulação, controle e fomento, o Estado passa a planejar o desenvolvimento do país, inaugurando o período do Estado desenvolvimentista e o planejamento econômico no Brasil. Inicia-se neste sentido, uma relação entre Estado e território nacional de natureza pró-ativa. Em 1933 fora criado o Conselho Nacional de Geografia e em 1934 o Instituto Nacional de Estatística,

---

<sup>30</sup> Segundo Ferreira & Souza (2004), a política anticíclica de orientação keynesiana dos anos 1930 influenciou a construção de uma esfera pública em que se destaca a criação de um fundo público como premissa para a reprodução do capital e da força de trabalho. A presença desse fundo, materializado nas despesas em educação, seguro desemprego, benefícios familiares, previdência social, um salário indireto conforme os autores, cuja função era a liberação do salário direto para o consumo de massa.

sendo fundido em 1942 sob o nome de Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (COSTA, 1991).

O questionamento que imediatamente se instala é: qual o motor destas mudanças? É óbvio que a crise de 1929 e, posteriormente, da II Guerra Mundial, acabam por evidenciar as fragilidades do país, em termos infra-estruturais, principalmente transportes, e da produção interna de bens de consumo duráveis e de capital, ao mesmo tempo em que abre a possibilidade para o desenvolvimento desta, na medida em que a crise de 1929 põe em xeque a estrutura econômica, baseada no modelo agrário exportador e a II Grande Guerra, por sua vez, interrompe o fornecimento de produtos manufaturados bem como a concorrência externa para os atores econômicos ligados a produção industrial interna, como demonstra Pereira (1984, p. 61):

“A expansão das forças produtivas foi grandemente estimulada pela segunda Guerra Mundial. Esta não só favoreceu, como até mesmo forçou o crescimento de algumas indústrias tradicionais (como as têxteis) e a instalação de novas, relativamente mais complexas, em setores como o mecânico, o metalúrgico, etc. É que ela dificultou a importação de bens manufaturados cuja procura era anteriormente satisfeita por via comércio internacional, já que muitos dos nossos fornecedores tradicionais tiveram que desviar parte de sua produção para fazer face ao esforço requerido pelo conflito”.

Apesar do papel da crise de 1929 e da II GM para a adoção do nacional desenvolvimentismo, podemos adicionar outro importante fator para a tomada da decisão política de planejar. Segundo Lafer (1987), o período em questão é marcado pelo crescimento da participação política da população brasileira. Tomando-se o voto como instrumento para medir esta participação, na República Velha, o percentual de votantes em relação à população total não ultrapassava 4%, sendo que este percentual se eleva para 13,4% em 1945 e 17,7% em 1960 (LAFER, 1987). O autor infere que a mobilização política também tenha se ampliado devido à

urbanização da população, na medida em que o país também experimenta uma transformação em sua estrutura demográfica através urbanização.

Com o crescimento da participação política da população, surgem como resposta, relacionamentos do tipo massa-elite expressos através do populismo que se constitui da seguinte maneira segundo Celso Lafer: as novas massas politicamente relevantes outorgavam, através do voto, legitimidade ao regime, e as elites, por sua vez, se comprometiam a ampliar as oportunidades de emprego, garantindo sua reprodução como grupo hegemônico aos moldes da acepção gramsciana<sup>31</sup>. A partir deste cenário econômico e político, podemos tornar mais claro o entendimento da política pública em questão, a aposentadoria rural.

Comparável aos moldes atuais e considerado o marco oficial do sistema previdenciário brasileiro foi o sistema instituído pela Lei Eloi Chaves (1923) que criou as Caixas de Aposentadorias e Pensões – CAP’S. Neste sistema, cada empresa criava uma caixa destinada ao amparo de seus empregados na inatividade (BRUMER, 2002). Inexistia a participação do Estado, sendo que as caixas eram administradas por empregados e empregadores.

Reestruturado nos anos trinta, o sistema de Caixas, deu lugar aos Institutos de Aposentadorias e Pensões – IAP’S. Este modelo cobria os trabalhadores segundo seus setores de atividade (bancos, transportes, indústria) não existindo um sistema unificado. Os trabalhadores rurais não eram contemplados por este sistema, embora a constituição de 1934 já estabelecesse que todo trabalhador brasileiro possuísse direito à proteção da previdência social (MALLOY, 1976<sup>32</sup> *apud* SCHWARZER, 2000)

---

<sup>31</sup> Para Gramsci, a classe dominante exerce a hegemonia sobre as classes subalternas convencendo o conjunto da sociedade de que ela é a mais preparada para exercer o poder, que ela representa os interesses de toda a sociedade (GADOTTI, 1990).

<sup>32</sup> MALLOY, James M. **Authoritarianism and the extension of social security protection to the sector rural in Brazil**. Pittsburg, 1976, mimeo.

Schwarzer afirma que a explicação para a exclusão dos trabalhadores rurais do sistema previdenciário seria sua pouca representatividade. Na verdade, neste momento da história política do país o campesinato praticamente inexistia no cenário das relações de poder com o Estado, subordinado que estava aos poderes local e regional. Apesar de até a década de 1960 a população rural constituir a maioria da população brasileira, sua classe não compunha um grupo com capacidade de pressão política para que o Estado em seu então molde populista/paternalista estendesse ao trabalhador rural o benefício da seguridade social como estratégia de cooptação.

A estrutura de expansão da seguridade social no Brasil apresentava-se conseqüentemente sob a forma de círculos concêntricos em que eram atendidos primordialmente os grupos profissionais estratégicos ao modelo de desenvolvimento. Em contrapartida, foram excluídos do processo os setores da sociedade dotados de menor representatividade. Este modelo é identificado como o padrão ocorrente em toda a América Latina (MESA-LAGO, 1978<sup>33</sup> *apud* SCHWARZER, 2000a) (Figura 4).

---

<sup>33</sup> MESA-LAGO, Carmelo. **Social Security in Latin América:** Pressure Groups, Stratification, and Inequality. Pitt Latin-América Series. Pittsburgh: University of Pittsburg Press, 1978.

Figura 4: Modelo de expansão da cobertura previdenciária na América Latina segundo Mesa-Lago (1978)



*Fonte:* Elaborado pelo autor.

Neste sentido, Otavio Ianni (1971) oferece uma contribuição. Ao modelo populista do governo de Getúlio Vargas, deve-se acrescentar o fato, apontado pelo autor, da transição do capitalismo nacional de seu modelo agrário exportador, para um urbano-industrial. Logo, pode-se inferir que todas as atenções estivessem voltadas para a classe burguesa urbana emergente, bem como um proletariado urbano que passaria a ser alvo do populismo, relegando o agrário ao segundo plano<sup>34</sup>.

A este respeito, Brumer (2002) afirma que a introdução das primeiras leis referentes à proteção social relacionavam-se à preocupação central do governo, seu esforço de acumulação. Sua necessidade era conciliar uma política de acumulação (que não exacerbasse as iniquidades

<sup>34</sup> “Como resultado, nas políticas sociais governamentais das décadas de 30, 40 e 50 foram incluídos quase todos os trabalhadores urbanos e a maioria dos trabalhadores autônomos, mas categorias profissionais ficaram fora da cobertura: entre estes estavam os trabalhadores rurais, as empregadas domésticas e os profissionais autônomos. A exclusão dos trabalhadores rurais devia-se ao conformismo rural, até meados da segunda metade da década de 50, e das outras categorias profissionais explicava-se pela dificuldade de organização das demandas de profissionais caracterizados pela fragmentação e dispersão”. (BRUMER, 2002, p. 54)

sociais tornando-as ameaçadoras), com uma política de equidade que, por sua vez, não comprometesse o esforço de acumulação.

A partir deste quadro, pode-se entender a exclusão dos trabalhadores rurais do benefício da seguridade social. A estrutura de poder se transformara acompanhada pelo processo de mudança da estrutura econômica do Brasil. Em ambos os casos, o rural passava a ocupar um papel secundário.

Nos anos 1950, as Ligas Camponesas no nordeste representam uma transformação na capacidade de reivindicação do setor agrário e mais especificamente camponês da sociedade (ANDRADE, 1986). Segundo Oliveira (2002a) estas ligas são a primeira forma mais ampla de movimento social rural. As pressões fazem com que o então presidente João Goulart sancione em 1963 a Lei 4.214, conhecida como *Estatuto do Trabalhador Rural*, na qual uma das medidas consistia na criação do Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural – FUNRURAL. O financiamento deste sistema processava-se a partir da contribuição de 1% sobre o valor da primeira comercialização do produto rural, sendo recolhida pelo próprio produtor. Insuficiente como base financeira para o programa e de fiscalização bastante inviável, o sistema de arrecadação é repassado ao Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários – IAPI. Este instituto não apresenta a mesma capacidade de gestão do programa rural, comparado com o setor urbano. Sendo assim, apesar do avanço em termos de reivindicação e resposta, o programa não concretiza um sistema de proteção social para o trabalhador rural, caracterizando-se mais como uma ação populista (DELGADO & SCHWARZER, 2003).

As reivindicações camponesas em torno da reforma agrária, começavam a obter resposta do governo Goulart (1961-1964). O governo federal cria a SUPRA – Superintendência da Reforma Agrária esboçando uma implantação de reforma, a partir de um decreto que autorizava a desapropriação de terras numa faixa de 20 Km ao longo das rodovias (OLIVEIRA, 2002a). O



golpe militar em 1964 e a ascensão dos militares ao poder põem fim ao processo de reforma agrária que se iniciava e suplanta os levantes camponeses.

### **3.1.2. A Seguridade Social Rural como Política Estratégica do Estado Autoritário**

O golpe militar de abril de 1964 acontece num contexto em que se ampliavam as reivindicações populares. Questões como reforma agrária e urbana são suprimidas e o controle social torna-se assunto de segurança nacional, refletindo-se nas políticas públicas do período.

Os governos militares mantêm e intensificam o processo de centralização do poder no Estado através do autoritarismo. A alegação para esta concentração do poder baseava-se na necessidade de coordenar as políticas econômicas e a ação estatal em geral (COSTA, 1991). No que tange ao planejamento, este prossegue durante a ditadura. Ainda em 1964 edita-se o primeiro plano do período, o PAEG – Plano de Ação Econômica do Governo, numa escala temporal de atuação de dois anos.

Ao analisar o projeto geopolítico para a modernidade no Brasil, Bertha Becker (1991) constrói um quadro bastante esclarecedor do contexto ocorrente no período ditatorial, possibilitando nossa compreensão sobre suas conseqüências, econômicas e sociais. O modelo de capitalismo tardio e a transformação sob a égide da via prussiana (revolução pelo alto) é bastante elaborado, graças ao alto nível de profissionalização das forças armadas. O discurso de unidade nacional legitima o Estado brasileiro, a incorporação de espaços vazios do território é o centro do projeto geopolítico de modernização e de ascensão ao status de potência regional. Note-se que o ímpeto da modernização apresenta uma vertente geopolítica em detrimento da meta de desenvolvimento econômico por si só.

A modernização por sua vez era de caráter conservador. Seu agente, o Estado, empenhava-se em não romper os laços existentes com velhas hierarquias sociais, de natureza agrária. Neste sentido a consolidação da cidade mundial brasileira se dará em torno de São Paulo, privilegiada pelas infra-estruturas herdadas de ciclos econômicos pretéritos. Desta forma, as alianças mantidas com interesses regionais e locais de natureza agromercantil somavam-se às novas fronteiras. Estas por sua vez, tanto de natureza espacial, áreas virgens a serem ocupadas aliviando tensões sociais, quanto fronteiras tecnológicas e de mercados internacionais. Neste ímpeto de crescimento alicerçado pelo endividamento externo e a gestão estatal, o Brasil, na contramão de uma recessão mundial, assume o posto de oitavo maior PIB do planeta no período 1967-1982.

As políticas estatais do período explicitam seu cunho territorial e geopolítico. Preocupam-se em ocupar economicamente a Amazônia e Centro-Oeste brasileiro, articulando estas com as demais regiões do país com o intuito de atingir a chamada integração regional e com isto a consolidação de um mercado interno.

O II Plano Nacional de Desenvolvimento – PND, editado em 1974 para atender o período de 1975 a 1979, fase de declínio nos investimentos (o modelo de substituição de importações dava seus sinais de esgotamento), enfatiza o crescimento econômico daqueles setores capazes de contribuir para o crescimento das exportações do país. As políticas territoriais tornam-se mais contundentes com relação à expansão da fronteira econômica e ocupação das áreas ainda pouco povoadas e exploradas economicamente, as chamadas “áreas vazias” do território brasileiro. Ao Estado interessava a ocupação destas áreas por atores capazes de realizar grandes empreendimentos, oferecendo retorno em curto prazo. A ocupação a partir de projetos de colonização, previstos no Programa de Integração Nacional – PIN é abandonada, sendo que

estímulos governamentais e investimentos em infra-estrutura são realizados com vistas à atração de capitais privados, sejam de origem nacional ou estrangeira.

A Amazônia, o Centro-Oeste e o Nordeste são alvo destas políticas de ocupação, a partir de um programa de pólos regionais, chamados POLAMAZÔNIA, POLOCENTRO e POLONORDESTE. Esta orientação visava concentrar recursos em empreendimentos agropecuários e minerais. Privilegiava a ocupação intensiva, objetivando evitar a dispersão dos recursos, privilegiando assim os mega-empreendimentos (COSTA, 1991). Como resultados, observa-se o crescimento do número de conflitos no campo, em especial na região amazônica, já que esta se tratava de importante pólo receptor de camponeses migrantes em busca de terra para realizar suas atividades, oriundos, sobretudo, do Nordeste brasileiro.

Constitui-se um complexo e violento contexto em que, de um lado postavam-se grandes latifundiários utilizando-se dos serviços de jagunços e pistoleiros para se apropriar de terras e do outro, posseiros, nações indígenas e alguns representantes da igreja através da CPT – Comissão Pastoral da Terra na luta pelo acesso à terra (OLIVEIRA, 2002b). O período é marcado também pela forte repressão pela qual passaram as lideranças sindicais e das Ligas Camponesas no Nordeste surgidas entre os anos 1950 e 1960 (MARTINS, 1995). A violência no campo se processa tanto em torno da luta pela terra num embate entre os atores envolvidos, quanto através do Estado no controle através da força da questão agrária brasileira e na manutenção da “ordem” vigente.

Além dos casos emblemáticos de violência no norte e nordeste do Brasil no período ditatorial, o Brasil agrário de maneira geral está marcado pela tensão e o conflito. As transformações sofridas por este, decorrentes das próprias transformações das relações cidade-campo a partir deste período, em que cabe destacar a constituição do complexo agroindustrial brasileiro, são geradoras de expropriados da terra, camponeses que somados àqueles que jamais

tiveram acesso a esta na condição de proprietários, tornam a questão agrária brasileira ainda mais intensa.

É neste contexto que se processa uma grande transformação na previdência brasileira, com destaque para a previdência rural. Em 1966 ocorre a fusão dos IAP'S e a criação do Instituto Nacional de Previdência Social – INPS e o Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social – IAPAS, passando a funcionar a partir de 1967 (DELGADO & SCHWARZER, 2003).

A previdência rural começa a sofrer alterações mais profundas a partir de 1967, com a reformulação do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural – PRORURAL (Decreto-Lei nº 267/1967), cujo serviço ficava limitado à assistência médica, além do repasse de sua administração ao Instituto Nacional de Previdência Social – INPS, recém criado. No ano de 1969, através do Decreto-Lei 564/1969, ocorre a criação do plano básico de previdência para os trabalhadores dos setores agroindustriais e agrícolas mais capitalizados, apesar de ser insustentável financeiramente.

A viabilização do regime rural acontece em 1971, através da Lei Complementar nº 11. Esta criava no lugar dos programas anteriores o PRORURAL, cuja administração caberia ao também criado Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural – FUNRURAL. Os benefícios deste programa eram destinados a trabalhadores rurais assalariados ou autônomos do regime de economia familiar e seus dependentes. Os pescadores são incluídos em 1972 e os garimpeiros em 1975. Os benefícios concedidos são: aposentadoria por idade (a partir de 65 anos), por invalidez, pensão para viúvas e órfãos, auxílio funeral e assistência médica. Os benefícios por idade e invalidez eram concedidos somente ao chefe da família<sup>35</sup>, cujo valor

---

<sup>35</sup> Este “chefe da família” ou “cabeça da família”, na maioria dos casos era o homem, o que se estabelecia como mais um elemento da questão do gênero. Conforme Silva & Schwarzer (2002), umas das dimensões das quais dependia a

fixava-se em meio salário-mínimo. A administração da assistência médica ficava a cargo de convênios estabelecidos com instituições locais, em especial os sindicatos, previstos como parceiros<sup>36</sup> do FUNRURAL pela Lei Complementar nº 11 de 1971 (DELGADO & SCHWARZER, 2003).

A preocupação com a seguridade social durante o período autoritário do Estado não pode ser encarada como mera coincidência ou curiosidade, considerando os elementos mostrados anteriormente. A estrutura criada com o FUNRURAL/PRORURAL atendia os interesses clientelísticos do partido do governo, ARENA (DELGADO & SCHWARZER, 2003). Tais políticas têm, portanto, uma relação direta com as políticas territoriais do Estado, bem como com a necessidade do mesmo em garantir a manutenção da serenidade no tecido social. Maloy (1976 *apud* SCHWARZER, 2000a) mostra-nos cinco razões para a expansão da previdência para o setor rural no período:

- 1) A identificação dos tecnocratas ligados ao sistema previdenciário com a orientação internacional, norteada pela OIT, baseada no princípio da universalização da cobertura previdenciária;
- 2) A preocupação do regime com “agitações” no espaço agrário. Esta preocupação assentava-se nas profundas transformações sofridas pelo agrário brasileiro a partir da orientação explicitada pelo Estatuto da Terra (1964), de modernização da agricultura brasileira pela via da mecanização, quimificação e a expansão da produção de *commodities*, preferencialmente em grandes propriedades, e o impacto desta orientação sobre o campesinato;

---

participação da mulher da previdência brasileira era justamente o caráter precário de sua inserção no mercado de trabalho, ofuscada muitas vezes pelo fato desta ser dona de casa.

<sup>36</sup> Paradoxalmente, o período de centralização do poder dos governos militares foi responsável pela maior experiência de descentralização administrativa da previdência, orientado pela legislação do período na qual: “As entidades sindicais de trabalhadores e de empregadores rurais poderão ser utilizadas na fiscalização e identificação dos grupos rurais beneficiados com a presente Lei Complementar e, mediante convênio com o FUNRURAL, auxiliá-lo na implantação divulgação e execução do PRO-RURAL.” (Art. 28 da Lei Complementar nº 11 de 1971)

- 3) A utilidade de um programa de assistência social na constituição de uma relação paternalista, capaz de cooptar organizações sociais como os sindicatos de trabalhadores rurais<sup>37</sup>. Barbosa (2001) corrobora esta afirmação quanto aponta a importância do membro aposentado no atual financiamento dos STR'S.
- 4) Uma política de cunho territorial: a necessidade evidenciada na época de conter a intensificação do fluxo migratório rural-urbano, através da disponibilização de assistência médica e renda;
- 5) Uma constante no ideário estatal da época, a doutrina da “Segurança Nacional” levava o governo militar a encarar a necessidade de integração do agrário com o projeto de desenvolvimento nacional como forma de, através da “justiça social”, garantir a paz no tecido social.

Percebe-se a constante presença da preocupação com a ordem social no campo. Isto pode ser explicado pelas transformações nos rumos da relação entre Estado e classe camponesa após o golpe de Estado de 1964. Logo depois de empossado, o governo do Marechal Castelo Branco envia ao congresso o *Estatuto da Terra* para apreciação, sendo aprovado no mesmo ano. O estatuto visava, entre outras coisas, tornar jurídica uma questão cujo teor político se ampliava no período pré-golpe: a questão agrária brasileira. Apesar de representar um avanço na direção da reforma agrária, em termos de instrumento legal, concretamente, o Estatuto da Terra não se transforma em plano de reforma agrária durante todo o período do regime militar. O próprio Ministro do Planejamento Roberto Campos, informa aos parlamentares da época que não havia a intenção de aplicação do estatuto (OLIVEIRA, 2002b).

Como se pode observar, o regime autoritário representado pelos governos militares, além da violência e da repressão político-ideológica, utilizou-se de instrumentos mais sutis de controle social e manutenção da ordem. Por um lado, criando leis como o Estatuto da Terra que, embora

---

<sup>37</sup> “Com o lançamento do PRORURAL, em 1971, e sua posterior implementação, ficou evidente o interesse do Estado em cooptar os sindicatos de trabalhadores rurais, através de convênios estabelecidos com eles para a administração da assistência médica, com vistas à legitimação de uma determinada estrutura social estratificada e contraditória. (...) como resultado, esses sindicatos transformaram-se em agências de prestação de serviço antes de entidades representativas de interesses de classe”. (BRUMER, 2002, p. 61).

teoricamente pudessem satisfazer antigos anseios do campesinato não se efetivaram, e por outro, alguns mecanismos de prestação de serviços médicos e assistência social, cujos repasses de verbas acabaram se tornando instrumento de cooptação dos sindicatos rurais. Ainda assim, o sistema previdenciário sofre uma evolução se comparado ao período anterior. Em 1977, cria-se o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social – SINPAS que unifica as clientelas urbana e rural, embora não universalize a prestação da assistência. Ocorre a criação de novas entidades internas, tanto de natureza administrativa como o DATAPREV – Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social, e o já citado IAPAS, quanto de prestação de serviços de assistência social como a LBA (Fundação Legião Brasileira de Assistência), INAMPS (Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social), FUNABEM (Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor) e a CEME (Central de Medicamentos) (BELTRÃO *et al*, 2000). Esta reestruturação representa um avanço, cujo passo seguinte será a universalização do sistema previdenciário brasileiro através da Constituição de 1988.

### **3.1.3. A Previdência Rural no Contexto de Redemocratização e Declínio do Estado Desenvolvimentista**

Nos início dos anos 1970, enquanto o Brasil ainda era regido por governos ditatoriais empenhados nos planos de desenvolvimento nacional, o capitalismo sofria em seu cerne, os países centrais, transformações que se propagariam por todo o sistema e que iriam oferecer obstáculos às possibilidades de reprodução capitalista sob a égide keynesiano/desenvolvimentista. Fiori (1992) mostra-nos os elementos da crise dizendo que os limites para as possibilidades de intervenção estatal nos moldes keynesianos foram impostos através de mudanças tecnológicas que alteraram as relações capital/trabalho, as desacelerações do

crescimento e as crises financeira e fiscal. O capitalismo global abandonava seu modelo fordista para assumir um padrão de reprodução denominado por David Harvey “Regime de Acumulação Flexível” (HARVEY, 2002), ou como outros autores chamam, pós-fordista, ou ainda toyotista (CASTELLS, 1999), cujas características básicas seriam “(...) *a mudança tecnológica, a automação, a busca de novas linhas de produto e nichos, a dispersão geográfica para zonas de controle do trabalho mais fácil, as fusões e medidas para acelerar o tempo de giro de capital* (...)” (HARVEY, 2002, p. 136).

Conseqüentemente, o projeto desenvolvimentista nacional mostra sua fragilidade na medida em que o custo da modernização econômica e institucional não obteve retorno, considerando que se preservaram a estrutura fundiária e o modelo de distribuição de renda, elementos que não permitiram a gênese de um mercado interno dinâmico.

Com efeito, a crise dos anos 80 evidenciou os problemas do sistema financeiro, do controle de capitais, a distorção na distribuição de renda, uma estrutura social excludente, o protecionismo tarifário e os poucos investimentos em pesquisa e desenvolvimento tecnológico, uma organização política baseada na cooptação e no clientelismo, além de um regime político autoritário. O modelo de substituição de importações alcança seu esgotamento. A hiperinflação e o esgotamento da capacidade de endividamento externo combinam-se com a exaustão do regime autoritário a transição para o regime democrático.

Esta transição do regime autoritário para a restauração da democracia no Brasil, a Nova República, é marcada pela campanha pelas eleições diretas de 1985. O ícone da transição, contudo, é a promulgação da Constituição de 1988. A Constituição é construída num contexto de redemocratização, restaurando antigos direitos civis como liberdade de expressão, direito ao voto, além da inclusão dos direitos humanos em seu texto. Tal contexto influencia os parlamentares constituintes, levando-os a defender o discurso da necessidade do resgate da dívida social



brasileira herdada do regime militar, através da elaboração de uma constituição que garantisse os direitos básicos e universais de cidadania, fixando o direito à saúde, à assistência social, ao seguro desemprego e à previdência num capítulo específico da constituição, destinado à seguridade social (MARQUES et al, 2003).

Sob estas condições o sistema previdenciário rural sofre mudanças drásticas. A Constituição de 1988 e as posteriores regulamentações de custeio (Lei 8.212) e concessão dos benefícios (Lei 8.213) de 1991 representam uma profunda transformação no quadro da previdência rural brasileira, na medida em que se universaliza a previdência social. O tratamento administrativo por setores dá lugar a um modelo unificado em que os trabalhadores rurais e os trabalhadores em regime de economia familiar (inclusos os pescadores artesanais) são incluídos na categoria denominada “segurados especiais” no Regime Geral da Previdência Social, cujo resultado é a ampliação do acesso aos benefícios previdenciários por parte dos agricultores já que:

“Ao inaugurar-se a previdência rural de fato em 1992, com a aplicação das novas leis de custeio e benefícios da previdência (Leis 8.212 e 8.213 de junho de 1991), chegou ao meio rural um sistema de atendimento ao trabalhador rural informal e à agricultura de subsistência, remetido no contexto da constituição federal de 1988 (art. 194, §8º) ao conceito genérico de “regime de economia familiar”. Isso na realidade, é uma novidade no sistema previdenciário, que desde sua criação em 1923 circunscrevia-se ao contrato formal de trabalho das categorias ocupacionais urbanas”. (DELGADO & CARDOSO Jr., 1999, p. 21)

Apesar de universalizado, o sistema manteve a especificidade na forma de contribuição dos segurados especiais. Ao contrário do regime geral, cuja contribuição incide sobre a renda, permaneceu para os especiais a contribuição sobre a produção comercializada, com o recolhimento de 2,2% a cargo do comprador.

A universalização significou ainda a equiparação dos benefícios em um piso único para aposentadorias e pensões situado no valor de um salário mínimo<sup>38</sup>. Para que se tenha idéia do salto que isto representou em termos quantitativos, o valor das aposentadorias e pensões no período pretérito correspondiam a 50 e 30 % do salário mínimo respectivamente, sendo que a aposentadoria era concedida somente ao *chefe da família*, ao contrário do novo sistema, no qual homens e mulheres são beneficiários, indiferente de sua condição de “chefe de família”. (SCHWARZER, 2000a). Outra especificidade do subsistema rural diz respeito aos parâmetros diferenciados quanto à idade para elegibilidade do benefício: 60 anos para os homens e 55 anos para as mulheres, ou seja, cinco anos a menos do que os trabalhadores urbanos (BELTRÃO *et al*, 2000).

O artigo 195, § 8º da Constituição Federal prevê o atendimento de idosos e inválidos pela previdência, independentemente de sua capacidade de contribuição. A partir deste preceito, destaca-se a instituição, a partir da Lei nº 742 de 1993, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que substituiu o Renda Mensal Vitalícia (RMV) pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC). O sistema substituído exigia do candidato pelo menos 12 contribuições mensais ao longo do histórico do segurado. O sistema atual prevê a concessão de benefícios aos idosos (a partir de 67 anos, para ambos os sexos) e portadores de deficiência, indiferente de suas capacidades de contribuição, exigindo como requisito para o acesso, renda mensal familiar *per capita* inferior a um quarto de salário mínimo. O valor dos benefícios é de um salário mínimo (DELGADO & SCHWARZER, 2003).

---

<sup>38</sup> “O tratamento concedido ao campo da proteção social na constituição de 1988 foi resultado da defesa realizada pelos setores progressistas que demandavam, na época, a construção de um sistema voltado a: ampliação da cobertura para segmentos até então desprotegidos; eliminação das diferenças entre trabalhadores rurais e urbanos referentes aos tipos de valores de benefícios concedidos; (...)”. (MARQUES *et al*, 2003, p. 111)

Esta expansão da cobertura previdenciária ocorre num momento importante, pois coincide com um contexto de empobrecimento da agricultura camponesa de maneira geral, e na área de estudo, especificamente. Dito isto, será possível observar as transformações no papel dos idosos na vida econômica das unidades de produção, especialmente as camponesas.

As mudanças quanto à abrangência da proteção social proporcionada pela previdência, estendidas à população rural a partir de 1988, ocorrem num contexto, como já afirmamos, de transformações políticas no país em que o processo de redemocratização é acompanhado pelo declínio do modelo de “modernização conservadora” e a adoção de uma política liberal pelo país. Todo o esforço estatal em seu corte keynesiano/desenvolvimentista é drenado pelo sumidouro da preservação da estrutura agrária e dos problemas de distribuição de renda, entraves à gênese de um mercado interno dinâmico. A crise financeira dos anos 1980 foi a expressão da crise da estrutura estatal emergente nos anos 1930. Tal crise denunciava a necessidade de uma reestruturação das relações sociais e econômicas, além da redefinição do espaço de cidadania e a recomposição do Estado em condições democráticas (FIORI, 1992).

O fim do intervencionismo estatal vigente até o final dos anos 1980 para o setor agrícola torna indefinidos os rumos para um novo ímpeto de crescimento do *agribusiness* brasileiro. Mudanças no pacto da modernização conservadora, marcadas pela extinção da intervenção nos mercados de *commodities*, a liberalização comercial e financeira, bem como a desvalorização patrimonial do estoque fundiário alteram as condições para a reprodução capitalista no agrário brasileiro na década de 1990 (DELGADO & CARDOSO Jr., 2000). Abre-se então uma janela histórica para a visualização da agricultura familiar e do campesinato. Em meados dos anos 90, sob a égide do conceito de *agricultura familiar*, tais agricultores passam a ser alvo de políticas públicas destinadas ao desenvolvimento desta, o PRONAF – Programa Nacional de

Fortalecimento da Agricultura Familiar. O tema do desenvolvimento rural torna-se objeto de uma infinidade de estudos acadêmicos.

O exame das diferentes etapas da história política do país, bem como do amadurecimento de um capitalismo tardio mostram a estreita relação entre contexto e ideário político de um Estado e as políticas públicas desenvolvidas por este. Neste sentido, nosso objetivo nesta seção parece ter sido cumprido, na medida em que foi possível observar, a cada período analisado, peculiaridades, em nosso caso numa política em particular, que identificavam tal política ao contexto econômico, social e político em que esta se inseria.

Num contexto de Estado paternalista, a política previdenciária só abarcava aquelas parcelas da população cuja cooptação apresentava-se como essencial à manutenção do *status quo* e da eficiência de determinados serviços, considerando a abrangência inicial do núcleo duro do funcionalismo do Estado. Neste contexto a cobertura previdenciária não contempla a população rural, visto que esta não compunha grupo de interesse vital ao Estado.

Sob o regime militar, a seguridade social torna-se mais abrangente e profissional, apresentando-se como mecanismo de manutenção da ordem no tecido social, visto que, apesar do autoritarismo, o Estado manteve sua lógica paternalista como estratégia de governabilidade.

Com a redemocratização e a partir dos preceitos de uma nova Constituição, o sistema previdenciário passa por transformações que universalizam seus benefícios. A população rural passa então a receber os mesmos proventos destinados a população urbana. Alguns estudos que serão abordados a seguir revelam que o aposentado passa a representar o alicerce econômico das famílias, o que pode representar transformações no papel do idoso no universo rural da sociedade brasileira.

### **3.2. IMPACTOS DAS TRANSFORMAÇÕES DO SISTEMA PREVIDENCIÁRIO PÓS-CONSTITUIÇÃO DE 1988.**

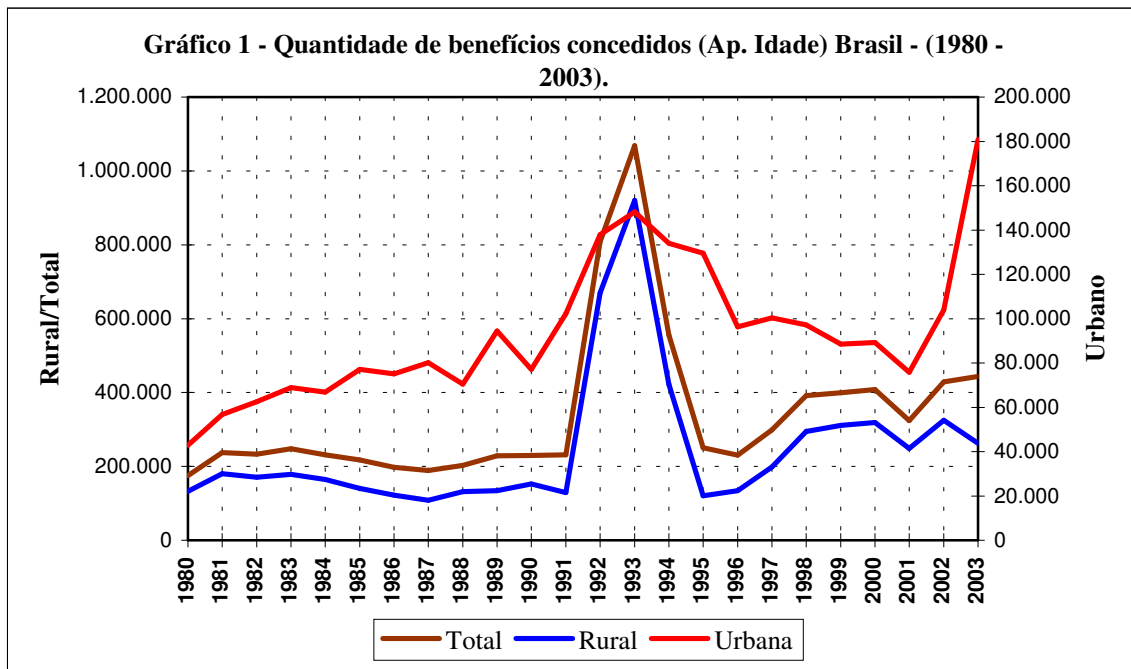
A universalização da previdência social brasileira, apesar de relativamente recente, tem mostrado seus efeitos econômicos, sociais e espaciais, com destaque para o espaço rural e neste a agricultura camponesa, incorporada a partir do conceito de “regime de economia familiar”, sendo estes os maiores afetados pelas alterações definidas pela Constituição.

Atualmente, o debate acerca de tais efeitos está circunscrito a elementos como o combate à pobreza no meio rural<sup>39</sup>; o papel dos idosos neste contexto; os efeitos redistributivos, tanto inter-regionais, como das transferências urbano-rural de renda, tema que abordamos a partir de uma outra perspectiva; a conversão de seguro social em seguro agrícola e os impactos sobre as migrações entre outros.

A importância da universalização de 1988 e as posteriores leis de concessão e financiamento de 1991, poder ser observada a partir do salto quantitativo no número de benefícios concedidos a partir de 1992, ano em que o novo sistema passa a funcionar efetivamente (Gráfico 1).

---

<sup>39</sup> “Ainda que benefícios previdenciários tenham uma função específica de servir como “seguro contra perda da capacidade laborativa”, é inegável o papel social que a previdência rural tem desempenhado na elevação da renda no campo e, neste sentido, colaborado para a erradicação da pobreza. A constituição de 1988 e as leis complementares que se seguiram foram fundamentais para delinear essa nova realidade”. (BELTRÃO, et al, 2000, p. 21)



*Fonte:* Anuário Estatístico da Previdência Social – AEPS.

Segundo Brumer (2002), entre 1991 e 1998, praticamente dobrou no número de beneficiários por idade da previdência rural, observando-se o principal incremento no ano de 1992 e 1993, sendo significativo o número de potenciais beneficiários que esperavam a implementação da lei, segundo a autora.

Para além dos dados estatísticos da previdência, os recursos financeiros provenientes desta têm representado a movimentação da economia local dos municípios brasileiros, como os exemplos de Delgado (s/d), Schwarzer (2000a) e de Biolchi & Schneider (2003), que mostram serem os dias de maior movimento no comércio e serviços da cidade coincidentes com os dias de pagamento dos benefícios para os aposentados.

Outro elemento do debate diz respeito à viabilização econômica das unidades de produção a partir da renda da previdência. Segundo alguns autores, ao somar-se à renda da produção

agrícola, no caso dos aposentados que continuam trabalhando<sup>40</sup>, a renda previdenciária converter-se-ia de seguro previdenciário em seguro agrícola, garantindo a salvaguarda da renda nas ocasiões em que a renda agrícola fica prejudicada por fortuitos na produção.

Nas análises desenvolvidas neste capítulo será dada ênfase aos idosos no contexto da previdência, apesar de participarem também outros públicos, conforme já demonstrado. A escolha deve-se ao fato de sua maior participação dentro do chamado regime de economia familiar, da ordem de 2/3 do estoque total dos benefícios pagos pela previdência, segundo Delgado & Cardoso Jr. (1999).

Quanto às análises dos impactos na escala macrorregional, serão analisadas as regiões Sul e Nordeste considerando serem as únicas já avaliadas pela instituição mais ativa no país no que diz respeito aos estudos sobre impactos previdenciários, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, cuja equipe é coordenada pelo professor Guilherme da Costa Delgado. A atenção dada a estas regiões pelo IPEA deve-se ao fato de juntas, as regiões sul e nordeste representarem 65% dos benefícios previdenciários (permanentes) pagos em 1997 (DELGADO & CARDOSO Jr., 1999). Um indício da participação destas regiões são os percentuais de renda proveniente de transferência governamental, em que se destacam as regiões Sul, Sudeste e Nordeste no ano de 2000 com os maiores valores (Tabela 2).

---

<sup>40</sup> Segundo Camarano (2001, p. 7): “A grande maioria dos idosos aposentados que trabalhavam estava lotada no setor agrícola – 53, 6% dos homens e 42,6% das mulheres, como mostra a tabela 1. A ocupação principal dos homens foi de produtores agropecuários autônomos, onde se encontram 1/3 dessas. Já 58,2% das mulheres idosas aposentadas foram classificadas como “outros trabalhadores na agropecuária”.

Tabela 2: Percentual, por região, da renda proveniente de transferências governamentais da União. Brasil.

<b>Região</b>	<b>1991 (%)</b>	<b>2000 (%)</b>
Sul	10,120	15,097
Sudeste	11,465	15,373
Centro-Oeste	6,278	10,778
Nordeste	12,797	17,596
Norte	6,015	9,955

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. PNUD. 2003. Organizado pelo autor.

Feitas estas considerações, o presente capítulo objetiva analisar aspectos como a ressignificação do papel do idoso nas famílias rurais brasileiras a partir da renda previdenciária; o caráter deficitário do subsistema rural da previdência e como este caráter poder ser elemento para um debate mais amplo e finalmente as análises nas escalas regional e local dos impactos da renda previdenciária.

### **3.2.1 Da Condição De Velho À Condição De Idoso: A Transformação No Papel Dos Aposentados Nas Famílias Rurais Brasileiras**

Na França do Século XIX, o tratamento dado à questão da velhice subordinava-se basicamente ao critério do poder econômico dos indivíduos. Desta forma, era considerado *velho* (*vieux*) ou *velhote* (*viellard*) o indivíduo desprovido de bens, enquanto aquele que dispunha de posses e posição social era tratado como *idoso* (*personne âgée*) (SIQUEIRA *et al*, 2002). Começamos este item com esta afirmação porque a consideramos adequada para explicitar a tônica do que trataremos a seguir.

Compondo o universo de resultados das transformações na legislação previdenciária brasileira pós-1988, chamam atenção os aspectos relacionados às mudanças no papel social e



econômico do idoso<sup>41</sup> no interior das famílias, em especial no espaço rural. A focalização no idoso está baseada nos dados provenientes das regiões Nordeste e Sul, ambas objeto de pesquisas sobre previdência rural. Como pode ser observado na tabela 3, os idosos representam a maioria no público beneficiário da previdência rural. A novidade está diretamente vinculada à situação de indivíduo com renda monetária líquida e constante atribuída aos idosos aposentados. Os benefícios da aposentadoria rural, ao proporcionarem a estabilidade e credibilidade econômicas do aposentado, modificaram o quadro de relações estabelecidos<sup>42</sup>, tanto do ponto de vista interno, ou seja, das relações familiares quanto das relações comerciais (ALBUQUERQUE *et al*, 1999).

Tabela 3: Estrutura etária dos beneficiários da previdência rural, por sexo – Regiões Nordeste e Sul (em %).

Idade	Nordeste			Sul		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Até 21 anos	0,5	0,3	0,6	0,1	0,3	0,1
De 21 a 54	6,5	4,2	7,8	7,3	5,3	8,4
De 55 a 59	8,3	2,0	11,9	10,7	3,2	15,1
De 60 a 69	38,2	37,1	38,9	40,1	42,7	38,6
De 70 a 79	30,2	36,9	26,3	30,8	36,8	27,2
De 80 a 89	14,2	16,8	12,7	9,8	10,6	9,3
De 90 a 99	2,0	2,6	1,7	1,0	1,1	1,0
100 ou +	0,1	0,1	0,1	0,2	0,0	0,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

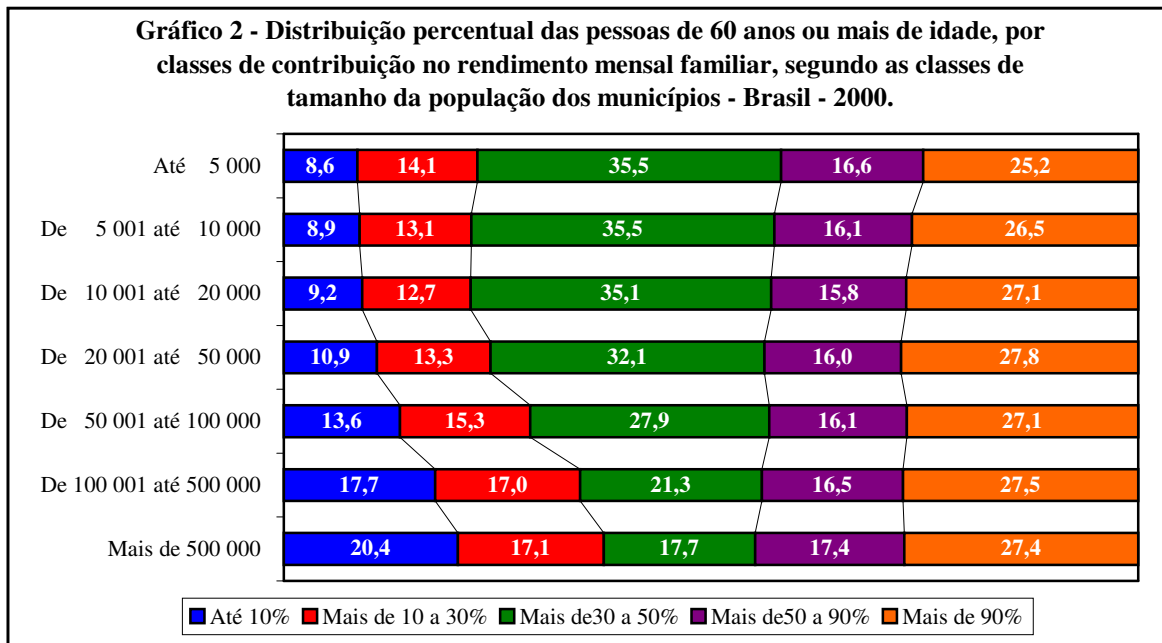
Fonte: Pesquisa de Avaliação Socioeconômica e Regional da Previdência Rural - Fase II, 1998. (Andrade Silva & Delgado *in*: Delgado & Cardoso Jr. 2003)

<sup>41</sup> Ao tocarmos na questão do indivíduo idoso, faz-se necessário, mesmo que brevemente, um esclarecimento conceitual. De acordo com a Política Nacional do Idoso, é considerada como tal toda pessoa com idade igual ou superior a sessenta anos. O estabelecimento de tal faixa etária constitui um intervalo bastante heterogêneo, considerando que se trata de um corte de aproximadamente trinta anos, o que aglutina um contingente populacional composto por pessoas que experimentaram trajetórias de vida bastante diferenciadas (CAMARANO, 2003). Este intervalo etário também produz outro resultado no que diz respeito à aposentadoria: trata-se da existência de dois tipos de aposentados. Os recém aposentados, que ainda apresentam vigor físico para exercerem suas atividades, para os quais a aposentadoria torna-se um *input*, elevando sua renda e qualidade de vida, e aqueles mais idosos, afastados das atividades produtivas e muitas vezes dependentes da companhia de familiares (ALBUQUERQUE *et al*, 1999).

<sup>42</sup> Este quadro de relações, em especial no espaço rural onde o trabalho é dos elementos mais importantes da organização social, põe o indivíduo inativo na situação descrita por Santos: “O sujeito aposentado perde seu poder social. Mesmo na família (se ela existe), a aposentadoria é justamente a fase em que os filhos cresceram e construíram suas próprias famílias. É assim que pode surgir nos aposentados um sentimento de inutilidade e de desvalorização. Além disso, estes sentimentos encontram sua recíproca no grupo social, onde as pessoas idosas são percebidas como inúteis, ultrapassadas.” (SANTOS, 1990 *apud* ALBUQUERQUE *et al*, 1999, p. 510)

Como será possível observar ao longo desta seção, os efeitos oriundos da expansão da cobertura da previdência social têm sido mais contundentes para as pessoas residentes em pequenos municípios, regiões ou estados economicamente menos desenvolvidos, nestes em especial as pessoas idosas do sexo feminino e as regiões rurais mais débeis economicamente, no contexto do chamado regime de economia familiar (DELGADO & CARDOSO Jr., 1999), ou o que temos chamado de campesinato. O fato é que em contextos regionais marcados pela depressão ou estagnação econômicas e pela pobreza, os aposentados tornam-se atores sociais de grande relevância na vida econômica dos municípios, sendo os responsáveis pela dinamização destas, periodicamente quando, ao receber os proventos beneficiários, realizam as compras do mês, adquirem remédios, roupas, utilizam meios de transporte coletivos para chegar aos locais de recebimento dos benefícios, enfim, proporcionam a relativa dinâmica econômica dos pequenos municípios de economia agrária no Brasil. A escala municipal é, portanto, a mais afetada pela renda previdenciária, dado o caráter local da utilização da renda. Este efeito ocorre devido ao fato de, tomado isoladamente, o benefício não representar valor tão elevado a ponto de proporcionar deslocamentos mais extensos para os gastos pessoais do aposentado, circunscrevendo-se então ao espaço rural ou a sede municipal mais próxima (ALBUQUERQUE *et al*, 1999).

Como é possível observar a seguir (Gráfico 2), as pessoas com mais de 60 anos de idade contribuem com percentuais entre 30 e 50% na formação da renda das famílias no Brasil. Esta participação é maior nos municípios com população de até 50.000 habitantes, decrescendo no caso dos municípios maiores.



Fonte: Indicadores Sociais Municipais. IBGE. 2004. Organizado pelo autor.

A importância assumida pelo aposentado não se manifesta somente na relação deste com a economia do município, mas fundamentalmente na sua relação com os demais membros da família. Por possuírem uma fonte de renda regular, passam a ser muito bem aceitos pelos familiares, considerando que colaboram com o ingresso econômico das famílias<sup>43</sup>, numa relação de dependência invertida, considerando a melhor situação das famílias brasileiras com idosos (CAMARANO, 2002). O depoimento de um aposentado do município de Remígio no estado da Paraíba ilustra este fenômeno:

“Eu me criei vendo, antes desse negócio, a pessoa ficava velha em cima de uma cama sem poder tomar uma garapa com açúcar e muitas vezes os filhos não podiam dar. Ia-se comprar uma coisa na bodega e o cabra não confiava. Hoje, ele vende e sabe que quando chegar no final do mês, ele recebe. Ultimamente o velho se tornou algo caro, todo mundo quer um

<sup>43</sup> “(...) observa-se que os idosos se concentram cada vez mais nas famílias rurais de rendas mais elevadas. Verifica-se que, embora tenha crescido a participação média dos idosos nas famílias rurais no período 1988/96, este crescimento foi bastante desigual, quando consideradas as faixas de renda *per capita*, corroborando que eles foram os responsáveis pela melhoria das famílias às quais pertenciam”. (BELTRÃO, *et al*, 2000, p. 14)

dentro de casa. Antes o coitado do velho sofria, quando não valia nada o velho era abandonado, meu filho, hoje todo mundo diz vamos lá pra casa”. (Depoimento de aposentado do município de Remígio, Pb. 70 anos) (ALBUQUERQUE *et al*, 1999, p. 515)

Segundo os autores acima citados, no estado da Paraíba, a maioria dos aposentados reside com mais de uma pessoa, sendo que 62,1% vivem com pelo menos três pessoas. Este dado é corroborado pela estatística da Região Nordeste. Se comparada com as demais regiões do país, apesar de uma tendência geral de crescimento do percentual de pessoas com mais de 65 anos vivendo sozinhas<sup>44</sup>, a Região Nordeste foi aquela que apresentou o menor crescimento percentual entre os anos de 1991 e 2000 (Tabela 4).

Tabela 4: Percentual de pessoas com 65 anos ou mais de idade morando sozinhas, por região. Brasil.

<b>Região</b>	<b>1991 (%)</b>	<b>2000 (%)</b>	<b>Variação (%)</b>
Sul	10,30	14,55	41,28
Sudeste	10,75	14,35	33,59
Centro Oeste	9,60	13,54	41,07
Nordeste	9,80	10,92	11,46
Norte	7,63	10,28	34,69

*Fonte:* Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. PNUD. 2003.  
Organizado pelo autor.

Outro indicador do papel dos idosos no apoio às famílias, diz respeito à proporção de filhos maiores de 21 anos morando em famílias chefiadas por idosos, cujos percentuais cresceram entre 1981 e 1998, de 17,5% para 18,6% no caso dos homens, e de 26,8% para 28,8% no caso das mulheres, crescimentos de 7% e 8% respectivamente (CAMARANO, 2002).

Para Ana Amélia Camarano, existe uma tendência em escala nacional da permanência de filhos e netos próximos aos idosos. A mesma explica:

<sup>44</sup> No contexto desta tendência de crescimento do número de pessoas com mais de 65 anos de idade morando sozinhas, é mister questionar a possibilidade deste processo estar operando de maneira diferencial de acordo com o tamanho e a matriz econômica dos municípios.

“(...) não se pode falar de uma estrutura domiciliar composta basicamente de idosos, mesmo nas famílias de idosos. Estes dados permitem a inferência de que co-residência é um arranjo familiar generalizado entre a população idosa brasileira e, nesse caso, parece refletir mais a necessidade da população jovem do que a idosa. (...) o que parece estar acontecendo é que as mulheres, quando envelhecem, passam do seu papel tradicional de dependentes para o de provedoras. Esta, dentre outras mudanças, tais como o aumento das famílias de três gerações, tem levado a que os idosos, de uma maneira geral, estejam liderando uma mudança social de grande porte”. (CAMARANO, 2003, p. 55-57).

Essa relação de co-residência<sup>45</sup> apresenta um certo caráter mutualista, beneficiando em certas situações as gerações mais novas e em outras as gerações mais velhas. A natureza da co-residência, no entanto, parece ser motivada mais por obstáculos econômicos ao estabelecimento de novos domicílios por parte dos mais jovens, do que quaisquer outros motivos. A este respeito, Camarano (2003) diz que este processo pode estar refletindo, mais uma falta de opção do que uma opção propriamente dita. Neste sentido, na relação de co-residência opera um mecanismo de transferência intrafamiliar de renda, considerando que as famílias se organizam em torno do idoso beneficiando assim filhos e netos. Os reflexos podem ser sentidos inclusive no ingresso

---

<sup>45</sup> Carvalho & Almeida (2003) fazem uma importante crítica à abordagem domiciliar dos temas concernentes à família, tomando as concepções de Burke (2000). A primeira crítica à “abordagem do domicílio” é que o domicílio apresenta apenas um instantâneo do grupo doméstico, na medida em que os grupos surgem pequenos, crescem com o aparecimento dos filhos e tendem a diminuir à medida que os filhos maduros deixam o lar. A segunda crítica diz respeito ao risco da confusão entre grupo familiar e grupo residencial. A família não está restrita à residência e extrapola esta. A família para Burke (*apud* CARVALHO & ALMEIDA, 2003, p. 110): “*Não é apenas uma unidade residencial, mas também (...) uma unidade econômica e jurídica. Ainda mais importante, é uma comunidade moral, no sentido de um grupo como o qual os membros se identificam e mantêm envolvimento emocional (...). Essa multiplicidade de funções coloca problemas porque as unidades econômica, emocional, residencial e outras podem não coincidir*”. O conceito de família é polissêmico. No sentido mais estrito, ele se refere ao núcleo familiar básico. No mais amplo, ao grupo de indivíduos vinculados entre si por laços consangüíneos, consensuais e jurídicos, constituindo complexas redes de parentesco, que se atualizam periodicamente, através de intercâmbios, cooperação e solidariedade, cujos limites variam de acordo com a cultura, a região e a classe social (CARVALHO & ALMEIDA, 2003). Isto significa que o fenômeno de transferência intrafamiliar de renda deve ser analisado numa escala que extrapola àquela do domicílio onde possam ocorrer relações de co-residência.

tardio dos menores de idade no mercado de trabalho, tempo em que podem freqüentar a escola (ALBUQUERQUE *et al.*, 1999).

#### a) Gênero e Previdência

O contexto da relação entre aposentados e demais membros da família envolve também a questão de gênero. Conforme Lyod-Sherlock<sup>46</sup> (2002, *apud* CAMARANO, 2003), apesar da velhice não ser universalmente feminina, possui um forte componente de gênero, visto que as mulheres idosas apresentam maior probabilidade de ficarem viúvas, muitas vezes em situação socioeconômica desvantajosa. Com efeito, as transformações no sistema previdenciário têm proporcionado significativos resultados, sobretudo no que diz respeito ao acesso feminino à tal política, o que supera um histórico marcado pela exclusão das mulheres, como ilustra Anita Brumer:

“Se a inclusão dos trabalhadores rurais foi tardia em relação a outras categorias profissionais, a inclusão das mulheres rurais trabalhadoras ocorreu ainda mais tarde, principalmente porque, para poder receber os benefícios da previdência social deviam, antes de mais nada, ser reconhecidas como trabalhadoras rurais. Esse reconhecimento, por sua vez, era de difícil comprovação, tendo em vista que grande parte do trabalho feito por elas ser invisível, sendo geralmente declarado como ajuda às tarefas executadas pelos homens e, com freqüência, restrito às atividades domésticas, mesmo que essas incluam atividades vinculadas à produção. Assim, no início consideradas como ‘dependentes’, seja dos pais ou dos maridos, passam paulatinamente a serem vistas como ‘autônomas, portadoras de direitos individuais, o que lhes permite serem incorporadas como beneficiárias da previdência social’”. (BRUMER, 2002, p. 52)

---

<sup>46</sup> LYOD-SHERLOCK, Peter. **Ageing, development and social protection: a research agenda.** UNRISD Meeting on Ageing. Development and Social Protection. 2002.

Nada mais do que o reconhecimento de que as mulheres participam ativamente da economia familiar camponesa, que não se restringe a uma cultura comercializável somente, como vimos a respeito das “forças marginais”. Dentre as mudanças no sistema beneficiário, aquela que afetou diretamente o acesso feminino ao sistema foi a concessão dos benefícios, antes dirigido à família, ou o “cabeça da família”, agora destinada aos indivíduos. Com essa mudança, a partir de 1992, quando passou efetivamente a funcionar após regulamentações de financiamento e acesso, as mulheres têm representado 60% do total de novas concessões (CAMARANO, 2003).

No que tange à relação com a família, Brumer (2002) mostra que existem diferenças na utilização dos benefícios entre homens e mulheres, existindo, portanto um efeito diferencial no acesso à previdência social por parte das mulheres. Ao contrário dos homens, as mulheres utilizam seus rendimentos, em primeiro lugar na garantia do sustento e elevação da qualidade de vida dos membros da família, sendo que os gastos pessoais colocam-se em segundo plano. Este comportamento é corroborado pelas colocações de Camarano (2003). A autora afirma que o cuidado com os membros da família têm uma forte característica de gênero, sendo que as mulheres são as tradicionais “cuidadoras” da família. “*Cuidar de netos é, em geral, visto como uma extensão do trabalho doméstico feminino*” diz a autora (CAMARANO, 2003, p. 38).

### **3.2.2 O Caráter Deficitário Do Subsistema Rural Da Previdência Na Experiência Internacional E Brasileira**

Um tema recorrente nas discussões pertinentes à previdência rural brasileira tem sido a situação de déficit em que se encontra o subsistema. A este respeito, analisaremos os elementos abordados sobre os diferentes modelos de financiamento da previdência rural em diversos países. Nosso objetivo é mostrar que o déficit da previdência rural apresenta um caráter universal no que

diz respeito à situação nestes países, fruto de uma singularidade na comparação com o regime previdenciário urbano.

#### a) Paradigmas da previdência rural e cenário internacional

Para entendermos a forma como operam os sistemas previdenciários de maneira geral em sua relação receita/despesa, é mister observarmos os paradigmas que historicamente os têm orientado. Existem três paradigmas clássicos da previdência social, a saber: a) o sistema *Assistencial*<sup>47</sup> cuja seleção dos beneficiários se dá com base na avaliação da necessidade dos indivíduos, sendo um sistema originário do século XVII; b) o sistema *Bismarckiano*<sup>48</sup>, cujo acesso à previdência ocorre a partir da contribuição prévia dos indivíduos, ou seja, baseado na equivalência entre número de contribuintes e de beneficiários e c) o sistema *Beveridgiano*<sup>49</sup> no qual o acesso ao benefício ocorre indiferentemente da capacidade contributiva dos indivíduos. (SCHWARZER, 2000b; 2003).

A partir da metade do Século XX, estes paradigmas passaram a se mesclar. Embora possam permanecer algumas de suas características, os modelos clássicos não são mais encontrados no cenário internacional da previdência em sua forma original. (SCHWARZER, 2000b).

Tal mescla entre os diferentes paradigmas põe-nos ante um quadro no qual os sistemas previdenciários de diversos países, entre os quais o do Brasil, compõem-se de caracteres dos três

---

<sup>47</sup> O sistema *Assistencial* tem sua origem na “Lei dos Pobres” de 1601, na Inglaterra pré-industrial. Em sua forma pura, já no início do século XX, no caso da Nova Zelândia, baseava-se em critérios como o “teste de necessidade”. (PARROT, 1992 *apud* SCHWARZER, 2003)

<sup>48</sup> O sistema Bismarckiano foi criado à época do chanceler alemão Bismarck. (Witte, 1981 *apud* SCHWARZER, 2003)

<sup>49</sup> O sistema denominado Beveridgiano refere-se ao Lord William Beveridge, autor da proposta ao governo inglês em 1942, como parte do movimento pelos direitos humanos, cujo resultado foi a Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948. (KÜLP & SCHREIBER, 1971; PARROT, 1992 *apud* SCHWARZER, 2003)



paradigmas clássicos, sendo que, para cada caso, um ou outro será o paradigma mais proeminente.

Em Schwarzer (2000b; 2003), encontramos uma categorização na qual o autor enquadra os subsistemas previdenciários rurais observados no cenário internacional de acordo com o parâmetro do vínculo contributivo, ou seja, a existência ou não da relação *um contribuinte = um benefício* (Tabela 5).

Tabela 5. Resumo das principais características e tendências dos modelos de cobertura previdenciária rural.

	<b>Modelo Universal Básico</b>	<b>Modelo Contributivo Diferenciado</b>	<b>Modelo Contributivo Estrito</b>	<b>Modelo Assistencial</b>
<b>Característica Principal</b>	Benefício básico universal, independente de contribuição.	Diferentes regras entre regimes urbano e rural	Não diferencia os regimes urbano e rural	Cobre com benefícios tipo assistenciais
<b>Elemento Previdenciário</b>	Suplementado por previdência contributiva pública ou privada	Previdência contributiva sem equilíbrio atuarial individual	Previdência contributiva atuarial	Ou previdência contributiva inacessível ou não compulsória.
<b>Tendências de Reforma</b>	Reforço de elementos assistenciais e contributivos	Diminuição da diferença rural-urbano	Ajuste de parâmetros gerais (alíquota, idade)	Focalização mais precisa
<b>Exemplos</b>	Finlândia, Suécia, Canadá.	Alemanha, Áustria, França, Polônia	EUA, Itália (novo)	Chile, Costa Rica, outros latino americanos

Fonte: Schwarzer, 2000b; 2003.

Conforme nos mostra a tabela, Schwarzer tipificou os sistemas previdenciários rurais em quatro modelos. O autor ainda divide os presentes modelos em dois grupos distintos, definidos pelo mesmo como “de efeito menos desmercantilizante” ou “de efeito mais desmercantilizante”. O maior ou menor poder de *desmercantilização* está diretamente relacionado à capacidade do modelo de tornar o acesso dos indivíduos à previdência independente de seu desempenho prévio

no mercado (SCHWARZER, 2003). Nesse sentido, o autor enquadra como modelos de previdência rural “mais desmercantilizantes” o Modelo Universal Básico e o Modelo Contributivo Diferenciado, enquadrando os Modelos Contributivo Estrito e Assistencial como “menos desmercantilizantes”.

Conforme o autor, o modelo previdenciário brasileiro é de difícil classificação considerando a tipificação apresentada. De desenho peculiar frente aos demais modelos, a previdência brasileira apresenta um corte contributivo no regime geral, enquanto o subsistema rural se assemelha ao modelo universal básico não-contributivo. O benefício rural é de valor único (*flat-rate*), indiferente da base de rendimentos da fase ativa do aposentado. A contribuição tem um caráter de tributo, considerando sua incidência sobre o faturamento com as vendas da produção do estabelecimento. Por outro lado, o sistema previdenciário brasileiro não se enquadra no modelo assistencial, já que o critério de acesso não se assemelha a qualquer teste de necessidade, tratando-se de comprovação documental do exercício da atividade (SCHWARZER, 2003).

Com relação ao equilíbrio atuarial, ou seja, a equiparação entre gastos com o pagamento de benefícios rurais e a receita das contribuições, temos a seguinte situação no cenário internacional, conforme os modelos de cobertura (SCHWARZER, 2000a; 2000b; 2003):

#### *Modelo Universal Básico*

- Finlândia: no caso finlandês, a relação beneficiário/contribuinte é de 2/1 atualmente. O sistema cobre 25% dos gastos, sendo os 75% restantes repassados pelo Tesouro Nacional. Existe ainda a tendência de que este índice de subvenções estatais aumente.
- Canadá: cobrindo indistintamente os trabalhadores, sejam rurais ou urbanos, o sistema previdenciário canadense é composto por um benefício universal básico financiado e administrado pelo governo federal, cujo foco é a garantia de um patamar mínimo de renda da população, e por suplementos de natureza contributiva. Embora o regime contributivo

complementar presente superávit, existe uma grande heterogeneidade na capacidade de contribuição dos estabelecimentos rurais desse país, o que posiciona grande parte dos agricultores canadenses como alvo principal dos programas de garantia de renda mínima.

### *Modelo Contributivo Diferenciado*

- Alemanha: quanto ao financiamento, o subsistema de seguro social rural alemão é dependente das transferências do Estado. Para que se tenha a real dimensão, em 1997 o subsídio estatal ao subsistema rural da previdência foi da ordem de 4,2 bilhões de marcos, cerca de 76% do total de gastos, sendo que somente os restantes 24% ou 1,8 bilhão de marcos<sup>50</sup> foi produto da receita junto aos segurados. O déficit do sistema existe desde 1962, contrariando a suposição dos anos cinquenta de que o sistema pudesse se autofinanciar.
- França: o regime de proteção social aos ocupados do setor rural oferece benefícios mais modestos que aqueles do regime geral. Existe um movimento de equiparação de alíquotas de contribuição entre contribuintes rurais e urbanos, o que tende a reduzir o valor médio dos benefícios rurais, dada a atestada dificuldade dos agricultores em cumprir com os requisitos contributivos. O financiamento da previdência francesa contou, em 1998, com apenas 23,5% das receitas provenientes das contribuições sendo necessário um repasse de 76,5% oriundos de transferência inter-regime, de impostos e do Tesouro Nacional.
- Polônia: no caso da Polônia, também existe um subsistema rural da previdência. Quando foi criado, em meados dos anos 90, planejava-se que o subsídio do Estado ao subsistema fosse da ordem de 75%. Na metade da década, porém, o subsídio atingiu 93% do total de gastos.
- Argentina: reformado após a crise hiperinflacionária dos anos 80, o sistema previdenciário argentino caracteriza-se pela combinação de elementos de previdência pública e privada, introduzidos em 1993. Desde esta reforma não existe distinção entre contribuintes urbanos e rurais. O sistema tem se aproximado do modelo contributivo estrito, apesar de manter elementos de corte contributivo diferenciado, como as aposentadorias por idade avançada (*prestación por edad avanzada*), cujo acesso é concedido aos 70 anos para os trabalhadores urbanos e 67 para os rurais, sendo necessário comprovar 10 anos de contribuição no caso dos primeiros, e 10 anos de trabalho com pelo menos três meses de contribuição para os segundos. Dada a dificuldade do cumprimento dos requisitos de acesso ao regime geral, este tem sido o benefício mais procurado pelos trabalhadores rurais familiares. Importa salientar que este benefício representa 70% do valor do benefício básico do regime geral.

### *Modelo Contributivo Estrito*

---

<sup>50</sup> Segundo Schwarzer (*op. cit*), em agosto de 1999, um dólar (US\$) equivalia a 1,80 marco.

- Estados Unidos: com um regime indiferenciado, o contribuinte estadunidense precisa pagar previamente para ter acesso ao seguro social e à assistência médica. Os indivíduos pagam uma alíquota sobre seus rendimentos, sendo esta dividida entre patrão e contratado no caso dos assalariados rurais, e assumida integralmente no caso dos agricultores autônomos. O valor do benefício concedido é vinculado à média dos rendimentos do beneficiário. Benefícios com valores inferiores à um patamar mínimo de renda são complementados por um *Supplement Security Income* (SSI). Os idosos rurais mais dependentes da previdência são aqueles mais próximos da situação de pobreza. Por esse motivo ocorrem inúmeros casos de aposentados continuarem exercendo a atividade agrícola como estratégia de complementação de renda.
- Itália: o sistema previdenciário italiano passou por uma ampla reforma em 1995-96. O antigo modelo previa um regime específico para agricultores autônomos, de caráter marcadamente contributivo diferenciado. Este regime específico apresentou no ano de 1997 um déficit de 77,2%, coberto pelo Tesouro italiano. No novo regime, de corte contributivo estrito, existe uma conta individual para cada contribuinte, sendo o benefício calculado com base no saldo acumulado. Apesar de ainda recente e com um público enquadrado ainda reduzido frente ao modelo antigo, o novo modelo tende a elevar a necessidade de mecanismos de complementação de renda por parte dos aposentados, seja por programas governamentais de renda mínima, de corte assistencial, seja pela permanência na atividade produtiva como no caso dos Estados Unidos.

### *Modelo Assistencial*

- Costa Rica: o setor rural da previdência costarriquenha é amparado legalmente por um regime contributivo, o qual atua em situações de invalidez, velhice e pensão por morte. Entretanto, de fato, o setor rural é beneficiado por um sistema não-contributivo, o qual cobre as situações acima no caso do indivíduo não ter acesso ao benefício contributivo. Em termos numéricos, os dois sistemas praticamente se equivalem quanto ao número de beneficiários. Esta equivalência, contudo, não se manifesta no tocante aos valores, já que o benefício contributivo é cinco vezes maior que o não-contributivo. Os dois sistemas são financiados por contribuições urbanas (empregadores, empregados, Estado), ocorrendo transferências inter-regimes, apesar da situação superavitária geral.
- Chile: neste país funciona desde 1981 um sistema de previdência privado administrado por fundos de pensão. Os contribuintes têm contas individuais sobre as quais são calculados os rendimentos no momento da concessão do benefício. Os trabalhadores rurais deveriam ser cobertos por este sistema, através de contribuição compulsória caso assalariados, ou voluntária, caso autônomos. Entretanto, o público-alvo dos fundos de pensão é o trabalhador urbano, dado o maior retorno econômico proporcionado por este aos fundos. Com o desinteresse pela busca de clientes no espaço rural por parte dos fundos, os agricultores acabam sendo cobertos pelo sistema de aposentadorias assistenciais. Tal sistema não diferencia rurais e urbanos, sendo o acesso destinado à

idosos com idade igual ou superior a 65 anos, com renda inferior à metade da aposentadoria concedida pelos fundos de pensão. Órfãos, viúvas, inválidos e deficientes com baixa renda também são atendidos. O valor do benefício era 10% do valor do salário médio nacional, tendo sido elevado no período pós-democratização, quando alcançou a casa dos 50 dólares. Registrou-se nos anos 1980 a limitação do número destes benefícios, ocorrendo fila de espera para pessoas qualificadas ao recebimento dos mesmos, o que revela o caráter arbitrário do modelo assistencial chileno.

Pode-se constatar a situação geral da previdência rural no contexto internacional onde ainda se manifestam elementos do *welfare state*. Onde ocorrem modelos de previdência desvinculados da capacidade contributiva dos indivíduos, os *mais desmercantilizantes*, conforme a tipologia de Schwarzer, percebe-se o déficit do subsistema e a necessidade de transferências e subvenções estatais. No caso do Brasil, a situação não é diferente. Os segurados especiais brasileiros, aqueles inseridos no regime de economia familiar segundo o Art. 201, §7º parág. II da constituição da República (BRASIL, 2005), estão subordinados a regras de acesso e contribuição diferenciadas dos contribuintes urbanos. Contribuem através do recolhimento de um percentual da produção comercializada, o que fica a cargo do comprador. Presumindo-se que o recolhimento tenha ocorrido, o acesso ao benefício se dá por meio da comprovação do trabalho rural, seja por meio do sindicato, notas de venda ou outros mecanismos<sup>51</sup>.

O fato é que desde a época do Funrural e mesmo após a legislação específica para o financiamento do subsistema rural, de 1991, o mesmo apresenta uma situação deficitária (DELGADO & SCHWARZER, 2003), cujos benefícios são encarados como:

“(...) fiscalmente onerosos e, como não poderia deixar de ser, impactam estruturalmente as contas da previdência ou da seguridade social com novos encargos (não cobertos por contribuições específicas), que implicam um déficit estrutural do subsistema rural em mais da metade do valor de suas receitas legais ou vinculadas por analogia (caso da contribuição

---

<sup>51</sup> O Instituto Nacional do Seguro Social – INSS tem trabalhado no sentido de qualificar os métodos de comprovação do exercício da atividade rural, ampliando o leque de mecanismos de aferição com vistas a reduzir as possibilidades de fraude.

patronal urbana). Isso, portanto, coloca o problema do financiamento do sistema como questão ainda não equacionada”. (DELGADO & CARDOSO Jr., 1999, p. 22)

Ocorre que, no período 1993/2000, a arrecadação rural oscilou de um mínimo de R\$ 12, 90 milhões a um máximo de 912,0 milhões, o que, considerando a variação de despesas no período, não representou mais do que 9,5% do total de recursos destinados ao pagamento de benefícios (DELGADO, 2003). Tais despesas necessitaram de um financiamento da ordem de aproximadamente 1% do PIB no período observado, o que, segundo Delgado, precisa ser assumido como um ônus fiscal de longo prazo.

Pudemos constatar até aqui o caráter universal da previdência rural, qual seja sua situação de desequilíbrio financeiro. Consideramos justo observar que tal universalidade tem suas raízes na singularidade que o trabalhador rural apresenta frente ao urbano, o que trataremos a seguir.

O financiamento do subsistema rural pelo Tesouro Nacional é encarado pela maioria dos autores que tratam do tema como uma forma de transferência. Considerando ser a arrecadação mais efetiva frente ao setor urbano do que ao rural, postula-se a existência de um mecanismo de transferência urbano-rural de renda, como o exemplo do trecho a seguir:

“Uma lição possível de ser extraída das tentativas bem-sucedidas de expandir a cobertura ao setor rural aponta para o fato de que uma relação atuarial estrita em um “modelo Bismarckiano” é impossível de se obter caso não se queira inviabilizar a cobertura, seja em que país – “periférico” ou “desenvolvido” - for. Parece haver a necessidade geral de um significativo *subsídio por recursos tributários e/ou pronunciadas transferências de recursos arrecadados de contribuintes urbanos para beneficiários rurais*”. (SCHWARZER, 2000a, p. 6) (Grifo nosso).

Analisando o tema a partir de outro ângulo, pode-se acreditar na existência não de uma transferência, mas de uma *devolução* de renda do setor urbano para o rural. Pode-se chegar a tal

conclusão, considerando o caráter da relação cidade-campo, na qual se manifesta a singularidade no trabalho rural, em especial no trabalho familiar camponês, em que opera a transferência de *sobretabalho* do espaço rural para o urbano, como vimos no capítulo 2.

Como indicador desta condição, temos a afirmação abaixo, a respeito da capacidade de contribuição dos agricultores ao sistema previdenciário:

“Cabe chamar a atenção para o fato de que, como o setor rural possui rendimentos na média inferiores ao urbano e seus fluxos de rendimento têm regularidades e periodicidades diferentes deste último, um modelo contributivo estrito tende a produzir benefícios de valores muito baixos e insuficientes ou mesmo a excluir parte da população rural da cobertura previdenciária. Essa exclusão, que parece ser tão mais forte quanto maior é a heterogeneidade social do setor rural de cada país, tem lugar também nos países mais avançados, com agricultura comparativamente mais rica e por vezes subsidiada por outros mecanismos fiscais.” (SCHWARZER, 2000b, p. 37)

Frente ao exposto, o caráter deficitário da previdência rural aparece como um elemento estrutural, determinado pelas relações econômicas estabelecidas entre rural e urbano<sup>52</sup>. A respeito da evasão de contribuições ao sistema, o fiel pagamento dos descontos sobre a produção agrícola não resolveria o problema, como segue: *“Isto posto, fica evidenciado que ainda há uma parcela de evasão da contribuição sobre comercialização, mas que, mesmo que fosse integralmente obtida não superaria o problema da necessidade de transferência.”* (DELGADO & SCHWARZER, 2003, p. 206)

Isto nos leva a constatar que, de fato, tem-se uma situação de devolução de renda ao rural por parte do urbano. O agricultor, ao longo de sua vida, fornece parte do seu trabalho de forma

---

<sup>52</sup> “No entanto, por si, o fato de o subsistema ser deficitário não é grave, como poderia parecer inicialmente. Primeiro, viu-se que não há, na experiência internacional, conhecimento de nenhum caso de sistemas de aposentadorias voltados ao setor agropecuário que não seja deficitário (...)”. (SCHWARZER, 2000a, p. 17)

gratuita à sociedade, razão pela qual seus rendimentos são reduzidos de modo a dificultar sua contribuição à previdência nos modelos estritos. Também fica implícito que o intermediário que comercializa a produção agrícola, mesmo deduzindo parte do valor desta em nome da contribuição, não efetue o repasse do valor para a previdência, apropriando-se do valor. Como resultado, o subsistema rural paga mais benefícios do que recolhe contribuições. Apesar disso, não parece estar ocorrendo propriamente uma transferência de renda, mas uma *devolução intergeracional* de renda, na medida em que os contribuintes urbanos, ainda não aposentados, estão devolvendo parte da riqueza que o agricultor ao longo de sua vida cedeu gratuitamente à sociedade.

### **3.2.3. Impactos da previdência rural: o caso das Regiões Sul e Nordeste**

Neste item serão analisados alguns dados referentes às Regiões Sul e Nordeste, com o intuito de observar os impactos da previdência nas condições de reprodução econômica, bem estar e dinâmica espacial dos envolvidos.

A observação das Regiões Sul e Nordeste exclusivamente deve-se ao fato de a maioria dos atuais estudos sobre previdência rural no Brasil estarem sendo conduzidos por uma equipe coordenada pelo Professor Guilherme da Costa Delgado, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Este grupo, em parceria com instituições de pesquisa das regiões citadas analisou, para cada região, uma amostra com cerca de 3.000 beneficiários. Segundo Delgado & Cardoso Jr. (1999) as Regiões Sul e Nordeste são responsáveis por 65% dos benefícios permanentes pagos em 1997, informação que dimensionam a importância destas regiões no universo previdenciário brasileiro e explica a ênfase dada pelos estudos do IPEA a estas regiões, para as quais, alguns dos resultados serão analisados a seguir.



### 3.2.3.1 Região Sul

A Região Sul, pelo histórico de ocupação do território, mantém laços muito estreitos com as atividades rurais. A agricultura, em especial aquela praticada em pequenas propriedades, com mão-de-obra essencialmente familiar, de natureza camponesa, deixou traços importantes na estrutura demográfica desta região no que diz respeito à população rural. Por seu turno, a antiguidade do povoamento e a densidade demográfica garantem a existência de uma faixa etária idosa em abundância. Por esses motivos, juntamente com a Região Nordeste, a Região Sul é das regiões brasileiras mais atingidas pelos efeitos da universalização da previdência operada através da Constituição de 1988.

#### a) Renda previdenciária e seus efeitos sobre a economia e condições de vida no espaço rural na Região Sul

Uma das questões mais abordadas nos estudos sobre os efeitos da previdência rural diz respeito à influência desta sobre a vida econômica das unidades de produção. É importante lembrarmos aqui que quando tratamos de campesinato, unidade de produção e unidade de consumo fundem-se numa única unidade, ou seja, a unidade de produção camponesa. Assim sendo, deve-se considerar no universo de necessidades destas unidades, tanto o consumo produtivo, aquele diretamente vinculado à produção, quanto o consumo consumptivo, ou seja, vinculado ao universo de necessidades da família.

Apesar de parecer um valor unitário reduzido em termos absolutos (um salário mínimo por mês), o benefício previdenciário tem desempenhado um papel de expansão da capacidade de

sustentação das unidades familiares. Este poder está baseado nas características de regularidade, segurança e liquidez monetária dos benefícios (DELGADO & CARDOSO Jr., 2000). Os diversos estudos abordados mostram que esta entrada de renda monetária líquida e com periodicidade mensal, numa economia marcada pela incerteza e a sazonalidade nas entradas, têm operado efeitos positivos não-planejados, tanto na qualidade de vida dos envolvidos, quanto na reprodução econômica das unidades de produção, como fica evidente na afirmação a seguir:

“Houve resultados esperados e outros não-planejados nessa mudança de política social, sendo provavelmente o impacto sobre a renda familiar um resultado do primeiro tipo. Por outro lado, a pesquisa aponta também para um importante efeito de revitalização da chamada economia familiar rural e da própria reconstrução do espaço social rural brasileiro, em que o aposentado idoso passa a ter um certo papel respeitável. Essa segunda categoria de resultados, que chamamos não-planejados, merece esclarecimento e explicação, porquanto não é um resultado típico de política previdenciária”. (DELGADO & CARDOSO Jr., 1999, p. 8)

Delgado e Cardoso Jr. (1999) apontam, como novidades do universo de resultados da pesquisa empreendida por eles na Região Sul, a permanência, para cerca de metade dos domicílios pesquisados (Tabela 6), do estabelecimento em condição de produção, compondo, juntamente com o benefício, as estratégias de reprodução econômica das unidades de produção. Neste sentido, têm-se em geral o aposentado como responsável na condição de chefe do domicílio ou cônjuge do responsável em 84% dos casos estudados.

Tabela 6: Relação dos domicílios com a atividade econômica na Região Sul.

<b>A Responsáveis por estabelecimento rural</b>		
	Sim	Não
	48,0	52,0
<b>B Atividade rural predominante</b>		
Agricultura	72,2	-
Agropecuária	16,3	-
Pecuária	4,6	-
Outras atividades	3,0	-
Estabelecimentos inativos	3,9	-
<b>C Utilização do benefício na atividade rural</b>		
	Sim	Não
	44,7	55,2
<b>D Formas de utilização do benefício</b>		
Custeio da atividade	98,8	-
Compra de máquina e equipamento	0,6	-
Outros	0,6	-

*Fonte:* Pesquisa de avaliação socioeconômica e Regional da Previdência Rural - Fase II. *in:* Delgado & Cardoso Jr. (2000).

Como é possível observar nos dados, a lavoura é a atividade predominantes entre as unidades que permanecem produzindo. Em 44,7 % dos casos, a renda beneficiária é utilizada na atividade produtiva, através do custeio predominantemente.

Observam-se mudanças no papel dos idosos na economia familiar a partir de três possibilidades. Em primeiro lugar, o benefício tem uma função de subsistência, suprindo as necessidades vitais dos inativos e de seus dependentes. Temos uma segunda situação em que o seguro previdenciário, segundo os autores, acaba por apresentar também uma função viabilizadora da produção familiar naqueles casos em que os aposentados continuam na condição de responsáveis por estabelecimento rural.

Esta viabilização ocorre de duas formas: a) o benefício é utilizado como meio de produção familiar ou b) o seguro previdenciário assume a condição de *seguro agrícola*. Esta conversão ocorre a partir da combinação da figura do aposentado com a do responsável pelo

estabelecimento, na medida em que, para cerca de 50% dos entrevistados, ocorre um excedente de renda sobre o consumo de subsistência, de maneira que este excedente acaba sendo aplicado na reprodução do estabelecimento familiar. Finalmente, a terceira possibilidade, dá-se pela ocupação remunerada ou não, de 35 % dos entrevistados pelos pesquisadores. Tal ocupação ocorre majoritariamente em atividades desenvolvidas por conta própria, complementando a renda da família dos aposentados. Os resultados obtidos pelos autores mostram a significativa diferença entre a renda do setor beneficiário da população rural com relação à população rural não beneficiada. Guardadas as proporções de nível de renda, a diferença aparece tanto na região sul quanto na região Nordeste (DELGADO & CARDOSO Jr., 1999).

Observando mais detalhadamente o aspecto *renda*, o benefício previdenciário representa, conforme a tabela 7, no mínimo 90% da renda domiciliar das famílias com renda situada entre zero e dois salários mínimos, cujo conjunto compreende cerca de 35% dos domicílios analisados. Este percentual decresce à medida que as faixas de rendimento tornam-se mais altas, mantendo-se, todavia num patamar mínimo de 30% até a faixa de cinco a dez salários mínimos, o que situa o benefício previdenciário como um componente representativo na renda total, inclusive nos domicílios com faixas de rendimentos mais altas.

Tabela 7: Estrutura de rendimentos de domicílios pesquisados, segundo a contribuição de cada fonte à renda total, por faixa de salário mínimo, na Região Sul.

Faixa salarial (S.M.) da renda domiciliar	% de Domicílios	(%) Acumulada de Domicílios	% da renda prov. benefício previdenciário	% da renda proveniente da ocupação principal
De 0,01 a 1 s. m.	11,03	11,03	99,97	0,00
De 1,01 a 2	24,13	35,16	90,00	8,21
De 2,01 a 3	20,79	55,95	69,20	25,93
De 3,01 a 5	23,06	79,01	48,46	44,66
De 5,01 a 10	15,71	94,72	30,78	61,33
Mais de 10	5,28	100,00	10,27	81,70
Total	100,00	-	41,54	51,97

Fonte: Pesquisa de Avaliação Socioeconômica e Regional da Previdência Rural - Fase II. in: Delgado & Cardoso Jr. (2003). Tabulação organizada pelo autor.

Com relação à estrutura das despesas domiciliares (Tabela 8), os gastos relativos ao consumo representam cerca de 79% do total. Estes gastos estão compostos por alimentação e higiene, responsáveis por 36% das despesas na Região Sul, mais transporte, saúde, educação, vestuário e calçados, habitação (tarifas de água, luz e aluguel), serviços pessoais e recreação. Os gastos com produção por sua vez, representam 18% na estrutura de gastos domiciliares totais na Região Sul. Outros componentes das despesas são “ajuda financeira a amigos” e “compra de utensílios domésticos” (3%). (DELGADO & CARDOSO Jr., 1999).

Tabela 8: Despesas mensais por domicílio e contribuição média de cada item de despesa na despesa total na região sul.

Itens da Despesa	% de Domicílios em cada item	Peso médio de cada item em %
<b>A - Gastos de consumo</b>	100,0	78,9
1. Alimentos e Higiene	99,7	36,1
2. Transporte	51,4	5,2
3. Saúde	89,2	16,4
4. Educação	22,3	2,0
5. Vestuário e Calçados	83,4	6,2
6. Habitação (Água, Luz, Aluguel)	90,1	9,5
7. Serviços pessoais	31,5	1,3
8. Recreação	25,7	1,9
<b>B - Gastos de Produção</b>	36,3	18,0
9. Custeio de atividades produtivas	36,0	17,6
10. Arrendamento de terra	1,5	0,4
<b>C - Outras Despesas</b>	25,7	3,1
11. Ajuda a amigos e Parentes	7,7	1,1
12. Utensílios Domésticos	16,9	1,6
13. Contribuição Sindical	1,4	0,0
14. Reforma do Domicílio	1,0	0,2
15. Plano Funerário	0,0	0,0
18. Dízimo	0,1	0,0
19. Outras	2,2	0,3
Total	100,0	100,0

*Fonte:* Pesquisa de Avaliação Socioeconômica e Regional da Previdência Rural - Fase II. *in:* Delgado & Cardoso Jr. (2000). Tabulação organizada pelo autor.

Outro aspecto avaliado pela pesquisa do IPEA na Região Sul, diz respeito às condições de moradia entre o público investigado, embora os autores façam a advertência de que não é possível estabelecer uma relação de causalidade mecânica entre ingresso das famílias no sistema previdenciário e melhorias nas condições de domicílio.

Tabela 9: Caracterização Geral das Moradias da Região Sul (Em % de domicílios)

Características Pesquisadas	Detalhamento das Características Aparentes das Moradias		Subgrupo 1		Subgrupo 2
			Moradia Anterior	Moradia Atual	Moradia Atual
Características Físicas das Moradias	Material das Paredes	Alvenaria	19,9	42,4	35,2
		Alvenaria e Madeira	4,9	13,9	13,7
		Madeira	68,3	41,7	49,7
		Outros <sup>a</sup>	3,3	1,7	1,1
Características de Acesso a Infra-Estrutura	Abastecimento de água	Rede Geral	43,3	79,2	45,5
		Poço ou nascente	48,4	17,4	52,3
		Outros <sup>b</sup>	5,5	3,3	2,1
	Instalação Sanitária	Rede Geral	11,2	28,1	15,0
		Fossa Séptica	23,8	36,6	34,7
		Fossa Comum	50,9	32,6	44,9
	Abastecimento de Luz	Não Tem	11,4	2,7	5,3
		Rede Geral	72,6	96,1	92,7
		Querosene	20,7	2,7	5,9
		Outros <sup>c</sup>	1,3	0,5	0,5
Características de Acesso a Bens Duráveis de Consumo	Fogão a Gás	Não Tem	2,6	0,7	1,0
		Fogão a Lenha	72,1	93,5	91,9
	Geladeira	Fogão a Lenha	69,9	54,3	76,2
		Televisor	57,4	80,3	85,1
	Rádio	Televisor	54,5	78,3	82,5
		Freezer	74,1	84,1	89,8
	Antena Parabólica	Freezer	15,2	24,9	45,6
		Máquina de Lavar Roupas	5,9	19,1	30,2
		Outros <sup>d</sup>	3,4	8,7	8,4
				0,9	3,7

Fonte: Pesquisa de Avaliação Socioeconômica e Regional da Previdência Rural - Fase II. in: Delgado & Cardoso Jr. (2000). Tabulação organizada pelo autor.

<sup>a</sup> = "madeira aproveitada"; "taipa e alvenaria"; "taipa revestida"; "taipa não revestida"; "pedra com barro"; "adobe"; "palha ou lona".

<sup>b</sup> = "torneira pública ou chafariz"; "carro pipa"; "cisterna"; "rio, açude ou barreiro"; "água do vizinho".

<sup>c</sup> = "motor"; "vela, fogueira ou lanterna".

<sup>d</sup> = "fogão a lenha"; fogão a carvão"; "forno elétrico"; "máquina de costura"; "aparelho de som".

Partindo da informação de que 27% dos entrevistados mudaram de domicílio<sup>53</sup> desde o início dos recebimentos, foram compostos dois subgrupos, sendo o primeiro constituído por aqueles que mudaram de domicílio, em que foi possível constatar mudanças em suas condições (Tabela 9) e o segundo composto por aqueles que afirmaram negativamente a mudança. As características tomadas como indício de melhoria nas condições de moradia são: *características físicas das moradias; de acesso a infra-estrutura e de acesso a bens duráveis e de consumo.*

No item *características físicas das moradias*, é possível observar alterações no subgrupo que realizou mudança de domicílio, no que diz respeito aos materiais de construção das moradias, nos quais percebe-se um decréscimo percentual dos materiais menos resistentes com o concomitante crescimento no uso de materiais mais duráveis como madeira e alvenaria. O subgrupo2, aquele que não mudou de domicílio, também apresenta uma concentração nos materiais madeira/alvenaria, sendo baixa a participação de materiais menos resistentes (outros<sup>a</sup>).

No que diz respeito ao acesso à infra-estruturas, também percebe-se melhorias nas condições de acesso à água, esgoto e energia elétrica. Com exceção do item *instalação sanitária*, nos demais percebe-se um crescimento do percentual de domicílios conectados à rede geral, seja de água ou energia elétrica para o subgrupo1. Os baixos percentuais de conexão à rede geral de água e esgoto do subgrupo 2 devem-se certamente à situação rural de cerca de metade dos domicílios de aposentados rurais na região sul, o que mantém elevados os percentuais de uso de fontes de água do tipo nascente e destino do esgoto em fossas, sejam comuns ou sépticas.

Quanto ao acesso aos bens duráveis e de consumo, os números indicam uma elevação do acesso à estes bens por parte daqueles que mudaram de domicílio, sendo também elevada para o

---

<sup>53</sup> A mudança de domicílio, neste caso, não significou obrigatoriamente a migração. A este respeito, ver o item referente às migrações, adiante.



subgrupo que não efetuou mudança. Objetos como fogão a gás, geladeira, televisor e rádio estão entre os que atingiram maior percentual de acesso.

Do ponto de vista material, os dados indicam, de maneira geral, a melhoria das condições de moradia para o subgrupo que realizou mudança e um relativo acesso aos bens de consumo também para o subgrupo que não o fez.

#### b) A dimensão espacial da previdência rural na Região Sul

Apresentamos a seguir alguns elementos que permitem observar os impactos espaciais da renda previdenciária rural na Região Sul. Começaremos analisando a situação dos domicílios, ou seja, se *rural* ou *urbana*. Neste aspecto, segundo Delgado e Cardoso Jr. (1999) surgiu um resultado importante no que diz respeito à residência dos aposentados, como expressam os autores:

“Um outro resultado importante, constatado na pesquisa de campo e que de certa forma a motivou, é a descoberta de um espaço geográfico e social de residência e convivência dos aposentados e pensionistas rurais, com características algo distintas do setor rural tradicional, de certa forma redefinindo-o em termos sociais e econômicos. Ao tomar o cadastro de nomes e endereços dos aposentados e pensionistas rurais e inquiri-los exaustivamente sobre suas condições de acesso ao sistema previdenciário, a pesquisa identificou um novo espaço rural não coincidente como setor rural tradicional das estatísticas agropecuárias e rurais do IBGE”. (DELGADO & CARDOSO Jr. 1999, p. 9)

Ao se referirem a este “novo espaço rural”<sup>54</sup>, os autores tentam explicitar uma constatação. Na metade dos casos estudados na pesquisa da Região Sul, os aposentados residiam em domicílios rurais, considerando os critérios estabelecidos pelo IBGE. Na outra metade dos

---

<sup>54</sup> É importante não confundir a expressão aqui utilizada pelos autores com aquela “novo rural” abordada por diversos autores como José Eli da Veiga, Ricardo Abramovay, entre outros.

casos, os domicílios situavam-se em áreas urbanas de municípios de até 50 mil habitantes em 75% dos casos, segundo os autores. Este conjunto de situações de domicílio os autores chamam de espaço “rural-microurbano” (DELGADO & CARDOSO Jr., 1999), ou seja, localizados no espaço rural e na área urbana de municípios pequenos, sobre os quais se pode inferir que as atividades agrárias sejam centrais na geração de riqueza.

Outro aspecto importante a ser observado na dimensão espacial dos impactos da previdência é oferecido através da análise do Grau de Desfrute (GDs) ao seguro previdenciário empreendida pela pesquisa do IPEA. Os indicadores que permitiram avaliar o desfrute por parte do beneficiários foram: a) *regularidade no recebimento*; b) *pontualidade na data do recebimento*; c) *proximidade do local do recebimento* e d) *antiguidade do recebimento*. Estes indicadores foram avaliados como Grau de Desfrute: *muito baixo ou negativo*; *baixo*; *intermediário*; *alto ou positivo*. Entre os indicadores listados, aquele que recebeu o maior índice de julgamentos *negativos* foi aquele denominado *Proximidade do Local de Recebimento* (53% dos entrevistados). Este indicador evidencia que os beneficiários precisam deslocar-se por grandes distâncias (acima de dez quilômetros) para efetuar o saque do benefício previdenciário. Consideramos ser este um importante indício do tema que trataremos a seguir: as migrações rural-urbano por parte dos beneficiários<sup>55</sup>.

### *b.i) Migrações*

Uma questão imediatamente se instala quando consideramos a inserção de renda monetária constante para trabalhadores em idade de inatividade, cujo histórico precedente é o da

---

<sup>55</sup> A distância do local do recebimento permite também inferir que uma quantidade considerável de aposentados se utiliza de transporte coletivo nos dias de recebimento, fato que se inscreve entre os elementos da relativa dinamização econômica dos municípios.

incerteza com relação às entradas e as privações da vida no espaço rural: o êxodo rural desta população não seria um efeito?

O mesmo tipo de questionamento foi levantado por Delgado e Cardoso Jr. (2000). Os autores averiguam a relação entre introdução do sistema previdenciário e instalação de fluxos migratórios, tentando observar as possíveis mudanças de domicílios e o recebimento regular e continuado de uma renda proveniente da previdência social<sup>56</sup>. A pesquisa constatou que 27% de todas as famílias investigadas realizaram uma mudança de domicílio desde que passaram a receber os benefícios, os restante 73% afirmaram não realizar qualquer migração desde o início do recebimento (DELGADO & CARDOSO Jr., 2000).

Do universo de famílias que realizou a migração, cerca de 83% permaneceu no mesmo município de origem. O grupo restante que afirmou migrar, o fez na própria Região Sul em 90% dos casos (DELGADO & CARDOSO Jr., 2000). Tomando agora *exclusivamente* o conjunto da população migrante, o quadro dos fluxos está composto da seguinte maneira: 56,2% dos migrantes residiam em zonas rurais antes da mudança de domicílio. Após as migrações, 78,8% foram para áreas urbanas contra 21,2% que permaneceram no rural (Tabela 10).

Tabela 10: Fluxos migratórios, segundo origem e destino na Região Sul (Em % de domicílios)

Destino	Origem		Composição <b>depois</b> das migrações
	Zona Rural	Zona Urbana	
Zona Rural	31,5	8,1	21,2
Zona Urbana	68,5	91,9	78,8
Total	100,0	100,0	100,0
Composição <b>antes</b> das migrações	56,2	43,8	100,0

Fonte: Pesquisa de Avaliação Socioeconômica e Regional da Previdência Rural - Fase II. in: Delgado & Cardoso Jr. (2000)

<sup>56</sup> “Em suma, as informações sugerem que há, após o início do recebimento do seguro previdenciário, uma migração de pouco mais de ¼ dos beneficiários. Esse é um movimento migratório em geral do campo para as pequenas cidades, que explica parte da atual composição da população beneficiária total por local de residência, isto é, 51% dos domicílios urbanos e 49% de domicílios rurais”. (DELGADO & CARDOSO Jr., 2000, p. 40)

Quanto às características dos municípios destino das migrações, os resultados mostram que, majoritariamente, os fluxos migratórios ocorrem dentro do mesmo município. Caso a migração ocorra entre municípios, esta se dá rumo a municípios de população igual ou menor. A tabela 11 mostra que menos de 10% das migrações, a partir de municípios de até 25 mil habitantes, ocorrem em direção a municípios maiores (DELGADO & CARDOSO Jr. 2000).

Tabela 11: Fluxos migratórios, segundo o tamanho populacional dos municípios de origem e destino na Região Sul (Em % de domicílios e Mil habitantes)

Destino	Origem					Total
	Até 25	25 a 50	50 a 100	100 a 200	Mais de 200	
Até 25	90,4	3,9	1,8	5,7	14,3	
25 a 50	1,2	84,4	1,8	0,0	6,1	
50 a 100	4,1	1,3	94,6	2,8	0,0	
100 a 200	0,8	3,9	0,0	88,5	2,0	
Mais de 200	3,3	6,5	1,8	2,8	77,5	
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
Composição Populacional dos municípios	63,4	10,7	15,3	10,6	-	100,0
Composição populacional dos municípios acumulada	63,4	74,1	89,4	100,0	-	-

*Fonte:* Contagem Nacional da População 1996 (IBGE) e Pesquisa de Avaliação Socioeconômica e Regional da Previdência Rural - Fase II. *in:* Delgado & Cardoso Jr (2000).

O mesmo padrão se manifesta nos municípios com população entre 50 e 100 mil e 100 e 200 mil habitantes, para os quais as migrações ocorrem majoritariamente para municípios de população igual ou menor. Aspecto relevante do universo demográfico diz respeito à composição populacional dos municípios em que 74,1% são municípios com população não superior a 50 mil habitantes, sendo que 63,4% não ultrapassam os 25 mil habitantes.

Segundo os autores, a migração rural-urbano está relacionada à necessidade, seja do beneficiário, ou de seus familiares, da oferta de serviços gratuitos de saúde (70,8%) e educação

(15,2%). A migração entre municípios diferentes relaciona-se à busca por empregos urbanos (7,3%) ou à aproximação da residência de parentes (3,3%). Aparecem, completando a estatística, diversos fatores menores (3%) como falecimento ou separação de cônjuge do beneficiário, divergências familiares, problemas com a moradia e fatores climáticos, etc. (DELGADO & CARDOSO Jr., 2000)

### 3.2.3.2. Região Nordeste

a) Renda Previdenciária e seus Efeitos Sobre a Economia e Condições de Vida no Espaço Rural na Região Nordeste.

Tal como a Região Sul, a Região Nordeste é das mais atingidas pelos impactos da previdência rural no cenário brasileiro, devido o contingente populacional idoso que apresenta, comparado com áreas mais rarefeitas e mais tardiamente povoadas do Brasil. O histórico de sua formação social também influenciou fortemente as condições atuais. Entretanto, apesar de posicionar a atividade agrária como componente forte na estrutura econômica, sua formação social é também marcada pela desigualdade e as precárias condições de vida de grande parte da população. Neste sentido, relativamente, os impactos da previdência são mais fortes no Nordeste se comparados com o restante do país.

Tomando inicialmente a questão da renda previdenciária e as atividades produtivas rurais, de maneira semelhante à Região Sul, o Nordeste apresenta 43% dos entrevistados como responsáveis por estabelecimento rural (Tabela 12). Nestes estabelecimentos, a maioria (84,9%) dedica-se à agricultura, aparecendo a agropecuária na segunda posição (7%). A renda

previdenciária é utilizada na atividade produtiva em 51,5% dos casos, através do custeio majoritariamente.

Tabela 12: Relação dos domicílios com a atividade econômica na Região Nordeste.

<b>A Responsáveis por estabelecimento rural</b>		
	Sim	Não
	43,0	57,0
<b>B Atividade rural predominante</b>		
Agricultura	84,9	-
Agropecuária	7,0	-
Pecuária	0,9	-
Outras atividades	0,7	-
Estabelecimentos inativos	6,5	-
<b>C Utilização do benefício na atividade rural</b>		
	Sim	Não
	51,5	48,5
<b>D Formas de utilização do benefício</b>		
Custeio da atividade	98,1	-
Compra de máquina e equipamento	1,1	-
Outros	0,6	-

*Fonte:* Pesquisa de avaliação socioeconômica e Regional da Previdência Rural - Fase II. In: Delgado & Cardoso Jr. 2003.

O aspecto renda, por sua vez, guarda sensíveis diferenças na comparação com os dados da Região Sul. Através da observação do percentual acumulado de domicílios por faixa salarial, (Tabela 13) constata-se que grande parte (cerca de 85%) dos domicílios concentram-se em faixas salariais de até três salários mínimos, sendo a concentração mais intensa na faixa salarial entre 1 e 2 salários mínimos. Considerando este quadro, destaca-se a participação da renda previdenciária, tanto nos extratos citados, quando nas faixas salariais superiores, cuja participação da renda previdenciária na formação da renda total é de no mínimo 30%.

Tabela 13: Estrutura de rendimentos de domicílios pesquisados, segundo a contribuição de cada fonte à renda total, por faixa de salário mínimo, na Região Nordeste.

Faixa salarial (S.M.) da renda domiciliar	% de Domicílios	(%) Acumulada de Domicílios	% da renda prov. benefício previdenciário	% da renda proveniente da ocupação principal
De 0,01 a 1 s. m.	22,40	22,40	99,92	0,06
De 1,01 a 2	39,77	62,18	87,47	11,43
De 2,01 a 3	23,02	85,20	74,05	23,32
De 3,01 a 5	11,37	96,70	51,05	45,75
De 5,01 a 10	3,00	99,57	30,77	61,48
Mais de 10	0,43	100	30,81	65,91
Total	100,00	-	-	-

*Fonte:* Pesquisa de Avaliação Socioeconômica e Regional da Previdência Rural - Fase II. in: Delgado & Cardoso Jr. (2003). Tabulação organizada pelo autor.

Essa renda tem sua destinação majoritariamente para os gastos de consumo (Tabela 14), sendo que neste item participam com maior importância os gastos com alimentação e higiene (63,2%), saúde (13,3%) e habitação (9,0%), situando-se os demais itens abaixo dos 3,5%.

Tabela 14: Contribuição média de cada item de despesa na despesa total na região Nordeste.

Itens da Despesa	Contribuição Média (%)
<b>A - Gastos de consumo</b>	94,7
1. Alimentos e Higiene	63,2
2. Transporte	3,0
3. Saúde	13,3
4. Educação	1,3
5. Vestuário e Calçados	3,5
6. Habitação (Água, Luz, Aluguel)	9,0
7. Serviços pessoais	1,2
8. Recreação	0,3
<b>B - Gastos de Produção</b>	1,9
9. Custeio de atividades produtivas	1,8
10. Arrendamento de terra	0,1
<b>C - Outras Despesas</b>	3,5
11. Ajuda a amigos e Parentes	1,1
12. Utensílios Domésticos	1,5
13. Contribuição Sindical	0,0
14. Reforma do Domicílio	0,3
15. Plano Funerário	0,0
18. Dízimo	0,1
Impostos em geral	0,0
Pagamentos de empréstimos	0,0
Pagamentos de consórcios	0,1
19. Outras	0,4
<b>Total</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Pesquisa de Avaliação Socioeconômica e Regional da Previdência Rural - Fase II. In: Delgado & Cardoso Jr. (2003).  
 Tabulação organizada pelo autor.

Com relação à composição das famílias, o universo de 3,2 mil domicílios pesquisados compreendeu aproximadamente 12,7 mil pessoas, sendo 85,2% com idade a partir de 10 anos e 14,8% com menos de 10 anos de idade. O percentual de menores de 10 anos indica a presença de dependentes nas famílias dos beneficiários sendo beneficiados indiretamente. A relação de co-residência pode ser observada a seguir (Tabela 15), na qual têm-se os maiores percentuais em



torno das famílias de 2 (26,3%) e 3 pessoas (22,9%). Entretanto, também são relevantes na amostra as famílias de 4 e 5 indivíduos (17,3% e 10,5% respectivamente). A este respeito:

“A composição da família, (...), indica para as pessoas de dez anos e mais que os beneficiários da Previdência Rural representam, na amostra, 29,9% do total de pessoas para todo o Nordeste, sendo a proporção de mulheres maior que a de homens (63,7% contra 36,3%). Vale frisar que filhos, parentes, afins e agregados correspondem à expressiva parcela de mais da metade (cerca de 56%) dos componentes das famílias dos beneficiários da Previdência Rural nordestina, conforme atestam os dados da pesquisa, o que demonstra a extensão do grupo populacional beneficiário indireto da Previdência Rural no Nordeste” (GALINDO & FERREIRA IRMÃO, 2003, p. 175)

Tabela 15: tamanho médio das famílias nos domicílios da Previdência Social Rural. Nordeste.

Tamanho médio das famílias (nº de pessoas)	Domicílios com pessoas de mais de dez anos	
	Número	(%)
1	372	11,5
2	852	26,3
3	741	22,9
4	561	17,3
5	339	10,5
6	167	5,2
7	104	3,2
Mais de 7	100	3,1
Total	3236	100,0

Fonte: Galindo & Ferreira Irmão (2003)

Tabulação do autor.

Tal como na Região Sul, a renda previdenciária pode ser associada, embora não exclusivamente, às melhorias nas condições de moradia na Região Nordeste (Tabela 16). Aqui mais uma vez, foi necessário fazer uma distinção entre dois subgrupos. Entre a amostra observada na Região Nordeste, cerca de 27% informou realizar pelo menos uma mudança de domicílio após o início do recebimento dos benefícios (DELGADO & CARDOSO Jr., 2003). Este é o chamado subgrupo 1, sendo o subgrupo 2 o restante da amostra que não realizou

mudança. Assim como na Região Sul, tomamos aspectos materiais como indicadores da melhoria das condições de domicílio.

O primeiro item a ser analisado diz respeito ao material de construção das moradias. Neste aspecto os dados da Região Nordeste apresentam diferenças importantes se comparados com aqueles da Região Sul. O percentual de moradias cujas paredes são construídas em alvenaria elevou-se de 36,3% para 71,7% no subgrupo1 e apresentou-se com um percentual de 61,9% para o subgrupo2. Chama atenção aqui o fato do material cuja participação foi reduzida percentualmente não ser a madeira como na Região Sul, mas a categoria *outros*, isto é, conforme pode ser observado na legenda da tabela, materiais pouco resistentes, muitas vezes reaproveitados de outras fontes.

No quesito acesso à infra-estrutura, percebe-se um crescimento nos dois subgrupos no acesso à rede geral, tanto de água, esgoto como de energia elétrica. Começando pelo abastecimento de água, duas diferenças destacam-se se comparados estes dados com os da Região Sul, a saber: apesar do crescimento do acesso à rede geral, o percentual da Região Nordeste se apresenta inferior ao da Região Sul; importa observar também que a forma de abastecimento de água anterior (para o subgrupo1), difere da Região Sul. Se nesta, a participação da fonte *nascente ou poço* ocorre em cerca de 48% dos casos, na Região Nordeste aparece a categoria *outros* com cerca de 42%. Esta categoria é composta por formas como torneira pública ou chafariz, carro pipa, cisterna, rio, açude ou barreiro e água do vizinho, o que indica condições bastante precárias de acesso ao abastecimento de água.

Tabela 16: Caracterização Geral das Moradias da Região Nordeste (Em % de domicílios)

Características Pesquisadas	Detalhamento das Características Aparentes das Moradias		Subgrupo		
			1		2
			Moradia Anterior	Moradia Atual	Moradia Atual
Características Físicas das Moradias	Material das Paredes	Alvenaria	36,3	71,7	61,9
		Alvenaria e Madeira	0	0,1	0
		Madeira	1,9	0,7	0,8
		Outros <sup>a</sup>	59,8	26,9	36,6
Características de Acesso a Infra-Estrutura	Abastecimento de água	Rede Geral	30,3	61,2	50,1
		Poço ou nascente	25,8	15,9	22,7
		Outros <sup>b</sup>	42,1	22,8	27,1
	Instalação Sanitária	Rede Geral	5,8	15,9	12,5
		Fossa Séptica	7,3	18,0	15,9
		Fossa Comum	30,3	42,7	4,7
	Abastecimento de Luz	Não Tem	54,9	23,4	31,0
		Rede Geral	46,3	87,1	80,6
		Querosene	48,1	11,1	17,9
		Outros <sup>c</sup>	0,2	0,5	0,2
Características de Acesso a Bens Duráveis de Consumo		Não Tem	3,8	1,3	1,3
		Fogão a Gás	39,6	85	86,3
		Fogão a Lenha	71,8	41,7	50,1
		Geladeira	15,4	43	49,8
		Televisor	20,1	61,9	65,4
		Rádio	41,3	68	7,2
		Freezer	0,8	1,9	1,9
		Antena Parabólica	0,5	6	10,9
		Máquina de Lavar Roupas	0	0,2	0,3
Outros <sup>d</sup>	0,4	2,4	2,5		

Fonte: Pesquisa de Avaliação Socioeconômica e Regional da Previdência Rural - Fase II. In: Delgado & Cardoso Jr. (2003). Tabulação organizada pelo autor.

<sup>a</sup> = "madeira aproveitada"; "taipa e alvenaria"; "taipa revestida"; "taipa não revestida"; "pedra com barro"; "adobe"; "palha ou lona".

<sup>b</sup> = "torneira pública ou chafariz"; "carro pipa"; "cisterna"; "rio, açude ou barreiro"; "água do vizinho".

<sup>c</sup> = "motor"; "vela, fogueira ou lanterna".

<sup>d</sup> = "fogão a lenha"; "fogão a carvão"; "forno elétrico"; "máquina de costura"; "aparelho de som".

No que diz respeito à instalação sanitária, observa-se uma redução no percentual de inexistência de instalação de cerca de 54% para 23% aproximadamente. Apesar da ampliação do acesso a alguma forma de instalação sanitária, a fossa comum permanece como o principal tipo

de instalação sanitária para o subgrupo 1. Neste aspecto, o subgrupo 2, aquele que não realizou mudança, permanece sem acesso a instalações sanitárias em 31% dos casos.

Por seu turno, o acesso ao abastecimento de luz através da rede geral experimentou um crescimento no subgrupo1 de cerca de 46% para 87%, apresentando-se elevado também o percentual de acesso do subgrupo2. Como consequência, reduziu-se a participação de outras fontes de luz, como o querosene, bem como reduziu o percentual daqueles desprovidos de fontes de luz.

Finalmente, nos itens relativos ao consumo de bens, sejam duráveis ou de consumo, registra-se o crescimento do percentual de acesso do subgrupo1 aos diversos bens observados, como geladeira, fogão a gás, televisor etc. Na contrapartida, observa-se a redução no uso do fogão a lenha, considerando sua substituição por aquele a gás. Salienta-se um detalhe interessante: Tanto no caso da Região Sul quanto no Nordeste, na quase totalidade dos itens de consumo, o acesso do subgrupo2 a estes bens é superior percentualmente ao acesso do subgrupo1, mesmo considerando seu crescimento. Trata-se de uma curiosidade que suscita inferências, como a localização dos domicílios do subgrupo2 e suas condições prévias, ou a despesa de mudança de domicílio do grupo1 impactando seu poder de compra se comparado com o subgrupo que não realizou mudança.

Considerando novamente apenas a dimensão material, é possível constatar, assim como na para a região sul, a melhoria nas condições de moradia dos beneficiários da previdência rural no nordeste, sendo esta mudança mais visível no caso daqueles que efetuaram mudança de domicílio.

## b) A Dimensão Espacial da Previdência Rural na Região Nordeste

Neste item serão analisados alguns indícios capazes de informar a dimensão espacial dos impactos da previdência na Região Nordeste. Tomando inicialmente a situação domiciliar dos previdenciários (Tabela 17), vê-se que ocorre uma situação de superioridade de dez pontos percentuais dos beneficiários domiciliados no espaço urbano sobre os domiciliados no espaço rural.

Tabela 17: Situação de Domicílio dos Beneficiários da Previdência Rural no Nordeste.

<b>Situação de Domicílio</b>					
<b>Urbano</b>		<b>Rural</b>		<b>Total</b>	
Absoluto	(%)	Absoluto	(%)	Absoluto	(%)
1770	54,7	1466	45,3	3236	100

*Fonte:* Galindo & Ferreira Irmão (2003). Tabulação organizada pelo autor.

Segundo Galindo & Ferreira Irmão (2003), ao contribuir com a melhoria da qualidade de vida dos beneficiários, a previdência rural tem operado como um fator de manutenção das famílias em seus locais de origem, reduzindo dessa forma o êxodo rural. O percentual de aproximadamente 74% dos entrevistados permanecendo nos mesmos domicílios corrobora tal afirmação. Apesar disso, a análise das migrações do público beneficiário revela resultados interessantes.

*b.i) Migrações*

Considerando o público investigado, cerca de 3,2 mil pessoas na amostra da Região Nordeste estabelecida pelo IPEA (DELGADO & CARDOSO Jr, 2003), foram constatadas mudanças de domicílio em cerca de 27% dos casos. A tabela 18 informa as características destas mudanças ou migrações.

Considerando agora somente o grupo que informou pelo menos uma mudança desde o início do recebimento dos benefícios, temos uma composição anterior à migração na qual deste grupo, cerca de 60% encontrava-se na zona rural antes da migração, situando-se os cerca de 40% restantes na zona urbana. Daqueles que se encontravam na zona rural e migraram, fizeram-no para a zona urbana em 52,4% dos casos. As migrações entre zonas urbanas ocorreram em cerca de 91,7 % dos casos.

Tabela 18: Fluxos migratórios, segundo origem e destino na Região Nordeste (Em % de domicílios).

Destino	Origem		Composição <b>depois</b> das migrações
	Zona Rural	Zona Urbana	
Zona Rural	47,6	8,3	31,7
Zona Urbana	52,4	91,7	68,3
Total	100,0	100,0	100,0
Composição <b>antes</b> das migrações	59,4	40,6	100,0

*Fonte:* Pesquisa de Avaliação Socioeconômica e Regional da Previdência Rural - Fase II. In: Delgado & Cardoso Jr. (2003)

Comparando-se os dados nordestinos com aqueles da Região Sul, percebe-se que, embora a migração para o espaço urbano seja predominante, tal predominância manifesta-se mais

intensamente no caso da Região Sul. Finalizando a análise da tabela 18, a localização do referido grupo, após as migrações ficou composta por 68,3% urbana, contra 31,7% rural.

Quanto ao tamanho dos municípios envolvidos nas migrações, temos o seguinte quadro (Tabela 19): existe um padrão no qual a maioria dos beneficiários realiza as migrações entre municípios do mesmo tamanho ou dentro do mesmo município<sup>57</sup>. Tomando os municípios com até 25 mil habitantes, os deslocamentos ocorreram no sentido de municípios de igual tamanho em 94,9% dos casos.

Tabela 19: Fluxos migratórios, segundo o tamanho populacional dos municípios de origem e destino na Região Sul (Em % de domicílios e Mil habitantes).

Destino	Origem					Total
	Até 25	25 a 50	50 a 100	100 a 200	Mais de 200	
Até 25	94,9	10,5	12,0	16,1	8,0	
25 a 50	2,1	86,9	1,0	0,0	8,0	
50 a 100	0,9	0,7	85,0	3,2	0,0	
100 a 200	0,7	1,3	2,0	77,4	4,0	
Mais de 200	1,4	0,7	0,0	3,2	80,0	
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
Composição Populacional dos municípios	59,9	19,7	12,3	8,1	-	100,0
Composição populacional dos municípios acumulada	59,9	79,5	91,9	100,0	-	-

*Fonte:* Contagem Nacional da População 1996 (IBGE) e Pesquisa de Avaliação Socioeconômica e Regional da Previdência Rural - Fase II. In: Delgado e Cardoso Jr (2003).

Apesar do padrão migratório entre municípios de igual tamanho, a partir dos municípios de população entre 25 e 50 mil habitantes, observa-se uma nova característica: quando a migração não ocorre entre municípios de mesmo tamanho, a mesma se processa em direção à

<sup>57</sup> Galindo & Ferreira Irmão (2003) informam que 37,2% das migrações de beneficiários no nordeste ocorrem dentro da área urbana.

municípios menores, de até 25 mil habitantes na grande maioria dos casos, característica mais marcante na Região Nordeste do que no Sul. Observando a composição acumulada, verifica-se a dominante participação dos municípios pequenos no universo amostral, com um percentual de 79,5% dos casos.

Tanto no caso da Região Nordeste quanto na Região Sul, percebe-se que o beneficiário da previdência rural permanece no domicílio em que se encontrava antes do recebimento em 73% dos casos. Para aqueles que realizam migrações, prevalece a migração rural-urbana, na sua maioria no mesmo município ou entre municípios do mesmo tamanho. Fora desta situação, temos a migração em geral para municípios menores. Estes processos constituíram um quadro no qual têm-se na Região Sul 51% dos beneficiários domiciliados na área urbanas, sendo 49% na área rural, contra 54,7% urbanos e 45,3% rurais no Região Nordeste.



## **PARTE II**

# **O QUADRO PRÉ-EXISTENTE, SUAS INTERAÇÕES COM O NOVO E OS IMPACTOS TERRITORIAIS DECORRENTES**

## CAPÍTULO IV – A SITUAÇÃO GEOGRÁFICA DE SÃO JOSÉ DO NORTE

Conforme discutimos no primeiro capítulo, a análise dos impactos territoriais da previdência rural na realidade de São José do Norte nos impõe a compreensão de que este espaço é produto de uma construção histórica<sup>58</sup>, que extrapola o próprio contexto do rural, bem como a escala local. Neste sentido, analisaremos no presente item alguns elementos representativos da construção e reprodução deste espaço agrário, bem como sua participação como componentes históricos do atual quadro, marcado pelo processo de inviabilização econômica das unidades de produção e o conseqüente êxodo rural.

Para o entendimento do processo de êxodo rural em marcha no espaço agrário de São José do Norte, acreditamos que o conceito de *desterritorialização* presente na obra de Claude Raffestin (1988) se apresente como uma importante ferramenta na análise da constituição deste quadro, sobre o qual o processo de universalização da previdência social efetivada a partir de 1992 veio incidir.

Cabe aqui uma ressalva a respeito do amplo debate existente em torno do conceito de desterritorialização. A desterritorialização nos termos postos por Raffestin no artigo *Rèperes pour une theorie de la territorialité humaine* (1988) nos parece se aproximar mais de uma idéia de *deslocalização*, um processo de organização/reorganização espacial, do que propriamente a desterritorialização proposta por filósofos como Virílio e criticada por Haesbaert (2004).

---

<sup>58</sup> A consideração da história na análise do rural está presente na obra de Henry Lefebvre (1971, p. 19), quando o autor diz não ser possível esquecer do passado, na medida em que este: “*persiste e atua sobre o atual*”. Também acreditamos que as palavras de Roberto Lobato Corrêa (2002, p. 11) acerca do espaço urbano sejam válidas para a análise do espaço agrário. Segundo ele, o espaço urbano, e para nós também o agrário “(...) *é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço.*”

Também é preciso dizer que a desterritorialização em Raffestin é componente de um processo cíclico, sendo precedida pelo processo de territorialização e sucedida pelo processo de reterritorialização, formando o ciclo (T-D-R) ou *territorialização-desterritorialização-reterritorialização*, o que se distancia da simples e definitiva desterritorialização alvo da crítica de Haesbaert (2004). Isto quer dizer que se algo se desterritorializa é porque já se territorializou e voltará a se territorializar, ou se reterritorializar, não necessariamente no mesmo ponto do espaço. Contribui neste sentido a colocação de Saquet:

“(...) os processos de des-territorialização e reterritorialização são concomitantes. São eventos intimamente ligados na mobilidade de força de trabalho, de pessoas com necessidades, anseios, desejos, sonhos. Este é um aspecto fundamental no trato desta questão, pois não podemos compreender a mobilidade fragmentada, despedaçada, diluída na miríade de fenômenos cotidianos”. (SAQUET, 2005, p. 13869)

Para construir sua idéia do ciclo Territorialização – Desterritorialização – Reterritorialização (T-D-R), Claude Raffestin (1988) nos dá um exemplo muito rico sobre a dinâmica dos espaços rurais. Demonstrando o processo de localização e conseqüente territorialização de uma atividade no espaço rural, Raffestin nos diz que a cidade emite os sinais – os preços – estruturando o espaço agrícola de seu entorno a partir disto. Produz-se um território ao redor da cidade e todo um sistema de relações que definem a territorialidade<sup>59</sup>, pelo menos no que tange às relações econômicas, diz ele. Se estabelece um conjunto de malhas, delimitadas a partir de um nó que está ligado por uma rede, enfim, uma organização espacial, permanecendo estável na medida em que aqueles sinais variem entre limites determinados.

---

<sup>59</sup> De forma simplificada, a territorialidade pode ser encarada como um conjunto de práticas, estratégias ou comportamentos desenvolvidos por algum grupo ou indivíduo, construindo e garantindo a manutenção de um território, seja no plano econômico, político ou simbólico.

Uma modificação sensível nos sinais ou o seu desaparecimento promove mudanças na territorialização. Com a persistência das mudanças no sinal, entra-se na segunda fase do ciclo, a desterritorialização, sendo definida por Raffestin (1988), como uma crise da territorialidade anterior. O autor aponta para a necessidade de se incluir um segundo ciclo para o entendimento do processo de desterritorialização. O ciclo da informação, que compreende três fases: Inovação – Difusão – Obsolescência (I-D-O). Raffestin nos mostra que a fase *Inovação* é portadora da perturbação que rompe com a coerência que garantia a existência de uma territorialização anterior (marcada pela maturidade ou *obsolescência*), levando ao processo de desterritorialização. A difusão por sua vez se encarregará de proporcionar a territorialização de uma nova atividade ou uma reterritorialização. Isto nos põe diante da conexão de um ciclo territorial (T-D-R) com um informacional (I-D-O).

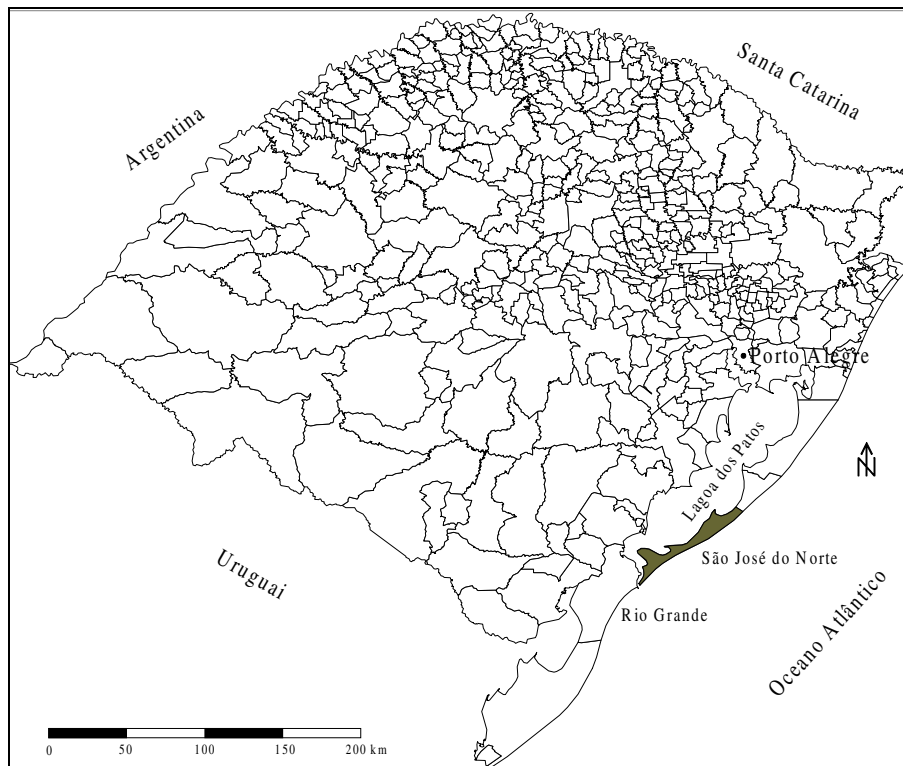
A teoria de Raffestin nos parece bastante coerente com a realidade dos espaços rurais, determinados por relacionamentos comerciais com centros consumidores muitas vezes distantes para os quais escoam seus excedentes, bem como a concorrência inter-regional para a inserção destes excedentes. A simplicidade do exemplo exposto por Raffestin (cidade – entorno agrícola) precisa, contudo, ser superada. Seu modelo permite análises mais complexas, em escalas mais amplas, à luz de elementos expostos pelo próprio autor como o conceito de *redes* interligando os *nós* de uma *malha territorial*.

Utilizaremos este referencial entendendo o quadro de êxodo rural em marcha em São José do Norte como um evento proporcionado pela desterritorialização da cebolicultura e seu conjunto de relações econômicas e sociais de produção, como veremos.

#### 4.1. LOCALIZAÇÃO E MEIO NATURAL

O município de São José do Norte localiza-se no sul do litoral gaúcho, mais precisamente na extremidade da restinga da Lagoa dos Patos, uma estreita faixa de terras sedimentares componente do complexo lagunar patos-mirim. A restinga está limitada à oeste pela Lagoa dos Patos e ao sul pelo canal de Rio Grande, ligação entre a primeira e o Oceano Atlântico, à leste. Encerrada ao sul, leste e oeste pela água, a única ligação terrestre com o continente é seu próprio segmento setentrional, conectado ao restante do continente à altura do município de Palmares do Sul (Figura 5).

Figura 5: Localização de São José do Norte no estado do Rio Grande do Sul.



Fonte: Elaborado pelo autor.

O ambiente da restinga é um amálgama dos processos deposicionais e erosivos lagunares, marinhos e eólicos, numa sucessão de depósitos ocorridos durante os diversos eventos transgressivos marinhos ao longo do quaternário e o retrabalhamento destes depósitos nas fases regressivas e a partir da emersão, num sistema evolutivo do tipo laguna-barreira. Nesta paisagem litorânea, predominam os cordões de dunas, cujas retaguardas estão preenchidas por banhados e pradarias. Com exceção do grande corpo lagunar, em função dos parques gradientes topográficos, predominam os arroios de pequenas dimensões e pequenas lagoas nos campos de dunas como corpos hídricos, além do lençol freático, bastante superficial e sujeito à saturação nos momentos de maior pluviosidade.

Seu último estágio de formação ocorreu durante o último evento transgressivo marinho, no holoceno à aproximadamente 5 mil anos (VILWOCK e TOMAZELLI, 1995). Assim sendo, predomina uma topografia homogeneamente plana, com altitude média de 2 metros acima do nível do mar, cujas exceções são representadas pelas dunas. Predominam as areias quartzosas e argilas, com solos de formação recente e pouca profundidade. Apesar disto, não existem grandes restrições à atividade agrícola, especialmente horti e fruticultura, grãos e florestamento, desde que observados os cuidados de drenagem nos terrenos mais baixos e a prevenção da erosão nos terrenos altos e arenosos. (EMATER, 1996). A vegetação nativa é composta por juncáceas às margens dos banhados e da laguna, gramíneas e árvores como aroeira, capororoca, figueira, corticeira, etc. Destacam-se entretanto os florestamentos de eucalipto, disperso por todo o município, e o de pinus, concentrado mais intensamente na faixa compreendida entre a BR101 e o mar, ao longo de toda extensão do município.

O clima é regido pela interação entre duas grandes áreas de influência: o anticiclone tropical do atlântico, quente e úmido e de caráter semi-fixo, com deslocamento meridional ao longo das estações do ano, e o anticiclone polar continental, frio e seco e de caráter migratório,

com incursões periódicas ao sul do Brasil numa orientação sudoeste nordeste. A partir desta configuração, ocorrem ventos predominantes de nordeste (que influenciam o deslocamento das dunas do litoral oceânico em direção ao litoral lagunar) intercalados pela ocorrência dos sistemas frontais, geradores de ventos mais intensos, do quadrante sul. A ocorrência dos sistemas frontais é o principal fator na configuração do regime de chuvas. Estas ocorrem de maneira regular ao longo do ano. Podem ocorrer períodos de estiagem ou chuvas prolongadas, devido aos bloqueios que interrompem a propagação das massas de ar polar.

De forma extremamente superficial, apontamos os principais elementos do meio natural de São José do Norte. Interagindo com esta complexa combinação entre o oceano, água doce, ventos, terra, fauna e flora instaladas, desenvolveu-se um agrupamento humano dos mais antigos do Rio Grande do Sul.

#### **4.2. O PROCESSO DE COLONIZAÇÃO DO ESPAÇO: OCUPAR PARA MANTER**

A ocupação do espaço e a construção do território do atual estado do Rio Grande do Sul ocorreu num contexto de disputa entre as coroas de Portugal e Espanha, sendo das últimas parcelas do território brasileiro a ser incorporadas. Tendo a Colônia de Sacramento como ponta de lança do interesse expansionista lusitano para além da linha de Tordesilhas (1494), o espaço compreendido entre esta e Sacramento constituía uma vasta fronteira móvel em disputa (BERNARDES, 1997, p. 53). A fundação da Colônia de Sacramento em 1680 e de Laguna em 1684 representam a materialização do interesse português de se assenhorear das terras compreendidas entre estes dois limites, com atenção especial para a margem setentrional do Prata, devido a importância do comércio marítimo clandestino daquela área, no qual, segundo

Fortes (1980, p. 42) mercadorias portuguesas eram trocadas por prata vinda do Peru com súditos da coroa espanhola.

Como se vê, o interesse nestas terras não era de ordem geopolítica somente, apresentava também um viés econômico conforme aponta Bernardes (1997). O continente de São Pedro, mais do que somente a região marginal ao Rio da Prata, passa a ser alvo do interesse da coroa lusitana pela abundância de gado e montaria que apresentava, introduzidos pelos padres jesuítas nas missões, e que dispersos, procriaram sem obstáculos até formar vastos plantéis. A necessidade destes rebanhos em São Paulo e Minas Gerais, fez do continente uma área interessante para exploração pelos recursos que apresentava.

A ocupação do espaço que hoje conhecemos por município de São José do Norte se inscreve neste contexto, como demonstraremos. Laguna havia sido fundada justamente no sentido de apoiar a fortificação do extremo sul, Sacramento, com a qual era necessário manter comunicação. A partir daí começa um movimento de exploração do espaço intermédio, descoberta de caminhos e de conquista de gado solto. Itinerários vão sendo abertos pelos sertanistas<sup>60</sup> e com eles ocorre o aportuguesamento do espaço, quando o colono português, lagunista e paulista irá dividir o território até então ocupado pelas tribos dos Minuanos, Charruas, Tapes, etc (RODRIGUES, 1986, p. 29).

Com a necessidade do estabelecimento de um ponto de apoio entre Laguna e Sacramento<sup>61</sup> ocorre a fundação do Presídio Jesus Maria José em 1737, fortificação que representa o marco de fundação da cidade do Rio Grande e do próprio estado. O forte fora aí assentado também com o objetivo de conter uma possível invasão espanhola que pudesse

---

<sup>60</sup> Sertanistas eram exploradores que adentravam o interior ou “sertão” do continente, distanciando-se do litoral.

<sup>61</sup> Na verdade existia a orientação para que se estabelecessem novas povoações entre os extremos, de modo a facilitar a comunicação (RODRIGUES, 1986, P. 23). O trecho de Borges Fortes acerca da fundação de Rio Grande ilustra a idéia: “Soldava-se um novo elo na corrente Laguna – Sacramento. A cadeia com tais extremos se consolidaria com mais um reforço intermediário e se constituiria gradativamente de Laguna, Viamão, S. Pedro, S. Miguel, Maldonado e Montevideu para atingir o outro extremo - a Colônia do Sacramento” (FORTES, 1980, p. 42)



extrapolar a defesa oferecida por Sacramento e expandir-se até os limites setentrionais que lhe cabiam deste Tordesilhas. De fato, conforme descreve Fortes (1980, p. 37), quando Silva Paes funda a fortificação às margens do Canal do Rio Grande em 19 de fevereiro de 1737, Sacramento encontrava-se já sitiada desde outubro de 1735.

Imediatamente após a fundação do presídio, Silva Paes cria a Fazenda Real de Bujuru (1738)<sup>62</sup>, localidade situada cerca de 80 quilômetros ao norte do canal, portanto, no atual território (limites administrativos) de São José do Norte e que recebe o mesmo nome até o presente. Seu funcionamento prosseguiu até 1770, quando, por problemas administrativos foi extinta e suas terras distribuídas entre parte dos colonos açorianos refugiados da invasão de Rio Grande em 1763 (TORRES, 1996, p. 12). Além da estância, foram estabelecidos postos de vigilância ao longo da restinga, inserindo neste espaço população composta de militares e escravos negros, conforme Bunse (1981, p. 16). Sem omitir as diversas tradições indígenas anteriormente existentes no local (RIBEIRO e CALLIPO, 2000), a história do povoamento de São José do Norte pela colonização portuguesa se inicia com a estada da “Frota”<sup>63</sup> de João de Magalhães de 1725 a 1733 na chamada Barranca do Norte, ou seja, a margem setentrional do Canal do Rio Grande, onde atualmente se localiza a cidade de São José do Norte. Não se tratava ainda de povoamento efetivo, dado o caráter militar<sup>64</sup> e efêmero da permanência, apesar da importância pelo reconhecimento do sítio.

---

<sup>62</sup> “O local onde as conveniências militares impuseram as construções da defesa era o menos propício à existência da gente, à manutenção dos cavalos da tropa e aos bovinos de abastecimento. A população tenderia a aumentar e as comunicações eram difíceis. Tornava-se, portanto, imperioso criar também uma estância do Rei, grande bastante, tão próxima quanto possível do presídio e segura de um golpe arrojado do inimigo, onde pudessem conservar as cavalhadas e houvesse abundante gado para prover a alimentação dos habitantes do novel arraial.” (FORTES, 1980, p. 100)

<sup>63</sup> Apesar do nome, tratava-se de grupamento de soldados que se deslocavam por via terrestre.

<sup>64</sup> “Essa primeira expedição de João de Magalhães tem, assim, um objetivo tático: ela procura assegurar o controle da terra, o domínio dos caminhos, a posse do gado. Não ainda o processo social do povoamento, que se fará mais tarde, de origem lagunista: a frota de João de Magalhães era um movimento de exploração, de descoberta de caminhos e de conquista do gado solto, com que abasteciam de carne os portos da costa até o Rio de Janeiro.” (RODRIGUES, 1986, p. 28)

Entretanto, não bastava apenas a construção de fortes ao longo do eixo Sacramento – Laguna. Era necessário povoar este espaço como estratégia complementar, embasada no princípio do *uti possidetis*, critério que estabelecia o uso efetivo do espaço como elemento legitimador da posse do mesmo (BECKER, 1993, p. 46). Tanto aos desbravadores quanto aos soldados que solicitavam aposentadoria eram concedidas sesmarias como forma de fixação de indivíduos neste espaço. É possível apontar já antes da fundação de Rio Grande a existência de 27 sesmarias na restinga da Lagoa dos Patos, atualmente municípios de São José do Norte, Tavares e Mostardas, conforme Bunse (1981, p 15).

A política de concessão de sesmarias que se processava até então não produzia efeitos contundentes no que tange ao adensamento populacional. Devido o caráter rarefeito do povoamento no modelo sesmarial, produto de uma atividade extensiva, a captura e criação de gado bovino, como é possível observar no trecho de Bernardes (1997, p. 59):

“A atividade pastoril continuava a ser a única preocupação desses povoadores, tanto nas contínuas campinas da parte meridional do território como nos campos recortados por manchas de mata do Planalto. A ocupação decorrente desta atividade, limitava-se pois, exclusivamente aos campos, permanecendo inaproveitadas as terras de mata que apenas eram atravessadas pelos caminhos, quando necessário, e sempre em suas partes mais estreitas. A agricultura era feita somente em caráter de subsistência e em escala diminuta.”

No intuito de intensificar o povoamento, a coroa adotaria uma alternativa às sesmarias. Tratava-se da doação de “datas”, pequenos lotes de terra aos imigrantes açorianos e a formação de povoados ao longo do caminho litorâneo em Rio Grande, Estreito, Mostardas, Conceição do Arroio (hoje Osório) e ao longo da Depressão Central (Viamão, Morro de Sant’Ana, Porto Alegre, Taquari e Rio Pardo) (BERNARDES, 1997, p. 59).

Neste contexto, além dos colonos vindos das mais diversas províncias, é publicado um edital de emigração nos Açores em 1747 (FORTES, 1978, p. 30), incentivando a transferência de população daquele arquipélago para a Ilha de Santa Catarina inicialmente, e nos núcleos acima citados *a posteriori* momento em que se avoluma a participação dos “casais de número”, os imigrantes açorianos na formação social da área de estudo, assim como na do Rio Grande do Sul.

No ano de 1753 é fundada a Aldeia de Nossa Senhora da Conceição do Estreito, primeiro núcleo de povoamento no município de São José do Norte e centro dos acontecimentos no território deste naquele período. Inicialmente, tal núcleo é utilizado como meio de aglutinar e disciplinar a presença dos índios Tapes, no turbulento contexto da reação dos índios missioneiros após o tratado de Madri (1750), seguindo a orientação da política pombalina de incorporação indígena (TORRES, 1996, p. 20).

O processo de povoamento se intensifica quando da invasão espanhola à Rio Grande, no ano de 1763, momento em que também se confirma a importância estratégica da restinga da Lagoa dos Patos e do povoamento desta. Rio Grande foi tomada pelas tropas de Dom Pedro de Cevallos, cujo objetivo era avançar até Santa Catarina (BUNSE, 1980, p. 18). Além de tomar Rio Grande, as tropas atravessaram o canal e se estabeleceram na margem norte do mesmo, onde fixaram postos de guarda, sem contudo, prosseguir no avanço. A população evacuada de Rio Grande, formada boa parte por casais açorianos, se refugia na aldeia do Estreito, tornando caótica a repartição de terras, mas incrementando o contingente populacional da área. Com a persistência da situação de invasão, a aldeia do Estreito é elevada a categoria de freguesia em 1765, tornando-se o limite meridional do domínio português (TORRES, 2000, p. 45). Da aldeia do Estreito partiria em 1767 o ataque que recuperaria a margem norte do canal, prelúdio do posterior evento bélico que devolveria Rio Grande ao domínio português em 1776, a “Guerra da Restauração” (TORRES, 2000, p. 46). Com o tempo, a “Barranca do Norte” tornou-se freguesia (1822) e foi

destacando-se frente à Aldeia do Estreito, até tornar-se vila e sede do município de São José do Norte em 1831 (BUNSE, 1980, p. 26), sendo o local onde atualmente se localiza a área urbana do município.

A região da restinga da Lagoa dos Patos só perderia importância no quadro geopolítico com o arrefecimento das tensões luso-hispânicas após o tratado de Santo Ildefonso (1777). Com efeito, o período observado deixou seus resultados na produção do espaço geográfico de São José do Norte, com repercussões marcantes na formação social, pela miscigenação entre os povos de diferentes origens que aqui se fixaram, bem como na caracterização das atividades produtivas, como a pesca artesanal e a agricultura. Pelo que foi visto, a pecuária manifestou-se como a primeira atividade agrária do município, permanecendo presente até nossos dias e participando na conformação da estrutura fundiária do município, com propriedades de maior porte, traço ainda observável na porção mais meridional do atual município e nos municípios de Tavares e Mostaradas<sup>65</sup>. Já a presença açoriana, veio redefinir tal quadro, tanto no que tange à estrutura fundiária, quanto no que diz respeito à natureza da atividade produtiva, como veremos.

#### **4.2.1. A Presença Açoriana: o Saber-Fazer Camponês**

A colonização baseada na imigração açoriana que se processou na área de estudo, a exemplo do restante do Litoral e da Depressão Central, trouxe o elemento da mudança de um perfil produtivo tipicamente extensivo, e por que não dizer extrativista, para um perfil produtivo de caráter mais intensivo, baseado na agricultura camponesa desenvolvida pelos açorianos. O açoriano, conforme aponta Fortes citando outros historiadores, era um povo avesso à guerra e

---

<sup>65</sup> A pecuária desenvolvida atualmente no município não está obrigatoriamente ligada às grandes propriedades, já que se apresenta como componente da estratégia camponesa para a garantia de renda, como veremos.

extremamente dedicado ao trato com as coisas da terra, como fica explícito na reclamação de um coronel português para o qual os recrutas ilhéus teriam somente: “*o préstimo de cultivarem suas chácaras e sem a mínima disposição para o manejo das armas*” (FORTES, 1978, p. 76).

Este caráter operaria no sentido de converter, ainda no século XVIII, a restinga da Lagoa dos Patos, de estância de engorda de gado, em área de produção agrícola expressiva para o contexto da época, como é possível concluir a partir do parágrafo a seguir:

“(...) os açorianos que chegavam ao Rio Grande do Sul e que se localizavam nos povoados de Mostardas e Estreito trabalharam diligentemente. Basta dizer que em matéria de quantidade de trigo plantado, em 1870, logo após Rio Grande, Estreito e Mostardas apareciam com respectivamente 996 e 995 alqueires. E a produção de trigo em 1787 foi de 15.848 para o Estreito e 14.126 para Mostardas. Eram assim, os dois principais centros produtores de trigo no Rio Grande do Sul. Na época a agricultura tomava impulso inusitado, de modo a comprometer a estrutura econômica que repousava na pecuária. Os açorianos, encontrando aqui terras aproveitáveis e em larga extensão, foram de uma dedicação à toda prova” (IBGE, 1959, p. 265)

Durante o século XIX diversos viajantes, famosos pela descrição detalhada que fizeram dos aspectos físicos, econômicos e culturais de diversas regiões brasileiras estiveram na área de estudo, como Auguste de Saint Hilaire, Nicolau Dreys, Jonh Luccock, Eudoro Berlink e Arsène Isabele. Os dois primeiros, ao passarem pela região, citam, apesar de superficialmente, aspectos da produção agrícola em São José do Norte. Por parte de Saint Hilaire temos os relatos acerca da produção cerealífera, com as culturas do trigo e do centeio, além da abundante horta do pároco da aldeia do Estreito (SAINT HILAIRE, 1999, p. 49 - 50). Nicolau Dreys por sua vez falou da “*produção dos melões e das melancias, que são certamente as melhores do Brasil; e das raízes comestíveis, tais como as cebolas, os nabos etc.*” (DREYS, 1991, p. 52 *apud* TORRES, 2000, p. 55).

Pelo que se observa, a agricultura camponesa de origem açoriana complexificou o quadro do espaço agrário de São José do Norte, tornando-o mais diverso ao somar as diferentes atividades agrícolas à pecuária pré-existente.

Apesar de aparecer como atividade de destaque no final do século XVIII, a triticultura não se sustentou com tal ímpeto. Durante a passagem de Saint Hilaire pelo município (1820 – 1821) a cultura ainda era importante (BERNARDES, 1997, p. 60), entretanto, tal condição não se manteve devido a ocorrência de uma doença conhecida como “ferrugem” que se abateu por todos os trigais da região, bem como a inadimplência no pagamento das compras do governo (IBGE, 1959, p. 265).

Com o declínio, ou a desterritorialização da cultura do trigo, surgiram ainda no século XIX as culturas de milho e cebola como atividades dominantes e economicamente significativas (BUNSE, 1981, p. 71).

#### **4.2.2. A Agricultura nos Relatórios Intendenciais**

Já no final de século XIX é possível perceber a presença marcante da cebolicultura na área de estudo, sobrepujando a produção de milho e tornando-se objeto de especialização de tal maneira a preocupar as autoridades locais do referido período, como expresso na mensagem apresentada pelo intendente municipal em 1893:

“O actual estado da lavoura do município não sendo visivelmente decadente não é, todavia próspero, como era para desejar sobretudo entre a maioria dos pequenos agricultores que pela dificuldade de obtenção de braços e escassos recursos de suas terras se limitam ao plantio de cebolas, descurando o cultivo de outras plantas essenciais à alimentação da família, tornando-lhes por isso a vida difícil em annos em que o valor do único produto cultivado, fica depreciado pela sua grande abundância.

(...) O ensaio de um incentivo, conferindo prêmios aos que mais e melhor produzissem tal ou qual produto conveniente não seria improfícuo”. (Mensagem apresentada ..., 1893, p. 8-9)

Se assumirmos como verdadeiro o conteúdo da presente mensagem, podemos evidenciar elementos do “equilíbrio demográfico” da teoria de Chayanov. As dificuldades de mão-de-obra e o retorno satisfatório da cebolicultura influenciavam a decisão do campesinato local a respeito do que plantar, tornando ela, a cebolicultura, alicerce da economia do município, como expresso no mesmo relatório: “(...) *Na agricultura só é tributada a cebola, cuja cultura é enormemente lucrativa, desviando assim os lavradores da aplicação de seus recursos á outras culturas essenciais ao sustento da população*”. (Mensagem..., *op. cit.*, 25).

Tornando-se a base da economia local, outros relatórios manifestavam inclusive a necessidade de alteração da carga tributária municipal, de modo a garantir a receita:

“Justifica-se ainda a necessidade de serem alteradas para mais algumas poucas taxas sobre alguns produtos actualmente pouco tributados, para assim estabelecer-se o equilíbrio da receita visto estar verificado ser a futura safra de cebolas muitíssimo inferior á d’este exercício, o que fatalmente concorrerá para a diminuição da receita do município [...]” (Relatório apresentado..., 1900, 11)

Também se observa, no período acerca do qual foi possível ter acesso aos relatórios intencionais<sup>66</sup>, diversas tentativas de resolução do problema da especialização, seja através da criação de impostos:

“O imposto do nº 7 do §6º deve ser creado no propósito de conseguir-se modificar o pernicioso hábito de grande parte dos nossos lavradores em

---

<sup>66</sup> Os relatórios intencionais são uma fonte rica de informações históricas sobre aspectos econômicos, sociais, urbanísticos e políticos do intervalo do final do século XIX até os anos 30 do século XX aproximadamente. Os relatórios da intendência de São José do Norte estão arquivados na biblioteca pública de Rio Grande, sendo de acesso público, razão pela qual infelizmente alguns foram subtraídos.

relação á enorme plantação de cebolas, do que resulta grande baixa no valor d'esse producto e á falta de cultura de outros, como sejam feijão, milho, batatas, etc. que são importados por altos preços de outros municípios, o que tem trazido sérias dificuldades á vida de grande parte da população rural (...)

O producto desse imposto deveis aplicar, repartidamente em prêmios pecuniários aos lavradores que cultivem maior quantidade de milho, feijão, batatas, trigo, vinhas, etc.(...)" (Relatório..., 1901, 19)

Seja através de soluções mais criativas, como a tentativa de 1929 de:

"(...) introduzir o colono (alemão) em nosso município. Há inúmeros lotes de terras devolutas que poderiam ser muito bem aproveitadas por esse elemento que, além de vantagens outras iniciaria entre nós a polycultura, incentivando o nosso povo a plantar tudo o quanto possa produzir a terra". (Relatório...,1929, 5)

Entre manifestações de reprovação ao hábito da dedicação exclusiva à cebola existem períodos de silêncio a respeito do tema nos relatórios. Em outros, entretanto, a cebola é exaltada como "precioso bulbo" (Relatório...,1919), apontando para a necessidade de uma relativização das informações contidas nos relatórios, considerando que se tratavam de manifestações políticas. Neste sentido, o relatório de 1920 é esclarecedor: "*O nosso município produz, milho, trigo, centeio, batatas, abóboras, melancias, etc, quase exclusivamente para o consumo local. A única cultura que aqui avoluma é, como sabeis, a de cebolas*". (Relatório..., 1920, 13).

As contradições presentes nos relatórios nos permitem interpretações. Primeiramente parece ter ocorrido no final do século XIX e início do séc. XX um primeiro surto do processo de especialização produtiva que ora assistimos no espaço agrário de São José do Norte. Tal quadro parece ser o resultado do somatório de limitações ao desenvolvimento de outras estratégias de reprodução camponesa de um lado, pelo menos no que tange à inserção econômica aos mercados consumidores. Ao mesmo tempo, outro elemento desta equação pode ser considerado como os



primeiros sinais que promoveriam a territorialização da cebolicultura no município, considerando que os preços representavam um atrativo à produção de cebola.

É importante contudo ter-se em mente que a especialização na cebolicultura não representava, e mesmo hoje não representa, a existência de uma monocultura no município. A produção de cebolas representava a estratégia encontrada pelos camponeses para a obtenção de entradas monetárias, sendo majoritária frente a outras com menor grau de importância e com diferentes temporalidades nas entradas de dinheiro. Além disso, existia uma produção para autoconsumo, conforme expresso nos relatórios acima. Tal produção poderia não ser pujante se comparada àquela de cebola, sendo até mesmo insuficiente para atender à demanda urbana, o que explica o conteúdo dos relatórios. Entretanto existia e assim permaneceu até boa parte da segunda metade do século XX, momento em que ocorreria o segundo ímpeto de especialização produtiva. No final dos anos 1950, a unidade de produção camponesa, apesar do contexto de especialização, mantinha elementos que evidenciavam a pluralidade das estratégias de reprodução familiar, que não passavam necessariamente pela produção de valores monetários. A seção a seguir busca mostrar estes elementos para que se tenha a noção da ruptura ocorrida no período posterior.

#### **4.2.3. O Lingüista e as Hortas**

No final dos anos 1950, o município de São José do Norte foi objeto de estudos do lingüista Heinrich W. A. Bunse. Sua pesquisa sobre os aspectos lingüísticos e etnográficos do município<sup>67</sup> produziu um relato muito rico a respeito da história, das práticas culturais e das características da economia da área de estudo. Interessa-nos aqui especificamente a agricultura

---

<sup>67</sup> Naquela época, a área do município de São José do Norte incorporava os hoje emancipados municípios de Tavares e Mostardas

camponesa, embora o pesquisador tenha observado também a pecuária e a rizicultura, que começava a se tornar atividade tipicamente capitalista.

São relevantes à nossa análise os elementos observados pelo autor durante os dois anos nos quais empreendeu a pesquisa: o saber-fazer camponês e a configuração espacial típica de uma unidade de produção, esta capaz de nos fornecer indícios a respeito das estratégias de reprodução familiar daquele período.

O saber-fazer se constitui de um conjunto de práticas baseadas em conhecimentos que garantem a sobrevivência do camponês em sua relação com a natureza, na qual o binômio certeza(da necessidade)/incerteza(do êxito) é um dado constante. Definições das melhores épocas de plantio e colheita, escolha do terreno certo para cada cultura e seu preparo, prognósticos pessoais sobre o comportamento climático e sua relação com vegetais e solo, organização espacial de culturas e seu consórcio, observação das fases lunares e dos efeitos ópticos da atmosfera, são apenas alguns dos elementos que historicamente compõem o arcabouço de conhecimentos, produzidos através da experimentação e do empirismo, e que são transmitidos através das gerações. Bunse observou elementos deste saber-fazer camponês na área de estudo no final dos anos 1950. Na horta, elemento fundamental para a segurança alimentar do grupo familiar eram cultivadas verduras, melancias, melões, batata-doce e inglesa, feijão, nabos etc. (BUNSE, 1981, P. 73) Estava sempre cercada por algum tipo de cerca viva que garantia a proteção contra o rigor do vento. Era também uma forma de mediar a convivência entre vegetais e animais já que sempre estavam presentes os patos, as galinhas, marrecas, angolistas, os porcos, vacas, terneiros, cavalos, etc. No pomar existiam diversos tipos de árvores frutíferas.

No trato com a cebola, a principal cultura comercializável, também se manifestavam elementos do saber-fazer desde a sementeira até a colheita e a armazenagem. Existiam três variedades de cebola. A Ilha, semeada antes, e as variedades Crioula e Norte, mais tardias. O

plantio não era direto e após o transplante sucediam-se os cuidados entre os quais a capina manual. Depois de colhida, a cebola passava por um período de *cura*, ainda sobre o canteiro, período no qual adquiria sua coloração característica. Posteriormente era transferida para o galpão, local onde era armazenada à espera da comercialização. A réstea<sup>68</sup> de cebola era uma forma deste armazenamento. Trata-se de uma trança feita de juncos secos, na qual prendiam-se as ramas da cebola (Foto 2). Os juncos por sua vez, eram colhidos à beira dos banhados de toda a região e eram utilizados também para a construção de telhados de galpões e até mesmo de casas.

A cultura de milho também foi observada, e naquela época representava a segunda maior do município e cerca de 1% do total do estado.

Este conjunto de estratégias complementares, o uso das *forças marginais*, expressava-se na organização espacial da unidade de produção. Segundo Bunse: “*A propriedade do agricultor forma um agrupamento constituído de casa, galpão, paiol, mangueira, chiqueiro, ficando próximos o pomar e a horta*”(1981, p. 71).

---

<sup>68</sup> A expressão *réstea* é também utilizada como unidade de medida para mudas e bulbos de cebola. Representa 28 unidades de mudas ou bulbos.

Foto 2: O armazenamento através das *résteas*.



*Fonte:* Bunse, 1981.

Apesar de já usarem adubo químico, o autor aponta o uso de esterco na fertilização dos solos. Com base nas informações acima, é possível constatar que a unidade de produção camponesa da área de estudo no final dos anos 1950 compunha um todo articulado. A produção de milho sustentava animais, daí a necessidade da mangueira e do chiqueiro. Os animais forneciam, além do alimento, tração (que complementava o uso de instrumentos manuais) e adubo orgânico. Tal adubo era utilizado em hortas, pomares e nas plantações de milho e cebola. As hortas e pomares forneciam frutas, legumes e verduras. O milho podia ser também comercializado, assim como a cebola, esta a principal via para a obtenção de renda monetária.

No final da década de 1950 e nas seguintes processou-se um conjunto de mudanças que alteraram profundamente o quadro estabelecido até então. Destaca-se o aprofundamento da dependência dos camponeses à produção de cebola.

#### **4.3. O PROCESSO DE INTENSIFICAÇÃO DA ESPECIALIZAÇÃO NOS ANOS 1960**

A partir de final dos anos 1950 e início dos 1960, observa-se a intensificação do processo de territorialização e especialização na cebolicultura no espaço agrário do município. Tal fenômeno está ligado a uma dinâmica mais ampla, à escala nacional, o que valida a adoção do par interno/externo em nossa análise.

Segundo Camargo Filho *et al* (1993, p. 27), a cebola é o terceiro produto mais consumido no contexto do mercado olerícola, superada apenas pela batata e o tomate<sup>69</sup>. Importa saber também que seu consumo está diretamente atrelado ao de outros alimentos, como arroz, feijão e massas em geral. Logo, sempre que ocorrerem saltos quantitativos no consumo dos itens básicos da alimentação, assistiremos o concomitante crescimento do consumo de condimentos de origem vegetal, entre os quais a cebola.

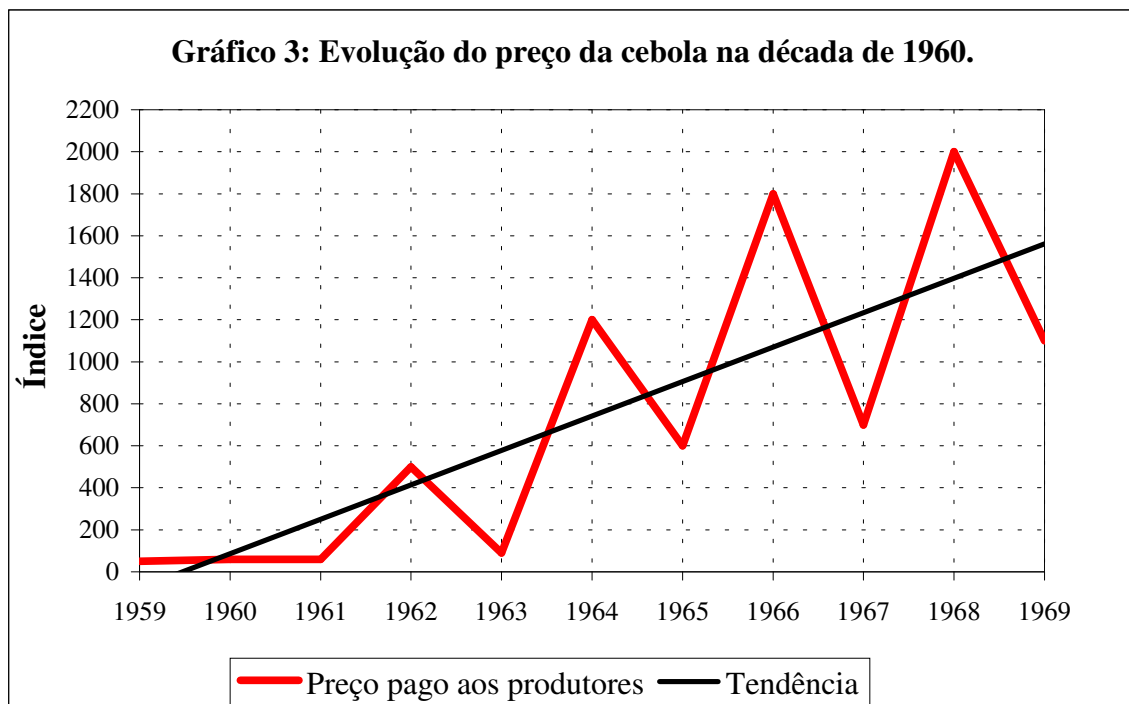
Tal informação nos subsidia para o entendimento do processo ocorrido nos anos 1960. A população brasileira cresceu no período 1949 – 1988 a uma taxa que variou entre 27% e 34% ao decênio. A produção de cebola acompanhou tal movimento, tendo aumentado, no nível da propriedade, entre 54% e 100% no mesmo período, com a participação majoritária do crescimento da área plantada (Camargo Filho *et al*, *op cit.*, 28, 30). Os mesmos autores apontam

---

<sup>69</sup> Cerca de 25% do volume de hortaliças comercializadas nos supermercados paulistas corresponde ao consumo de cebola, conforme pesquisa do Ministério da Integração Regional (Fundação Procon, 2004).

para o crescimento no consumo do vegetal, que se fixava em 2,42 kg/*per capita*/ano em 1950, e passou para a marca dos 5,75 kg/*per capita*/ano na década de 1980.

Apesar do crescimento da demanda ter sido acompanhado pelo crescimento da produção, a organização espacial da produção nacional de cebola, centrada na Região Sul e especialmente no Rio Grande do Sul até meados dos anos 1970, impunha efeitos na organização temporal do mercado. Com a produção sulina sendo ofertada de dezembro à maio, a contribuição das demais regiões produtivas, Sudeste e Nordeste, neste período não era suficiente para o atendimento da demanda na entressafra, ocasionando altas cíclicas nos preços. O cultivo de variedades tardias no Rio Grande do Sul, com ciclo reprodutivo mais longo e período de comercialização de abril a agosto proporcionava aos agricultores que se dedicavam à produção deste cultivar retornos satisfatórios devido à ascensão dos preços neste período em que a oferta decrescia. O gráfico 3 permite observar o comportamento dos preços nos anos 1960.



Fonte: Adaptado de Fontoura (1994).

Apesar do padrão bienal<sup>70</sup> na ocorrência de preços altos, a tendência observada foi de elevação dos preços. Tal fato serviu como o “sinal” emitido pelo mercado que intensificou o processo de territorialização da cebolicultura em São José do Norte. No final dos anos 1950 São José do Norte despontava como o principal produtor de cebola do Rio Grande do Sul, como se observa no trecho a seguir:

“Deixando falar as estatísticas – que são aquém da realidade como fui informado –, colheram-se, em 1958, trinta milhões de kg de cebolas isto é, quase 50% da produção do Estado.” (BUNSE, 1981, p. 71)

Tal cenário de expansão do consumo e uma malha territorial produtiva (as regiões produtivas de cebola no país) ainda não consolidada proporcionou níveis ótimos de renda aos agricultores no período que se estendeu até meados dos anos 1980. O depoimento a seguir ilustra as condições do período:

“(…) – Em 76 nós compremo um trator e um caminhão com a safra de cebola. 76. *Não faz muitos ano não*”. (Agricultor, Localidade do Oriente, 2003) (Grifo nosso)

O retorno monetário proporcionado pela cebolicultura em épocas passadas permanece no imaginário dos camponeses, sendo que os mais velhos ainda esperam que a atividade possa recuperar suas condições de preço de um passado no qual:

---

<sup>70</sup> O padrão bienal da ocorrência de preços altos é algo típico do mercado da cebola. Tal padrão foi descrito por Sato (1988, apud CAMARGO FILHO, 1993) como o mecanismo “teia de aranha”. O preço alto da cebola estimula os agricultores a plantarem mais na safra seguinte elevando a oferta, o que promove a queda nos preços e a conseqüente redução da área plantada e produção no ano seguinte. Tal redução de oferta eleva os preços reiniciando o ciclo. O mesmo fenômeno foi observado em São José do Norte por Santos (2003).

“(...) – Teve épocas boa de cebola, tinha aquele doutor mesmo o, como é o “fulano”<sup>71</sup>, disse: “ – muito melhor plantá cebola que sê doutor (médico) hoje”. (Questionado em que ano) Foi em 1975. Ainda mais, eu comprei meu trator, se eu quisesse pagá a vista eu pagava. E comprá um trator a vista hoje quem é que compra aí? Nem se dé um prazo tu consegue comprá, tu não consegue pagá. Com juro baixo isso aí né. Juro baixo. O “beltrano” , com uma carga de cebola, comprô um Mercedes. Naquela época, ninguém vendia cebola cortada, era no molhe. Chegava e baldeava pro outro caminhão. Tu comprava cebola aqui a um preço, amanhã já tava outro. Era assim. O comprador ganhava o dobro e o agricultor também ganhava o dobro. Essa época aí, o quilo era um real, em comparação hoje, chegava no norte, de uma hora pra outra, podia tá dois. Eu vendi a minha cebola a dois, depois tive três na entrega (...)”. (Agricultor de São José do Norte, 2003)

O estreitamento dos vínculos com o mercado, a heteronomização, operou a partir destas condições de remuneração, através das quais observou-se uma drástica simplificação das estratégias de reprodução familiar, como observado pelos próprios envolvidos no processo:

“(...) – As pessoas produziam muito mais (gêneros de autoconsumo). Mas como a cebola começou a dar preço e o pessoal começou a fazê conta assim: com uma mil (résteas +- 1,8t) eu compro tudo isso que tô plantando. Aí deixaro de plantá pra plantá cebola e foi o que veio a fazê o pessoal deixá de plantá. Porque a cebola teve uma época que dava. Aqui mesmo o Zé dizia: com uma mil de cebola nós compramo isso tudo que temo plantado. Então o pessoal começô a pensá assim: planto mais uma mil de cebola e deixo de plantá. Me dá menos trabalho por que só a cebola e compra-se tudo (...)”. (Agricultora de São José do Norte, 2003)

O balanço trabalho/consumo, a avaliação do *tyagostnost* (penosidade) no processo decisório da abordagem chayanoviana parece bastante familiar com o trecho acima. O alto valor da produção do excedente comercializável reorientou as práticas na busca pelo menor esforço para a sobrevivência, abandonando consideravelmente o uso das forças marginais e direcionando toda a capacidade de trabalho para a produção de cebola. A unidade de produção camponesa

---

<sup>71</sup> Substituímos os nomes por estas designações com o objetivo de manter o sigilo necessário à pesquisa de caráter qualitativo.



descrita por Bunse nos anos 1950, passou por profundas transformações em direção à simplificação. Aquela organização espacial anteriormente descrita raramente é encontrada nos dias atuais. A produção de milho foi drasticamente reduzida, bem como a criação de animais de pequeno porte<sup>72</sup>. O tipo médio de unidade de produção em São José do Norte atualmente expressa uma organização espacial na qual se observa: a casa, o galpão e uma horta, todos próximos. Os pomares hoje são raros e mesmo as hortas, circunscritas na maioria das vezes à produção de verduras e alguns legumes, muitas vezes não existem ou são cultivadas na própria terra destinada à cebola, aproveitando sua fertilidade, estando em contato porém com defensivos químicos.

Cabe aqui uma atenção especial a respeito dos insumos industrializados, típicos do processo de modernização da agricultura que se operou no Brasil a partir dos anos 1960, tendo o *Estatuto da Terra* como instrumento. Embora o sistema de produção existente na área de estudo não tenha sido objeto do processo de modernização da agricultura como política de Estado, sofreu os reflexos da adoção deste ideário.

Como destaque temos inicialmente a inserção de tratores e caminhões. Mais que ferramentas de trabalho, apresentam, especialmente o trator, um caráter simbólico entre os agricultores, funcionando em seu universo subjetivo como materialização da prosperidade. Assim, durante as partidas de futebol do campeonato municipal, importante elemento de socialização na área de estudo, assim como as festas religiosas, era comum a família chegar à sede do time ou à igreja sobre um trator ou caminhão novo, ficando os veículos enfileirados lado a lado para que seus proprietários assistissem à partida ou participassem das cerimônias religiosas. Nunca houve interesse na formação de associação de máquinas. Conforme relatam

---

<sup>72</sup> A pecuária aparece atualmente como uma estratégia de complementação de renda. Trataremos desta questão a seguir.

muitos entrevistados, no apogeu da cebolicultura no município os agricultores eram assediados por vendedores de tratores e implementos agrícolas, oferecendo facilidades, auxiliando-os nos procedimentos para a obtenção de empréstimos bancários, etc. Como resultado, adquiriram tratores com capacidade de trabalho muito superior àquela demandada pelo sistema de produção de cebola, além de destinados ao uso individual, quando poderiam atender grupos de vizinhança. A junta de bois foi abandonada e os custos de produção elevaram-se.

À medida que a produção de cebola proporcionava retorno monetário cada vez mais satisfatório, a elevação da produtividade passou a ser buscada através da adoção dos insumos químicos, como fertilizantes, fungicidas e herbicidas, que se refletiam no maior rendimento do trabalho por trabalhador, permitindo o menor esforço e uma certa ampliação da área.

A partir da tabela 20, pode-se verificar que os insumos típicos do pacote da modernização são amplamente utilizados entre os agricultores de São José do Norte.

Tabela 20: Nível tecnológico na produção de cebola.

<b>Prática</b>	<b>Agricultores (%)</b>
Preparo do solo com trator	65
Fertilizantes	100
Esterco após transplante	25
Outros fertilizantes	35
Herbicidas	95
Inseticidas	55
Fungicidas	90
Rotação de culturas	25

*Fonte:* Zabaleta, 1998.

Práticas como o uso de estrume e rotação de culturas para a renovação da fertilidade são pouco encontradas.

A adoção de elementos do pacote *da revolução verde* foi impulsionada entre os camponeses nortenses pelo contexto de prosperidade econômica. Também pelas facilidades de financiamento dos anos 1970 no contexto da vaga de modernização, conforme José Graziano da Silva (1999). Embora a modernização da agricultura planejada pelo Estado visasse especialmente o nicho das *comodities*, é óbvio que também ocorreria a expansão do capital industrial ligado ao fornecimento de insumos entre o setor camponês. Com isso processou-se uma espécie de modernização “às cegas”, com a adoção de práticas modernas mescladas com elementos tradicionais e a inexistência de planos estatais específicos para o campesinato a não ser o de ampliação da produtividade, baseados em recortes regionais e não no público.

Com isso, apesar da relativa tecnificação, não se processou a capitalização do campesinato local que os transformaria em *empresários familiares*, característica geral apresentada por Graziano (1999). Com o tempo, as condições do mercado nacional de cebola se transformaram, tornado a dependência aos insumos industriais e seu alto custo mais um elemento da problemática local.

Neste período, ocorreu em São José do Norte uma experiência de constituição de integração agricultura-indústria, à jusante, com a instalação de uma planta industrial com o objetivo de beneficiar parte da produção local de cebola. Apesar de instalada antes de 1964, estava em conformidade com o ideário explícito no *Estatuto da Terra*, e sua orientação para a formação de complexos agroindustriais – CAI's. A Produtos Gaúchos S/A – PROGRASA, especializada no processo de desidratação de cebola e alho e sua comercialização para a indústria de sopas, condimentos e embutidos. A empresa beneficiava cerca de 5% da produção local

(FONTOURA, 1994, p. 71), mas enfrentava os problemas de inconstância temporal na oferta e a inadequação das variedades locais aos padrões estabelecidos para a atividade. A concorrência com grandes corporações e os problemas administrativos levaram à decadência da empresa nos anos 1980.

#### **4.4. A MUDANÇA NO SINAL: O ACIRRAMENTO DA CONCORRÊNCIA INTER-REGIONAL**

A partir dos anos 1970 começam a se processar mudanças na organização espaço-temporal da produção de cebola no país cujos impactos afetariam drasticamente os agricultores de São José do Norte, sobretudo a partir de meados dos anos 1980. Mudanças nas épocas de oferta e regiões produtoras no Brasil, bem como a criação do Mercosul redefiniram o quadro estabelecido até então.

Na década de 1970, a produção de cebola no Brasil cresceu cerca de 10% ao ano. Ao contrário do período precedente, neste novo surto de crescimento, a expansão da área plantada participou em 32% do total, sendo 68% participação da produtividade, levando a produção nacional à marca das 435.000 toneladas anuais aproximadamente. Na década seguinte, anos 1980, a média anual elevou-se para 743.000 toneladas, sendo agora maior a participação do crescimento da área (57%) frente à produtividade (43%) (CAMARGO et al, 1993, p. 33-32).

Neste contexto de expansão, a principal participação foi da Região Sul. Entretanto, tal participação deveu-se ao crescimento da produção do estado de Santa Catarina, enquanto o Rio Grande do Sul entrava numa situação de decréscimo da participação. Em Santa Catarina, as principais microrregiões produtoras são “Colonial Alto Itajaí”, no município de Iporanga e “Colonial Serrana Catarinense”, com destaque para o município de Alfredo Wagner. Com

crescimento da área cultivada (6.227 hectares na década de 1970 e 18.701 hectares na década seguinte) e produtividade, a produção catarinense passou a predominar no sul.

Apesar de emblemática para o período, a expansão da produção catarinense não ocorreu isolada. Os preços altos e estáveis da entressafra sulina levaram ao início do cultivo de bulbinhos no município de Piedade (SP) com colheita entre maio e junho. No segundo semestre o país passou a contar com a consolidação das safras de São Paulo e Região Nordeste. São Paulo, com as produções de bulbinho e de cebola de muda nos municípios de São José do Rio Pardo e Monte Alto. Já no Nordeste, a oferta passou a ocorrer de junho a outubro com as produções de Petrolina, Cabrobó, Casa Nova e Belém do São Francisco.

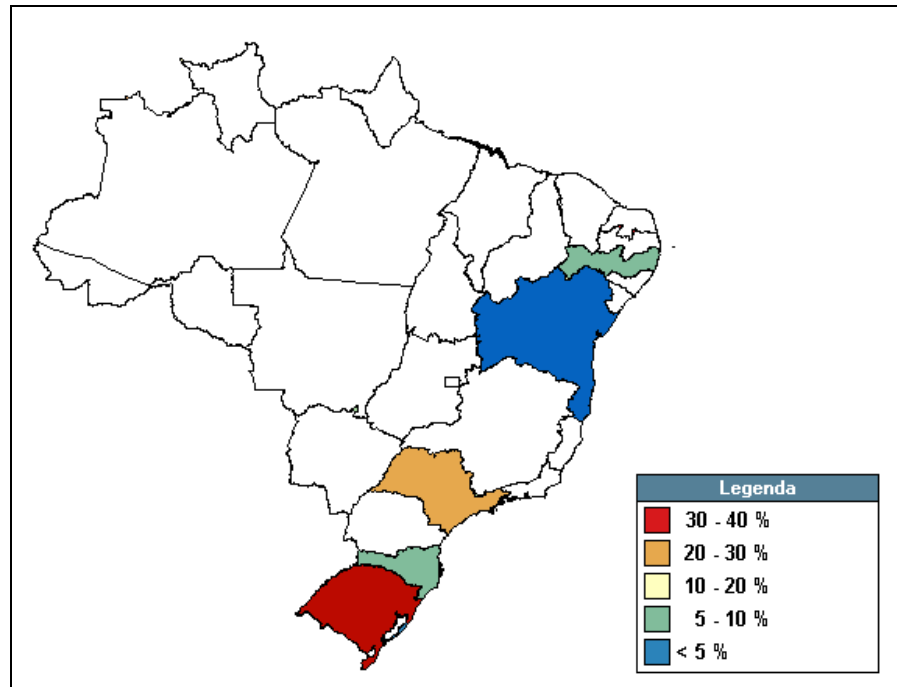
Esse cronograma operou de 1975 a 1985, sendo institucionalizado como programa de safras solidárias<sup>73</sup> através do Plano Nacional de Produção e Abastecimento de Cebola – PLANACE, executado de 1980 a 1985 (CAMARGO FILHO, 1995, p. 18).

Ainda na primeira metade dos anos 80 começou a expansão da produção catarinense de cebolas, proporcionando queda nos preços e a conseqüente redução da produção de cebola tardia no Rio Grande do Sul, devido seu custo de produção mais elevado. Tal expansão catarinense se intensificou a partir de 1986. De 1987 a 1989, a produção brasileira cresceria de 700 mil para 800 mil toneladas. No quinquênio seguinte, com a extinção do programa de safras solidárias ocorreria mais um salto quantitativo, o que atribuiria ao estado de Santa Catarina uma participação de 35% no mercado nacional. No final dos anos 1980, a malha territorial produtiva de cebola no Brasil havia se reordenado (Figuras 6 e 7), tornando a oferta do produto mais homogênea ao longo do ano, além de equiparar-se, e superar em alguns episódios, o consumo nacional.

---

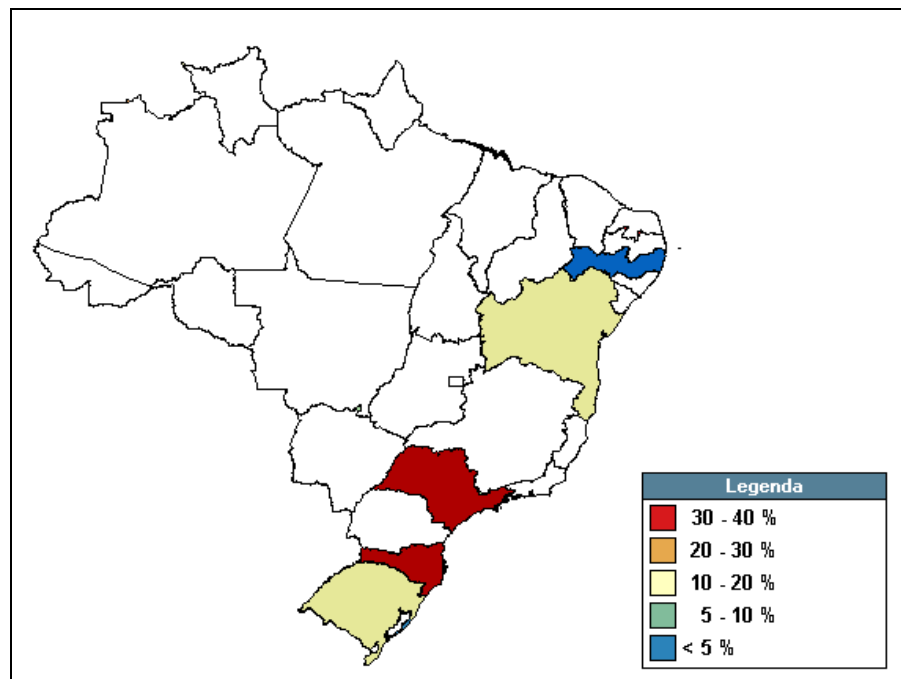
<sup>73</sup> O programa de safras solidárias previa um cronograma que impedia a sobreposição de safras e os prejuízos das diferentes regiões produtoras. O estabelecimento de tal programa, bem como a negociação com as diferentes regiões produtivas que compõe o cenário do Mercosul, no sentido de equipararem a produção ao consumo nacional, são medidas encaradas pelos analistas do setor hortícola como uma alternativa para a garantia da renda das propriedades cebolicultoras, formadas no país, em grande parte, por pequenas propriedades.

Figura 6: Participação dos principais estados produtores de cebola no Brasil (1969/78).



Fonte: (Dados) FIBGE in: CAMARGO FILHO et al (1993). Cartograma elaborado pelo autor.

Figura 7: Participação dos principais estados produtores de cebola no Brasil (1987/91).



Fonte: (Dados) FIBGE in: CAMARGO FILHO et al (1993). Cartograma elaborado pelo autor.

A homogeneização temporal da oferta de cebola reduziu as ocasiões de alta nos preços, ocorrentes a partir de então somente em função da quebra de safras em determinadas regiões ou devido ao mecanismo “teia de aranha”. A entrada da cebola de origem Argentina, a partir no contexto do Mercosul, desestabilizou o comportamento dos preços e da produção nacional.

#### **4.4.1. O Mercosul e o Mercado de Cebola no Brasil**

É preciso lembrar que a agricultura da região meridional foi fortemente impactada no início da década de noventa, pelos processos de abertura comercial e desregulamentação dos mercados (SCHNEIDER, CAZZELA e MATTEI, 2004, p. 21). A cebolicultura não foi uma exceção.

Nos anos 1990 duas variáveis se somariam ao quadro pré-existente para complexificar ainda mais o cenário da produção de cebola no Brasil. A deterioração do sistema de controle de qualidade de sementes de cebola, prejudicando qualidade e preços da cebola<sup>74</sup>, e a instituição do Mercado Comum do Sul – MERCOSUL a partir de 1990 (CAMARGO FILHO, p. 13).

Os principais produtores de cebola no Mercosul são Brasil e Argentina, ficando os demais países em posições periféricas na comparação com estes. Nas relações comerciais do Mercosul entre os dois países, ocorre a entrada no mercado brasileiro da cebola argentina, cuja produção é 60% destinada ao mercado externo. A importação iniciada em 1990 com cerca de 16.000 toneladas cresceu para 137.000 toneladas em 1994. (CAMARGO FILHO, 1995, p. 26). As ótimas condições edafo-climáticas para a produção na província de Mendoza proporcionam a

---

<sup>74</sup> Mais um elemento do saber-fazer do camponês de São José do Norte que se perdeu no tempo, a produção de sementes hoje está a cargo de produtores especializados, em parte localizados em outros municípios. Muitos agricultores se questionam a respeito da qualidade das sementes, que segundo os mesmos seriam originadas de exemplares de cebola nem sempre selecionadas por critérios de qualidade, mas de menor preço.

elevada produtividade e o baixo custo de produção. Com isso a participação da Argentina no mercado brasileiro de cebolas elevou-se até atingir cerca de 25% do mercado nacional entre 1995 e 1998 (CAMARGO FILHO e MAZZEI, p. 20). Tal fato intensificou o problema da superoferta como descreve o trecho a seguir:

“Na década de 1990 o país continuou com produção suficiente para seu consumo e formação de estoques. A crescente concorrência com o bulbo argentino de melhor qualidade provocou a pior crise de preços devido a excesso de oferta” (CAMARGO FILHO e MAZZEI, 1999, p. 26)

A desvalorização do Real (R\$) em janeiro de 1999 devolveu a relativa estabilidade do mercado nacional de cebola. As importações provenientes da Argentina declinaram de 300.000 toneladas em 1995 para 70.000 em 2001. Na Argentina, ocorreu uma redução em torno de 20% da área plantada e o redirecionamento das vendas para o mercado interno, Uruguai, Paraguai e Europa (CAMARGO FILHO e MAZZEI, 2001, p. 51). Contudo, o período 2000-2004 mostra a tendência de recuperação da participação argentina no mercado brasileiro com estimativa de recuperação desta participação até um percentual de aproximadamente 20% (CAMARGO FILHO e ALVES, 2005).

#### a) As novas fronteiras de produção

Entre os anos 1970 e 1980 começaram a ser desenvolvidas novas variedades de cebolas adaptadas às diferentes condições regionais no Brasil. Com isso, à participação das regiões já consolidadas e da produção argentina, acrescenta-se o surgimento da produção em novas regiões produtivas. Trata-se das fronteiras de produção em São Gotardo - MG, Cristalina – GO e



Chapada Diamantina – BA, cuja produção ocorre predominantemente em lavouras de grande extensão e altamente mecanizadas, com produtividade superior a 60 ton/ha (EMBRAPA, 2004).

Todas estas transformações ocorridas a partir dos anos 1970 impactaram duramente a cebolicultura de São José do Norte. Destaca-se o crescimento da produção catarinense, cujas épocas de colheita e comercialização são praticamente as mesmas do Rio Grande do Sul e da área de estudo conseqüentemente (Tabela 21).

Com isso, o Rio Grande do Sul divide o mercado com o estado detentor da maior produção do cenário nacional e com tendência de crescimento. Na verdade, em maior ou menor grau, os principais estados produtores apontam tendências de crescimento, com exceção do Rio Grande do Sul, que demonstra declínio no período 2001 – 2003 (Gráfico 4). Como tendência, também se observa o desenvolvimento da tecnologia empregada na produção, o que coloca os pequenos produtores<sup>75</sup> numa situação de fragilidade, já que seus baixos rendimentos lhes impossibilitam os investimentos necessários à elevação da produtividade.

---

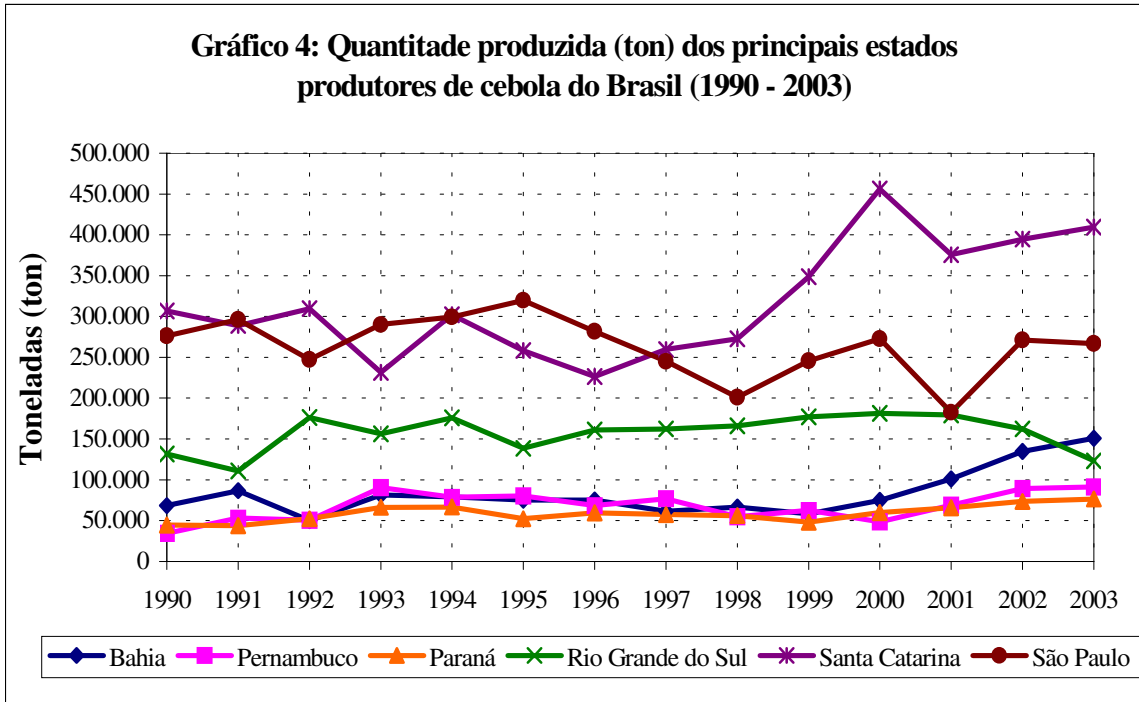
<sup>75</sup> Utilizamos aqui a expressão “pequenos produtores” somente para explicitar a escala da produção, circunscrita na área de estudo a uma média de 2 hectares por estabelecimento.

Tabela 21: Calendário de colheita e comercialização de cebola no Brasil.

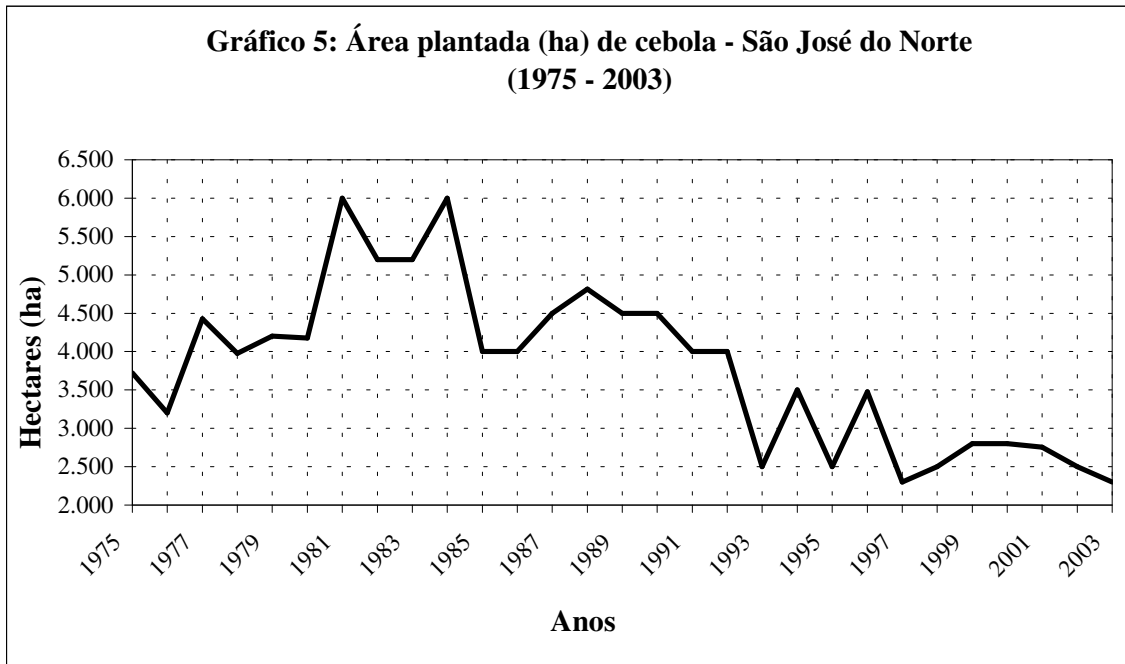
Estados	Meses											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
<b>Santa Catarina</b>												
· Colheita	x									x	x	x
· Comercialização	x	x	x	x	x	x					x	x
<b>Rio Grande do Sul</b>												
· Colheita										x	x	x
· Comercialização	x	x	x	x							x	x
<b>Paraná</b>												
· Colheita										x	x	x
· Comercialização	x	x	x	x	x					x	x	x
<b>São Paulo</b>												
· Colheita					x	x		x	x		x	x
· Comercialização					x	x	x	x	x	x	x	x
<b>Pernambuco e Bahia</b>												
· Colheita	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
· Comercialização	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
<b>Minas Gerais</b>												
· Colheita					x	x	x	x	x			
· Comercialização					x	x	x	x	x	x		

Fonte: ANACE. in: Embrapa (2004)

Realizando uma leitura a partir do referencial proposto por Raffestin, observamos um processo de drásticas transformações nos sinais emitidos pelo mercado, alterando a organização espacial da cebolicultura no Brasil. Neste contexto ocorre a desterritorialização da cebolicultura tanto no Rio Grande do Sul, quanto, mais precisamente na área de estudo, São José do Norte, territorializando-se em outras regiões, inclusive a partir de novas relações sociais de produção, como apontam os exemplos das novas fronteiras. O gráfico 5 mostra que a partir de metade dos anos 1980 ocorreu uma gradativa redução da área plantada de cebola em São José do Norte.



Fonte: IBGE. SIDRA. Produção Agrícola Municipal.



Fonte: Itepa. Vinte e cinco anos de agropecuária na Zona Sul - RS. 2001 e IBGE. SIDRA. Produção Agrícola Municipal.

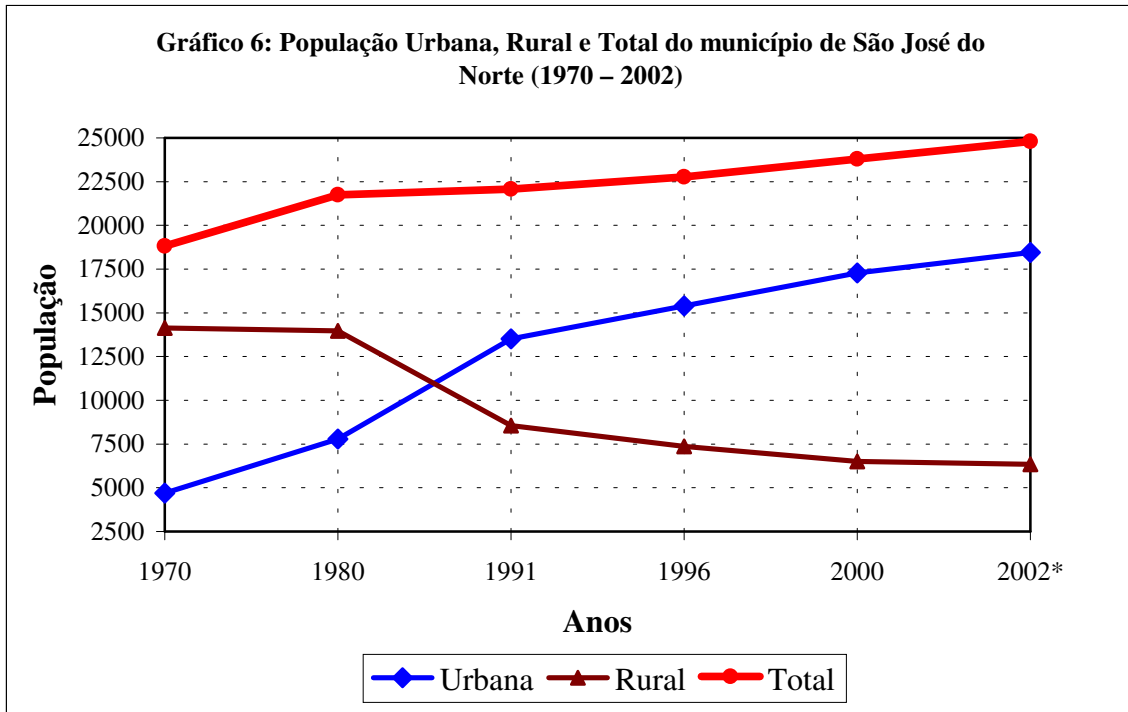
Tal processo pode também ser observado a partir do declínio de outros indicadores como quantidade produzida e número de arados de tração mecânica e animal. Os tratores comprados na fase próspera começaram a ser vendidos para saldar dívidas<sup>76</sup>.

Considerando a especialização das unidades camponesas na produção de cebola, o processo de desterritorialização da cebolicultura foi acompanhado pela entrada das unidades no *limiar de sobrevivência* descrito anteriormente, cujo resultado tem sido a inviabilização econômica de inúmeras explorações e o conseqüente êxodo rural. Como é possível observar no gráfico 6, de forma concomitante à crise da cebolicultura, ocorreu uma inversão na situação da população, tornando São José do Norte, um município de população majoritariamente rural em 1970 (75%) em município de população majoritariamente urbana em 2000, já que a população rural decresceu para 27,3%, ocorrendo a maior transferência de população do rural para o urbano em termos percentuais de toda Zona Sul<sup>77</sup> do estado (Gráfico 7). A foto 3 ilustra uma cena comum no cotidiano da cidade, que assistiu o rápido crescimento da periferia urbana com casas sendo trazidas do rural para a área urbana do município.

---

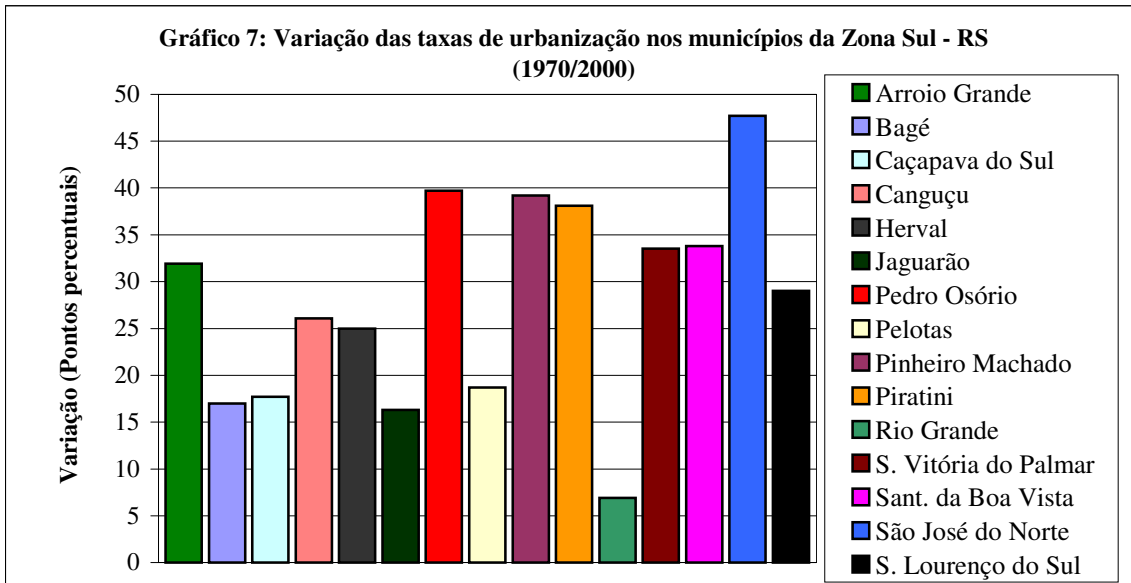
<sup>76</sup> “Atualmente estima-se que o número de tratores esteja em torno de 250 unidades. A redução de 527 para 257 unidades diz respeito à crise que a rizicultura e principalmente a cebolicultura vêm enfrentando. Segundo o agente de vendas das máquinas, somente em 1992 foram vendidos para fora do município cerca de 100 tratores. Muitos destes foram vendidos a preços inferiores aos normais de comercialização, para que os agricultores pudessem saldar suas dívidas junto aos bancos.” (EMATER, 1996, p. 38)

<sup>77</sup> A denominação Zona Sul é de responsabilidade da publicação na qual estão presentes os dados.



\* FEE 2002 (Estimativa)

Fonte: IBGE. Censos Demográficos in: Itepa. Vinte e cinco anos de agropecuária na Zona Sul – RS. 2001.



Fonte: IBGE. Censos Demográficos in: ITEPA. Vinte e Cinco Anos de Agropecuária na Zona Sul - RS

Foto 3: Transporte de casas da área rural para a cidade.



Fonte: Foto do autor (2005).

Face ao exposto, cabe uma análise dos fatores tanto objetivos quanto subjetivos, internos e externos que garantiram a manutenção da vinculação dos camponeses à um sistema de produção marcado pela especialização e vulnerabilidade, sendo ainda tímidas as alternativas ao mesmo.

Primeiramente, precisamos considerar o caráter qualitativo da gestão camponesa. Despidos de pretensões de acumulação, sua racionalidade econômica está orientada por “equações” que privilegiam a satisfação do universo de necessidades da família, de forma que a ausência de um cálculo contábil (SANTOS, 2003) atuou no sentido de não permitir ao agricultor perceber o gradativo declínio do retorno monetário ocorrido a partir dos anos 1980. Isto explica o fato de que a totalidade dos relatos sobre compras de caminhões, tratores e outros bens com os rendimentos da cebola, não ultrapassarem a barreira do ano de 1978. O período áureo pré – anos

1980 é elemento de uma construção simbólica capaz de fazer com que durante muito tempo os agricultores acreditassem que os *bons tempos* voltariam, desinteressando-se de alternativas de caráter incerto, se comparadas ao retorno que segundo os mesmos: “(...) *dando, não tem como a cebola!*”. Estabeleceu-se assim uma profunda ligação entre o camponês e a plantação de cebola, observada numa das categorias da análise de conteúdo realizada nas entrevistas, como segue (Box 1).

**Box 1: Categoria “Ligação com a cebolicultura”**

A tradição secular de uma atividade transmitida entre as gerações, a ocorrência de um período próspero da cultura e a inexistência de alternativas de reconversão do sistema de produção e as dificuldades de inserção no mercado de produtos alternativos à cebola, centralizam a cebolicultura no ideário do camponês nortense como a única via para a obtenção de entradas monetárias na unidade de produção. A respeito do primeiro fator temos: “ – *Eu acho que tá bom, eu me criei aprendendo a fazer isso né, acho que mudá talvez não adianta, a mudança as vezes pode dá certo as vezes pode não dá. A cebola tá dando pra sobrevivê, vô me mantendo, enquanto dá vô me mantendo assim*” (2º entrevistado não-aposentado, agricultor de São José do Norte, 2005).

Com relação aos demais elementos, segue o trecho:

“ – Eu acho assim, que as vezes as pessoas dizem, “ah, a cebola é ruim”, mas nós aqui, o cara não vê outra coisa né. Pra nós eu acho que se o cara tivé sorte de planta e colhe ainda pra nós ainda é dos melhorzinho que tem. Se tu tivé sorte de plantá e colhê, vendê e recebe né (risos), eu acho que ainda pra nós aqui é que ainda o cara se defende(...) E as vezes a pessoa inventa que nem inventaram agora já aí o fumo, maior parte já não deu certo, maior parte o cara vê o pessoal ai reclamando. E nós aqui pra fazê algum dinheiro é a cebola, porque se plantá o milho aí alguma coisa, até serve pra casa, mas pra fazê dinheiro já não funciona igual então eu acho que a cebola ainda... Dá um certo trabalho, dá despesa, mas pra nós aqui ainda é o que tem de melhor ainda.(...) (3º entrevistado não-aposentado, agricultor de São José do Norte, 2005)

Por outro lado, precisamos entender que a especialização produtiva observada em São José do Norte não é simplesmente fruto de uma opção espontânea dos camponeses por produzir este vegetal, influenciados pelo conjunto de fatores que acabamos de enumerar. Resulta também de uma falta de opção.

#### **4.5. O PROBLEMA INFRA-ESTRUTURAL: SÃO JOSÉ DO NORTE FORA DOS PLANOS DE MODERNIZAÇÃO DO ESTADO**

A especialização na cebolicultura que traçou o perfil do espaço agrário nortense do final do século XIX até o presente é mais do que o resultado da escolha dos camponeses por plantar cebolas exclusivamente. É necessário que tenhamos consciência de que determinações em escalas mais amplas operaram no sentido desta construção, num quadro em que fatores externos e internos conjugam-se, na cooperação ou no conflito, definindo a especificidade do lugar. Em especial, destacamos, até recentemente, a inexistência de qualquer movimento modernizante no espaço local planejado pelo Estado ou atores econômicos privados, capaz de, mesmo como efeito colateral, fornecer condições para a pluralização das estratégias de reprodução camponesas.

Indiferente do juízo que se faça a respeito do processo de modernização, o fato é que este se trata da adequação do processo produtivo às necessidades da reprodução do capital. Então se na área de estudo não assistimos à territorialização intensiva de atividades tipicamente capitalistas, também é verdade que o processo de modernização que operou em diversas regiões do Rio Grande do Sul, não se manifestou na área de estudo. A modernização não é um processo homogêneo porque, sendo manifestação do capitalismo, traz como característica intrínseca o desenvolvimento desigual e a preservação/recriação de relações não-capitalistas e, por isso, não-modernizadas, de produção.



Em Fontoura (1994) é possível de forma clara observar como ao longo do processo de modernização da agricultura ocorrido no Rio Grande do Sul, o município de São José do Norte permaneceu alheio. Realizando uma análise dos sistemas de produção identificados, a cebolicultura camponesa, a cebolicultura praticada pelos comerciantes ou intermediários e a rizicultura, o autor buscou discutir o censo comum a respeito dos obstáculos à modernização da agricultura em São José do Norte, que segundo ele circunscreviam-se a três elementos: a escassez de água, a precária oferta de energia elétrica e os problemas para o transporte da produção.

Tendo como fonte principal o lençol freático, os diversos banhados existentes na área e a própria Lagoa dos Patos, a escassez de água é relativa. Segundo o autor, na medida em que existem tanto a fonte quanto as técnicas para a utilização da água, faltaram na verdade os investimentos estatais que viabilizassem tal uso. Esta dificuldade representa um obstáculo, ainda hoje. Necessária na preparação das mudas de cebola e nos períodos de estiagem ao longo do ciclo da cebola, a ausência de formas de irrigação torna também sazonal a produção de autoconsumo nos estabelecimentos camponeses<sup>78</sup>. Os cebolicultores-comerciantes por sua vez, valiam-se de estratégias como a localização mais próxima da cidade para o acesso à energia elétrica ou o uso de diaristas para a irrigação manual.

No tocante à modernização dos sistemas de produção e a territorialização de atividades tipicamente capitalistas, o sistema de produção mais obstaculizado foi a rizicultura. Tendo a Lagoa dos Patos como principal fonte de água para irrigação, seu uso torna-se inviabilizado em

---

<sup>78</sup> Em pesquisa realizada no ano de 2003, buscávamos, entre outros objetivos, entender as dificuldades encontradas pelos camponeses para produzir gêneros de autoconsumo. Além do período de alta valorização da cebola, já discutido, o trecho a seguir é significativo das respostas que obtivemos: “(...) – *Legumes aqui tem um problema: só a época, por causa que nós não temo irrigação né. Na época que dá a gente planta mais. (...) Só que pra planta é só uma vez no ano. Porque não podemos plantá sempre por causa que a gente não tem irrigação, é só na época*”. (Agricultor da localidade do Estreito – São José do Norte, 2003)

diversas ocasiões, nos períodos de salinização da mesma, ocorridos periodicamente a partir da penetração da cunha salina oceânica através do estuário da Lagoa dos Patos<sup>79</sup>.

Outro fator, a localização das propriedades dedicadas à rizicultura foi influenciada, em nosso ver, por determinantes históricos. O povoamento açoriano definiu uma estrutura fundiária bastante pulverizada na porção mais meridional do município, principalmente no primeiro e segundo distritos. O terceiro distrito que, desde a criação da Fazenda Real de Bujuru (1738) apresenta uma estrutura fundiária com propriedades de maior porte, tornou-se a área da rizicultura. Com isso os rizicultores não puderam se valer da estratégia da proximidade da sede para o acesso à energia elétrica.

A energia elétrica representou, até recentemente, um obstáculo não só à modernização das atividades agrárias, mas de qualquer natureza dentre as possíveis em São José do Norte. O consumo local de energia foi abastecido até 1994 por dois motores a diesel localizados na sede do município e uma pequena unidade na Vila de Bujuru. Tal sistema era deficitário e inconstante, impossibilitando a localização de instalações que demandassem grandes quantidades de energia. A escassez de energia e a inexistência de eletrificação rural<sup>80</sup> tiveram uma relação direta com o problema da irrigação.

Dentre os elementos do processo modernizante, a geografia do movimento, ou seja, a organização espacial das infra-estruturas de transporte tem um papel fundamental no quadro de integração ou isolamento de um determinado lugar ao sistema econômico mais amplo, visto que “(...) *não basta produzir. É indispensável pôr a produção em movimento, pois agora é a circulação que preside a produção*” (SANTOS E SILVEIRA, 2001, p. 167). Além disto, o

---

<sup>79</sup> Tal fato levou à construção de uma eclusa no canal São Gonçalo na década de 1970. A circulação das águas entre a Lagoa dos Patos e a Lagoa Mirim passou a ser controlada objetivando a salinização das águas da segunda lagoa, atendendo aos interesses dos arrozeiros instalados naquela área.

<sup>80</sup> O problema da eletrificação rural hoje está praticamente resolvido. Como será possível observar adiante, tal infra-estrutura trouxe efeitos bastante contundentes na qualidade de vida da população rural.

isolamento passa a se constituir de um trunfo a favor dos intermediários, como discutimos anteriormente e demonstraremos a seguir.

Ao observarmos o histórico de instalação de infraestruturas de transporte no estado do Rio Grande do Sul, identificamos a existência de duas grandes orientações, ou paradigmas que se apresentaram hegemônicos em determinados momentos e mesclados em outros. São os paradigmas geopolítico, ou de defesa, e o de modernização e integração de espaços econômicos. Em ambos os casos o município de São José do Norte não se enquadrava como área de interesse do Estado.

Como é possível extrair de Rückert (2003, p. 27), no último quartel do século XIX, a instalação de infraestruturas de transporte, as ferrovias, alinhavam-se com o objetivo geopolítico do Estado, ou seja, consolidar posições de defesa ao longo das fronteiras. Através das estradas de ferro, o objetivo era o de permitir a locomoção de tropas entre os pontos-chave das fronteiras sul e oeste, numa etapa da geopolítica que sucedia o sistema sesmarial, preparando o território para uma possível invasão argentina ou da República Oriental. Neste contexto, as ferrovias foram instaladas para capilarizar aquelas porções do território riograndense que poderiam vir a ser teatro de operações militares. Com exceção da ligação entre a capital e o Porto de Rio Grande, as linhas foram instaladas longitudinalmente às fronteiras sul e oeste.

Pelo que se vê, a intenção do Estado era a de dar mobilidade às áreas fronteiriças com o intuito de permitir uma melhor atuação na defesa do território. Esta fronteira bem definida difere bastante do contexto observado no século XVIII com sua vasta fronteira móvel, cenário no qual o atual município São José do Norte participava de forma importante como um empecilho ao movimento, considerando que:

“O objetivo lusitano era de promover a rápida colonização desta região para *impedir as pretensões espanholas em expandir-se até estas terras*. A península [sic] é de suma importância no quadro geopolítico, ocorrendo um incremento populacional e econômico que a estratégia dos conflitos do Prata pode explicar.” (TORRES, 2000, p. 46) (Grifo nosso)

Encontramos a função nas palavras de Bunse:

“Essa condição de refúgio para os retirantes do Prata e do Rio Grande, aliada a esta outra de servir de baluarte contra novos ataques e avanços, que iriam ferir à morte o Rio Grande nascente, deram, nesta fase da história, uma importância extraordinária à península [sic]. Era urgente que a região fosse povoada densamente para poder resistir a novas penetrações do inimigo. E surgem as primeiras freguesias: Mostardas e Estreito” (BUNSE, 1981, p. 18-19)

Considerando a mudança de cenário do século seguinte, São José do Norte deixou de ser área estratégica, ficando alheia a qualquer interesse de instalação das chamadas *articulações territoriais fundantes* de que nos fala Rückert (2003, p. 27). O viés geopolítico perdurou até o final da década de 1920, período no qual nenhum planejamento de orientação exclusivamente econômico-integradora se materializou.

O período moderno do Estado brasileiro inaugurou oficialmente a adoção do paradigma econômico integrador no planejamento das infraestruturas de transporte. Sob a égide de um Estado centralizador a partir de 1930, o plano nacional de viação de 1934 (RUCKERT, 2003, 30) é um exemplo de plano de articulação de mercados regionais. Neste período são construídas as atuais rodovias BR 101 e BR 116. A primeira ligando a capital gaúcha à capital federal pelo litoral e a segunda pela serra. O Brasil arquipélago fragmentado em espaços regionais paulatinamente daria lugar à integração nacional, com a predominância do modal rodoviário a partir da segunda guerra mundial (SANTOS e SILVEIRA, 2001, 45).

A partir dos anos 1960, com o advento do golpe militar e a criação do Estatuto da Terra, acelera-se o processo de modernização da agricultura no Rio Grande do Sul. No período militar os paradigmas geopolítico e econômico se mesclam, sendo que se observa a instalação de infra-estruturas de transporte objetivando a capilarização do território estadual para o escoamento da produção das regiões produtivas alvo da modernização em direção à capital ou ao porto de Rio Grande.

Conforme nos diz Fontoura (1994, p. 56) a respeito da modernização e da formação dos complexos agroindustriais (CAI's):

“As culturas de maior interesse ao capital financeiro no estado do Rio Grande do Sul são o arroz, o trigo e a soja. E foi em função de viabilizar estas culturas e a sua integração com o grande capital que se promoveu a construção de uma infra-estrutura de estradas, energia, barragens, armazenamento, bem como linhas de crédito subsidiado via sistema cooperativo ou organizações diversas.”

Seguindo esta tendência, no período 1960-70 diversas rodovias foram criadas, nas regiões alvo do processo modernizador. A BR 290 foi das primeiras, ainda nos anos 1960. Nos anos 1970, Fontoura (1994) aponta a criação das rodovias BR386 e BR392. A primeira cortando o planalto em direção à capital, Porto Alegre, oferecendo a mudança para os modais ferroviário ou hidroviário a partir de Estrela. A segunda descreve um traçado ligando os municípios de Ijuí e Pelotas ao porto marítimo de Rio Grande. O planalto também é cortado no sentido leste-oeste pelas rodovias BR 285 e BR 293, construídas nesta década. Para escoar a produção das margens das lagoas Mirim e Mangueira, foi construída a BR 471 ligando Chuí a Santa Vitória do Palmar.

Pelo que se observa, o traçado das rodovias federais no período 1960-70 atende às áreas cuja agricultura era objeto de modernização, com as culturas de arroz, trigo e soja. Isto posto, torna-se claro o caráter de espaço de exclusão atribuído à restinga da Lagoa dos Patos e São José

do Norte conseqüentemente. Desde a definição das fronteiras, deixara de ser área estratégica geopoliticamente, cabendo o papel de porto à vizinha cidade de Rio Grande. Quando a instalação de infra-estruturas, em especial de transporte passa a ser elemento do processo modernizante, o município de São José do Norte não apresentava um sistema de produção plenamente apto à adoção do paradigma moderno e à integração com os capitais industrial e financeiro<sup>81</sup>. A pavimentação da BR 101, única ligação terrestre do município com o restante do estado, permaneceu como elemento do discurso político durante décadas.

Foto 4: Condições do Trecho da BR 101 ainda não pavimentado.



*Fonte:* Foto do autor (2005)

---

<sup>81</sup> Segundo Fontoura (1994, 58) apesar de presença da rizicultura na área de estudo, a ausência de uma classe local capaz de integrar interesses locais aos nacionais e internacionais representou um obstáculo à modernização, juntamente com os demais abordados.

Sua pavimentação foi iniciada em 1999. Para a total conclusão resta ainda um trecho de cerca de cinquenta quilômetros entre os municípios de São José do Norte e Tavares (Vide mapa). Neste trecho, imperam as condições retratadas pela foto 4, cuja imagem representa a realidade do que foi a BR101 durante décadas.

As péssimas condições para o escoamento da produção representam um entrave ao desenvolvimento rural da área de estudo. A produção de cebola é escoada em caminhões menores ou tratores até a sede do município onde, depois de classificada, beneficiada e embalada nos estabelecimentos dos intermediários é carregada por carretas que precisam ser transportadas numa balsa (Foto 5) até a cidade de Rio Grande para que então possam tomar a BR116 em direção aos mercados consumidores das regiões sudeste e nordeste.

Foto 5: A Balsa. Via de escoamento da produção local.



*Fonte:* Foto do autor (2006).

#### 4.6. A DENSIDADE INSTITUCIONAL/ORGANIZACIONAL

Os estudos rurais contemporâneos têm apontado a organização rural e a participação da população como premissas para o processo de desenvolvimento deste espaço (MORA e SUMPSI, 2003, p. 29), embora existam autores que julguem já não ser possível estabelecer estratégias de desenvolvimento mantendo a dicotomia rural-urbano (VEIGA, 2004). Segundo os primeiros autores, assumem especial relevo fatores como a articulação dos diversos atores sociais existentes no espaço rural, a importância dos vínculos entre as famílias que compõe as comunidades, o fortalecimento e a diversificação das economias locais a abertura de espaços de participação nos processos de tomada de decisões, perspectiva também adotada para a discussão do desenvolvimento local/regional por Rambo e Rückert (2004).

Tal perspectiva do desenvolvimento tem dado ênfase à participação da sociedade civil e ao processo de aprendizado político como elementos fundamentais para que o desenvolvimento supere sua matriz *top-down* (de cima para baixo) com que ficou marcado, no caso brasileiro até os anos 1970<sup>82</sup> pelo menos.

Tal necessidade nos remete à abordagem institucional (AMIN, 1998) como possibilidade de mudança nas políticas de escala local. Sendo uma expressão polissêmica, o autor complementa dizendo que as *instituições* são tanto de caráter formal (estatais ou da sociedade civil) quanto informais como os hábitos, rotinas e normas, capazes de fornecer o embasamento do processo de desenvolvimento. As *instituições* podem ser também entendidas, em parte, como as organizações

---

<sup>82</sup> “En resumen, diremos que el proceso de desarrollo de una región no puede ser *determinado* (aunque sí, en alguna medida, *condicionado*) en forma exógena. En particular, el poder político no puede decretarlo en forma arbitraria, vertical y centralizada, desde fuera del sistema. Es un hecho que *lo político* debe estar presente en la generación de la matriz de desarrollo del territorio, sin embargo, asumimos que debe estarlo actuando en forma *coordinada* con otros actores locales que sena parte del proceso.” (CÓRDOVA, 2003, P. 136)



sociais envolvidas em processos de desenvolvimento, o que nos permite uma articulação com a idéia do trecho a seguir:

“(...) a aptidão de uma sociedade para *innovar (latu sensu)* constitui, provavelmente, o fator de desenvolvimento mais decisivo. Cremos que esta segunda afirmação inclui a primeira em função do fato de que todo processo de inovação contém um necessário componente organizacional.” (CÓRDOVA, 2003, p. 134) (tradução nossa)

No caso brasileiro, a diversidade de organizações/instituições nos processos de tomada de decisão e avaliação das políticas públicas e o maior protagonismo dos atores locais no desenvolvimento tem sido observado desde o final da década de 1980, quando, a partir da constituição de 1988 foram criados os marcos jurídicos que permitiram a descentralização (RÜCKERT, 2004; SILVA e MARQUES, 2004). Além da criação destes marcos, o contexto em que se inseria a agricultura camponesa também foi um fator determinante neste processo, como vemos:

“Ao final da década de 80 surge uma nova fase da agricultura gaúcha. Registra-se o esgotamento do padrão técnico surgido nos anos 60/70, o processo de abertura comercial com a criação do MERCOSUL, o surgimento de novos processos tecnológicos e a retração do modelo intervencionista do Estado no tratamento da política agrícola. Verifica-se uma pobreza rural emergente, os chamados *novos pobres*. Como indicadores desses fenômenos podem ser citados: a favelização do meio rural, com o aumento do número de famílias jovens residindo precariamente às margens das pequenas cidades; o fortalecimento dos movimentos sociais como o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e o Movimento dos Sem Terra (MST); a crescente dependência das famílias rurais dos recursos obtidos com a aposentadoria rural.” (BROSE, 1999, P. 26)

O quadro pós-1980 no qual se somaram o contexto de redemocratização e descentralização e o empobrecimento dos espaços rurais levou seus atores sociais a enxergarem o

associativismo e a participação nas esferas de gestão criadas a partir dos preceitos da constituição de 1988 como única alternativa de superação da crise, que fatalmente os levaria ao êxodo e a busca de novas oportunidades em outras atividades, especialmente na cidade, incluídos nesse processo a população idosa.

Considerando estes aspectos, pretendemos observar neste ítem indícios de processos de aprendizado político e participação social nos espaços de decisão, vividos pelos atores sociais vinculados ao espaço rural de São José do Norte, um dado novo, não apenas projeto, mas realidade ainda em processo de gestação. Trata-se de uma análise superficial visto que não compõe o objetivo central da pesquisa. Tomamos como tais indícios a densidade de organizações vinculadas à projetos e ações com vistas à superação da crise do sistema de produção baseado na cebolicultura.

Em São José do Norte, observamos a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER-RS e Secretaria Municipal de Agricultura Pesca e Meio Ambiente – SMAPEMA, como as duas instituições estatais mais presentes nas políticas públicas direcionadas ao espaço rural. Conforme se observa nas tabelas 22 e 23, ambas mantêm convênio com diversas organizações, estatais e civis, como universidades e centros de pesquisa agropecuária no caso dos primeiros, e grupos comunitários das localidades rurais e cooperativas, como representantes da sociedade civil. Buscamos informações junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São José do Norte, mas constatamos que a instância local do sindicato não mantêm relacionamentos ou convênios com outras instituições, tampouco elaborou projetos, limitando-se à acatar as decisões das instâncias estadual e federal com relação a projetos e convênios.

Tabela 22: EMATER: organizações com as quais mantêm convênio.

<b>Estatais</b>	<b>Sociedade Civil</b>
FEPAGRO	Associação de Agricultores e Pescadores de São Caetano
Fundação Universidade Federal do Rio Grande – FURG	COOAFAN – Cooperativa de Agricultores Familiares de São José do Norte
Prefeitura Municipal de São José do Norte	Grupo Comunitário da localidade do Capão do Meio
Embrapa	Grupo Comunitário da localidade do Estreito
Universidade Federal de Pelotas – UFPEL	Grupo Comunitário da localidade do Turpim

*Fonte:* Escritório Municipal Emater. 2005. (Organizado pelo autor)

Tabela 23: Sec. Municipal da Agricultura: organizações com as quais mantêm convênio.

<b>Estatais</b>	<b>Sociedade Civil</b>
EMATER	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE
SEBRAE	Associações Comunitárias
EMBRAPA	CASALAR SJN
CAVG	Cooperativa de Pesca de SJN – COOPANORTE
FEPAGRO	Cooperativa dos Agricultores Familiares de SJN - COOAFAN
Fundação Universidade Federal do Rio Grande -FURG	Sindicato dos Trabalhadores Rurais - STR
SENAR	
Universidade Católica de Pelotas – UCPEL	
Universidade Federal de Pelotas – UFPEL	

*Fonte:* Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Meio Ambiente. 2006 (Organizado pelo autor).

Entre os projetos elaborados pela EMATER e Sec. Mun. de Agricultura, alguns comuns a ambas as instituições, são evidentes ações que visam a criação de alternativas ao sistema de produção baseado na cebolicultura, ou a pluralização de estratégias de reprodução da unidade familiar. (Tabela 24).

Tabela 24: Projetos em Andamento

<b>EMATER</b>	<b>Sec. Mun. Agricultura</b>
Arroz Irrigado para Pequenos Agricultores	Avicultura Colonial
Avicultura Colonial	Entrepasto de pescados
Grupo de Artesãos	Galpões comunitários
RS Agricultura	Unidade de Beneficiamento de Sementes
RS Pesca	Usina de Leite
RS Rural Mulher	

*Fonte:* Escritório Municipal Emater. (2005), Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Meio Ambiente. 2006.  
(Organizado pelo autor)

Parte dos projetos acima citados são resultado das discussões e decisões tomadas no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – CMDR. Nas reuniões do conselho estão presentes representantes das organizações estatais (EMATER e Sec. Mun. de Agric) e organizações da sociedade civil. Boa parte das localidades rurais do município estão representadas no conselho pelos presidentes dos grupos comunitários. Observa-se o crescimento do número destes grupos ou associações comunitárias.

A tabela a seguir (Tabela 25) informa a existência de quatro grupos no ano 2000, além de grupos vinculados a outros projetos, sendo compostos na maioria dos casos por membros das associações comunitárias.

Tabela 25: Formas associativas existentes no município de São José do Norte – 2000.

Descrição	Nº	Participantes			Total
		Homens	Mulheres	Jovens	
Associações Comunitárias Rurais	4	76	48	9	133
Associações de máquinas	1	10	-	-	10
Central de beneficiamento de hortigranjeiros	1	73	-	-	73
Cooperativas/Conselhos/STR/Z3/Círculos	8	5.752	503	371	6.626
Grupos do Pró-Rural 2000	3	33	5	-	38
Grupos de Eletrificação Rural	17	533	28	-	561
Grupos Pronaf Pesca/Cebola/Condomínio – Pesca	230	739	23	-	762
Grupos de artesanato	1	2	10	-	12
Grupo feijão miúdo	1	33	-	-	33
Grupo de Jovens	1	-	-	57	57
<b>Total</b>	<b>267</b>	<b>7.251</b>	<b>617</b>	<b>437</b>	<b>8.305</b>

*Fonte:* Emater in: Itepa. Vinte e cinco anos de agropecuária na zona sul – RS. 2001

Obs.: Na soma total provavelmente há repetição de pessoas em mais de uma entidade. O número total de pessoas envolvidas pode ser menor.

No ano de 2005, segundo o escritório local da Emater, verificou-se a existência de quinze grupos ou associações comunitárias. Segundo um dos participantes do conselho, tal crescimento tem raízes no fato de que o CDMR tornou-se, desde o governo Olívio Dutra, a principal via de acesso aos projetos e recursos para produção agrícola na escala estadual. O CDMR trata-se de uma instância da política estabelecida pelo PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, como um instrumento de participação, elaboração, gestão e avaliação das políticas públicas de desenvolvimento rural.

O CDMR vincula-se ao Pronaf especialmente no que tange à linha de crédito direcionada à infra-estruturas, o que também explica o crescimento na sua participação. Importa observar que esta característica não diz respeito somente ao CDMR de São José do Norte, como é possível concluir com a leitura do seguinte trecho:

“De todo modo, convém insistir que, em geral, os conselhos são instaurados e funcionam com vistas à captação de recursos alocados pelas esferas estadual e nacional de poder. (...) Em grande medida, criados em resposta ao Pronaf Infra-estrutura, os conselhos acabam apenas gerenciando a alocação dos recursos disponibilizados por este programa.” (SILVA e MARQUES, 2004, p. 14-15)

Entre os projetos listados acima estão a construção de três galpões comunitários nas localidades de Saraiva, Capão do Meio e Turpim. São destinados ao beneficiamento, classificação e embalagem de cebola, o que representa a possibilidade de mudanças nas relações entre os agricultores destas localidades e intermediários. Os galpões são construídos em regime de mutirão pelos integrantes do grupo comunitário (Foto 6).

A importância da criação e crescimento do CMDR reside em sua capacidade de tornar-se um espaço para a gestão compartilhada entre instituições estatais e camponeses, com paridade entre estes atores (MARQUES, 2004). Embora ainda esteja em processo de construção, este parece ser o caminho do CMDR de São José do Norte.

Foto 6: Mutirão na comunidade do Capão do Meio para construção de galpão coletivo.



*Fonte:* Foto do autor (2005).

#### **4.7. O PODER LOCAL DOS ATRAVESSADORES**

O poder dos intermediários sobre a comercialização da produção de cebola em São José do Norte é outro fator interno determinante na crise vivida pelos agricultores da área de estudo. As relações assimétricas entre camponeses e intermediários no momento da comercialização potencializam o declínio dos rendimentos monetários dos agricultores. Expomos a seguir uma síntese dos elementos que compõe a assimetria de poder nas relações entre camponeses e intermediários no caso local (Tabela 26).

Tabela 26: Elementos da assimetria nas relações de entre camponeses e intermediários.

<b>Camponês</b>	<b>Intermediário</b>
Produto perecível: venda obrigatória	Várias ofertas: possibilidade de escolha
Desconexão com os mercados consumidores: necessidade do intermediário.	Contato com centros consumidores.
Desconhecimento dos preços praticados.	Informação em tempo real sobre o comportamento dos preços.
Isolamento espacial.	Acesso aos meios de transporte.
Desarticulação com os pares.	Articulação com os pares.

*Fonte:* Elaborado pelo autor.

Esta subordinação ao intermediário é um elemento constante nas opiniões dos camponeses sobre a crise que ora vivem, como fica explícito no quadro a seguir (Box 2).

**Box 2: Categoria “O mercado como território dos atravessadores”**

Entre os agricultores entrevistados no trabalho de campo que ainda cultivam para a comercialização, sejam ou não aposentados, os problemas em suas relações com o mercado aparecem como um tema recorrente, tornado-se uma mensagem muito presente nas entrevistas e por isso tornada categoria da análise de conteúdo. Segundo os mesmos, o fator central do problema é o poder dos intermediários, considerando suas condições privilegiadas frente aos agricultores. As dificuldades de acesso ainda existentes e o custo dos fretes entre a propriedade do agricultor e a sede do município, fazem com que, ao levar a produção para a cidade, o agricultor não tenha outra alternativa senão vender a produção.

O conhecimento dos atravessadores a respeito das condições do mercado em nível nacional e sua possibilidade de formação de oligopólios são também levantados pelos agricultores que se consideram subjugados nessas relações, como explicita o trecho selecionado:

*Continua...*



...Continuação

“ – O que tá mais ruim na situação da cebola é o intermediário pra nós. O intermediário tão matando nós. Só eles tão ficando bem e nós tamo ficando mal. Eles faz o que bem entende né. O preço que eles quisé pagá pra nós eles pagam, se eles quisé paga vinte pagam, quisé pagá dez nós temo que levá igual. E eles tem preço pra pagá melhor. Eles sabem que nós vamo pra lá, depois de tá lá tá morto nós né. Se oferecê dez centavo prá nós temo que vendê, tamo lá já né. É tudo a mesma coisa, os comprador são tudo igual. Se um saí a dez, o preço da cebola, os outros paga, tudo é dez. Se saí a trinta eles acompanham a trinta, mas se um dissé : “ – Ó vamo pagá vinte e cinco hoje? Vamo, vamo pagá vinte e cinco.” Aí eles vão dize: “Ò a cebola caiu lá em cima! Mentira! Eles mesmo aí no Norte fazem assim. São eles mesmo, não é porque o comércio lá em cima caiu. Eles vão ali no restaurante e dizem assim um pro outro: “ - Olha vamo se combiná hoje vamo dizê que a cebola deu uma caidinha e vamo comprá a vinte e cinco (centavos), podemo comprá a trinta mais vamo comprá a vinte e cinco!” É assim que eles fazem com nós. Nosso problema todinho é o intermediário, não tanto outra coisa, é o intermediário que mata nós. Não tem ninguém assim que se interesse por nós. O sindicato era um órgão dos agricultor né? Eles não entram num ramo desses aí não. Os agricultor fica assim ó, sem pai sem mãe...” (10º entrevistado não-aposentado, agricultor de São José do Norte, 2005).

Outro elemento da crise que apresenta relações com os intermediários diz respeito à classificação dos bulbos de cebola de acordo com seu tamanho. Resultado da instituição da portaria 529 de 18/03/1995 do Ministério da Agricultura (BRASIL, 1995), tal classificação prevê diversas classes, de acordo com o tamanho aferido por máquinas especializadas. Embora não exista, *em tese*, uma valorização diferencial dos bulbos de diferentes tamanhos, variando o preço em função da demanda do mercado, os intermediários locais estabelecem uma diferença fixa de 50%, para menos, aos bulbos menores de 50mm de diâmetro. Tal classificação tem provocado graves quedas no retorno monetário da atividade intensificando a crise local. O questionamento a respeito da idoneidade do processo de classificação, a cargo dos intermediários, é um tema

presente, embora não se manifestem conflitos explícitos entre camponeses e atravessadores. Isto tem uma razão.

O poder exercido pelos atravessadores não é de natureza apenas econômica, mas simbólico. Utilizando sempre veículos novos, como grandes *pickups* e morando em casas com padrão muito acima da realidade local, os intermediários informam aos camponeses sobre o seu poder econômico, bem como transmitem a sensação de tranquilidade aos mesmos, quanto ao fato de terem dinheiro para pagar a compra da produção, o que facilita suas relações comerciais, caracterizadas pela completa informalidade e pela personalização das relações, considerando que os maiores intermediários são atores locais.

Durante nossa passagem pela localidade de Bujuru, da qual partimos para o trabalho de campo em Capão da Areia (Vide mapa, apêndice A) presenciamos mais uma faceta das estratégias de cooptação dos camponeses por parte dos intermediários. Num estabelecimento comercial da referida localidade havia um grande cartaz anunciando o “Grandioso baile de abertura da safra de cebola 2005”. O baile era uma promoção de um intermediário que atuava na área.

São estas diversas facetas que garantem a reprodução das relações de poder, conforme nos explica Foucault (2004 [1979], 8):

“O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como força que diz não, mas que de fato permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que força negativa que tem por função reprimir”

Para que se tenha a real dimensão deste poder, relatamos o seguinte exemplo: numa das reuniões do CMDR da qual participamos, o secretário do STR falou da reivindicação sindicato no

sentido da formalização da atividade dos intermediários. Foi interrompido avidamente com a frase de um dos presidentes de grupo comunitário: “(...) *Agora, na época da safra não! Não inventa coisa!*” Tal intervenção tem um motivo. As tentativas anteriores receberam como resposta a ameaça dos intermediários de não comprarem a cebola local, motivo do temor dos agricultores em pressionar os intermediários.

#### **4.8. NOVAS INFRA-ESTRUTURAS E ATIVIDADES**

Recentemente, o espaço rural de São José do Norte assistiu a um surto de instalações de sistemas de engenharia, precisamente pavimentação da rodovia BR 101, eletrificação rural e torres de telefonia celular. Simultaneamente, tal espaço passou a ser objeto da territorialização de atividades até então inéditas no município. Neste item analisamos os novos fatores componentes da *situação geográfica* da área de estudo, também na perspectiva do novo não plenamente concretizado.

##### **4.8.1. A Rodovia (quase) Concluída**

Conforme já mencionamos, a Rodovia BR 101, trecho São José do Norte – Tavares, teve sua pavimentação iniciada no ano de 1999. Foram asfaltados dois segmentos. *Curiosamente* o trecho intermediário que possibilitaria a ligação terrestre à capital do estado e ao resto do país, através de rodovia pavimentada, não estava prevista na etapa efetuada. Com isso foram pavimentados os trechos entre a sede municipal e a localidade do Estreito, e entre Bujuru e o município de Tavares (Vide mapa). Cerca de cinquenta quilômetros de estrada ainda não foram pavimentadas e apresentam péssimas condições para transporte, conforme demonstramos anteriormente através da foto.

Apesar de parcialmente concluída, a pavimentação, já produz efeitos no espaço rural do município. Os agricultores do terceiro distrito, mais próximos ao município de Tavares, passaram a comercializar sua produção no mercado deste. Isto tem repercussões na redução dos custos, considerando que os intermediários compram a produção diretamente na propriedade sem a necessidade do agricultor transportá-la para a cidade. Também estabeleceu um novo patamar nas relações entre agricultores e intermediários. Com menores obstáculos ao movimento e a maior quantidade de intermediários concorrendo, a produção é vendida sem classificação prévia, sendo descontado um percentual de 10% de quebra, bastante diferente do sistema observado na praça de São José do Norte.

Além dos impactos econômicos, a pavimentação da rodovia redefiniu a visão de muitos camponeses a respeito do rural como um lugar de difícil acesso, impondo a necessidade de migração para a cidade à medida que a idade avança. Um dos entrevistados me afirmou algo que se assemelha muito à discussão feita por David Harvey a respeito da compressão tempo-espaço (HARVEY, 2002, p. 219). Ele me disse: (depois da pavimentação da rodovia) “*Quem morava no Estreito tá morando em São Caetano, e quem morava em São Caetano tá morando no Tesoureiro.*” Se observarmos o mapa do município, veremos que ele está se referindo à proximidade da sede do município e que, com a pavimentação, as distâncias teriam se encurtado a ponto de fazer as pessoas se sentirem morando mais próximas da sede. Esta redefinição tem promovido mudanças no processo decisório dos aposentados na questão do êxodo, como veremos.

A pavimentação também tem despertado o interesse na compra de terras no município. Um dos agricultores aposentados que entrevistamos e que atualmente mora na cidade informou-nos que havia vendido sua gleba para uma pessoa desconhecida, de fora do município. Segundo o

mesmo, recebeu o pagamento à vista e acredita que o comprador esteja interessado na atividade de florestamento, visto que tinha interesse em comprar uma grande quantidade de terras.

#### **4.8.2. A Eletrificação Rural**

A instalação da rede geral de energia elétrica no espaço rural da área de estudo teve início com o programa “Pró-Luz” (1998) de origem estadual, tendo continuidade com o programa “Luz no Campo” (2000), do governo federal. Atualmente a eletrificação rural está a cargo do programa “Luz para Todos” (2004) também de caráter federal. A diferença fundamental entre os dois primeiros programas e o atual é que nos primeiros, os beneficiados precisavam pagar parte do investimento através da formação de grupos e financiamento por banco. No programa federal atual o investimento está completamente a cargo do Estado. A efetividade do acesso a energia elétrica iniciou-se em 1999, com a instalação, da rede na localidade de Capivaras (Vide mapa, apêndice A) e o prosseguimento das instalações especialmente no primeiro e segundo distritos, ainda no âmbito do Pró-Luz II. Atualmente resta a extremidade norte do município (3º distrito) para ser atendida.

Como será possível observar no próximo capítulo, a interação entre esta e a política previdenciária trouxe efeitos bastante contundentes para a população rural na área de estudo.

#### **4.8.3. A Exploração do Florestamento de Pinnus, a Possível Inserção do Grupo Votorantin e a Fumicultura Integrada**

O município de São José do Norte, e a restinga da Lagoa dos Patos de modo geral são encarados pelos atores econômicos como uma área com *vocação* para a exploração florestal. Este parece ser também o pensamento do Estado, na medida em que a pavimentação da BR 101 só teve início quando se intensificou a exploração do florestamento existente na área. Existe na área

de estudo um florestamento de pinus (*pinus eliotis*) com cerca de 15.000 hectares espalhados por diversos pontos do município (EMATER, 1996), inserido na área nos anos 1970.

Atualmente existem diversas frentes de exploração, tanto no corte da madeira, quanto na extração de resina, num processo semelhante à coleta do látex nas seringueiras. A resina tem utilização na indústria farmacêutica e de produtos de limpeza, mas não passa por qualquer tipo de beneficiamento no município. Já as árvores cortadas são beneficiadas nas madeireiras existentes no local. A exploração da floresta de pinus tem sido encarada pela população como um fator que minimiza a crise proporcionada pela decadência da cebolicultura, considerando que absorveu um contingente de trabalhadores cuja inserção no trabalho acontecia durante a demanda sazonal oferecida pela safra de cebola, período no qual muitos se empregam nos armazéns dos intermediários para atividades como desembarque/embarque de cargas, beneficiamento da cebola, classificação, embalagem, etc. Trata-se de uma atividade completamente informal, que não proporciona nenhuma segurança aos trabalhadores que vivem na cidade. Com o início das atividades ligadas à exploração florestal, muitos agricultores deixaram a cebolicultura para tornarem-se assalariados na coleta de resina, outros estabeleceram uma estratégia em que o assalariamento complementa a renda da cebolicultura, preservando-se como agricultores em tempo parcial.

No contexto de incorporação da metade sul do estado pela atividade do florestamento, em que se destaca a presença do Grupo Votorantin Celulose e Papel, a área de estudo passou a ser alvo do interesse desta empresa para o florestamento de eucalipto. Foi criado, com intermédio da Emater local, um programa de integração com agricultores e proprietários de terras, com financiamento do Banco Real avalizado pela empresa (Jornal Agora, 2005) e garantia de compra, corte e transporte da madeira, aos sete e quatorze anos de plantio. Os agricultores precisam

formar grupos compondo cinquenta hectares em cada localidade. Até o final de 2005, apenas 3 agricultores haviam se cadastrado na Emater para o programa.

O espaço agrário de São José do Norte passou recentemente a ser objeto também do interesse de territorialização da indústria fumageira<sup>83</sup>. Após um período de sondagem e contato com lideranças locais, deu-se início à assinatura dos contratos de integração, prestação de assistência técnica e financiamento da produção, que já se encontra na segunda safra. O escritório local da Emater não tem conhecimento de quantos produtores estão envolvidos com a produção integrada de fumo, dado o caráter privado da assistência técnica fornecida aos agricultores. Descobrimos que são aproximadamente dezenove, mas com tendência de crescimento deste número. Durante o trabalho de campo, observamos que a integração tem sido adotada com estratégia complementar, sem o abandono da cebolicultura.

O sistema de integração florestal e fumageiro, bem como o trabalho assalariado no pinus, tendem a inserir elementos da racionalidade contratual e contábil no universo do trabalho camponês, sendo possível observar tais transformações principalmente entre os mais jovens. O contato com metas de produção, carteira assinada, salário básico e comissão por produtividade entram como constituintes que passarão a integrar a racionalidade econômica dos envolvidos nesta atividade.

---

<sup>83</sup> Interessa-nos entender o recente processo de reorganização espacial da indústria fumageira. Numa análise superficial, parece estar havendo o abandono da lógica zonal, com as tradicionais regiões produtoras de fumo, e a substituição de uma lógica reticular, com enclaves sendo inseridos em áreas sem um histórico desta produção. Pretendemos numa pesquisa futura analisar os elementos desta reorganização.

#### **4.9. A SITUAÇÃO GEOGRÁFICA: UM ESFORÇO DE SÍNTESE**

Este é o quadro vivenciado pelo agricultor de São José do Norte, entre os quais os aposentados. Seus laços extremamente estreitos com uma atividade agrícola secular. A profissionalização da atividade oriunda de períodos de ótimos rendimentos e a aproximação do mercado, a eliminação de práticas e saberes, a introdução de novas formas de manejo da produção, associadas à ausência de beneficiamento ou melhoramento dos cultivares, a permanência de características camponesas como a ausência de contabilidade, a busca da satisfação das demandas familiares e a avaliação do esforço despendido nestas como centro das decisões econômicas. O renovado universo de necessidades destas famílias na contemporaneidade.

Passado o período áureo, instala-se a crise cujo significado tem sido a inviabilização de inúmeras explorações. O êxodo rural e a busca de alternativas na cidade aparece como uma escolha frente à obscuridade dos rumos do espaço rural nortense. O poder dos intermediários aparece como um dos elementos desta crise.

Há outros elementos a serem considerados mais recentemente. As atividades do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – CMDR, no âmbito do Pronaf aparentemente tem proporcionado a reativação de espaços sociais comunitários que haviam cedido lugar para o espírito competitivo e individualista oferecido pelo mercado. Ainda em fase de construção, os grupos comunitários têm se empenhado em consolidar estes espaços e traçar alternativas à crise estabelecida pelo processo de desterritorialização da cebolicultura.

A instalação recente de infra-estruturas de transportes e energia abriu a possibilidade de um novo patamar de qualidade de vida no espaço rural, o que tende a constituir o panorama das tomadas de decisão dos aposentados. Novas atividades no espaço rural (florestamento e



integração no cultivo de fumo) têm oferecido novas alternativas aos mais jovens, além do êxodo, inserindo, por outro lado, novos elementos na racionalidade camponesa.

Assim o agricultor está imerso neste complexo quadro ou *situação geográfica*, ao tomar suas decisões enquanto agricultor e/ou aposentado.

## **CAPÍTULO V – IMPACTOS TERRITORIAIS DA PREVIDÊNCIA RURAL: O CASO DE SÃO JOSÉ DO NORTE - RS**

Os elementos abordados no capítulo 4, juntamente com os capítulos precedentes, correspondem à nossa tentativa de reconstituir a situação geográfica ou quadro pré-existente, a partir do qual incidem e se processam os efeitos ou impactos da previdência rural. Nossa intenção é mostrar os fatores com os quais a política previdenciária interage, produzindo efeitos específicos à área de estudo, ou mesmo entre aqueles efeitos de natureza mais geral, identificados à escala macrorregional, entender os processos decisórios subjacentes.

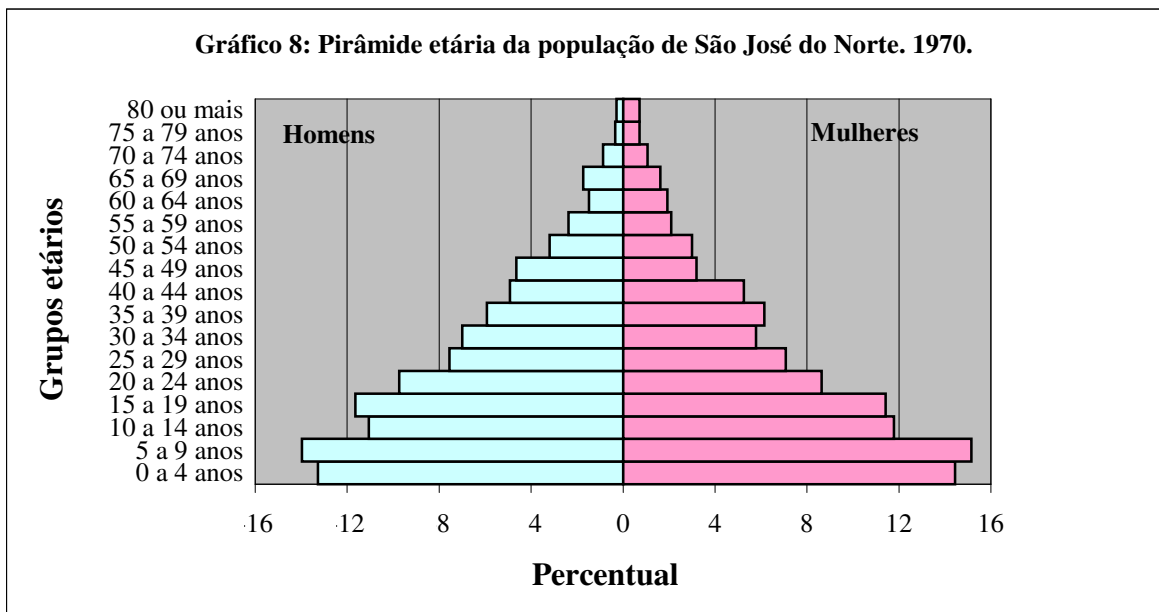
A seguir, analisamos as dimensões econômica, social e espacial dos impactos territoriais da previdência sobre a realidade observada em São José do Norte.

### **5.1. A PARTICIPAÇÃO DOS IDOSOS NA COMPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO NORTENSE**

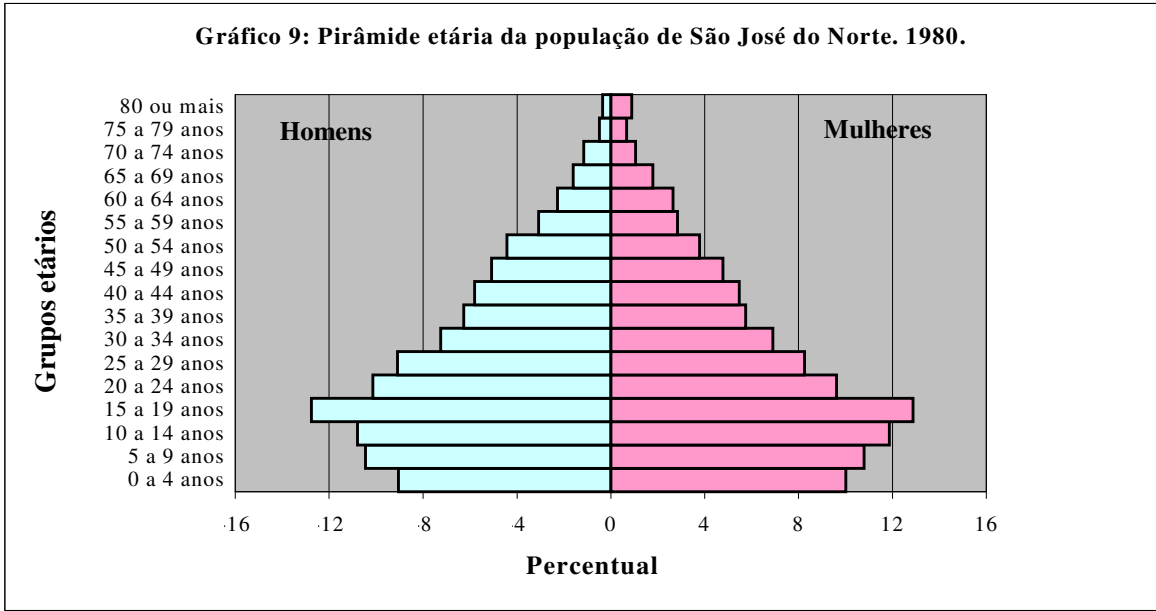
Um primeiro aspecto a ser considerado a respeito dos impactos da previdência rural diz respeito ao crescimento da participação dos idosos na composição da população do município de São José do Norte. O crescimento da população com 60 anos ou mais frente às demais faixas etárias é uma tendência nacional, tendo dobrado nos últimos 50 anos. Também é necessário dizer que existe um processo de feminização da população idosa, no qual se observa a partir dos anos 1990 uma diferença de aproximadamente um ponto percentual entre a participação de mulheres e homens idosos. De um percentual de 4% nos anos 1940, a população idosa passou para 8% em

1996 e aproximadamente 10 % em 2000 (CAMARANO, 2002), pertencendo às mulheres idosas estes percentuais.

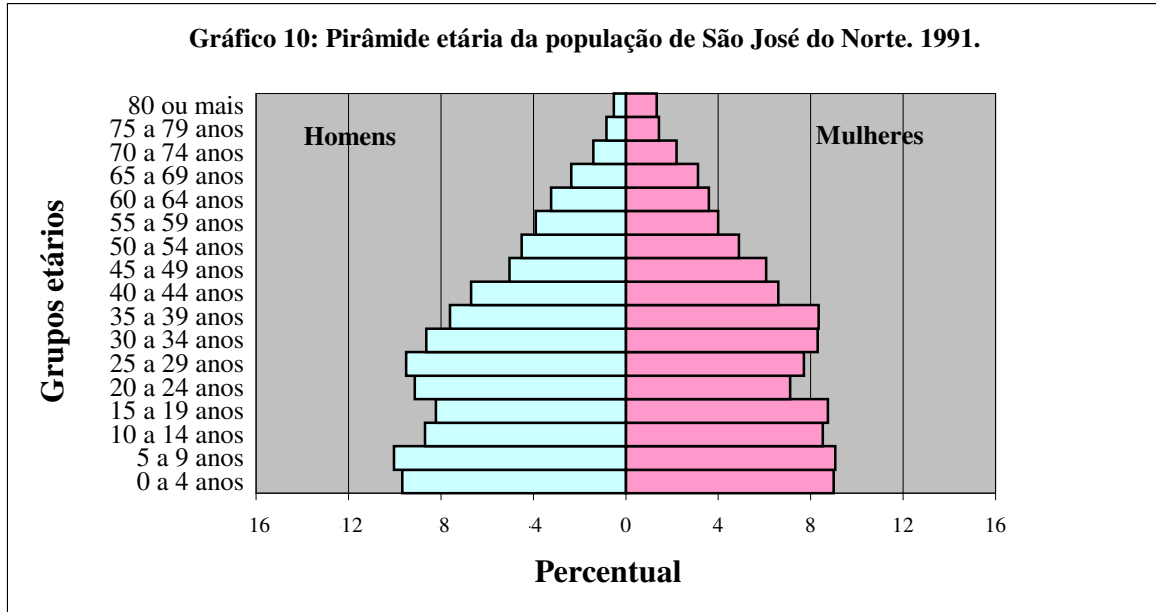
Tal dinâmica não ocorreu de forma diferente em São José do Norte, pelo contrário, foi mais acentuada. Partindo de um percentual em torno de 6% da população nortense em 1970, este número cresceu para 7% em 1980, 9,16% em 1991 e finalmente 11,68% no ano 2000. Cabe informar que, em consonância com a tendência nacional, estes percentuais são referentes à participação feminina. A proporção de homens com idade igual ou maior que 60 anos frente à população total, manteve-se num patamar em torno de 1 ponto percentual abaixo dos valores referentes ao universo feminino da população. Esta dinâmica pode ser observada nas pirâmides etárias apresentadas a seguir (Gráficos 8, 9, 10, e 11).



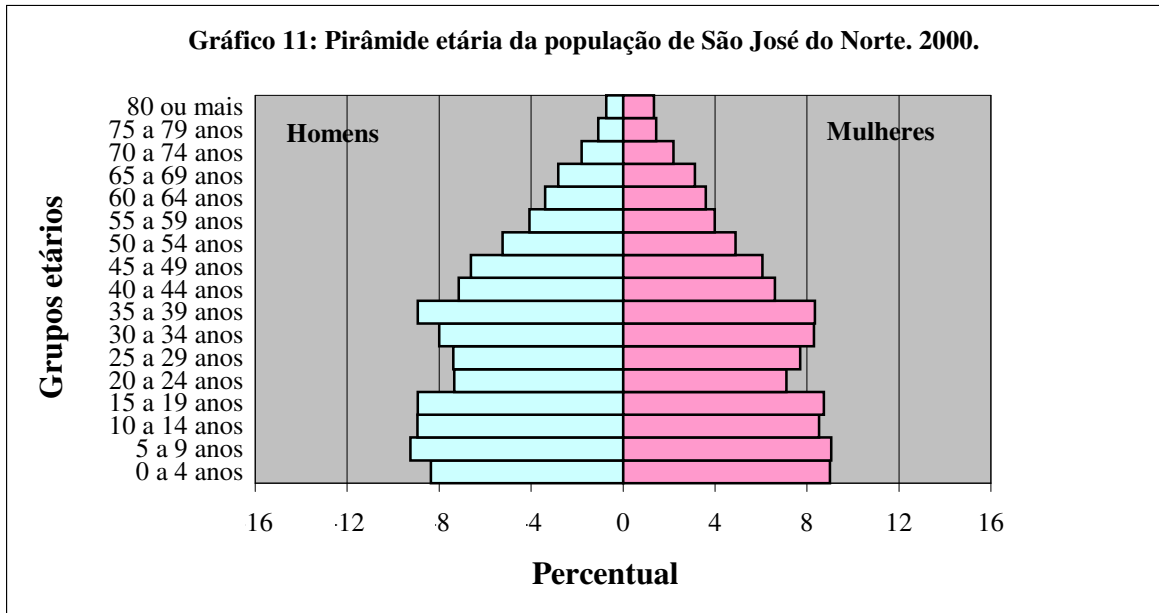
Fonte: IBGE. Censo Demográfico, 1970.



Fonte: IBGE. Censo Demográfico. 1980.

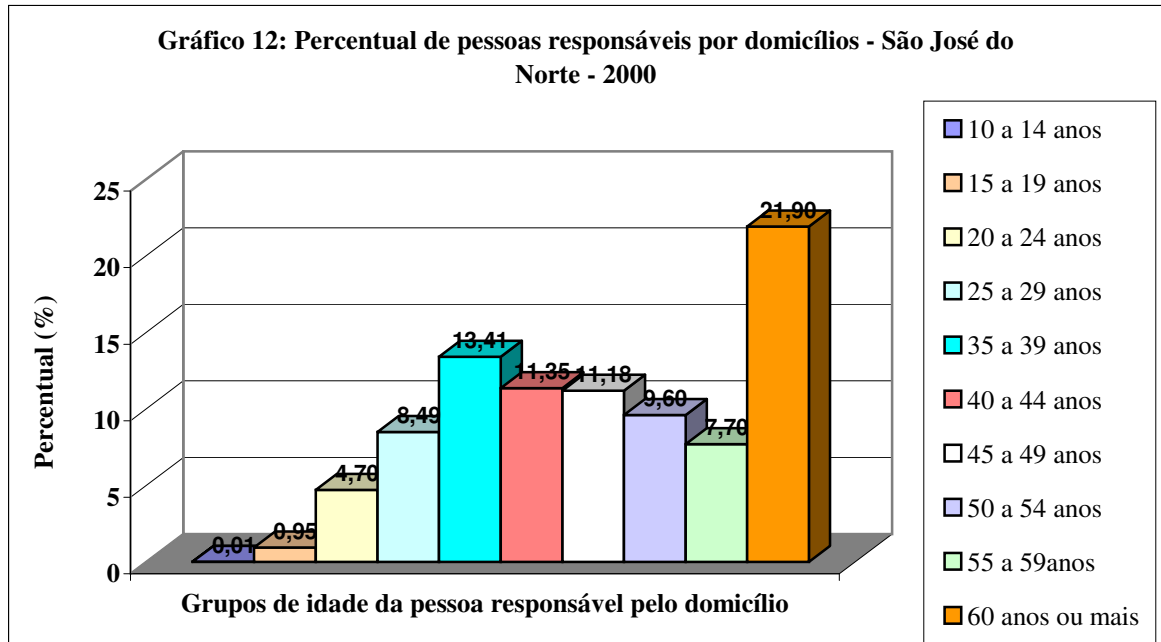


Fonte: IBGE. Censo Demográfico. 1991.



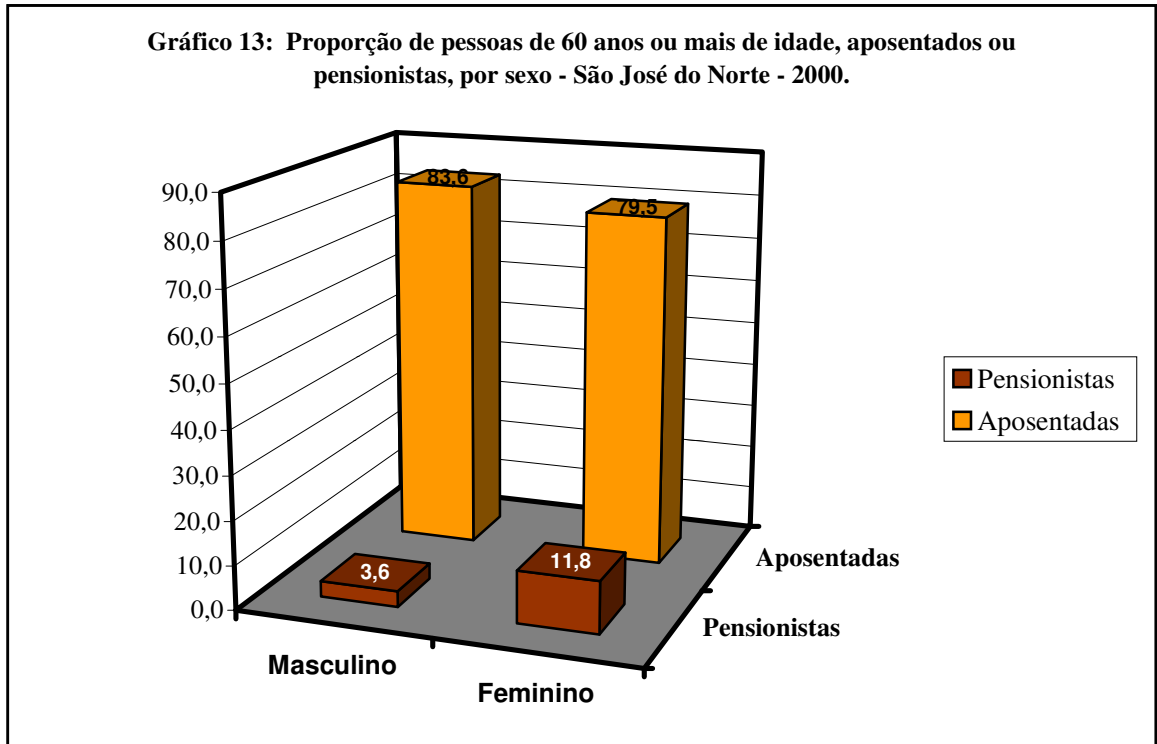
Fonte: IBGE. Censo Demográfico. 2000.

Indiferentemente da maior participação de homens ou mulheres, o fato é que os índices observados em São José do Norte (11,68%) superam a média nacional de 10% no ano 2000. O importante a se dizer é que tal crescimento na participação não assume um caráter quantitativo somente. Ocorre uma mudança de caráter qualitativo, na medida em que os idosos passam a assumir o papel de protagonistas na vida econômica de muitas famílias. Corroborando este pensamento da literatura apresentada no capítulo 3, temos o percentual de idosos na condição de responsáveis por domicílios em São José do Norte. Salientamos que a tabulação elaborada não respeitou um critério homogêneo se observadas as demais faixas etárias, com intervalos de 5 anos. Entretanto, o agrupamento em uma única faixa de pessoas com idade maior ou igual a 60 anos nos permite constatar que cerca de 25% dos domicílios de São José do Norte estão sob a responsabilidade de uma pessoa idosa, considerando a legislação vigente (Gráfico 12).

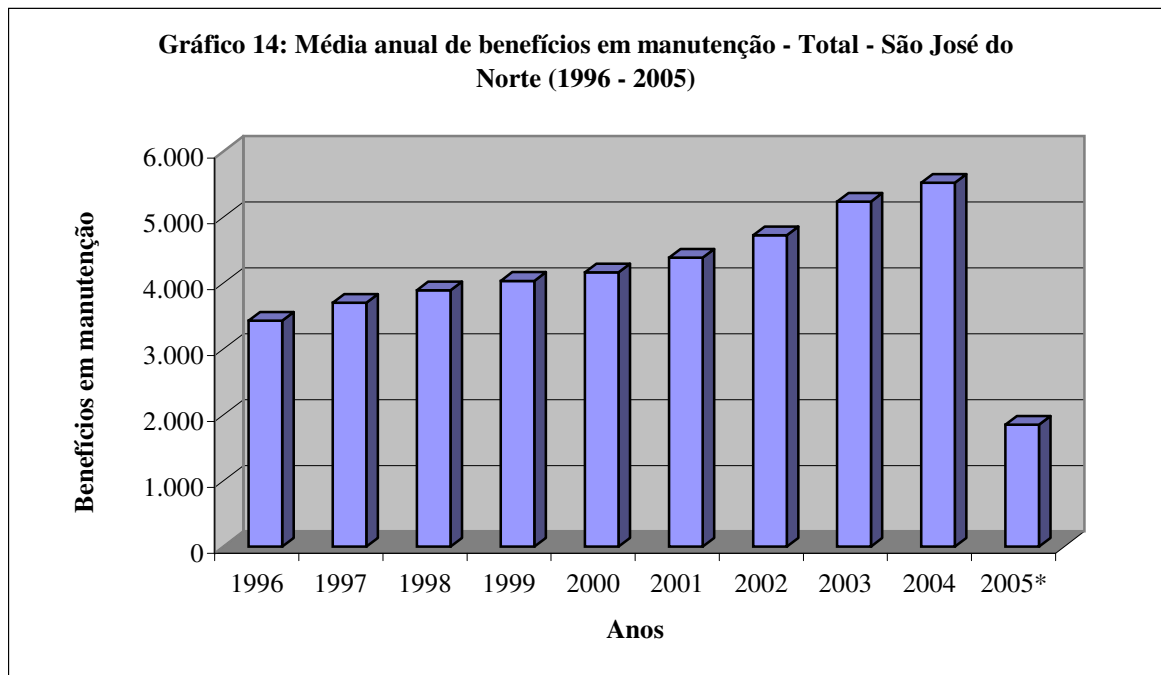


Fonte: IBGE – Indicadores Sociais Municipais. (2004)

Isto também indica que grande parte destes domicílios apresentam uma entrada de renda de pelo menos um benefício previdenciário, considerando que cerca de 87,2% dos homens idosos recebem aposentadoria ou pensão, subindo o percentual para 91% no caso das mulheres (Gráfico 13). A respeito da entrada de renda previdenciária, observa-se uma tendência de crescimento do universo de beneficiários, tanto no somatório total (Gráfico 14), quanto nos valores parciais referentes ao público rural para São José do Norte (Gráfico 15). A respeito dos benefícios concedidos ao meio rural é importante ter em mente que não dizem respeito somente aos benefícios por idade, mas pensão por morte, auxílio doença, aposentadoria por invalidez e benefício de prestação continuada, por isso os valores elevados se comparados com a população de idosos.

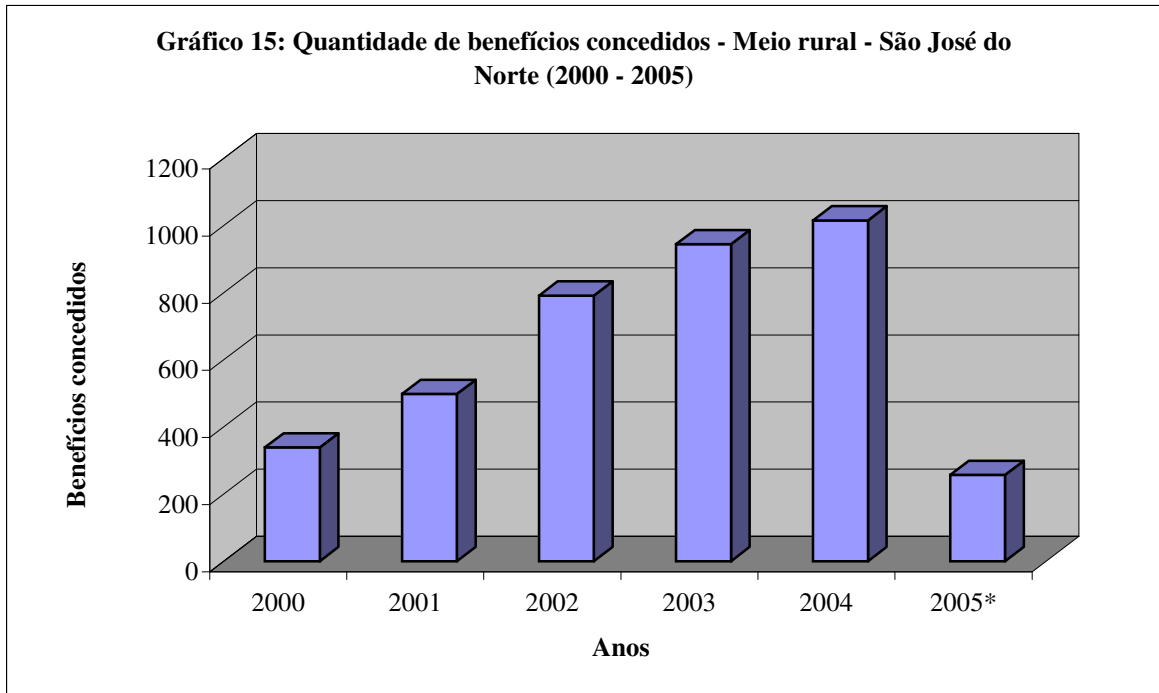


Fonte: IBGE – Indicadores Sociais Municipais. (2004)



\* Resultados parciais (até abril).

Fonte: Gerencia Regional do INSS – Pelotas (2005).

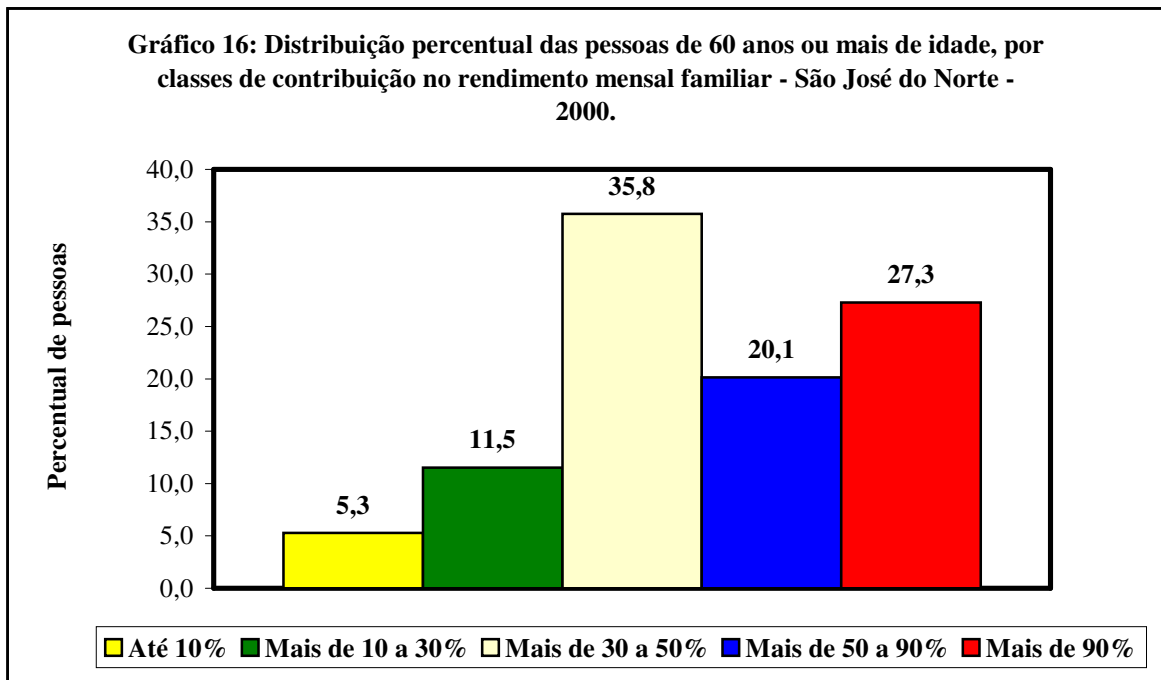


\* Resultados parciais (até abril).

Fonte: Gerencia Regional do INSS – Pelotas (2005).

Como efeito do crescimento da proporção de idosos, e da expansão da cobertura previdenciária, têm-se em São José do Norte uma característica típica de municípios com população em torno de 20.000 habitantes e economia baseada fortemente na agricultura: a considerável participação percentual dos idosos na composição da renda familiar. No caso nortense se observa uma concentração de 35,8% dos idosos contribuindo entre 30 e 50% da renda familiar (Gráfico 16). É importante salientar que os percentuais mais relevantes além deste apresentado, são justamente aqueles de participações ainda maiores na composição da renda das famílias. Estes dados referentes aos resultados do censo demográfico de 2000 nos permitem inferir que cerca de 35% dos idosos em São José do Norte, indiferente se aposentados rurais ou não, estão vivendo em domicílios com mais pessoas, e que contribuem com percentuais que variam de 30 a 50% da renda familiar.





Fonte: IBGE – Indicadores Sociais Municipais. (2004)

Traçado o perfil demográfico e o contexto geral de participação do idoso na economia familiar do município, partimos para a observação dos resultados da pesquisa de campo, que estão divididos nas dimensões econômica, social e espacial. Antes porém, abordamos aspectos demográficos e fundiários do universo de entrevistados durante a pesquisa<sup>84</sup>. Ao longo da demonstração dos resultados, diferenciaremos os três grupos de entrevistados através das denominações: **aposentados situação rural**, para aqueles aposentados rurais que vivem na área rural do município; **não-aposentados**, para o grupo de agricultores fora da idade de aposentadoria e **aposentados situação urbana**, para aqueles aposentados rurais que atualmente estão domiciliados na área urbana (sede) do município.

<sup>84</sup> A respeito do universo de entrevistados, o número total de pessoas envolvidas por grupo de 30 entrevistados foi o seguinte: aposentados com situação rural: 95 pessoas; não-aposentados: 102; aposentados com situação urbana: 74.

## 5.2 PERFIL FUNDIÁRIO E DEMOGRÁFICO DAS UNIDADES DE PRODUÇÃO

Pelo que se observa na tabela 27, os agricultores estão concentrados em propriedades com no máximo vinte hectares. As exceções presentes dizem respeito a alguns casos localizados no terceiro distrito, que pelo histórico de ocupação teve seu perfil fundiário caracterizado por propriedades de maior porte, nas quais desenvolvia-se a pecuária. Com isso, algumas propriedades hoje dedicadas à cebolicultura, apresentam áreas maiores, com cinquenta hectares ou mais.

Também é possível observar que nas faixas de 0 a 5 e 6 a 10 hectares existe uma concentração maior de agricultores mais jovens do que de aposentados. Isto nos indica que as propriedades nas quais vivem e trabalham já passaram por processo de partilha por sucessão, fragmentando a propriedade original em lotes menores a serem divididos entre os herdeiros.

Tabela 27: Área das propriedades – São José do Norte – 2005.

Hectares	Aposentados situação rural (%)	Não-aposentados (%)
0 ----- 5	13,33	23,3
6 ----- 10	20,00	26,7
11 ----- 20	43,33	30,0
21 ----- 30	6,67	6,7
31 ----- 50	10,00	3,3
> 50	6,67	10,0
Total	100	100

Fonte: Pesquisa de campo.

No tocante ao número de pessoas por unidade de domicílio (Tabela 28), observamos que a ocorrência de uma pessoa vivendo sozinha no domicílio está diretamente vinculada aos domicílios de aposentados, com percentuais idênticos entre área rural e urbana, o que indica o falecimento de um dos membros do casal, principalmente homens, por isso o processo de feminização da população idosa. A ocorrência de duas pessoas também é mais significativa

nos domicílios dos aposentados, representando os casais, sendo que o percentual eleva-se no caso dos aposentados com situação de domicílio urbana (56,7%).

A ocorrência de três pessoas por domicílio é mais freqüente entre os agricultores não-aposentados. Este número representa a existência de um casal e mais um filho, como será possível constatar na tabela sobre arranjos familiares presente no item sobre impactos sociais.

Tabela 28: Número de pessoas por domicílio – São José do Norte - 2005.

<b>Número de pessoas</b>	<b>Aposentados situação rural (%)</b>	<b>Não-aposentados (%)</b>	<b>Aposentados situação urbana (%)</b>
1	10,0	0,0	10,0
2	33,3	16,7	56,7
3	16,7	53,3	23,3
4	16,7	13,3	0,0
5	10,0	6,7	6,7
> 5	13,3	10,0	3,3
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Pesquisa de campo.

O número de pessoas por domicílio rural ou unidade de produção é um elemento importante no universo do trabalho camponês. O que se observa na tabela acima, valor corroborado pelos dados censitários de 1991 e 2000 (Tabela 29), é a existência de uma média em torno de 3 pessoas por domicílio como componentes da mão-de-obra familiar. Este número reduzido influencia as decisões produtivas da família, bem como leva à necessidade de contratação de mão-de-obra temporária, nas fases do ciclo da cebolicultura em que o trabalho é mais intenso, como transplante de mudas e colheita. Em alguns casos ocorre a troca de trabalho entre membros de uma mesma comunidade, entretanto, isto nem sempre é possível já que, principalmente no período da colheita, a urgência em vender a produção torna inviável a relação comunitária do tipo *troca de trabalho*.

Tabela 29: Média de moradores por domicílio por situação em São José do Norte – RS.

<b>Situação</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>
Rural	3,27	2,98
Urbana	3,59	3,28

*Fonte:* IBGE. SIDRA

Outro dado interessante diz respeito ao fato de que em 60% dos estabelecimentos rurais com aposentados observou-se a presença de dois beneficiários. Nos domicílios urbanos foram observados dois aposentados em 66 % dos casos. Como explicação para a presença de apenas um aposentado temos a menor idade de acesso para as mulheres ao benefício (55 anos) ou a morte do cônjuge. O último caso foi o mais encontrado na área urbana.

Também foi possível constatar que os domicílios com 4, 5 ou mais pessoas são mais freqüentes entre os aposentados com situação rural, indicando que o aposentado que vive no campo está rodeado por mais pessoas, sendo que estas são beneficiadas por sua renda. Nesta relação de convivência, temos o maior percentual de crianças presentes nos domicílios de aposentados com situação rural do que dos não-aposentados. Os adultos também estão presentes compondo 46,3% do total de pessoas em todos os domicílios visitados. Entre os adultos encontram-se as mulheres com idade entre 55 e 59 anos, já beneficiárias da previdência, mas fora do enquadramento de população idosa. Como o idoso com situação rural convive com mais pessoas do que aquele com situação urbana, percebemos o menor percentual de participação na composição total no caso dos primeiros se comparados com os segundos (Tabela 30). Encontramos 5,9% de idosos vivendo em domicílios cujos responsáveis estão fora da idade de aposentadoria. Esta presença reflete o fato relatado por nossos informantes de que hoje é difícil encontrar uma propriedade que não tenha absolutamente nenhum idoso.

Tabela 30: Faixas etárias presentes nas unidades domiciliares – São José do Norte – 2005.

<b>Faixas etárias</b>	<b>Aposentados situação rural (%)</b>	<b>Não-aposentados (%)</b>	<b>Aposentados situação urbana (%)</b>
Criança	10,5	7,8	4,0
Adolescente	8,4	23,5	2,7
Adulto	46,3	62,7	20,2
Idoso	34,7	5,9	73,0
<b>Total</b>	100,0	100,0	100,0

*Fonte:* Pesquisa de campo.

Entre os agricultores não-aposentados, encontramos a idade do responsável mais concentrada em torno dos 40 a 49 anos, reforçando a idéia do envelhecimento rural em marcha no Brasil (Tabela 31).

Tabela 31: Idade do responsável por unidade de produção não-aposentado – São José do Norte – 2005.

<b>Faixas etárias</b>	<b>%</b>
20 ----- 29	14,8
30 ----- 39	25,9
40 ----- 49	37,0
50 ----- 59	22,2
<b>Total</b>	100

*Fonte:* Pesquisa de campo.

Pelo que foi exposto até aqui, observamos a tendência de que o idoso responsável por domicílio rural esteja convivendo com mais pessoas de que o idoso ora em situação urbana e que o agricultor não-aposentado. Os arranjos familiares e as relações de ajuda daí decorrentes serão analisados no item a respeito dos impactos sociais.

### 5.3. DIMENSÃO ECONÔMICA

No presente item pretendemos verificar como está organizada a estrutura de gastos das três amostras abordadas, no intuito de observar como a renda previdenciária participa da vida econômica tanto da unidade de domicílio/produção através de indicadores horizontais, quanto da própria economia do município com os indicadores verticais.

#### 5.3.1 Indicadores verticais

##### a) Comércio

A respeito dos gastos dos aposentados com situação rural, observa-se que a *alimentação* aparece como primeira maior despesa em cerca de 63% dos casos. Este item também aparece como segunda maior despesa em 30% dos casos, o que aponta a alimentação como a maior despesa entre os aposentados com situação rural (Tabela 32).

Esta predominância da alimentação nas despesas dos aposentados se reflete no faturamento dos comerciantes de produtos alimentícios que percorrem a área rural do município vendendo seus produtos. Trafegando em caminhões ou ônibus adaptados, realizam o comércio varejista que antigamente estava a cargo das tradicionais “vendas” que hoje praticamente não existem no município. Segundo estes comerciantes, o período de maior faturamento no mês concentra-se nas duas primeiras semanas. Questionados sobre sua maior clientela no espaço rural, afirmaram que os aposentados representam cerca de 70%.

O item *medicamentos* aparece concentrado como segunda (36,7%) e terceira maior despesa (33,3%), sendo, de maneira geral, a segunda maior despesa dos entrevistados. As

despesas com *vestuário* e *móveis* aparecem, respectivamente, concentradas nas 3ª e 4ª e 4 e 5ª despesas que os aposentados têm. A *produção agrícola* apareceu como primeira maior despesa em 26,7% dos casos. Os gastos com produção aparecem como segunda e terceira maiores despesa em 10% e 13,3% dos casos respectivamente. Seu percentual relativamente reduzido, se compararmos com a participação dos gastos com produção entre os agricultores não-aposentados, deve-se ao fato de que os agricultores ao se aposentarem reduzem a área plantada, objetivando reduzir despesas e esforço físico exigido para a atividade. Importa salientar que, para ambos os casos, não existem registros das despesas, seus valores são inferidos com base na experiência do camponês. Como *outras despesas* aparecem os gastos com a manutenção da casa, compra de moirões e arame para a propriedade e pagamento de conta de energia elétrica.

Tabela 32: Matriz de gastos das unidades de produção com responsável aposentado São José do Norte – 2005.

Item	Posição						Não sabe ou não informou
	1º	2º	3º	4º	5º	6º	
Alimentação	63,3	30,0	6,7	-	-	-	-
Medicamentos	10,0	36,7	33,3	10,0	-	-	10,0
Vestuário	-	10,0	36,7	40,0	3,3	-	10,0
Móveis	-	-	-	26,7	50,0	3,3	20,0
Prod. Agrícola	26,7	10,0	13,3	3,3	-	-	46,7
Outros	3,3	13,3	13,3	-	-	-	70,0

Fonte: Pesquisa de campo.

Conforme apontamos anteriormente, entre os agricultores não-aposentados (Tabela 33) as despesas com a produção aparecem majoritariamente em primeiro lugar. O percentual de 60% para este item só não é maior porque alguns agricultores afirmaram trabalhar em regime de parceria, participando com a mão-de-obra e recebendo terra e insumos, por isso a inexistência da despesa para estes casos, pelo menos na concepção dos entrevistados. Já a alimentação aparece em primeiro lugar em 40% dos casos e em segundo em 60%, posicionando a alimentação como a

segunda maior despesa das unidades de produção em média. Os gastos com medicamentos concentram-se em torno da terceira colocação e vestuário na quarta. Em quinto lugar aparecem os gastos com móveis. O item outras despesas é bastante reduzido.

Tabela 33: Matriz de gastos das unidades de produção com responsável não-aposentado – São José do Norte – 2005.

Itens	Posição						Não sabe ou não informou
	1º	2º	3º	4º	5º	6º	
<b>Alimentação</b>	40,0	60,0	-	-	-	-	-
<b>Medicamentos</b>	-	10,0	50,0	16,7	10,0	-	13,3
<b>Vestuário</b>	-	-	26,7	63,3	-	-	10,0
<b>Móveis</b>	-	-	3,3	6,6	70,0	3,3	16,8
<b>Prod.</b>	60,0	26,7	10,0	-	-	-	3,3
<b>Outros</b>	-	3,3	3,3	3,3	3,3	3,3	83,5

Fonte: Pesquisa de campo.

A matriz de gastos dos aposentados com situação urbana (Tabela 34) indica a concentração das despesas em torno da alimentação e dos medicamentos. Surgiu uma nova despesa, as taxas como água, luz, IPTU, etc<sup>85</sup>, que se concentra nas segunda e terceira colocações. Os gastos com vestuário e móveis são menos representativos se comparados com os aposentados com situação rural. Isto tem uma explicação: a média de tempo de aposentadoria dos aposentados com situação urbana é maior que aqueles situados no meio rural. Isto nos permite inferir que já realizaram despesas como compras de móveis e eletrodomésticos, algo que os aposentados mais recentes estão fazendo no momento. Logo, entre os aposentados, aqueles com situação rural são os que participam mais ativamente da movimentação comercial do município no presente. A observação da paisagem e do cotidiano local confirmam esta hipótese, na medida

<sup>85</sup> O item *taxas* não estava explícito no questionário aplicado. Ele surgiu a partir das repetidas manifestações sobre despesas desta natureza, inserido na categoria *outros*.



em que inúmeras vezes observamos veículos de carga transportando móveis e outros utensílios domésticos dos estabelecimentos comerciais da sede para o interior do município.

Quanto à despesa com a produção agrícola, foi contabilizado apenas um caso no qual o aposentado afirmou ser a maior despesa que possuía.

Tabela 34: Matriz de gastos dos domicílios urbanos com beneficiários – São José do Norte – 2005.

Item	Posição						Não sabe ou não informou
	1º	2º	3º	4º	5º	6º	
Alimentação	66,6	26,7	6,7	-	-	-	-
Medicamentos	30,0	26,7	20,0	3,3	-	-	20,0
Vestuário	-	3,3	-	23,3	3,3	-	70,0
Móveis	-	3,3	6,7	10,0	6,7	-	73,3
Taxas	-	30,0	43,3	10,0	-	-	16,7
Prod. Agric.	3,3	-	-	-	-	-	96,7
Outros	-	-	-	-	-	-	100,0

Fonte: Pesquisa de campo (2005)

O indicador vertical, ou seja, aquele das relações entre a unidade de produção/domicílio com o município, no tocante ao comércio, pode ser observado a partir da tabela a seguir (Tabela 35). Ao serem questionados se haviam realizado alguma compra recentemente com o dinheiro da aposentadoria, os itens mais freqüentes foram os bens duráveis, especialmente móveis e eletrodomésticos. O percentual de afirmações positivas foi maior entre os aposentados com situação rural (80%). Dispensamos uma atenção especial aos eletrodomésticos porque representam o reflexo da inserção recente da infra-estrutura de energia elétrica, possibilitando o acesso até então inédito da população rural a um nível de conforto próximo ao padrão urbano, segundo suas próprias palavras.

Tabela 35: Acesso a bens duráveis – São José do Norte – 2005.

<b>Compra efetuada recentemente com dinheiro da aposentadoria</b>		
	<b>Aposentados situação rural</b>	<b>Aposentados situação urbana</b>
Sim (%)	80	70
Não (%)	20	30
<b>Produtos mais comuns (%)</b>		
Eletrodomésticos	28,6	54,2
Móveis	28,6	28,8
Ambos	38	8,3
Outros*	4,8	8,7

\* Material de construção e veículos diversos.

Fonte: Pesquisa de campo.

Entre os eletrodomésticos, as compras mais freqüentes foram televisores, geladeiras, fogões, antenas parabólicas e bombas d'água para a captação de água do lençol freático, realizada até então através de bombas manuais ou *cacimbas*<sup>86</sup> em alguns casos. No espaço rural, o binômio televisor/geladeira compôs a maioria dos itens de consumo acessados. Dignos de uma análise mais aprofundada, os impactos da eletrificação rural serão novamente abordados adiante.

Entre os agricultores não-aposentados, realizamos uma abordagem diferente, questionando sobre suas perspectivas *futuras* sobre compras de bens (Tabela 36). Se por um lado existe uma incoerência que impossibilita comparações diretas com o caso dos aposentados, devido à ausência de homogeneidade das questões entre os grupos, por outro, esta abordagem nos permitiu observar a participação dos não-aposentados no comércio de bens duráveis e o fator incerteza a respeito de suas entradas de renda influenciando suas decisões econômicas, refletindo-se num percentual de 43,3% de manifestações negativas quanto à perspectiva de compras futuras. O objeto de consumo mais freqüente foi a casa, considerando que em muitos casos residem em moradias de madeira fruto de herança e desejam construir casas novas em alvenaria. No quesito

<sup>86</sup> *Cacimba* é a denominação local para *poço*. Trata-se de um buraco escavado no chão, que alcança o manto de saturação, a porção mais superficial do lençol freático, sendo por isso muito susceptível de contaminação. Não é a forma de captação de água mais comum no meio rural de São José do Norte, apesar de ainda encontrada.

*material de construção*, o interesse é pela ampliação da casa ou construção de banheiro. Entre os eletrodomésticos, é majoritário o interesse por antenas parabólicas.

Tabela 36: Acesso à bens duráveis entre os não-aposentados – São José do Norte – 2005.

<b>Planejamento para compra futura</b>	
Sim (%)	Não (%)
56,7	43,3
<b>Produtos mais comuns (%)</b>	
Terra	11,8
Casa	41,2
Material de Construção	17,6
Eletrodoméstico	11,8
Veículos	5,8
Meios de produção	11,8

*Fonte:* Pesquisa de campo.

A respeito da incerteza das entradas de renda, quando perguntávamos se o agricultor pretendia comprar algo, apesar da explicação do tom da pergunta, ou seja, um planejamento concreto, de curto ou médio prazo, em algumas respostas o caráter positivo soava mais como um projeto, um desejo a ser alcançado do que um planejamento concreto de curto ou médio prazo. Respostas como: *“Querer comprar alguma coisa a gente sempre quer né (...)”* foram muito comuns.

Quando questionados se planejavam comprar algo para casa ou para a produção, grande parte daqueles que respondiam negativamente afirmava que era difícil planejar qualquer coisa pois dependiam da safra da cebola, por sua vez incerta quanto à produtividade e preços.

O binômio *“certeza (da necessidade)/incerteza (do êxito)”* é um elemento sempre presente na tomada de decisões do camponês nortense, tornando-se mais ameno na medida em que o indivíduo acessa à renda previdenciária, de caráter regular. Isto se reflete em sua relação com compras parceladas ou no sistema do “fiado” (Tabela 37). A maior manifestação positiva ocorreu

entre os aposentados com situação rural (86,7%), seguidos pelos aposentados com situação urbana (60%). Entre os não-aposentados, 46,7% afirmaram valerem-se do crédito para compras, sendo portanto maior o percentual daqueles que não o fazem.

Tabela 37: Compras parceladas ou no “fiado” – São José do Norte – 2005.

	<b>Sim (%)</b>	<b>Não (%)</b>
<b>Aposentados situação rural</b>	86,7	13,3
<b>Não-aposentados</b>	46,7	53,3
<b>Aposentados situação urbana</b>	60,0	40,0

Fonte: Pesquisa de campo.

Entre os aposentados que responderam negativamente quanto à facilidade de compras a crédito, percebeu-se mais uma preferência pessoal por não fazê-lo do que uma dificuldade real. Esta preferência pode ser fruto de sua relação histórica com o caráter incerto das entradas da renda, vivido hoje pelos não-aposentados e exemplificado pela frase a seguir: “*Cebola é uma vez por ano. E quando dá!*” (Agricultor de São José do Norte, 2005)

#### b) Transporte

O indicador vertical transporte é outro indício do impacto da renda previdenciária sobre os setores da economia municipal (Tabela 38). Foi observado um percentual muito baixo de aposentados que relataram deslocarem-se para a área urbana *menos de uma vez por mês* (3,3%), se comparado com os não-aposentados com uma ocorrência de 26,7%. No outro extremo ocorre o oposto, isto é, os agricultores aposentados são aqueles que mais se deslocam para a cidade ao longo do mês. Estes deslocamentos ocorrem em função do recebimento do benefício em 56,7% dos casos. Os entrevistados informaram aproveitarem a ocasião do recebimento para efetuarem

outras atividades como compras, visitas à parentes, consultas ao médico ou realização de exames. Neste sentido, aparece a categoria *diversos* como segundo maior motivo para o deslocamento (23,3%) e saúde como o terceiro motivo principal (13,3%).

Tabela 38: Periodicidade nos deslocamentos para a cidade – São José do Norte – 2005.

<b>Vezes por mês</b>	<b>Aposentados (%)</b>	<b>Não-aposentados (%)</b>
Mais de uma vez	56,7	40,0
Uma vez	40,0	33,3
Menos de uma vez	3,3	26,7
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

*Fonte:* Pesquisa de campo.

Considerando que a área urbana de São José do Norte é o principal destino nos deslocamentos dos aposentados com situação rural, estas informações nos permitem constatar que o início do mês, período de pagamento dos benefícios, é o momento de maior demanda na economia local, principalmente no setor terciário, com destaque para alimentos, farmácias, móveis, eletrodomésticos e vestuário, considerando as informações sobre gastos expostas anteriormente, e transporte público, intensamente utilizado pelos aposentados domiciliados no espaço rural (Tabela 39). Este comportamento assume um papel fundamental numa economia com forte vinculação à atividade primária, que proporciona um caráter estacional de entradas de renda e demanda de mão-de-obra, decorrentes da safra de cebola e das diferentes safras de pescados. A este respeito, embora não tenha sido possível acessar aos dados contábeis que permitissem a observação da variação do faturamento mensal das empresas de São José do Norte, entramos em contato com uma funcionária de um dos principais escritórios contábeis da cidade. Segundo esta, não há dúvidas de que o período de maior faturamento das empresas destes ramos de atividade aconteça nos primeiros dez dias do mês.

É interessante que os entrevistados não-aposentados que informaram deslocar-se mais de uma vez por mês para a cidade localizam-se no primeiro e terceiro distritos, apontando para a influência da pavimentação da rodovia na mobilidade da população. No primeiro distrito, por localizarem-se próximos a sede. No terceiro distrito por localizarem-se próximos ao município de Tavares, ambos com acesso através de rodovia pavimentada.

Tabela 39: Meio de transporte utilizado no deslocamento para a cidade – São José do Norte - 2005.

	<b>Individual (%)</b>	<b>Coletivo (%)</b>
Aposentados	10,0	90,0
Não-aposentados	33,7	66,7

Fonte: Pesquisa de campo.

Entre os agricultores não-aposentados, os motivos principais para os deslocamentos são a compra de insumos (53,3%) e a realização de diversas atividades numa só viagem (33,3%). O motivo *saúde* é o que apresenta a menor importância frente aos demais. Os *aposentados com situação urbana* deslocam-se majoritariamente para a cidade de Rio Grande. O fazem menos de uma vez por mês em 46,7% dos casos e uma vez em 26,6%. Tal deslocamento é motivado por motivos de saúde (36,7%) e fatores diversos (26,7%). Compras e visitas aos parentes aparecem em 10% e 13,3% dos casos respectivamente.

### c) Serviços

No indicador vertical *serviços*, abordamos o acesso dos três grupos ao sistema bancário e ao serviço de saúde de caráter privado (Tabelas 40 e 41). Observa-se que o acesso ao atendimento privado para consultas e exames médicos é maior entre os aposentados, sejam situados na área urbana ou rural do que para os agricultores não-aposentados. Segundo alguns entrevistados, a

distância da sede municipal dificulta o acesso às fichas de atendimento, que, aliado à morosidade do mesmo, leva à necessidade da busca de serviços privados.

Tabela 40: Acesso à atendimento médico privado – São José do Norte - 2005.

	<b>Aposentados situação rural (%)</b>	<b>Não-aposentados (%)</b>	<b>Aposentados situação urbana (%)</b>
<b>Sim</b>	46,7	30,0	60,0
<b>Não</b>	53,3	70,0	40,0

*Fonte:* Pesquisa de campo.

A respeito do acesso ao serviço bancário, observa-se percentuais muito parecidos entre agricultores aposentados com situação rural e não-aposentados, acima de 83%. O percentual de acesso ao serviço bancário dos aposentados com situação urbana é ligeiramente inferior, cerca de 76%.

Tabela 41: Acesso ao serviço bancário – São José do Norte – 2005 .

	<b>Sim (%)</b>	<b>Não (%)</b>
Aposentados situação rural	86,7	13,3
Não-aposentados	83,3	16,7
Aposentados situação urbana	76,7	23,3

*Fonte:* Pesquisa de campo.

Um dado esclarecedor diz respeito ao questionamento feito aos aposentos de ambos os grupos se suas contas bancárias haviam sido abertas antes ou depois da aposentadoria. As respostas nos fornecem mais um indício do impacto da renda previdenciária no município, inclusive nos serviços bancários. Entre os aposentados com situação rural que informaram possuir conta bancária, 38,5% afirmaram terem aberto as mesmas em função da aposentadoria, já que recebem os benefícios através dos terminais de auto-atendimento das duas agências bancárias existentes no município. Entre os aposentados com situação urbana, o percentual é maior já que 61% dos entrevistados titulares de conta bancária criaram as mesmas após a aposentadoria.

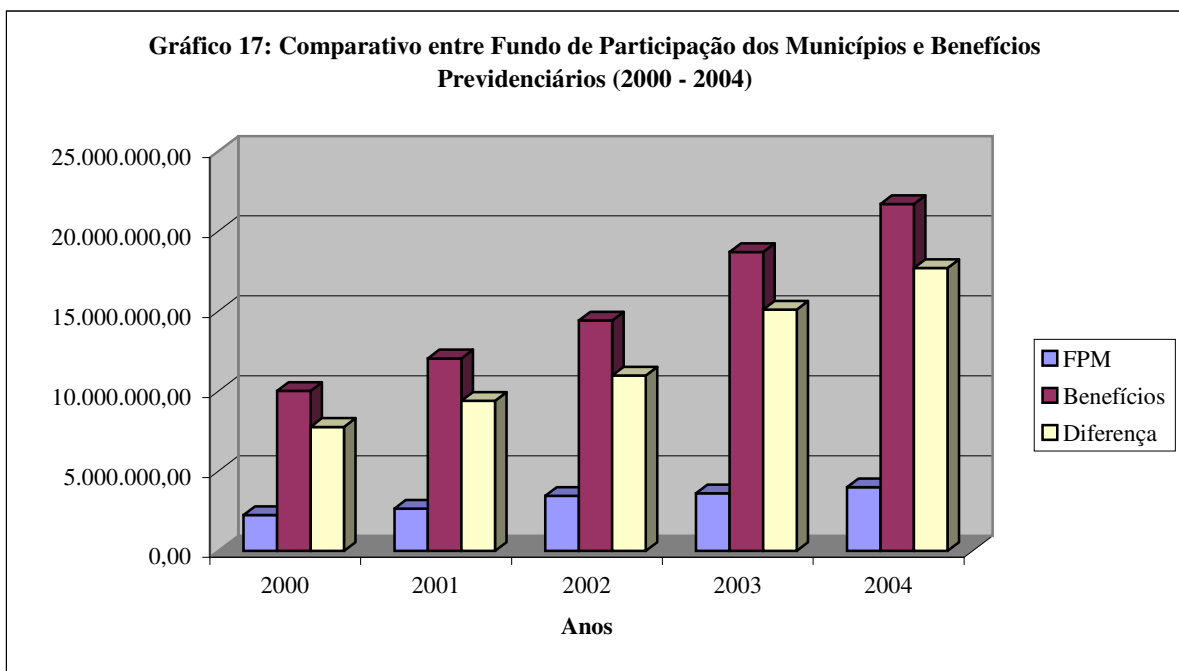
Considerando que os aposentados com situação urbana estão, *grosso modo*, aposentados a mais tempo do que aqueles com situação rural e que sua migração para a cidade ocorreu em média a mais de 10 anos como veremos adiante, podemos extrair daí a conclusão de que o maior percentual de acesso aos bancos por parte dos aposentados com situação rural deve-se ao fato destes acessarem aos financiamentos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, criado em 1996. O Banco do Brasil é a instituição econômica que efetua as operações de crédito deste programa no município, sendo necessário para tanto que o agricultor tenha uma conta no referido banco.

Questionamos as duas agências bancárias presentes no município (Banco do Brasil e Banco do Estado do Rio Grande do Sul – Banrisul) a respeito da participação de aposentados e pensionistas no montante de contas correntes. Não obtivemos resposta do primeiro mas, segundo o gerente do Banrisul, cerca de 28% das contas correntes daquela agência pertencem a beneficiários da previdência. Questionamos também a respeito das movimentações nos terminais de auto-atendimento, e obtivemos como resposta a informação de que 20% das operações de saque nos terminais acontecem nos cinco primeiros dias úteis do mês, período no qual ocorre o saque do benefício. Diversas empresas de crédito, especializadas no atendimento de aposentados e pensionistas do INSS têm surgido no município. Os bancos supracitados também criaram recentemente linhas de crédito específicas para este público, fixando cartazes nos próprios terminais nos quais os aposentados efetuam os saques.

O nível de participação da renda previdenciária na economia do município permite enquadrar São José do Norte na categoria de *município previdenciário*, conforme a literatura sobre o tema. Um município previdenciário, segundo Schwarzer (2000a) é caracterizado pela superioridade do valor das transferências (ou devoluções) previdenciárias frente às transferências fiscais do Fundo de Participação Municipal – FPM. Caso ocorra o contrário, o município é



enquadrado como *fiscal*. O gráfico 17 permite a constatação de que São José do Norte trata-se de um município intensamente previdenciário. Observa-se no intervalo 2000-2004 a grande diferença entre as transferências fiscais do FPM e previdenciárias, com o crescimento da diferença ao longo do período. Analisamos a seguir os resultados da abordagem de indicadores horizontais a respeito do impacto econômico.



Fonte: Gerência Regional INSS – Pelotas (2005); Min. Fazenda (2005).

### 5.3.2 Indicadores horizontais

a) Permanência da unidade de produção na condição de produtiva.

Este indicador horizontal objetiva observar o impacto econômico na escala da unidade de produção. Neste sentido, buscamos algumas comparações entre as unidades de produção dos agricultores aposentados com situação de domicílio rural e dos agricultores não-aposentados.

Em primeiro lugar é necessário observar que nem todos os beneficiários da previdência permanecem como responsáveis pela gestão da unidade de produção, sendo responsáveis apenas pelo domicílio. No caso dos aposentados com situação rural, o percentual daqueles que permanecem responsáveis pela gestão é de 70%. Entre os aposentados com situação urbana, este percentual declina para 30% somente (Tabela 42). No caso dos aposentados com situação rural, e dos situados no urbano que não venderam, arrendaram ou simplesmente abandonaram suas propriedades, mas deixaram de ser os responsáveis pela gestão, os filhos são sempre os sucessores.

Tabela 42: Permanência como responsável pela gestão da unidade de produção - São José do Norte - 2005.

<b>Permanência na condição de responsável</b>	<b>Sim (%)</b>	<b>Não (%)</b>
Aposentados situação rural	70	30
Aposentados situação urbana	30	70

*Fonte:* Pesquisa de campo.

Entre os aposentados com situação rural que permanecem responsáveis, cerca de 63% continuam produzindo, ou seja, vinculados à cebolicultura, considerando a realidade da área de estudo<sup>87</sup>. Entre os beneficiários que informaram não continuar cultivando cebola, é possível encontrar uma relação direta com fatores como a invalidez, idade avançada para a atividade, os casos em que o marido morreu, a obtenção do segundo benefício do casal e a transferência da administração da propriedade, seja de casais ou viúvas, para os filhos.

Importa salientar que a respeito do grupo que continua produzindo, cerca de 79% afirmaram investir dinheiro da aposentadoria na atividade produtiva (Tabela 43).

<sup>87</sup> Não estamos considerando aqui a produção de autoconsumo, somente a produção direcionada ao mercado. Como será possível observar no item relativo às relações de ajuda, apesar do contexto de especialização e simplificação das estratégias familiares, a maioria dos aposentados continua produzindo, em maior ou menor quantidade e diversidade, gêneros para o autoabastecimento da casa, especialmente hortaliças. Tal atividade só desaparece quando as condições de saúde do aposentado ou casal impedem a execução de tarefas que exigem esforço físico.

Tabela 43: renda previdenciária e produção entre aposentados com situação rural – São José do Norte - 2005.

<b>Permanência na condição de produtor</b>	
<b>Sim</b>	<b>Não</b>
63,3	36,7
<b>Aplica dinheiro da aposentadoria na cebolicultura</b>	
<b>Sim</b>	<b>Não</b>
78,9	21,1
<b>Destino</b>	<b>(%)</b>
Sementes	13,3
Insumos (adubo, defensivos)	66,7
Maquinário	0,0
Pagamento de empréstimo	6,7
Outros*	13,3

\*: compra de arame para cercas e/ou eventual pagamento de diaristas.

Fonte: Pesquisa de campo.

A aplicação de dinheiro da aposentadoria dá-se principalmente através da compra de insumos (66,7%), como defensivos e os fertilizantes ou a “força” como se referem os agricultores. As compras de sementes são menos representativas (13,3%) por serem compradas pouco tempo depois da comercialização, sendo para isso utilizado geralmente o dinheiro proveniente da venda da própria produção. Já os insumos, especialmente defensivos químicos, por serem consumidos ao longo do ano em diversos episódios, são em alguns momentos adquiridos com dinheiro da aposentadoria. Aparecem ainda outras despesas como compra de arame e pagamento de diaristas (13,3%) e o pagamento do financiamento do Pronaf (6,7%).

Entre os agricultores aposentados situados na área urbana (Tabela 44), o percentual daqueles que ainda cultivam cebola é de 10%. Destes, somente um aposentado manifestou empregar dinheiro da aposentadoria na produção, na compra de insumos segundo o mesmo.

Tabela 44: renda previdenciária, outras fontes de renda e produção entre aposentados com situação urbana – São José do Norte - 2005.

<b>Permanência na condição de produtor</b>	
<b>Sim</b>	<b>Não</b>
10,0	90,0
<b>Aplica dinheiro da aposentadoria na cebolicultura</b>	
<b>Sim</b>	<b>Não</b>
3,3	96,7

Fonte: Pesquisa de campo.

A entrada da renda previdenciária na dinâmica econômica de uma exploração que permanece produtiva, estabelece um novo patamar de segurança aos membros da família. Como vimos, a renda é utilizada em alguns casos até mesmo como financiadora da produção. Sua importância é vital especialmente no contexto de inviabilização das unidades de produção, em decorrência do processo de desterritorialização da cebolicultura. Os agricultores não-aposentados são aqueles mais expostos às dificuldades geradas pela crise do sistema de produção, fato constatado pelo texto síntese que apresentamos abaixo, fruto dos depoimentos dos agricultores (Box 3).

### **Box 3: Categoria “Crise da cebolicultura”**

Entre os entrevistados reina a insatisfação com o pouco retorno em dinheiro proporcionado pela produção de cebola. Este retorno muitas vezes é insuficiente para cobrir o custo de produção como expressa a frase de um entrevistado:

*“ – A cebola tá muito difícil porque o problema do custo tá muito alto e o preço é muito baixo. É difícil, quando o cara colhe não tem preço pra vendê, as vez vem o preço e a cebola não tá pronta. Então é isso aí no caso difícil o problema.”* (19º entrevistado não-aposentado, agricultor de São José do Norte, 2005)

*Continua...*

...Continuação.

Segundo os mesmos, o custo elevado da cebola deve-se em parte à sua dependência ao uso de agrotóxicos, cujo preço tem se elevado ao longo dos anos, diferentemente do que ocorre com a cebola. A frase a seguir ilustra a opinião dos agricultores a respeito do tema dos agrotóxicos: “(...) *E nós aqui tá ficando difícil por que já dependemo até desses remédio (agrotóxicos) que não existia antes e agora já, muita gente aí que não bota já... Então ficô muito mais caro o custo da cebola.* (20º entrevistado não-aposentado, agricultor de São José do Norte, 2005) A expressão “*muita gente aí que não bota já...*”, seguida de silêncio representa a visão do entrevistado de que é impossível produzir atualmente sem o uso de agrotóxicos, sob pena de terem suas lavouras prejudicadas por doenças, especialmente fungos na área de estudo.

A classificação quanto ao tamanho dos bulbos de cebola é apontada como outro elemento da crise pelos agricultores. Segundo os mesmos: . “(...) *Tem que colhê muito boa pra livrá o preço. Que é uma quebra meio por meio.*” (15º entrevistado não-aposentado, agricultor de São José do Norte, 2005).

É possível extrair das mensagens descritas acima o contexto de insatisfação e pessimismo com relação à atividade. Apesar da manifestação positiva de alguns a respeito das condições da atividade cebolicultora, foi possível observar, para além daquilo que ficou registrado de forma escrita nas entrevistas, um misto de descontentamento e conformação por parte dos entrevistados. Apesar de algumas manifestações do tipo “tá bom”, não foi possível observar o menor esboço de entusiasmo por parte destas pessoas. Tal impressão se difere bastante das entrevistas com os aposentados, entre os quais foi visível a satisfação com as novas condições de vida proporcionadas pela renda da aposentadoria. Quando algum entrevistado, especialmente os homens, manifestavam-se de forma discreta com relação à sua satisfação com a aposentadoria, as

mulheres sempre interviam se expressando de maneira mais entusiasmada: “*melhorou cem por cento!*”

Pelo que vemos, a viabilidade daquelas unidades de produção sem aposentados encontra-se em risco, cujo resultado mais freqüente é o êxodo. Com efeito, a renda previdenciária existente nas unidades de produção/domicílio dos aposentados, representa uma espécie de seguro de renda familiar, caso sejam frustradas a produção pela influência de fatores climáticos ou a comercialização, fruto das relações de mercado desiguais entre camponeses e intermediários. Este patamar, proporcionado pela presença do beneficiário, proporciona impactos sociais tanto ao próprio, quanto àqueles que o rodeiam, o que buscamos analisar no próximo item.

#### **5.4. IMPACTOS SOCIAIS**

Os impactos sociais serão analisados a partir de indicadores horizontais somente. Entretanto, poderíamos considerar como um possível indicador vertical o discurso corrente no senso comum da população, tanto rural quanto urbana, de que os aposentados garantem a subsistência de muitas famílias e mesmo sustentam a economia local durante a entressafra da cebola e dos pescados. Isto indica uma certa valorização da população idosa, ainda que por um viés economicista, e a redefinição dos papéis historicamente definidos entre a população economicamente ativa e a população idosa, como veremos.

##### **a) Renda familiar e condições de vida**

Inicialmente, analisamos a composição da renda dos beneficiários da previdência rural, no intuito de observar a participação da renda previdenciária na composição da renda das famílias (Tabela 45). Constata-se a partir da tabela a seguir que entre os aposentados com situação rural o

percentual daqueles que só tem o benefício como fonte de renda é de 20% somente. O restante está distribuído em composições diversas, mas com uma concentração na qual o benefício da previdência representa pelo menos metade da renda, sendo mais significativo o percentual daqueles em que a renda da previdência representa entre 75 e 90% ou mais.

Tabela 45: Renda previdenciária frente à outras fontes de renda – São José do Norte - 2005.

<b>Situação</b>	<b>Aposentados situação rural (%)</b>	<b>Aposentados situação urbana (%)</b>
Não tem outras fontes de renda	20	46,7
Entre 75 e 90% ou mais	33,3	40,0
Entre 50 e 75%	23,3	6,7
50%	13,3	3,3
Entre 25 e 50%	10	3,3
10% ou menos	0	0,0

*Fonte:* Pesquisa de campo.

Entre os aposentados com situação urbana a exclusividade da renda previdenciária é maior. Cerca de 47% dos entrevistados tem a aposentadoria como única fonte de renda, sendo que o restante concentra-se na composição na qual a renda previdenciário representa entre 75% e 90% ou mais.

A respeito dos percentuais acima descritos é necessário uma análise crítica. Considerando que os valores foram obtidos a partir da informação dos entrevistados, a *contabilidade camponesa*, baseada em critérios qualitativos como vimos, pode ter atuado no sentido de subestimar a participação da renda previdenciária na renda total, principalmente entre aqueles cuja renda complementar provém da lavoura. Para que se tenha idéia, alguns dos entrevistados, quando questionados sobre a renda da aposentadoria frente à renda da cebolicultura, acreditavam que a renda da segunda fosse maior. Era possível perceber que estavam calculando a renda bruta,

esquecendo-se das despesas realizadas ao longo do ano, bem como dos gastos com alimentação, sendo que a auto-remuneração simplesmente não é considerada.

Apesar da possibilidade concreta de uma variação *para mais* do percentual de participação da renda previdenciária entre os que possuem outras fontes de renda, observa-se, com mais intensidade entre os aposentados com situação rural a existência de fontes complementares de renda, cuja origem é definida na tabela a seguir (Tabela 46).

A renda não-previdenciária entre os aposentados com situação rural é de origem agrícola em 87,5% dos casos. Neste universo *agrícola* a atividade menos freqüente é a pecuária (bovinocultura de corte) isoladamente (16,7%). A lavoura representa cerca de 29% do total e a mais significativa é a combinação de lavoura e pecuária (41,7%). A combinação *lavoura & pecuária* representa uma estratégia de segurança alimentar e de renda da família. As poucas cabeças de gado bovino criadas pelos agricultores atuam como uma espécie de poupança, sendo inclusive desconsiderada em muitos casos quando questionamos sobre as fontes de renda. A pecuária camponesa funciona da seguinte maneira: quando o agricultor vê frustrado seu retorno monetário pela safra de cebola e precisa comprar insumos para a nova plantação e os mantimentos para a casa, vende uma cabeça de gado para os pecuaristas maiores ou para os açougueiros do município, obtendo uma complementação à renda da lavoura comprometida. Até algum tempo atrás, existia o hábito do próprio agricultor abater o animal e vender a carne na vizinhança, prática hoje proibida pela vigilância sanitária municipal. O abatedouro municipal concentra o monopólio dos abates no município e ao efetuar os abates, retém para si couro, chifres, ossos e órgãos internos do animal abatido, motivo de reclamação de alguns agricultores.

Entre os aposentados com situação rural, as fontes de renda de origem não-agrícola e mista são minoritárias, 8,3% e 4,2% respectivamente. No caso dos aposentados com fontes não-agrícolas, observamos a pesca e a prestação de serviços (mão-de-obra) como origens. Como fonte



de renda mista entre os aposentados com situação rural, encontramos a combinação de lavoura e aluguel de casa na cidade. É importante salientar que o imóvel gerador de tal aluguel foi construído no período de prosperidade da cebolicultura nortense, como analisamos no capítulo anterior.

Tabela 46: Composição da renda não-previdenciária – São José do Norte – 2005.

<b>Aposentados situação rural</b>	
<b>Origem da renda</b>	<b>(%)</b>
<b>1 - Agrícola</b>	87,5
Somente Lavoura	29,2
Somente Pecuária*	16,7
Lavoura e Pecuária*	41,7
<b>2 - Não-Agrícola</b>	8,3
<b>3 - Mista</b>	4,2
<b>Aposentados situação urbana</b>	
<b>Origem da renda</b>	<b>(%)</b>
<b>1 - Agrícola</b>	12,5
<b>2 - Não-Agrícola</b>	81,3
Arrendamento	43,8
Aluguel de imóvel	6,2
Trabalho informal	12,6
Fretes	6,2
Comércio	12,6
<b>3 - Mista</b>	6,2

\* Bovinocultura de corte.

Fonte: Pesquisa de campo.

No caso dos aposentados com situação urbana percebe-se drásticas diferenças (Tabela 46). Dos aproximadamente 53,3% que afirmaram possuir outra fonte de renda, a fonte majoritária de renda não-previdenciária observada é o arrendamento da propriedade que deixaram quando da mudança para a área urbana (43,8%). Recebem um percentual sobre a produção comercializada, geralmente de agricultores cuja área das explorações são muito pequenas, ou ainda dos filhos, pelo uso da propriedade dos pais. Relatam que o dinheiro que recebem pelo arrendamento é ínfimo, considerando a situação da agricultura local.

A segunda atividade mais significativa encontrada foi o trabalho informal nos armazéns nos quais a cebola comprada pelos intermediários é classificada, beneficiada e embalada. Os aposentados trabalham principalmente no beneficiamento, que consiste no corte das raízes e da parte aérea (ramas) da cebola. Recebem por produção, ou seja, pela quantidade de balaios que conseguem encher com cebola cortada. Não existe nenhuma formalidade contratual nas relações trabalhistas nestes estabelecimentos e as condições de trabalho são insalubres.

Agricultura e comércio aparecem em seguida com cerca de 12% de ocorrência cada. Aparecem em seguida o aluguel de imóvel e um caso no qual o aposentado faz fretes com um pequeno caminhão. O único caso de renda mista observada foi o de um aposentado que, além de cultivar cebola, trabalha para os filhos que são intermediários, recebendo segundo o mesmo, uma espécie de salário.

Entre os agricultores não-aposentados (Tabela 47), embora as fontes de renda de origem exclusivamente agrícola sejam majoritárias (60%), percebe-se a considerável participação de fontes mistas formadas por atividades agrícolas e não-agrícolas (36,7%). No que diz respeito à fonte agrícola, a lavoura predomina frente à combinação de lavoura e pecuária. Existem explicações possíveis para este baixo percentual de uso da pecuária (bovinocultura de corte). Uma delas seria a simplificação das estratégias de reprodução econômica, fruto das condições ótimas da cebolicultura até os anos 1980, conforme já abordamos. Outra possibilidade, que não exclui a primeira, seria a dificuldade dos agricultores mais jovens em direcionarem parte de seus rendimentos para a compra de gado, em decorrência do baixíssimo retorno da atividade no presente.

Uma exceção, que embora possa não se enquadrar plenamente na amostra definida por agricultores não-aposentados, trata-se de um jovem agricultor, procurado para a entrevista como tal, mas que havia abandonado a atividade recentemente para dedicar-se exclusivamente à coleta

da resina do pinnus. Mais do que uma exceção, trata-se de uma tendência muito presente entre os agricultores, sobretudo os mais jovens, que pela incerteza da atividade no presente, preferem apostar na segurança do trabalho assalariado no pinnus. É importante compreender que este afastamento não é de caráter sumário, bastando uma safra relativamente boa de cebola que para ocorre o retorno ao sistema misto.

Tabela 47: Composição da renda entre os não-aposentados – São José do Norte – 2005.

<b>Origem da renda</b>	<b>(%)</b>
<b>Agrícola</b>	60,0
Somente Lavoura	43,3
Somente Pecuária*	-
Lavoura e Pecuária*	16,7
<b>Não Agrícola</b>	3,3
<b>Mista</b>	36,7

\*Bovinocultura de corte.

Fonte: Pesquisa de campo.

No quesito renda mista, ocorrente em 36,7% dos casos, temos a combinação de renda agrícola com atividades não-agrícolas. Entre estas aparece a pesca artesanal na Lagoa dos Patos, principalmente durante as safras de camarão, em cerca de 63% dos casos, em especial entre os entrevistados das localidades da Várzea, Oriente e Estreito e São Caetano (Vide mapa no apêndice A). O período de captura deste crustáceo ocorre justamente após a colheita e antes do plantio da cebola, permitindo a prática das duas atividades. As outras fontes de renda não-agrícola são a prestação de serviços em propriedades vizinhas, fretes com caminhão e trabalho assalariado no florestamento de pinnus.

Considerando a participação da renda previdenciária na renda dos aposentados, seja mais intensiva no caso dos situados no urbano, seja compondo um leque mais amplo de fontes de renda como no caso dos situados no espaço rural, questionamos aos mesmos o que havia acontecido em termos de qualidade de vida desde a obtenção do benefício previdenciário. Entre

as opções de resposta descritas na tabela a seguir (Tabela 48), a mais freqüente foi a que dizia “melhorou muito”, com percentual idêntico entre ambos os grupos (56,7%). A manifestação “melhorou um pouco” aparece em segundo lugar. No caso dos aposentados com situação rural, ocorreram dois casos isolados de manifestações “ficou igual” e “piorou um pouco”.

No caso destes aposentados com situação rural que manifestaram indiferença ou insatisfação com a condição de aposentado, tal sentimento parece estar ligado com o a inatividade. Aposentados por invalidez não se dizem satisfeitos ou valorizados pela condição de aposentadoria, pois, apesar da renda, lhes falta a saúde para poderem trabalhar.

Tabela 48: Qualidade de vida desde a aposentadoria – São José do Norte – 2005.

<b>Manifestação</b>	<b>Aposentados Situação Rural (%)</b>	<b>Aposentados situação urbana (%)</b>
Melhorou muito	56,7	56,7
Melhorou um pouco	36,7	33,3
Ficou igual	3,3	10,0
Piorou um pouco	3,3	0,0
Piorou muito	0,0	0,0

*Fonte:* Pesquisa de campo.

A relação entre o aposentado que ainda vive no campo com o universo do trabalho é um elemento muito presente em seu discurso, apesar das contradições existentes no contexto de rupturas e permanências de uma racionalidade camponesa. Observamos repetidas manifestações a respeito desta ligação, a ponto de formar uma das categorias a análise de conteúdo (Box 4).

Entre os aposentados com situação urbana, o percentual de 10% em torno da resposta “ficou igual” nos parece estar ligado ao fato de que acreditam ter trocado uma fonte de renda pela outra, ou seja, deixaram de ter acesso à renda da cebolicultura e passaram a ter acesso à renda previdenciária.

**Box 4: Categoria “Aposentadoria e Trabalho”**

O vínculo com o trabalho é muito forte entre os entrevistados com situação de domicílio rural. A resposta ao questionamento sobre sua condição de vida entre os aposentados apresentava sempre um componente de continuidade do trabalho, seja na lavoura de cebola, na horta ou na organização religiosa e comunitária. Temos a frase: “ – *Claro que eu me sinto bem. Pra mim é a mesma coisa, tudo uma coisa só. Enquanto eu pudé trabalhá... O cara enquanto pudé, tendo saúde o cara pode trabalhá...*” (9º entrevistado aposentado, agricultor de São José do Norte, 2005). Ela ilustra o sentimento dos aposentados em sua relação com o trabalho, mesmo com o avançar da idade. A invalidez é o elemento que ameaça este sentimento de satisfação: “*Não me aposentei por doença, por invalidez, que aí o cara fica, pô me aposentei tô doente não posso trabalhá... se eu quiser trabalhá, tenho possibilidade de trabalhá,... então eu me sinto mais assim, contente né.*” (4º entrevistado aposentado, agricultor de São José do Norte, 2005)

Pelo que vemos, vida e trabalho são dimensões inseparáveis para o camponês. No contexto do meio rural, o trabalho representa um componente de identidade, do sentimento de pertencimento ao lugar e à comunidade, tornando-se difícil para o agricultor encarar uma situação na qual está privado do trabalho, mesmo no contexto de especialização observado.

Tomando o grupo dos agricultores não-aposentados como referencial de uma situação sem o impacto da renda previdenciária, questionamos sobre suas condições de vida (Tabela 49). Como resposta, observa-se um percentual muito baixo da manifestação “Muito Boas” (3,3%), explicável considerando o contexto presente. Cerca de um quarto dos entrevistados afirmou terem condições boas de vida e a grande maioria informou considerar suas condições de vida

“regulares”. Infelizmente, observa-se a superioridade das manifestações de que a vida está ruim (13,4%) sobre a manifestação “Muito Boas”.

Tabela 49: Qualidade de vida segundo os entrevistados não-aposentados – São José do Norte – RS.

<b>Manifestação</b>	<b>(%)</b>
Muito Boas	3,3
Boas	23,3
Regulares	60
Ruins	13,4

Fonte: Pesquisa de campo.

Cabe a advertência de que havia uma diferença no questionamento feito aos dois grupos de entrevistados. Para os aposentados, questionava-se sobre mudanças *desde* a aposentadoria. No caso dos não-aposentados, não havia evento significativo que pudesse representar ruptura nas condições de vida, estabelecendo uma lógica *causa-efeito*, sendo necessário questionar sobre sua opinião acerca da condição atual. Isto nos leva a admitir que o fato dos aposentados informarem que suas vidas melhoraram muito em boa parte dos casos, não significa que responderiam que suas vidas são “Muito Boas” caso fossem questionados exatamente como os não-aposentados. Esta diferença nas questões nos permitiu observar, entretanto, a melhoria nas condições de vida dos aposentados, e também nos serve para concluir que, mantidas as condições atuais e desprezando a possibilidade de doenças, os agricultores ora não-aposentados experimentarão processos de melhoria na qualidade de vida, quando acessarem seus benefícios previdenciários.

Esta hipótese pode ser confirmada pela categoria de análise mais numerosa em termos de manifestações dos entrevistados. Trata-se da mudança na vida dos aposentados em função da existência de uma renda monetária líquida e constante, contrastando com um histórico de necessidades e incerteza (Box 5).

### **Box 5: Categoria “Aposentadoria e segurança”**

Considerando o histórico de incerteza ao qual estão ligados, os agricultores enxergam seu acesso à previdência como uma ruptura positiva em suas vidas. O caráter líquido e constante das entradas lhes garante a segurança alimentar e permite ainda que sejam estabelecidos planos, impossíveis na fase “pré-aposentadoria” de suas vidas devido o caráter incerto das entradas, como ilustra a frase a seguir:

“(…) Tu tens mais, tu te programando né, tu tens aquela garantia no fim do mês que tu tem aquele dinheiro por que, com a agricultura, com a cebola, tu não tinha. Tu não podia fazê uma conta hoje. Hoje mesmo, nós temo abaixo da colheita, tu não pode fazê uma conta, tu não sabe se ela vai dá uma cebola boa, se tu vai consegui vendê, se tu não vai sê caloteado, então tu não tinha aquela segurança que hoje tu tem, recebendo benefício tu sabe, no início do mês, trezentos reais tu recebe. Tu tando programado, pra ti comê, se tu não gastá muito com remédio, vai te mantendo (…)” (12º entrevistado aposentado com situação rural, agricultor de São José do Norte, 2005)

Esta é a tônica geral dos depoimentos, ocorrentes entre agricultores aposentados e não aposentados, tanto aqueles situados no meio rural quanto urbano. Entre os não-aposentados, são estabelecidas comparações através de frases como: “(…) *Eu não sei, porque os aposentado aí eles vive tranqüilo né. A gente acha a aposentadoria é pouca mas não é. O pai mesmo, o pai e a mãe, os dois aposentado vive tranqüilo os dois.*” (22º entrevistado não-aposentado, agricultor de São José do Norte, 2005).

Entre os aposentados situados na cidade a percepção a respeito da previdência é a mesma dos demais: “ – *Melhor um pouco depois. (Questionado por quê) Melhor porque esse dinheiro é todos mês né. É pouco mas é todos mês, e lá fora não, lá fora a gente passa a vezes seis mês sem vê dinheiro.*” (30º aposentado com situação urbana, agricultor de São José do Norte, 2005).

b) Moradia, conforto e saneamento básico.

Outro elemento de ordem material importante como indicador dos impactos sociais da previdência rural diz respeito às condições de moradia, conforto e saneamento básico entre os três grupos. A primeira abordagem diz respeito às mudanças efetuadas nas moradias *desde o acesso ao benefício previdenciário*, por parte dos aposentados com situação rural (Tabela 50). Observa-se a equivalência entre casos em que nenhuma alteração foi feita e casos nos quais houve reforma (30%). Em segundo lugar aparece a construção (20%), em terceiro a ampliação (13,33) e finalmente a aquisição de uma casa já construída (6,7%). Relacionando os dados abaixo com aqueles referentes ao tempo de aposentadoria, verifica-se, com apenas uma exceção, que nos casos nos quais nenhuma alteração foi feita na casa, existe uma correlação com o período breve de acesso ao benefício (menos de 5 anos) ou a existência de somente um beneficiário no casal, ou beneficiário(a) viúvo(a).

Tabela 50: Mudanças quanto a moradia desde a obtenção do benefício – aposentados com situação rural - São José do Norte - 2005.

<b>Ocorrência</b>	<b>(%)</b>	<b>Material Utilizado</b>	<b>(%)</b>
Aquisição	6,7	Madeira	42,8
Construção	20	Alvenaria	42,8
Reforma	30	Misto	9,5
Ampliação	13,3	Outros*	4,8
Nenhum	30		

\*: Principalmente madeira revestida com placas de ferro zincado.

Fonte: Pesquisa de campo.

As reformas estão ligadas aos aposentados beneficiários entre 5 e 10 anos e as construções, *grosso modo*, estão relacionadas aos aposentados com maior tempo de benefício. Entre os materiais utilizados nas moradias, constatou-se a equivalência entre as construções de madeira e alvenaria. Foi possível observar que a alvenaria, salvo exceções de pessoas que já



possuíam casas neste padrão, está relacionada como a construção recente da casa, após a obtenção do benefício. As moradias construídas com materiais mistos são aquelas onde combinam-se a alvenaria e a madeira. Esta combinação pode se apresentar sob a forma de uso da alvenaria como alicerce e porção inferior da casa, conhecida como “saia”, ou na ampliação da casa de madeira, geralmente a construção de uma cozinha e banheiro de alvenaria.

Entre os agricultores não-aposentados, questionamos sobre alterações na casa a quanto tempo as mesmas aconteceram. Observa-se com maior frequência a construção (43,3%) seguida pela ocorrência de reformas e ampliações da moradia, ambas com o mesmo percentual de ocorrência, cerca de 23% (Tabela 51).

Entre os agricultores que construíram suas moradias, o uso de alvenaria é superior (53,8%) ao de madeira (46,2%). Quanto ao tempo médio das construções, existe uma concentração em torno dos 0 – 4 anos (38,4%). Foi possível identificar entretanto, que nesse período de 0 a 4 anos existe certa equivalência entre construções de madeira e alvenaria. A segunda concentração está distribuída nos intervalos a partir de 10 anos e foi possível constatar a partir do cruzamento entre tipo de material e período de ocorrência, que a maior concentração do emprego de alvenaria ocorreu em períodos acima de 15 a 19 e 20 a 24 anos, o que nos remete para o período anterior à crise da cebolicultura nortense. A observação realizada no trabalho de campo corrobora estes dados considerando que, apesar da ocorrência do uso de alvenaria recentemente, verificou-se diferenças significativas no padrão de construção e acabamento das moradias de alvenaria mais antigas.

As moradias reformadas (24,1%) são de madeira na totalidade dos casos observados e, em sua maioria, passaram pela reforma nos últimos quatro anos. Na ocorrência de ampliação da moradia (23,3%), observa-se o uso mais intensivo de alvenaria e materiais mistos, geralmente

cozinhas e banheiros, conforme o exemplo dos aposentados com situação rural. As ampliações ocorreram majoritariamente num período mais recente, de 0 a 4 anos.

Tabela 51: Relação entre tipo de alteração nas moradias, tempo de ocorrência e material utilizado - agricultores não-aposentados - São José do Norte - 2005.

<b>Tipo de alteração (%)</b>					
<b>Material Utilizado (%)</b>	<b>Comprou Construiu Reformou Ampliou Nenhum</b>				
	3,3	43,3	23,3	23,3	6,7
Madeira	-	46,2	100,0	14,3	-
Alvenaria	100,0	53,8	-	57,1	-
Misto	-	-	-	28,6	-
<b>Tempo de ocorrência (%)</b>					
Não sabe, não informou	-	-	14,3	-	-
0 ---- 4	100,0	38,4	42,8	71,4	-
5 ---- 9	-	7,7	28,6	14,3	-
10 ---- 14	-	15,4	14,3	14,3	-
15 ---- 19	-	15,4	-	-	-
20 ---- 24	-	15,4	-	-	-
25 ---- 29	-	-	-	-	-
30 ou mais	-	7,7	-	-	-

Fonte: Pesquisa de campo.

No caso dos agricultores aposentados com atual situação de domicílio urbana (Tabela 52), verifica-se a maior ocorrência de construções de moradias (53,3%), seguida pelas ocorrências de compra (20%) e de transporte da casa existente no espaço rural para o urbano (20%), como mostra a foto do capítulo 4. No caso das moradias compradas, reformadas ou ampliadas, observa-se o emprego exclusivo da alvenaria como material. Já nas moradias construídas, observa-se o uso da alvenaria em três quartos dos casos, sendo o restante o emprego de materiais mistos. Com exceção das reformas e ampliações, ambas realizadas exclusivamente depois da aposentadoria dos indivíduos, observa-se que existem casos anteriores à obtenção do benefício. Entre os que

transportaram a casa do espaço rural, metade o fez antes da aposentadoria, indicando o êxodo em busca de novas condições de vida e trabalho na cidade, conforme as informações.

Tabela 52: Relação entre tipo de alteração nas moradias, tempo de ocorrência e material utilizado e relação com a aposentadoria - aposentados situação urbana - São José do Norte - 2005.

<b>Tipo de alteração</b>						
<b>Material Utilizado</b>	<b>Comprou</b>	<b>Construiu</b>	<b>Reformou</b>	<b>Ampliou</b>	<b>Trouxe do campo</b>	<b>Nenhum</b>
		20,0	53,3	3,3	3,3	20,0
Madeira	-	-	-	-	83,3	-
Alvenaria	100,0	75,0	100,0	100,0	-	-
Misto	-	25,0			16,7	
<b>Em relação à aposentadoria</b>						
Antes	16,6	37,5	-	-	50,0	-
Depois	83,4	62,5	100,0	100,0	50,0	-
<b>Tempo de ocorrência</b>						
Não sabe, não informou	-	12,5	-	100,0	16,7	-
0 ----- 4	33,3	18,8	-	-	16,7	-
5 ----- 9	33,3	31,3	-	-	-	-
10 ----- 14	16,6	12,5	-	-	33,3	-
15 ----- 19	-	-	-	-	33,3	-
20 ----- 24	16,6	12,5	-	-	-	-
25 ----- 29	-	6,3	-	-	-	-
30 ou mais	-	6,3	-	-	-	-

Fonte: Pesquisa de campo.

Cruzando os dados de relação entre obtenção do benefício e alterações na moradia com as informações sobre o tempo de mudança para a cidade, verifica-se que um terço dos entrevistados que construíram a casa antes da aposentadoria mudaram-se para a cidade após a mesma. Analisamos os dados sobre fontes de renda, objetivando observar se possuíam um patamar mais alto de rendimentos, mas descobrimos que estes informaram ter a aposentadoria como a maior

fonte de renda. Observando o tempo de construção das moradias, levantamos datas emblemáticas para a área de estudo: 1978 e 1980. Pelo que vimos, tratava-se do auge da cebolicultura, que passaria a enfrentar a presente crise a partir de 1985 pelo menos. A aquisição ou construção de casas na cidade era vista naquela época (e ainda hoje) pelos agricultores como um meio de garantir a educação para os filhos lhes fornecendo moradia na cidade, e ao mesmo tempo a garantia de uma velhice mais tranqüila, considerando as condições de vida vigentes no campo até pouco tempo, sem estradas pavimentadas nem energia elétrica (hoje o serviço de saúde é o motivo de preocupação).

Outro elemento de ordem material indicador do impacto social da renda previdenciária trata-se do acesso à rede geral de energia elétrica e à instalação sanitária (Tabela 53). No que diz respeito à rede geral de energia elétrica, o percentual de acesso de ambos os grupos é igual. Cerca de 27% dos entrevistados ainda não foram atendidos por residirem em áreas nas quais a rede geral ainda não foi instalada, como ocorre na totalidade dos casos na localidade de Capão da Areia (3º Distrito), ou em áreas nas quais a rede geral já foi instalada, mas os ramais de distribuição ainda não, como acontece na localidade da Várzea (1º Distrito) e Capão do Meio (2º Distrito).

Tabela 53: Acesso à energia elétrica e instalações sanitárias – São José do Norte – 2005.

	<b>Rede Geral de Energia Elétrica</b>		<b>Instalação sanitária</b>		
	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>Banheiro</b>	<b>Patente*</b>	<b>Nenhum</b>
<b>Aposentados</b>	73,3	26,7	73,3	23,3	3,3
<b>Não-aposentados</b>	73,3	26,7	63,3	36,7	-

\*: Instalação sanitária também denominada *casinha*. Trata-se de um pequeno abrigo, afastado da casa, com capacidade para uma pessoa, sob o qual existe um buraco escavado no chão e um assento. Periodicamente é colocada uma pá de cal sobre as fezes para a desinfecção.

*Fonte:* Pesquisa de campo.

Com relação ao tipo de instalação sanitária à qual os entrevistados têm acesso, observa-se uma ligeira diferença para mais no acesso dos aposentados ao banheiro (73,3%) se comparado com o acesso dos agricultores não-aposentados (63,3%). Pelo que foi possível observar no trabalho de campo, existe uma tendência dos agricultores mais velhos, aqueles que vivenciaram a fase próspera da cebolicultura nortense, viverem em casas providas com banheiro feito em alvenaria, mesmo nas casas feitas de madeira, o que explica a vantagem percentual dos aposentados.

Percebemos um fato importante entre os aposentados com situação rural. Entre aqueles que afirmaram possuir banheiro com fossa como instalação sanitária, mais de um terço afirmou ter acesso a este tipo de instalação *após a aposentadoria*. Da mesma forma, cerca de um quarto afirmou ter construído o banheiro *após a eletrificação rural*. Isto nos leva a concluir que as políticas previdenciária e de eletrificação rural, ao se combinarem, produziram um terceiro efeito ou impacto, a melhoria das condições sanitárias da população, com destaque para a população rural beneficiária da previdência. A segurança de renda lhes garante a possibilidade de comprar o material de construção. A energia elétrica lhes permitiu ter acesso ao chuveiro elétrico, maior atrativo para a construção do banheiro, que também tornou-se viável pela possibilidade do uso de bomba hidráulica elétrica, necessária para o abastecimento da caixa de água e o funcionamento do sistema do vaso sanitário e chuveiro<sup>88</sup>. A este respeito, é ilustrativa a frase de um dos entrevistados: “(...) e agora tem tudo aí, tem luz, tem corona”. Ao dizer “corona”, referia-se à inédita possibilidade de utilizar um chuveiro elétrico.

É possível constatar a demanda existente em torno da eletrificação rural a partir dos dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (Tabela 54). Os números

---

<sup>88</sup> A tendência observada na pesquisa de campo é que este efeito “sanitário” da eletrificação rural se reproduza também entre os agricultores não-aposentados, desde que os mesmos tenham recursos para a construção do banheiro.

sobre o percentual de pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica e TV apontam os municípios da restinga da Lagoa dos Patos (São José do Norte, Tavares e Mostardas), como aqueles que experimentaram a maior variação entre os anos de 1991 e 2000 entre os municípios da microrregião “Litoral Lagunar”.

Tabela 54: Percentual de pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica e TV – Microrregião Litoral Lagunar.

<b>Município</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>Variação 91/00</b>
Chuí (RS)	85,82	96,55	10,73
Rio Grande (RS)	91,33	97,08	5,75
Santa Vitória do Palmar (RS)	80,16	93,44	13,28
São José do Norte (RS)	46,58	75,72	29,14
Mostardas (RS)	60,87	85,83	24,96
Tavares (RS)	57,97	85,33	27,36

*Fonte:* Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. PNUD. 2003. Organizado pelo autor.

Entre os aposentados com situação urbana (Tabela 55) o acesso aos equipamentos públicos é mais amplo, com exceção do serviço de esgoto. No Bairro Almirante Tamandaré, no qual observamos uma grande concentração de aposentados rurais, existem áreas mais periféricas ainda não atendidas pela rede geral de esgoto. Com relação à instalação sanitária das moradias predomina o banheiro com fossa, com apenas uma exceção.

Tabela 55: Acesso aos equipamentos públicos e saneamento entre os aposentados com situação urbana – São José do Norte - 2005.

<b>Acesso à rede geral</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>
Energia	100,0	-
Água	100,0	-
Esgoto	60,0	40,0
<b>Instalação sanitária</b>		
Banheiro	96,66	
Patente	3,33	

*Fonte:* Pesquisa de campo.

### c) Relações de ajuda e a valorização do idoso

Este trata-se de um indicador que pretende dar conta da faceta imaterial do impacto social, ou seja, na medida em que organiza-se um conjunto de indivíduos em torno de um ou dois aposentados sendo direta ou indiretamente beneficiados por esta convivência, acredita-se que ocorra um processo de valorização do idoso. Considerando o histórico das condições de vida do camponês idoso no Brasil e seu alcance tardio à assistência social, em que, conforme a frase de um dos entrevistados: “(...) *antigamente o cara morria de velho e não recebia nada!*”, parece haver uma inversão de papéis na qual os agricultores idosos passam de providos a provedores. Tanto de moradia quanto de renda.

Um primeiro indício desta mudança diz respeito aos arranjos familiares observados entre os três grupos de entrevistados. Verifica-se a ocorrência de beneficiário(a) vivendo sozinho(a) em 10% dos casos, tanto para aposentados com situação rural quanto urbana (Tabela 56). Ocorre num percentual semelhante o arranjo no qual um aposentado convive com filhos e netos. A maior concentração está em torno do casal de beneficiários, com percentual superior entre os aposentados com situação urbana. Já no arranjo composto por casal e filho(s) e casal, filho(s) e netos observa-se a ocorrência de mais casos entre os aposentados com situação rural, 16,7% contra 6,7% dos aposentados com situação urbana. Verificou-se a maior ocorrência de casais cuidando de netos entre os aposentados com situação urbana, já os arranjos variados, com diferentes tipos de parentes, são equivalentes entre os dois grupos.

Tabela 56: Arranjos familiares nas unidades domiciliares de aposentados – São José do Norte – 2005.

<b>Arranjo</b>	<b>Aposentados situação rural (%)</b>	<b>Aposentados situação urbana (%)</b>
Beneficiário(a) sozinho(a)	10,0	10,0
Beneficiário(a), filho(s) e neto(s)	10,0	13,3
Casal	33,3	46,7
Casal e filho(s)	16,7	6,7
Casal, filho(s) e neto(s)	16,7	6,7
Casal e neto(s)	6,7	10,0
Outros arranjos	6,7	6,7
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

*Fonte:* Pesquisa de campo.

Entre os agricultores não-aposentados (Tabela 57), observa-se a maior concentração entre os arranjos “casal”, “casal e um filho”, este o mais representativo, e casal e dois filhos. Relacionando estes dados com os de faixa etárias, observa-se que os filhos são em geral adolescentes e em alguns casos crianças, o que se diferencia dos aposentados, com os quais convivem também os adultos.

Tabela 57: Arranjos familiares observados nas unidades de produção de agricultores não-aposentados

<b>Arranjo familiar</b>	<b>%</b>
Casal	16,7
Casal e um(a) filho(a)	46,7
Casal e dois(uas) filhos(as)	13,3
Casal e mais de dois filhos	6,7
Outros arranjos	16,7
<b>Total</b>	<b>100,00</b>

*Fonte:* Pesquisa de campo.

Os dados do PNUD corroboram mostrando que São José do Norte foi um dos municípios nos quais menos cresceu o percentual de pessoas com 65 anos ou mais de idade vivendo



sozinhas, ou seja, é dos municípios onde existem mais idosos vivendo acompanhados (Tabela 58).

Tabela 58: Percentual de pessoas com 65 anos ou mais de idade morando sozinhas – Microrregião Litoral Lagunar.

<b>Município</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>Variação 91/00</b>
Chuí (RS)	18,51	20,71	2,2
Rio Grande (RS)	11,62	19,68	8,06
Santa Vitória do Palmar (RS)	19,83	19,34	-0,49
São José do Norte (RS)	13,82	14,58	0,76
Mostardas (RS)	9,6	18,28	8,68
Tavares (RS)	14,8	17,55	2,75

*Fonte:* Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. PNUD. 2003.

A partir destas relações de convivência se estabelecem relações de ajuda, que extrapolam o próprio seio da família, sendo também de natureza interfamiliar ou comunitária. Também é preciso lembrar que a família não está restrita ao domicílio e que existem relações intra-familiares fora do âmbito domiciliar (CARVALHO e ALMEIDA, 2003). Questionamos aos grupos sobre dois tipos de relação de ajuda: financeira e alimentar, sendo a segunda dirigida especificamente aos grupos situados no espaço rural.

No que diz respeito à ajuda financeira fornecida aos filhos, outros parentes e/ou amigos, percebe-se a maior ocorrência entre os aposentados com situação rural, seguido pelos aposentados com situação urbana. No rol da ajuda financeira, aparecem em primeiro lugar os filhos como recebedores de auxílio. No caso dos agricultores não-aposentados existe uma equivalência entre aqueles que afirmaram ou não fornecer auxílio financeiro.

O tipo de relação seguinte reforça a idéia de autonomia do aposentado frente aos membros da família e a verdade do inverso. A maioria dos aposentados afirmou não ocorrer o recebimento

de ajuda em dinheiro por parte de familiares ou amigos, já entre os agricultores não-aposentados, percebe-se uma ligeira superioridade das situações de recebimento de ajuda (Tabela 59).

Tabela 59: Relações de ajuda intra e interfamiliares – São José do Norte - 2005.

Tipo de relação de ajuda	Aposentados situação rural (%)		Não-aposentados (%)		Aposentados situação urbana (%)	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Costuma auxiliar financeiramente parentes ou amigos	80,0	20,0	50,0	50,0	73,3	26,7
Costuma ser auxiliado financeiramente por parentes ou amigos	16,7	83,3	46,7	53,3	13,3	86,7
Doa produção de autoconsumo para parentes e amigos	90,0	10,0	83,3	16,7	-	-

Fonte: Pesquisa de campo.

O terceiro tipo de relação de ajuda não é de natureza monetária, mas alimentar: a doação de alimentos colhidos na horta para familiares e vizinhos. Trata-se de uma prática tão comum entre a população do espaço rural que a pergunta era encarada com espanto, dado o caráter óbvio da ajuda, para quem era questionado. Entre os aposentados, as exceções são compostas por pessoas com idade avançada, impossibilitadas, com pesar, do manuseio com a terra e ferramentas de trabalho. No caso dos agricultores não-aposentados, o trabalho em atividades não-agrícolas lhes subtrai o tempo para o cultivo de gêneros de auto-abastecimento.

Esta naturalidade das relações de ajuda interpessoais no espaço rural pode ser ilustrada pela frase de um dos agricultores com os quais convivi durante a realização do trabalho de campo. Ele me disse: “*Casa de campanha não tem porta da frente nem dos fundos*”. Queria me dizer que não há diferenças entre as duas portas da casa no meio rural. Isto significa a proximidade e a confiança nos relacionamentos interpessoais. É possível extrair desta simples frase a compreensão dos laços estabelecidos entre as pessoas neste espaço. Atender uma pessoa

pela porta da frente significa um certo distanciamento, um ato seletivo no qual o atendido pode ser convidado ou não à entrar. A porta dos fundos por sua vez já revela a intimidade da casa. Quem tem o privilégio de ser atendido nesta porta faz parte do círculo mais estreito de amizades da família, será atendido e logo convidado a entrar, como de fato aconteceu em nossas visitas, tanto no trabalho de campo rural quando na etapa urbana, na qual foram entrevistados ex-habitantes do espaço rural.

d) Por uma economia política da previdência rural<sup>89</sup>

A tabela a seguir aborda um tema que poderia ser considerado como a “dimensão política” do impacto territorial da previdência rural. Em primeiro lugar, ela ilustra uma realidade muito presente no espaço rural: as dificuldades enfrentadas pelos agricultores para a comprovação da atividade. Seja pela falta de informação, seja por relações de comercialização marcadas pela informalidade, muitas vezes o agricultor não possui o talão do produtor, uma das principais provas do exercício da atividade, ou este não está preenchido. Além disto, existe um descolamento entre as concepções dos examinadores dos processos de aposentadoria, muitas vezes preconceituosas, e a realidade do trabalho camponês, marcado pela diversidade de estratégias de obtenção de renda. Isto faz com que muitos agricultores tenham seus pedidos de aposentadoria negados porque exercem atividades que os descaracterizam como “agricultores”. O

---

<sup>89</sup> Ao falar de uma “Economia Política das Aposentadorias Rurais”, Schwarzer aponta que: “(...) procura-se deixar claro que ao redor do sistema de previdência rural gerou-se uma intensa teia de interesses e estruturas sociopolíticas relevantes, dada a dimensão das transferências monetárias envolvidas”. (SCHWARZER, 2000b, p. 53). Esta extensa rede é composta, além do próprio aposentado por outros entes como os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, o comércio local, agências bancárias entre outros atores, como por exemplo aqueles que se especializam em “encaminhar documentos” auxiliando os aposentados, dada a complexidade da estrutura burocrática envolvida. Estes atores, em especial nos pequenos municípios, geralmente têm vantagens políticas, tornando-se, na maioria dos casos, vereadores ou prefeitos.

fato é que neste contexto, muitos precisam de auxílio e desta necessidade nasce uma estratégia de reprodução política de atores locais.

Como se observa na tabela a seguir (Tabela 60), cerca de 37% de todos os aposentados entrevistados necessitaram de auxílio para a obtenção do benefício. Destacamos as ocorrências mais freqüentes. Em primeiro lugar aparece o auxílio do advogado, que recebe um pagamento em troca do serviço, segundo a resposta dos entrevistados.

Tabela 60: Auxílio para obtenção do benefício – São José do Norte – 2005.

<b>Auxílio para a obtenção do benefício</b>	
Recebeu (%)	36,7
Não recebeu (%)	63,3
<b>Principais auxiliares.</b>	
Advogado	40,9
Sindicato	13,6
Filhos	9,0
Vereador	36,4

*Fonte:* Pesquisa de campo.

Como se vê na tabela, os vereadores aparecem como segundo principal auxiliador. As pessoas entrevistadas que foram ajudadas por vereadores para obter sua aposentadoria afirmaram que nada lhes foi sido pedido em troca. Entretanto, algumas disseram que se sentiam na obrigação de votar na pessoa que lhes ajudou, como forma de gratidão. A lealdade trata-se de uma das características das relações interpessoais no espaço rural, atuando como determinante no sucesso da estratégia política clientelista de atores que passam a se reproduzir no quadro político dos pequenos municípios graças a estas demandas.

Em terceiro lugar, embora seja atribuição do sindicato participar do processo de concessão do benefício, muitos entrevistados encaram tal participação como um auxílio do sindicato. A partir desta relação, muitos beneficiários passam a ter automaticamente descontados de sua folha de pagamento a contribuição sindical, sem muitos questionamentos.

Pelo que se vê, organiza-se uma estrutura de atores e relações sociais, econômicas e políticas, cujo objeto é a previdência social e o alvo o aposentado.

## 5.5. IMPACTOS ESPACIAIS

O impacto da renda previdenciária na dinâmica migratória estabelecida pela crise da cebolicultura trata-se de uma de nossas principais questões de pesquisa. Neste item analisaremos se a renda previdenciária é um elemento de fixação ou motivador do êxodo rural.

Primeiramente, observamos o tempo médio de aposentadoria entre os aposentados com situação rural e urbana. Verifica-se uma concentração de aposentados com situação de domicílio urbana em torno dos períodos acima de 5 anos de aposentadoria, cujo intervalo mais representativo é o de 10 a 14 anos de obtenção do benefício (Tabela 61).

Tabela 61: Tempo de aposentadoria – São José do Norte - 2005.

<b>Tempo de aposentadoria (anos)</b>	<b>Aposentados situação rural</b>		<b>Aposentados situação urbana</b>	
	<b>Homens (%)</b>	<b>Mulheres (%)</b>	<b>Homens (%)</b>	<b>Mulheres (%)</b>
0 ---- 4	28,6	40,0	12,5	3,7
5 ---- 9	33,3	30,0	20,8	29,6
10 ---- 14	19,0	15,0	37,5	51,9
15 ---- 19	4,8	5,0	25,0	14,8
20 +	14,3	10,0	4,2	0,0
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

*Fonte:* Pesquisa de campo

Percebe-se a diferença em relação aos aposentados com situação de domicílio rural, em geral aposentados mais recentemente. Esta informação é importante na medida em que nos permite observar que uma parte considerável dos aposentados acessaram ao benefício de

aposentadoria antes da ocorrência dos fatos novos pelos quais passou o espaço rural de São José do Norte com destaque para a pavimentação da rodovia e a eletrificação rural.

Na análise das repercussões espaciais da obtenção dos benefícios previdenciários é necessário considerar que parte (43,3%) dos atuais aposentados entrevistados que vivem na cidade, migraram em direção desta antes de se aposentarem, buscando novas alternativas de obtenção de renda no contexto de crise do sistema de produção. O maior percentual, entretanto, é o daqueles que migraram após acessarem o benefício (56,7%).

Tomando de maneira indistinta o tempo médio das migrações, observa-se a concentração no intervalo de 10 a 14 anos (Tabela 62).

Tabela 62: Aposentadoria e migrações entre os aposentados com situação urbana – São José do Norte - 2005.

<b>Mudança para a cidade</b>	
<b>Em relação à aposentadoria</b>	<b>(%)</b>
Antes	43,3
Depois	56,7
<b>Tempo de ocorrência</b>	
<b>Anos</b>	<b>(%)</b>
0 ---- 4	10,0
5 ---- 9	26,7
10 ---- 14	33,3
15 ---- 19	13,3
20 ---- 24	6,7
25 ou mais	10,0

Fonte: Pesquisa de campo.

Decompondo este quadro entre migrações anteriores e posteriores à aposentadoria, percebemos que entre os aposentados que migraram para a cidade *antes* da obtenção do benefício, a maioria o fez há mais de 10 anos, com uma concentração relevante acima dos 15 anos, o que nos remete ao período no qual se deflagrava a crise da cebolicultura local.

Este êxodo ocorreu em decorrência da crise estabelecida pela reorganização espacial da produção de cebola no Brasil, cujo resultado foi a emergência de regiões produtivas que passaram a competir com o estado do Rio Grande do Sul e a área de estudo, além dos fatores internos. Como resultado, as unidades de produção mais vulneráveis economicamente tornaram-se inviáveis, considerando o contexto local de especialização. Os depoimentos dos agricultores ilustram perfeitamente o processo vivido por eles. Ao serem questionados sobre o motivo da mudança para a cidade, a exemplo do Box 3 presente neste capítulo, surgiram respostas como esta: “ – *Foi a queda, no ano em que a cebola negô o preço, não deu mais pra vive lá eu me mandei.*” (15º entrevistado, aposentado com situação urbana, agricultor de São José do Norte, 2005). Esclarecedora também esta resposta, que ilustra a inviabilidade econômica atingida por parte das unidades de produção: “ – *Sabe por quê? Quando eu botei a primeira safra fora de cebola e senti que não ia dá, eu disse: “ - Minha gente, vamo se mandá porque não dá mais”, que o meu trator também pediu obra, e a cebola não dava pra ela, custará pra endireitar o trator.*”

No caso dos beneficiários que migraram após se aposentarem observamos a concentração no intervalo entre 7 e 15 anos de ocorrência. Isto nos leva a constatar que estes aposentados migraram para a cidade antes das instalações das infra-estruturas supracitadas. Reside nesta combinação entre renda garantida e fatores complicadores da sobrevivência do idoso no espaço rural a explicação para o êxodo destes aposentados que, apesar da segurança alimentar e de renda, mudaram-se para a cidade. Como o aposentado não dependia mais exclusivamente da agricultura para a satisfação de suas necessidades, sua decisão de permanecer no campo ou mudar-se para a cidade foi influenciada por uma multiplicidade de fatores, objetivos ou não, os quais abordamos a seguir.

Embora seja impossível dissociar objetividade e subjetividade na tomada de decisão a respeito do abandono do meio rural entre os camponeses, temos alguns elementos de ordem explicitamente objetiva. Analisando o destino das unidades de produção dos aposentados que mudaram-se para a cidade (Tabela 63), observou-se, entre os diversos casos, a frequência considerável (20%) de aposentados que não tinham sua própria terra, trabalhando como arrendatários ou parceiros. Com a chegada da aposentadoria, tiveram que deixar a unidade de produção para que seu proprietário pudesse buscar novos arrendatários, restando a estes a opção de migrar para a área urbana. Segundo dados do censo agropecuário de 1996, em cerca de 12 % do total de estabelecimentos familiares de São José do Norte, o produtor não é o proprietário, sendo arrendatário (4,6%) ou parceiro (7,8%).

Tabela 63: Destino das unidades de produção dos aposentados que migraram para cidade – São José do Norte – 2005.

<b>Destino da unidade de produção</b>	
<b>Destino</b>	<b>(%)</b>
Administra a dist.	3,3
Passou para filhos, parentes	30,0
Arrendou	20,0
Emprestou	0,0
Vendeu	16,7
Não tinha	20,0
Está desocupada	10,0

*Fonte:* Pesquisa de campo.

A saúde aparece como mais um elemento componente da decisão de migrar. Os vários relatos originaram uma das categorias da análise de conteúdo (Box 6). Constatamos com estas manifestações que o binômio *certeza/incerteza* não se manifesta somente em relação à produção. Ao longo das etapas da vida, novos elementos passam a compor este quadro. A possibilidade da doença, ou a incerteza quanto à saúde está presente mesmo entre os mais jovens. Neste contexto, o espaço rural aparece como sinônimo da inexistência de recursos, em contraste com o urbano que representa a segurança, a prestação de socorro no momento da necessidade.



**Box 6: Categoria “Saúde como determinante para a migração rural-urbano”**

A ocorrência de doenças, a necessidade de acompanhamento médico, o melhor acesso aos serviços de saúde e a proximidade de outros membros da família para o cuidado dos enfermos centralizam o tema da saúde como principal motivo para a migração daqueles que hoje vivem no meio rural, sejam aposentados ou não. Segundo os mesmos, seus planos de permanência no meio rural após a aposentadoria só podem ser alterados caso as condições de saúde se agravem, levando a necessidade da migração para a cidade, conforme o trecho seguinte:

“ – Agora, às vez a gente não é como a gente pensa. Até por outros motivo leva o cara até ...(silêncio) Tem muitos que tem que, por causa da saúde às vez tem que pará por perto da cidade por causa do médico, outra coisa que tá difícil.” (30º entrevistado, não-aposentado, agricultor de São José do Norte, 2005)

Entre os aposentados rurais atualmente domiciliados na área urbana, a saúde também pesou como um dos fatores para o êxodo rural, como vemos na frase de um dos entrevistados:

“ – É melhor né (referindo-se à cidade). O cara aqui mesmo tá pertinho do recurso. Não dá, por exemplo se o cara for saí de lá, sem tê condução que não tinha condução naquele tempo não tinha. A estrada não passava mesmo né. O cara tinha que arrumá um cavalo pra saí de cavalo ou arrumá uma carroça pra saí de carroça. E aqui não, o cara aqui tá pertinho. Ta alí logo ali. (7º entrevistado, aposentado com situação urbana, agricultor de São José do Norte, 2005)

Na agricultura camponesa, como vimos, a família é o sustentáculo da unidade de produção. A desarticulação de seus membros é dos elementos presentes entre as razões para o êxodo rural para cerca de 16% dos entrevistados (Box 7).

**Box 7: Categoria “Desagregação da família”**

A dissolução do grupo familiar trata-se de um dos fatores muito presentes entre aqueles que influenciaram a migração rural-urbano dos aposentados ora situados no espaço urbano. Com o êxodo rural dos filhos ou a constituição de suas próprias famílias em outras unidades de produção, as unidades de produção geridas pelos aposentados perderam a mão-de-obra representada pela presença dos filhos, tornando-as inviáveis, como sugere o trecho: “ – *Nóis se mudemo porque os filho casaram tudo e fizeram a parte deles né. E nóis fiquemo os dois sozinho (...)* (16º entrevistado, aposentado com situação urbana, agricultor de São José do Norte, 2005)

A ausência de companhia para os idosos também pesou na decisão de abandonar o campo e mudar para a cidade como manifesto na oração a seguir:

“ – O motivo que fez eu me mudá pra cidade foi que, os meus filho casaram tudo, e eu fiquei sozinho com ela, não dava pra fazê prestação mais. Não tinha jeito, que eu já tava velho já, já tava com sessenta e poucos ano (...)” (6º entrevistado, aposentado com situação urbana, agricultor de São José do Norte, 2005)

A crise da agricultura em São José do Norte levou à necessidade de muitos jovens partirem para a cidade em busca de novas formas de sobrevivência econômica, seja em São José do Norte ou na cidade vizinha de Rio Grande, cuja atividade portuária e do parque industrial pesqueiro absorveu grande contingente de mão-de-obra, pelo menos até meados dos anos 1990. A experiência da vida na cidade redefiniu visões de mundo acerca do trabalho e da relação com a terra. Durante as entrevistas foi possível perceber as tensões entre os casais de aposentados, com o desejo de um dos membros com relação à mudança para a cidade, e entre as opiniões dos aposentados frente aos membros mais jovens da família, mesmo quando os filhos não estavam

presentes. São comuns os relatos de filhos que mudaram para a cidade e que depois convenceram os pais a também fazê-lo, afirmando que a vida na cidade seria melhor.

Se, como vimos, a ligação com trabalho permanece forte, o mesmo não pode ser dito a respeito da ligação entre o agricultor e a terra, ou a vida no espaço rural (Box 8).

**Box 8: Categoria “Descolamento Vida/Trabalho”**

Discurso muito presente nos depoimentos dos aposentados que atualmente vivem na cidade trata-se de uma espécie de descolamento entre o trabalho e a vida no campo. Segundos os mesmos, como não podiam mais trabalhar na plantação, não havia mais motivo para permanecer no campo, como ilustra o trecho: “(...) *porque a gente tá velho ia ficá fazendo o quê lá?*” (12º entrevistado, aposentado com situação urbana, agricultor de São José do Norte).

Mesmo com as atuais transformações ocorridas no meio rural acerca das condições de conforto, consideram impossível o retorno já que não há mais o que fazer no meio rural. A pergunta sobre viver no campo foi sempre respondida pelo viés do trabalho, sem o qual não existe a possibilidade de continuar no campo: “ (...) *Por que não tinha jeito, como é que eu ia ficá lá fazendo o quê lá sem plantá cebola? Não tinha jeito mesmo.*” (6º entrevistado, aposentado com situação urbana, agricultor de São José do Norte, 2005)

Acreditamos que o estreitamento dos vínculos com o mercado, a especialização ocorrida na área de estudo, tenha operado no sentido de inserir elementos de *profissionalização* na racionalidade camponesa do agricultor local. Assim, o rural passa a ser visto não mais como lugar de vida, mas como ambiente de trabalho. Manifestações que permitem esta inferência foram transmitidas por cerca de metade dos entrevistados atualmente domiciliados no espaço urbano. Atualmente, entre os agricultores mais jovens, é possível constatar alguns casos em que o agricultor mora na cidade e se desloca para a terra onde cultiva cebola somente para atividades

como semeadura, transplante das mudas, aplicação de defensivos e na colheita, prática proporcionada pela melhoria nas condições de transportes decorrentes da pavimentação da rodovia. Não podem ser objeto de generalização, mas ilustram as rupturas pelas quais passa o campesinato local.

A relação dialética entre novos elementos da racionalidade e a permanência de outros se manifesta em contradições, como os exemplos de manifestações a respeito das dificuldades de adaptação à vida na cidade. Embora, por razões metodológicas não componham uma categoria da análise de conteúdo, chamam atenção depoimentos alguns dos quais pertencentes aos mesmos autores das manifestações do Box 8, como: “ – *Agora tô acostumada. Antes eu achava bom a campanha, ainda acho que é bom né. Mas não, agora acostumei já. Não é igual a campanha, nunca vai sê eu acho.*” (13º entrevistado, aposentada com situação urbana, agricultora de São José do Norte, 2005), ou reveladores de tensões no interior da família como este: “ – *Pra mim tá bom, tá muito bom. (Fala a esposa) Eu não tinha vontade de vir pra cá. Depois que eu vim acostumei.*” (14º entrevistado (casal), aposentados com situação urbana, agricultores de São José do Norte, 2005).

A migração envolve sempre um processo de *desajustamento-ajustamento* (FONTOURA, 1994, p. 95) ou de desterritorialização-reterritorialização, ainda que precária (HAESBAERT, 2004, p. 313), não se tratando apenas de um movimento no espaço, como nos diz José de Souza Martins, mas de um processo de desvinculação à um contexto cultural e de valores e a vinculação à outro contexto com sua cultura e normas de comportamento (MARTINS<sup>90</sup>, 1973, p. 19 *apud* FONTOURA, 1994, p. 54-55).

As razões para o êxodo rural foram muitas entre os aposentados que atualmente vivem na cidade. Mesclam-se fatores tanto de ordem objetiva, o acesso à terra, problemas de saúde, como

---

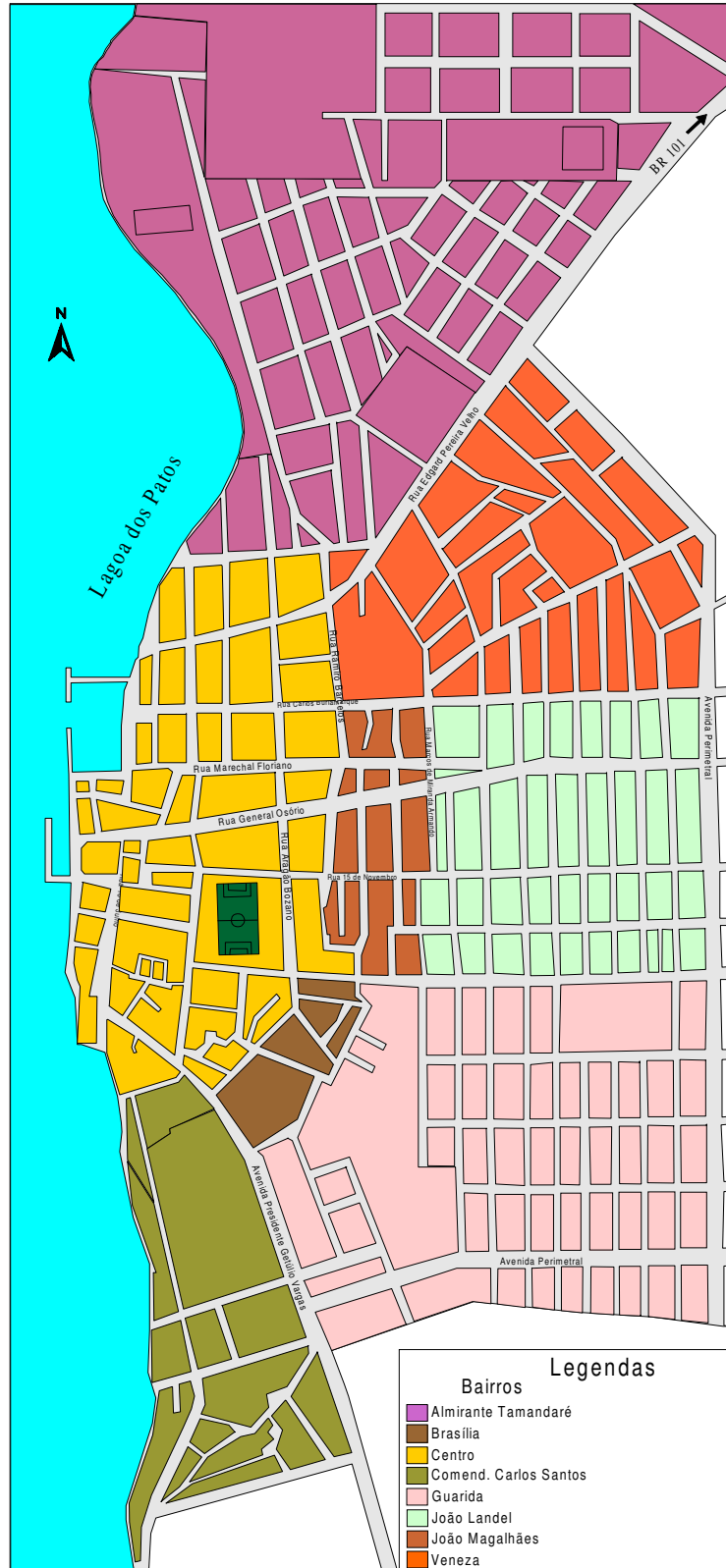
<sup>90</sup> MARTINS, J. de S. **A imigração e a crise no Brasil agrário**. São Paulo: Pioneira. 1973.

fatores subjetivos, estabelecidos em parte pelo quadro pré-existente à política previdenciária, a saber, a crise do sistema de produção e as precárias condições de vida no espaço rural nortense. Assim, num primeiro período, a concessão de benefícios previdenciários representou a mobilização de população idosa do meio rural para o urbano. Ao tornarem-se detentores de uma renda líquida e constante, perceberam no meio urbano o espaço para uma vida mais confortável.

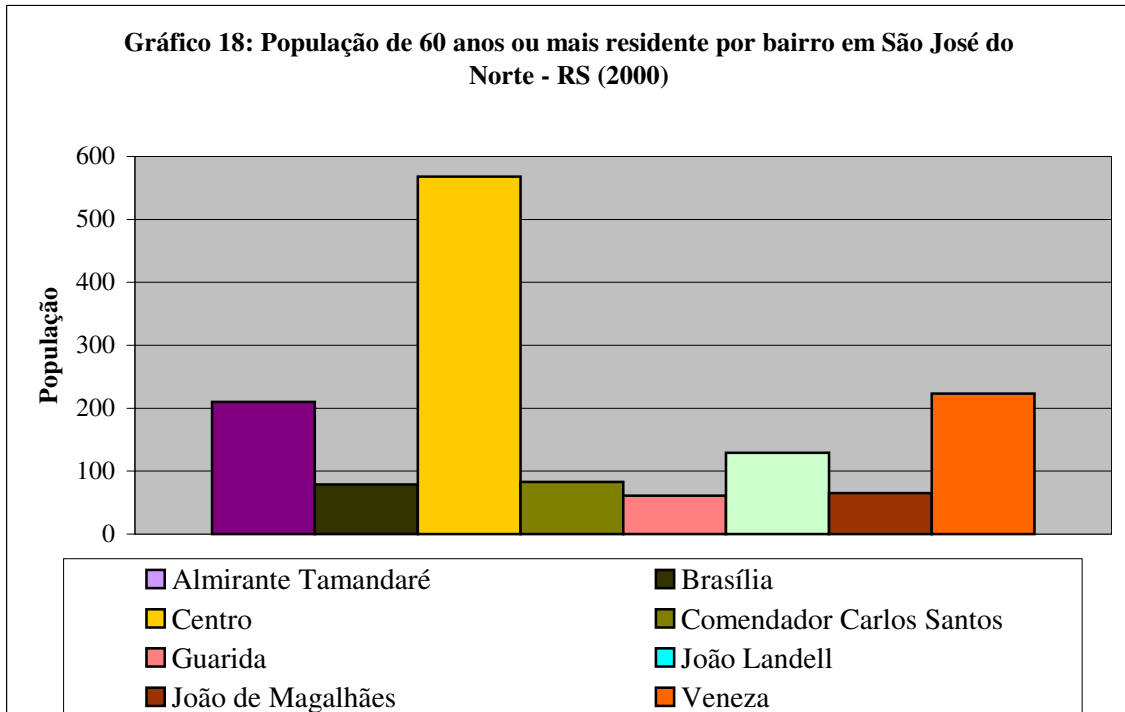
A instalação da população, beneficiária ou não, que migrava do espaço rural para o urbano deu-se com mais intensidade em quatro áreas, os bairros Almirante Tamandaré, Guarida, João Landell e Veneza (Figura 8).

Conforme se observa no gráfico 18, os bairros que apresentam os maiores contingentes de população idosa são respectivamente, o Bairro Centro, o Bairro Veneza e o Bairro Almirante Tamandaré. Analisando os dados dos censos de 1991 e 2000, observamos que os bairros com maior crescimento da população maior de 60 anos, na comparação entre valores absolutos e percentuais, tratam-se dos Bairros Almirante Tamandaré e Veneza. Embora todos os bairros anteriormente citados sejam compostos basicamente por população que deixou o campo, os Bairros Almirante Tamandaré e Veneza parecem ter sido os mais procurados pela população idosa. Durante nossa pesquisa de campo foi possível constatar a grande concentração de aposentados rurais nestes dois bairros.

Figura 8: Planta da área urbana de São José do Norte.



Fonte: Elaborado pelo autor.



Fonte: IBGE - SIDRA (2005). Organizado pelo autor.

A inversão da estrutura demográfica de São José do Norte entre os anos 1980 e 1990, da qual já tratamos no capítulo 4, provocou a rápida expansão da mancha urbana. Neste contexto de êxodo rural a população idosa também estava inserida, como demonstra a passagem a seguir:

“(...) essa vila mesmo (Bairro Veneza) há dezoito anos tinha uma ou duas pessoas, era pouca gente. No Butros Nader (antigo nome de parte do bairro Almirante Tamandaré) mesmo não tinha ninguém, aqui mesmo arranquei gravatá branco, arranquei gravatá branco pra fazê minha casa, há dezoito anos atrás. E hoje tu vê que não tem nem lugar pra mais nada.” (30º entrevistado, aposentado com situação urbana, agricultor de São José do Norte, 2005)

As afirmações do entrevistado são plenamente coerentes. Ao observarmos fotografias aéreas de São José do Norte dos anos de 1984 e 2003, vemos o brutal crescimento da mancha urbana.

Foto 7: Fotografia aérea (obliqua) de São José do Norte (cidade do Rio Grande ao fundo).



*Fonte:* Autor desconhecido. 1984.

Foto 8: Fotografia aérea (vertical) de São José do Norte.



*Fonte:* Laboratório de Oceanografia Geológica – LOG – FURG. 2003.



Na fotografia 7, vemos no canto inferior esquerdo uma grande mancha branca. Trata-se do campo de dunas que limitava a cidade à leste. Esta área corresponde aos atuais bairros Guarida e João Landell, completamente ocupada se observarmos o centro superior da fotografia 8. Os bairros Veneza (centro inferior da foto 7) e Almirante Tamandaré (canto inferior direito da foto 7), embora com certo nível de ocupação em 1984, eram ainda pouco urbanizados, apresentando grandes áreas vazias ocupadas por vegetação, por isso a coloração esverdeada. Na foto 8, estas áreas estão plenamente ocupadas.

Assim, temos um primeiro período de impacto espacial da previdência marcado por sua influência no êxodo rural de idosos, ao interagir com o quadro local de precárias condições de vida para os idosos no campo.

A inserção de novos dados à *situação geográfica* de São José do Norte, especialmente eletrificação rural e pavimentação da rodovia BR 101, têm operado, na interação com a política previdenciária, no sentido de influenciar o processo decisório dos agricultores, agora, com a tendência de permanência no espaço rural, mesmo entre aqueles que experimentaram uma passagem urbana. (Tabela 64).

Tabela 64: Experiência urbana e perspectivas de migração entre os aposentados com situação rural – São José do Norte - 2005.

<b>Permanência em situação urbana por algum período (%)</b>	
<b>Sim</b>	<b>Não</b>
16,7	83,3
<b>Motivo que poderia levar a migração para a cidade (%)</b>	
Não tem intenção de mudar	73,3
Estar próximo de filhos e demais parentes	10
Estar próximo dos serviços de saúde	13,3
Ter maior conforto	3,3

Fonte: Pesquisa de campo.

Quando questionamos os aposentados com situação rural sobre os motivos que poderiam levá-los a mudar-se para a cidade, a grande maioria respondeu não ter nenhuma intenção de mudar. Apesar da intenção majoritária de permanência, cabe a atenção para o percentual daqueles que afirmaram que problemas de saúde e a necessidade de atendimento podem ser determinantes nesta decisão (13,% aproximadamente).

A família mais uma vez aparece como um elemento importante, representando o segundo maior motivo para uma possível migração (10%). Apenas um dos entrevistados afirmou considerar a cidade mais confortável, sendo este o motivo para uma possível mudança.

Entre os agricultores não-aposentados, a totalidade das respostas nos informa da intenção de continuar vivendo no campo quando a idade da aposentadoria chegar.

Esta decisão pela permanência, por parte de aposentados e não-aposentados, está baseada, assim como para aqueles de emigraram para a cidade, em fatores múltiplos, de ordem tanto material quanto subjetiva.

Apontamos alguns elementos os quais evidenciamos como influentes na decisão pela permanência. O primeiro deles diz respeito ao vínculo existente entre os entrevistados e seu espaço de vida no rural. Diferente do grupo que parece ter experimentado um descolamento entre as dimensões do trabalho e da vida, desconsiderando o rural como lugar para viver, os entrevistados localizados no meio rural pretendem continuar no campo, como podemos observar no Box 9.

### **Box 9: Categoria “Vínculos com o rural”**

Entre os entrevistados que vivem no meio rural, surgem diversos elementos em seus depoimentos que sugerem uma forte ligação com este espaço. A expressão “(...) *eu me criei aqui, nasci e me criei aqui* (...)” está presente na maioria das orações que manifestam a intenção de permanecer no meio rural, seja entre agricultores aposentados ou não. O segundo elemento evidente são os vínculos estabelecidos através das relações de vizinhança. Estas relações de interconhecimento proporcionam a segurança que os mesmos afirmam não existir na cidade:

“(...) Por que aqui a gente vive tão tranqüilo. A gente sai deixa até a casa aberta, vai no vizinho e não tem problema graças à Deus né, não tem. Quando a gente chega tá tudo direitinho no mesmo lugar e na cidade já não é assim, a gente sabe que já tem que fechá, trancá tudo né, e às vezes mesmo trancado ainda acontece as coisas (...)” (2º entrevistada, aposentada com situação rural, agricultora de São José do Norte, 2005)

A tranqüilidade da vida no campo, em oposição à “agitação” da cidade é outro elemento sempre presente. O sentimento de liberdade frente à prisão da vida urbana, é outro fator da preferência pela permanência no meio rural:

“Porque eu acho que a campanha é muito melhor que a cidade, eu detesto cidade, a campanha é um lugar mais calmo, tudo mais calmo. E a cidade a gente também gasta muito na cidade. Cidade é uma prisão. Pra mim eu acho que a cidade é uma prisão, porque, só pra quem trabalha lá, por que aí tem atividade, mas pra quem tá aposentado ficá só sentado dentro de casa é uma prisão. Aqui não, aqui é mais livre”. (7º entrevistado, não aposentado, agricultor de São José do Norte, 2005)

A possibilidade de complementar a renda previdenciária com estratégias como a produção de gêneros de autoconsumo também se manifesta na linguagem dos envolvidos. São emblemáticos os trechos:

*Continua...*

...Continuação

“A cidade tem alguma diferença por um lado mais pra outro se torna mais difícil. (Questionado sobre o quê é mais difícil) Principalmente o consumo da casa, por que na campanha tu planta um legume, cria uma galinha tu tem, e lá é tudo na base do dinheiro né. Se não tem o dinheiro, não tem...”. “(...)Pra nós é o campo. Porque no campo tu faz uma horta, tu tens os legumes, tem tudo,... e lá é tudo comprado...” (6º entrevistado, não-aposentado, agricultor de São José do Norte, 2005).

O “*nasci e me criei aqui*” expressa o sentimento de *topofilia* de que nos fala Yu Fu Tuan (1979<sup>91</sup>, apud CORREA, 1995), ou seja, as experiências vivenciadas na relação com o espaço e os sentimentos decorrentes desta relação, estabelecidos também na relação do indivíduo com o grupo com o qual partilha determinado espaço. Neste plano, as relações de interconhecimento estabelecidas pela comunidade permitem a sensação de segurança manifestada pelos entrevistados. Todos os membros se conhecem, nenhum estranho se insere neste espaço sem ser notado, inexistente o anonimato típico das relações sociais urbanas. Apesar da subordinação econômica, vemos aí um território produzido por relações de identidade, na escala da comunidade. Neste aspecto não são poucas as manifestações de que a pavimentação da rodovia, apesar de representar desenvolvimento, tende a romper com tal quadro estabelecido, um preço a ser pago, na medida em que permitirá a melhor mobilidade, inclusive de pessoas estranhas ao lugar.

Se para o homem urbano o meio rural pode representar a imagem da monotonia, o inverso é verdadeiro para aqueles que vivem no rural, especialmente os mais velhos. Mesmo agitada, cheia de acontecimentos, a cidade é encarada como prisão pelos camponeses, principalmente para

<sup>91</sup> TUAN, Y. F. Space and place: humanistic perspective. in: GALE, s. e OLSSON, G. (eds.) **Philosophy in geography**. Dordrecht: Reidel Publ. Co. 1979.

viver a velhice. No meio rural, há sempre uma cerca para ser concertada, uma horta para cuidar, um vizinho ou parente à quem dar palpites sobre como plantar, etc. Com isso, permanecer no meio rural na aposentadoria representa a liberdade que o cotidiano da cidade tende a tolher.

O vínculo com o rural apresenta também uma componente econômica. A permanência na unidade de produção, além de permitir a continuidade da produção para comercialização também possibilita o uso das *forças marginais* propostas por Jerzy Tepicht como ilustra o depoimento do Box acima: a criação de alguns animais e o cultivo de uma horta reduzem o custo de vida, reservando o benefício da aposentadoria para a satisfação de outras necessidades, como os remédios.

Conforme já abordamos em diversas ocasiões, as novas infraestruturas instaladas elevaram a qualidade de vida da população rural, apesar do contexto de crise (Box 10).

**Box 10: Categoria “Novas condições de vida no espaço rural”**

“ (...) Pelo que a pessoa pode, conforto tem igual a cidade agora com a energia. Há um tempo atrás não, não se podia ter uma televisão grande, não podia ter uma geladeira, ... até podia né, a gás, mas agora...” (5º entrevistado, aposentado com situação rural, agricultor de São José do Norte, 2005)

Pavimentação parcial da rodovia e eletrificação rural. A inserção destas duas infraestruturas está promovendo a elevação da qualidade de vida da população rural e a mudança na visão desta a respeito da vida no campo. A possibilidade do uso de utensílios domésticos e melhor acessibilidade à cidade graças à rodovia pavimentada reduziu, na visão dos entrevistados as diferenças entre o campo e a cidade no que diz respeito ao conforto: “ –(...) *Qué melhor que aqui? Temo estrada, temo luz. Daqui a pouquinho, tamo a meia hora de viaje já tamo no Norte.*” (9º entrevistado, não aposentado, agricultor de São José do Norte, 2005)

Embora o campesinato guarde especificidades frente à sociedade urbana, isto não implica que seu universo de necessidades de consumo não acompanhe as transformações do consumo de massa urbano, residindo aí a contemporaneidade da abordagem chayanoviana complementada pelas idéias de Tepicht. Às necessidades básicas vão se aglutinando consumos mais “sofisticados”, com repercussões no comportamento econômico das famílias. A observação nos mostra entretanto, que tais necessidades têm uma relação estreita com a redução da “dureza do trabalho” (tyagostnost) e com a tentativa de minimizar os efeitos do isolamento espacial representado pela vida no campo através da busca de informação e comunicação. Assim, se nosso questionamento sobre o consumo de roupas recebia a resposta de que isto não os preocupava, por outro lado itens como a geladeira, eletrodomésticos e bombas d’água são objetos de consumo sempre presentes, como já vimos, na medida em que representam a redução dos esforços para preparar alimentos e conservá-los e o fim da necessidade da “lata d’água na cabeça” existente no tempo das bombas manuais. A antena parabólica e o televisor representam a possibilidade de ter acesso a mais canais de televisão, ampliando assim o leque de informações e de entretenimento, o celular permite o contato com a família na cidade.

Como vemos, caracteriza-se uma nova etapa de impactos territoriais da renda previdenciária em São José do Norte. Se as precárias condições de vida pretéritas, somadas à renda constante motivavam a busca de melhores condições na cidade, hoje, a inserção de infra-estruturas de transporte e energia redefiniu tal quadro. A consciência dos problemas inerentes à vida na cidade, a melhoria da qualidade de vida (virtual) no meio rural e a renda líquida e constante representada pela previdência têm operado no sentido de influenciar os agricultores, aposentados ou ainda fora da idade de aposentadoria, a permanecerem no campo, levando-os novamente a encarar o rural como lugar de vida, não apenas de trabalho. Ainda assim, apesar da

pavimentação e eletrificação, as demandas em torno da saúde aparecem como o fator determinante nas migrações do presente e no futuro.

## CONCLUSÃO

O espaço geográfico, e por conseguinte, o território, são resultados da acumulação de diferentes ações (oriundas de diversas escalas) em diferentes momentos históricos. Sociedade e espaço relacionam-se produzindo efeitos específicos ao local, na medida da interação com as forças do velho e do novo, do externo e do interno, do Estado e do mercado. Isto parece corresponder plenamente à realidade do caso estudado. Buscamos analisar os impactos da previdência a partir desta perspectiva, recorrendo a todos os fatores que considerássemos relevantes na interação com a política previdenciária e na conformação dos impactos econômicos, sociais e espaciais, enfim, territoriais.

A *situação geográfica* ou quadro pré-existente à inserção da renda previdenciária em São José do Norte mostrou-se uma realidade complexa. Um espaço agrário que se constrói a partir de uma demanda estratégica da coroa portuguesa em seu interesse contrabandista e de expansão territorial, sendo o campesinato de origem açoriana, juntamente com a etnia negra, inserido nestas condições. Arrefecidas as tensões, tal espaço perde importância estratégica tornando-se marginal aos interesses estatais nos períodos posteriores. Assim, o isolamento sócio-espacial deixa tal espaço alheio ao processo pleno de modernização da agricultura empreendido pelo Estado nos anos 1960 sobretudo, garantindo a reprodução social do camponês. Isto não significa que o mesmo tenha passado imune aos reflexos deste processo.

A modernização que acentuou a urbanização brasileira e ampliou a produção dos itens básicos da alimentação do trabalhador urbano, visando a manutenção dos baixos salários, levou ao rápido crescimento da demanda de outros produtos agrícolas não necessariamente alvo do



processo modernizante, como o exemplo da cebola. A malha territorial produtiva nacional apresentava heterogeneidade espacial, ocasionando a variação de oferta ao longo do ano. Como resultado, observa-se a elevação cíclica dos preços, em função de uma demanda crescente e uma oferta variável. O retorno monetário pela produção de cebola torna-se cada vez mais alto.

O campesinato que até os anos 1960 desenvolvia uma diversidade de estratégias de reprodução econômica, não necessariamente monetárias, passou a direcionar sua capacidade produtiva na direção das entradas monetárias, simplificando suas estratégias e tornando-se mais vulnerável por isto.

Práticas sociais e espaços de relação vão sendo substituídos pela lógica da produção, embora se mantenham elementos tipicamente camponeses na racionalidade econômica e relações sociais dos agricultores. Se as trocas de serviço e o abate de animais, alguns dos elementos da socialização camponesa na área de estudo, vão dando lugar ao uso do trator e a compra cada vez maior de itens de subsistência na cidade, as doações de alimentos entre vizinhos permanecem como ações corriqueiras. Enfim, o campesinato nortense é complexo e multifacetado, com elementos de ruptura e de permanência.

A modernização, elemento de ruptura, manifesta-se, embora supostamente de maneira não-planejada, na absorção do ideário da mecanização e quimificação. O trator assume status de materialização da prosperidade, os insumos químicos elevam a produtividade, mas também os custos de produção, extinguindo práticas como capina manual e adubação orgânica.

Como elemento de permanência, temos a continuidade das relações entre camponeses e atravessadores. As condições locais de transporte atuam a favor dos intermediários, tornando-os atores centrais na relação do camponês com o mercado consumidor.

O cenário de prosperidade passa a se desfazer nos anos 1980, fruto da reorganização espacial da malha territorial produtiva de cebola no país. A concorrência inter-regional e o

declínio dos preços não são sentidos inicialmente pelos agricultores, dado o caráter qualitativo de sua gestão, voltada para a satisfação das necessidades.

A partir de meados dos anos 1980 instala-se a crise. Ainda assim, a expectativa dos agricultores era de retorno às condições precedentes. Objetividade (ausência de infra-estruturas) e subjetividade (ligação secular com a cebola) operam conjuntamente no sentido de dificultar a adoção de alternativas ao sistema de produção que entrava em decadência. A inviabilização econômica das unidades de produção se traduz num massivo êxodo rural.

Neste contexto se inserem os proventos do sistema previdenciário. *A priori*, os impactos territoriais da previdência observados em São José do Norte se aproximam muito daqueles observados na escala das regiões Nordeste e Sul. A relevância dos resultados da previdência rural observada nos casos abordados representa a ruptura com um histórico de desconsideração e desigualdade de gênero. A conquista do direito a uma renda mínima na fase idosa ou no caso de invalidez, para homens e mulheres, equitativa entre estes e o trabalhador urbano, permite a visualização do tamanho da dívida social para com este setor da sociedade, num contexto no qual o campesinato jamais possuiu um lugar social.

A renda da aposentadoria tem garantido o acesso das famílias aos itens de subsistência, salientando-se a alimentação e o acesso aos medicamentos, item tão necessário quanto a alimentação na fase idosa do indivíduo. Na experiência nacional e na local, a renda previdenciária aparece também como uma fonte de custeio da atividade agrícola. Converte-se, segundo a literatura, em seguro agrícola. O seguro agrícola *real* trata-se de uma conquista ainda não alcançada, *de fato*, pelos camponeses. Apesar disto, a certeza do recebimento do salário mínimo no início do mês sucede uma vida de incertezas sobre a satisfação das necessidades, frente à certeza destas.

A continuidade da produção comercializável e/ou o uso das forças marginais (embora reduzidas) no auxílio à subsistência, permitem aos camponeses operarem verdadeiros *milagres* com um salário mínimo. O acesso a bens duráveis e a melhoria nas condições de moradia através da renda previdenciária trata-se de um dado universal, influenciando positivamente a economia dos pequenos municípios de base econômica agrária.

O aposentado rural torna-se agente dinamizador da economia do município. Utiliza meios de transporte periodicamente, faz compras de alimentos, medicamentos, roupas, bens duráveis e material de construção. Auxilia financeiramente os parentes mais próximos, especialmente os filhos. Como efeito, assume a postura de protagonista de sua vida, passando de provido à provedor. Sua valorização frente à sociedade apresenta hoje um viés economicista. Passará pelos obstáculos impostos pela civilização ocidental moderna (a destruição criativa, a efemeridade dos eventos e das técnicas e o ímpeto pela superação do passado) para o alcance de uma valorização plena, do ser humano, não apenas de sua carteira. Assim como a questão de gênero na segunda metade do século XX tornou-se pauta de pesquisas e ações, sendo ainda atual, a contemporaneidade nos aponta para a necessidade das mesmas medidas no sentido das relações intergeracionais.

A previdência mobiliza também atores políticos e suas estratégias de reprodução, tecendo redes de clientela entre uma população necessitada, frente à corriqueira informalidade da atividade, e às transformações do trabalho no espaço rural criando situações de incompreensão por parte daqueles que analisam os processos de concessão de benefícios. Neste aspecto, a complexificação das formas de trabalho não se trata de uma exclusividade do espaço urbano. O conceito de *regime de economia familiar* presente na constituição precisará passar por redefinições sob pena de perder sua capacidade de abarcar as diversas modalidades de trabalho presentes no espaço rural contemporâneo.

O acesso à renda líquida e constante frente ao quadro de precariedade do espaço rural operou em São José do Norte, no primeiro momento, no sentido de mobilizar a população idosa do rural para o urbano, na busca por mais conforto e proximidade dos serviços de saúde. A negação do INSS no fornecimento do cadastro de nomes e endereços impediu a quantificação desta realidade. A informação de que mais de 50% dos entrevistados com situação urbana migraram após a obtenção do benefício nos serve, entretanto, como indício das repercussões espaciais da renda previdenciária.

A literatura sobre a experiência nacional aponta a busca por serviços de saúde como principal motivo das migrações. A existência de um serviço de saúde efetivo no meio rural tenderia a potencializar positivamente os resultados da inserção da renda previdenciária. Com base na realidade observada, acreditamos que o somatório da “melhoria (virtual) das condições de vida (representada pela renda) + impossibilidade de tornar efetivas tais condições de vida (no meio rural)” uma explicação plausível para o êxodo também na experiência nacional.

Na decisão pela migração, no caso local, mais uma vez objetividade e subjetividade se mesclam. Somados à ausência de eletrificação rural, péssimas condições de transporte e necessidade de serviços de saúde, os processos de especialização e profissionalização da atividade operaram no sentido de desagregar a comunidade e a família, esta especialmente a partir da crise, e fazer com que parte dos agricultores considerassem o rural como espaço de trabalho somente, levando-os a migrar a partir da aposentadoria.

O quadro pré-existente de São José do Norte passa por um processo de transformação recente. Instalação de infra-estruturas de energia e transporte, prelúdio da territorialização do capital industrial, seja diretamente, através da exploração florestal, seja pela via da integração vertical, com a inserção da fumicultura.

A densificação institucional também é um dado novo. A formação de grupos comunitários, a criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, os convênios com universidades e instituições de pesquisa apontam tendências de reconstrução de espaços sociais e a possibilidade de delimitação de estratégias de superação da crise, agora sob a responsabilidade inédita da própria sociedade. A obscuridade dos rumos do meio rural nortense começa a mostrar centelhas do que pode representar *a luz no fim do túnel*. Possibilidades ainda. Caso confirme-se esta perspectiva, a revalorização das relações comunitárias, a reativação dos espaços sociais, o resgate da cultura e dos saberes tradicionais como elementos do desenvolvimento rural contemporâneo representam uma possibilidade de valorização do sujeito idoso e da ressignificação de seu papel na dinâmica social deste espaço rural, como um agente aglutinador e transmissor de práticas e saberes para as gerações mais jovens.

Apesar dos fortes efeitos econômicos sobre as famílias, a renda previdenciária não é capaz de redefinir o quadro das relações entre os camponeses e os intermediários. O poder local destes atores continua forte, calcado na ausência de informação e organização social, alternativas de escoamento da produção e medo de que a única via deste escoamento se retire como represália frente às reivindicações.

Por seu turno, a interação entre infra-estruturas e renda previdenciária produz resultados inesperados. A informação de que um terço dos banheiros dos domicílios dos aposentados haviam sido construídos depois da aposentadoria e da eletrificação rural dão conta de uma *revolução sanitária* emergente do somatório destas políticas.

Com efeito, observa-se um novo período de impactos espaciais da previdência rural. Esta mudança é resultado da redefinição dos termos da equação exposta acima. Agora, a possibilidade “virtual” de melhoria de vida com a renda previdenciária pode se efetivar, visto que o espaço rural está dotado de novos objetos técnicos que “encurtaram” a distância entre o campo e a

cidade. Embora a crise permaneça, os agricultores reconhecem que a vida na cidade pode ser pior do que a vida no campo nesta situação. A revalorização das relações de vizinhança e comunitárias, a segurança alimentar baseada no uso das forças marginais e a identificação com o espaço de vida representado pelo meio rural somam-se, como fatores subjetivos, à objetividade representada pelas condições proporcionadas pelas infra-estruturas.

O êxodo rural ocorrido (e ainda em marcha, embora menos intenso) em São José do Norte nos serve de exemplo, apontando para um cenário futuro no qual existirão menos pessoas ligadas à atividade agrária aptas, portanto, ao recebimento da previdência rural. Assim, se a participação dos idosos na composição da população apresenta uma curva de crescimento, a participação dos aposentados rurais na economia municipal tende a ser menos intensa nas próximas gerações.

Este crescimento da participação demográfica dos idosos tem sido encarado como um problema econômico para o Estado. Se o subsistema rural brasileiro, a exemplo do regime geral da previdência, passar por reformas com vistas ao equilíbrio entre receita e despesa, tornando-se um modelo de contribuições individuais (*contributivo estrito*), assistiremos à redução do número de agricultores e agricultoras capazes acessar os proventos previdenciários, tornando-se público-alvo dos mecanismos assistenciais de complementação de renda, considerando a experiência internacional. Está posto então um desafio tanto ao Estado quanto à sociedade. Confrontar-se-ão no futuro os interesses tecnocráticos com aqueles da manutenção dos direitos sociais adquiridos, entre os quais pesa a equidade de renda mínima entre trabalhadores rurais e urbanos.

Assim, entre o material e o ideal, na relação entre a economia, a sociedade, o espaço, as forças políticas e o poder dos atores, a previdência rural, *não isoladamente*, produz impactos territoriais que transitam entre a universalidade pretendida entre os técnicos de Estado, e as particularidades resultado da interação com a situação geográfica do lugar onde incide.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2ª Edição. São Paulo: Editora Hucitec. 1998.

ALBUQUERQUE, F. J. *et. al.* Análise das repercussões psicossociais decorrentes da concessão de benefícios rurais. **Psicologia: Reflexão e Crítica.**, 1999, vol 12, no. 2, p. 503-519. Disponível em <[www.scielo.br](http://www.scielo.br)>. Acesso em 01/12/2004

ALLIÈS. Paul. **L'invention du territoire**. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble. 1980.

ALMEIDA, J. **A construção social de uma nova agricultura: tecnologia agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil**. Porto Alegre: Ed. UFRGS. 1999.

AMIM, A. **An instiucionalist perspective on regional economic development**. in: Economic Geography Research Group Seminar 'Institutions and Governance'. Department of Geography. UCL. London. July. 1998. Disponível em: <<http://www.durham.ac.uk>> Acesso em 15/06/2005

ANDRADE, M. C. de. **Lutas camponesas no Nordeste**. São Paulo: Ed. Ática. 1986. (Série Princípios)

ANDRADE SILVA, E. R. & DELGADO, G. C. Condições de efetividade e universalização da previdência rural. in: DELGADO, G. C. & CARDOSO Jr., J. C.(orgs). **A universalização de direitos sociais no Brasil: a previdência rural nos anos 90**. 2ª ed. Brasília. IPEA. 2003.

ARAÚJO, I. L. **Introdução à filosofia da ciência**. 2ª ed. Curitiba: Ed. Da UFPR. 1998. (Série Didática)

BADIE, B. **O fim dos territórios**. Lisboa: Instituto Piaget. 1996.

BARBOSA, R. S. **Previdência social rural e sindicalismo rural**. In: X Congresso Brasileiro de Sociologia – SBS. Fortaleza. 2001. Disponível em <[sindicalismo.pessoal.bridge.com.br/RomuloBarSbs2001.rtf](http://sindicalismo.pessoal.bridge.com.br/RomuloBarSbs2001.rtf)>. Acesso em 10/03/2004.

BECKER, B. K. Modernidade e gestão do território no Brasil: da integração nacional a integração competitiva. In: **Espaço e Debates**, São Paulo, nº 31, 1991.

\_\_\_\_\_. e EGLER, C. A. G. **Brasil: uma potência regional na economia-mundo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. Ed. da Universidade Estadual Paulista. 1993.

BELTRÃO, K. I., OLIVEIRA, F. E. B. & PINHEIRO, S. S. **A população rural e a previdência social no Brasil: uma análise com ênfase nas mudanças constitucionais**. Texto para Discussão no 759. IPEA. Brasília, setembro de 2000. Disponível em <[www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br)>. Acesso em 20/09/2003.

BERNARDES, N. **Bases geográficas do povoamento do estado do rio grande do sul**. Ijuí: Ed. Unijuí. 1997.

BIOLCHI, M. & SCHNEIDER, S. A previdência social e seus impactos sociais e econômicos no meio rural do Rio Grande do Sul. **Revista Indicadores Econômicos FEE**. Porto Alegre. v. 30, n. 4 p. 27-42, 2003. Disponível em <[www.ufgrs.br/pgdr](http://www.ufgrs.br/pgdr)>. Acesso em 03/12/2004.

BLUM, R. Agricultura familiar: estudo preliminar de definição, classificação e problemática. in: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 3ª edição. Passo Fundo: UPF. 2001.

BOMBARDI, L.M. O papel da geografia agrária no debate teórico sobre os conceitos de camponato e agricultura familiar. **GEOUSP - Espaço e Tempo**. São Paulo, nº 14, 2003.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 35ª Ed. São Paulo: Saraiva. 2005. (Coleção Saraiva de Legislação)

\_\_\_\_\_. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA. Sistema de Produção Cebola (*Allium Cepa L.*). **Sistemas de Produção** n. 5. Dez. 2004 (Embrapa Hortaliças) Versão Eletrônica. Disponível em: <<http://www.cnph.embrapa.br/sisprod/cebola/index/htm>> Acesso em 20/10/2005.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Vol 34. Rio de Janeiro. 1959.



\_\_\_\_\_. **Produção agrícola municipal.** SIDRA. Sistema IBGE de Recuperação Automática. Disponível em: <<http://www.sidra/ibge.br>>. Acesso em 26/09/2003

\_\_\_\_\_. **Indicadores sociais municipais:** uma análise dos resultados da amostra do censo demográfico 2000: Brasil e grandes regiões. Rio de Janeiro. 2004. Cd Rom.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. **Banco de dados da agricultura familiar.** Disponível em <<http://www.incra.gov.Br/Sade/condicaoprod/FAM.asp>>. Acesso em 20/10/2005.

\_\_\_\_\_. Ministério da Agricultura e Abastecimento. **Portaria N° 529/1995.** Brasília, de 18 de agosto de 1995.

BROSE, M. **Agricultura familiar, desenvolvimento local e políticas públicas.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC. 2000.

BUNSE, H. A. W. **São José do Norte – Aspectos lingüísticos e etnográficos do antigo município.** 2ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto/Instituto Estadual do Livro. 1981.

BRUMER, A. Previdência social rural e gênero. **Sociologias.** Porto Alegre. Ano 4 no. 7 jan/jun 2002. p. 50 – 81. Disponível em <[www.scielo.br/pdf/soc/n7/a03n7.pdf](http://www.scielo.br/pdf/soc/n7/a03n7.pdf)>. Acesso em 10/03/2004.

CAMARANO, A. A. **O idoso brasileiro no mercado de trabalho.** IPEA. Rio de Janeiro. 2001. (Texto para discussão 830). Disponível em <[www.ipea.gov.br/pub/td/2001/td\\_0830.pdf](http://www.ipea.gov.br/pub/td/2001/td_0830.pdf)>. Acesso em 05/03/2005.

\_\_\_\_\_. **Envelhecimento da população brasileira:** uma contribuição demográfica. IPEA. Rio de Janeiro. 2002. (Texto para discussão 858). Disponível em <[www.ipea.gov.br/pub/td/2002/td\\_0858.pdf](http://www.ipea.gov.br/pub/td/2002/td_0858.pdf)>. Acesso em 05/03/2005.

\_\_\_\_\_. Mulher idosa: suporte familiar ou agente de mudança? **Estudos Avançados.** 17 (49), 2003. Disponível em <[www.scielo.br/pdf/ea/v17n49/18396.pdf](http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n49/18396.pdf)>. Acesso em 10/03/2004.

CAMARGO FILHO, W. P. *et al.* Evolução da produção e comportamento do mercado de cebola no Brasil, 1971-90. **Agricultura em São Paulo.** SP, 40(2):27-50, 1993.

CAMARGO FILHO, W. P. Cebolicultura brasileira e Mercosul. **Informações Econômicas**. SP, v.25, n.7, jul. 1995.

\_\_\_\_\_. e MAZZEI, R. Produção e mercado de cebola no Mercosul, 1990 – 98. **Informações Econômicas**, SP, V. 29, n. 4, abr, 1999.

\_\_\_\_\_. Mercado de cebola: tendências de produção e de preços no Brasil e Argentina. **Informações Econômicas**, SP, v. 31, n. 6, jun. 2001.

\_\_\_\_\_. Alterações no mercado de Cebola com o Mercosul. **Informações Econômicas**, SP, v. 32, n.10, out. 2002.

CAMARGO FILHO, W. P. e ALVES, H. S. Produção de cebola no Mercosul: aspectos tecnológicos e integração de mercado no Brasil e Argentina. **Informações Econômicas**, SP, v. 32, n. 5, mai. 2005.

CAMPESINATO, ESTADO E PERESTROYKA. Entrevista com Teodor Shanin. **Revista Tempo e Presença**. n. 23. Junho. 1988.

CAPPELLE, M. C. A. et al. Análise de conteúdo e análise de discurso nas ciências sociais. **Revista de Administração da UFLA**. 2003. <[http://www.dae2.ufla.br/revista/Revista%20v5%20N1%20jan\\_jun%202003\\_6.pdf](http://www.dae2.ufla.br/revista/Revista%20v5%20N1%20jan_jun%202003_6.pdf)> Acesso em 15/06/2005.

CARNEIRO, M. J. **Camponeses, agricultores e pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria. 1998.

CARVALHO, I. M. M & ALMEIDA, P. H. Família e proteção social. **São Paulo em Perspectiva**, 17 (2): 109 – 122, 2003. Disponível em <[www.scielo.br/pdf/spp/v17n2/a12v17n2.pdf](http://www.scielo.br/pdf/spp/v17n2/a12v17n2.pdf)>. Acesso em 10/03/2004.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede. A era da informação: economia sociedade e cultura**. Vol. 1. São Paulo: Paz e Terra. 1999.

CHAYANOV, A. V. Sobre la teoría de los sistemas económicos no capitalistas. *in*: THORNER, D. et al. **Chayanov y la teoría de la económica campesina**. 2ª ed. México D.F: Ediciones Pasado y Presente. 1987.

CLAVAL, P. **Espaço e poder**. Rio de Janeiro: Zahar. 1979.

CÓRDOVA, P. Cuando los árboles dejan ver el bosque: impactos territoriales de la forestación en el Uruguay. in: LINK, T e SCHIAVO, S. (comp.) **Globalización y territorio – Nueva ruralidad, patrimonios colectivos y sustentabilidad en la Cuenca del Plata**. Programa ECOS (Proyecto Conjunto de Investigación Científica Uruguay – Francia) Ed. Nordan – Comunidad. Montevideo. 2003.

CORRÊA, R. L. Espaço, um conceito chave da Geografia. In: CASTRO, I. E; GOMES, P. C. da C. e CORRÊA, R. L (orgs). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1995.

\_\_\_\_\_. **O espaço urbano**. 4ª Ed. São Paulo: Ed Ática. 2002. (Série Princípios, 174)

COSTA, W. M. da. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Ed. Contexto. 1991. (Coleção Repensando a Geografia)

DELGADO, G. C. **Experiências exitosas de combate a pobreza rural**: lições para a reorientação de políticas. Caso Brasil: sistema de previdência rural. Projeto FAO Pobreza – LOA 98290/RLC. s/d. Disponível em < [www.cepal.cl/ddpeuda/pdf/brasil3.pdf](http://www.cepal.cl/ddpeuda/pdf/brasil3.pdf)>. Acesso em 05/03/2005.

\_\_\_\_\_. O financiamento da previdência rural: situação atual e perspectivas. **Bahia Análise e Dados**. Salvador, v. 12, n. 4, p. 155-162, março 2003.

DELGADO, G. C. & CARDOSO Jr., J. C. **O idoso e previdência rural no Brasil**: a experiência recente da universalização. Texto para Discussão no. 688. IPEA. Rio de Janeiro. 1999. Disponível em <[www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br)> . Acesso em 20/09/2003.

\_\_\_\_\_. **Principais resultados da pesquisa domiciliar sobre a previdência rural na região sul do Brasil (Projeto de avaliação socioeconômica da previdência social rural)**. IPEA. Rio de Janeiro. 2000. (Texto para discussão 734) <[www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br)>. Acesso em 20/09/2003.

\_\_\_\_\_. Relações de cooperação, migrações e bem estar domiciliar. in: DELGADO, G. C. & CARDOSO Jr., J. C.(orgs). **A universalização de direitos sociais no Brasil**: a previdência rural nos anos 90.2ª ed. Brasília: IPEA. 2003.

DELGADO, G. C. & SCHWARZER, H. Evolução institucional e formas de financiamento da previdência rural no Brasil. *in*: DELGADO, G. C. & CARDOSO Jr., J. C.(orgs). **A universalização de direitos sociais no Brasil: a previdência rural nos anos 90.** 2<sup>a</sup> ed. Brasília: IPEA. 2003.

ELLERY JÚNIOR, R. de G. & BUGARIN, M. N. S. Previdência social e bem estar no Brasil. **Revista Brasileira de Economia.** n.57(1): 27-57. Rio de Janeiro. Jan/Mar 2003. Disponível em <[www.unb.br/face/eco/mirta/trabalhos/prevrbe2.pdf](http://www.unb.br/face/eco/mirta/trabalhos/prevrbe2.pdf)>. Acesso em 10/03/2004.

EMATER. **Estudo de situação do município de São José do Norte.** São José do Norte. 1996.

ETGES, V. **Avaliação sócio-econômica das pequenas unidades de produção da microbacia Vida Nova – Santa Cruz do Sul – RS.** *in*: Agora. Vol. 1 n<sup>o</sup> 2. Santa Cruz do Sul. Editora da Unisc. 1995.

FERNANDES, B. M. **Agricultura camponesa e/ou agricultura familiar.** *in*: NERA – Núcleo de Estudo em Reforma Agrária. [www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera](http://www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera). s/d. Acesso em 12/01/2005.

\_\_\_\_\_. **Espaços agrários de inclusão e exclusão: novas configurações no campo brasileiro.** s/d.

\_\_\_\_\_. **Questão agrária, pesquisa e MST.** São Paulo: Cortez. 2001.

FERNANDES, B. M. e LEAL, G. M. **Contribuições teóricas para a pesquisa em geografia agrária.** *in*: IV Encontro Nacional de Pós-Graduação em Geografia. São Paulo: Março. 2002.

FERRREIRA, C. R. & SOUZA, S. C. I. **Previdência social e desigualdade: a participação das aposentadorias e pensões na distribuição da renda no Brasil – 1981 a 2001.** *in*: Anais XXXII Encontro Nacional de Economia. ANPEC. João Pessoa. Dez 2004. Disponível em <[www.anpec.org.br/encontro2004/artigos/A04A139.pdf](http://www.anpec.org.br/encontro2004/artigos/A04A139.pdf)>. Acesso em 05/03/2005.

FIORI, J. L. Para pensar o papel do Estado sem ser um neoliberal. **Revista de Economia Política.** vol. 12, n<sup>o</sup> 1. Jan – Mar, 1992.

FISCHER, T. **Poderes locais, desenvolvimento e gestão – introdução a uma agenda.** *in*: FISCHER, T. (org.) Gestão, desenvolvimento e poderes locais – marcos teóricos e avaliação. Salvador: Casa da Qualidade. 2002.

FONTOURA, L. F. M. **As relações sociais de produção e a produção do espaço agrário em São José do Norte**. Porto Alegre. UFRGS. 1994 (Dissertação de Mestrado)

FORTES, J. B. **Os casais açorianos: presença lusa na formação do Rio Grande do Sul**. 2ª ed. Porto Alegre: Martins Livreiro. 1978

\_\_\_\_\_. **O Brigadeiro José da Silva Paes e a fundação do Rio Grande**. 2ª Ed. Porto Alegre: Erus. 1980.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 19ª ed. São Paulo: Editora Graal. 2004.

FUNDAÇÃO PROCON SP. **Fundação Procon-SP constata variação da cesta básica de 1,53% em maio/ 2004**. Informativos. Cesta Básica Mensal. Página da Web. Disponível em <<http://www.procon.sp.gov.br/informativos.shtml>>. Acesso em 26/09/05.

GADOTTI, M. **Concepção dialética da educação. Um estudo introdutório**. 7ª ed. São Paulo: Cortez Autores Associados. 1990.

GALINDO, O. & FERREIRA IRMÃO, J. A previdência rural e a recuperação econômica e social das famílias do nordeste. *in*: DELGADO, G. C. & CARDOSO Jr., J. C.(orgs). **A universalização de direitos sociais no Brasil: a previdência rural nos anos 90**. 2ª ed. Brasília: IPEA. 2003.

GEORGE, P. **Geografia Rural**. São Paulo: Ed. Difel. 1982.

GOMES, P. C. da C. **A condição urbana. Ensaios de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2002.

Grupo Votorantim lançou o Programa de Poupança Florestal. **Jornal Agora**. 23/07/2005.

HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. *in*: **Boletim Gaúcho de Geografia**/Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Porto Alegre, n. 29, vol 1. 2003.

\_\_\_\_\_. Descaminhos e perspectivas do território. *In*: RIBAS, A. D., SPOSITO, E. S. e SAQUET, M. **A Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste. 2004a.

\_\_\_\_\_. **O mito da desterritorialização: do Fim dos Territórios à Multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2004b.

\_\_\_\_\_. **Da desterritorialização à multiterritorialidade.** In: Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. São Paulo. USP. 2005.

HARRISON, M. Chayanov e la economia del campesinado ruso. *in*: THORNER, D. et al. **Chayanov y la teoria de la economica campesina.** 2ª ed. México D.F.: Ediciones Pasado y Presente. 1987.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna.** 11ª ed. São Paulo: Edições Loyola. 2002.

HEIDRICH, A. L. **Além do latifúndio: geografia do interesse econômico gaúcho.** Porto alegre: Ed. UFRGS. 2000.

\_\_\_\_\_. **Integração socioespacial e seus impactos sobre as territorialidades humanas.** In: Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. São Paulo. USP. 2005.

\_\_\_\_\_. Território, integração socioespacial, região, fragmentação e exclusão social. *in*: RIBAS, Alexandre; SPOSITO, Eliseu S.; SAQUET, Marcos A. **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens.** Francisco Beltrão: Unioeste. 2004.

IANNI, O. **Estado e planejamento econômico no Brasil (1930 – 1970).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1971.

JEAN, Y. **L'agriculteur, la ville et le géographe.** Pour une socio-géographie des agriculteurs. ICOTEM, s/d.

LAFER, C. O planejamento no Brasil – observações sobre o plano de metas (1956 – 1961) *in*: LAFER, B. M. **Planejamento no Brasil.** 5ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva s/a. Coleção Debates. Vol. 2.

LATOURET, B. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica.** Tradução de Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34. 1994.

LAZARTE, R. **Max Weber: ciência e valores.** 2ª ed. São Paulo: Cortez. 2001. (Coleção Questões da Nossa Época)

LEFEBVRE, H. **De lo rural a lo urbano**. Barcelona: Edicions 62 S/A. 1971.

LENCIONI, S. **Região e geografia**. São Paulo: Edusp. 1999. (Acadêmica nº 25).

MARQUES, P. E. M Participação e pronaf: um estudo do poder, dos atores e dos conflitos em torno dos conselhos municipais de desenvolvimento rural. In: SCHNEIDER, S et al. (orgs). **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2004. (Série Estudos Rurais)

MARQUES, R. M. et al. Previdência social brasileira: um balanço da reforma. **São Paulo em Perspectiva**, 17(1): 111 – 121, 2003. Disponível em <[www.scielo.br/pdf/spp/v17n1/v17n1a10.pdf](http://www.scielo.br/pdf/spp/v17n1/v17n1a10.pdf)> Acesso em 10/03/2004.

MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil**. 5ª ed. Petrópolis: Editora Vozes. 1995

MARX, K. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Livro I.Vol. 1. 16ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1998

MAZOYER, M. e ROUDART, L. **História das agriculturas do mundo – do neolítico à crise contemporânea**. Lisboa: Instituto Piaget. 1998 (Série História e Biografias)

MENDRAS, H. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores. 1978.

Mensagem Apresentada ao Conselho Municipal de São José do Norte em sua 1ª Sessão Ordinária da 2ª Reunião de 20 de Dezembro de 1892 pelo Dr. João Landell, intendente do município, seguida da Lei orçamentária Votada pelo mesmo conselho. Rio Grande: Typographia Trocadero. 1893.

MORA, J. e SUMPSI J. M. **Desarrollo rural: nuevos enfoques y perspectivas**. Proyecto Regional de Cooperación Técnica para la Formación en Economía y Políticas Agrarias y de Desarrollo Rural en América Latina. Santiago de Chile. 2003.

MORAES, R. **Análise de conteúdo**. in: Revista Educação. Porto Alegre, n. 37, março, 1999.

MOURA, M. M. **Camponeses**. São Paulo: Ed. Ática.1986. (Série Princípios)

OLIVEIRA, A. U. de. **A agricultura camponesa no Brasil**. 4ª ed. São Paulo: Ed. Contexto. 2001.

\_\_\_\_\_. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. *In:* CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Ed. Contexto 2002a.

\_\_\_\_\_. **A geografia das lutas no campo**. 11ª ed. São Paulo: Ed. Contexto. 2002b. (Série Repensado a Geografia)

PEREIRA, J. C. **Formação industrial do Brasil e outros estudos**. São Paulo: Ed. Hucitec. 1984.

PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. 2003. Software versão 1.0.0

QUEIROZ, M. I. **Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos. USP. 1979.

RAFFESTIN, C. Repères pour une théorie de la territorialité humaine. *In:* DUPUY, G. et all. **Réseaux territoriaux**. Caen: Paradigme. 1988.

\_\_\_\_\_. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ed. Ática. 1993.

RAMBO, A. G. e RÜCKERT, A. A. **A Contribuição da Inovação Territorial Coletiva no Processo de Desenvolvimento Territorial Local/Regional**. *in:* I Seminário Nacional sobre Múltiplas Territorialidades. Canoas: 23 e 24 de setembro de 2004. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/labes>>. Acesso em 27/09/2005.

Relatório Apresentado ao conselho municipal de São José do Norte pelo Intendente do município seguido da Lei Orçamentária do ano de 1900. Rio Grande: Typ. do Diário. 1900.

Relatório Apresentado ao conselho municipal de São José do Norte pelo Intendente do município seguido da Lei Orçamentária do ano de 1900. Rio Grande : Typ. do Diário. 1901.



Relatório Apresentado ao conselho municipal de São José do Norte pelo Intendente do município seguido da Lei Orçamentária do ano de 1900. Rio Grande: Typ. do Diário. 1919.

Relatório Apresentado ao conselho municipal de São José do Norte pelo Intendente do município seguido da Lei Orçamentária do ano de 1900. Rio Grande: Typ. do Diário. 1920.

Relatório Apresentado ao conselho municipal em sua 1ª Reunião Ordinária pelo Intendente do município Capitão Agostinho Duarte de Barcellos. Rio Grande: Livraria Rio-Grandense. 1929.

RIBEIRO, P. A. M. e CALLIPO. Arqueologia e história pré-colonial. *in*: TAGLIANI, P. R. A. (org.). **Arqueologia, história e sócioeconomia da restinga da Lagoa dos Patos: uma contribuição para o conhecimento e manejo da reserva da biosfera.** Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande. 2000.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** São Paulo: Atlas. 1999.

RODRIGUES, J. H. **O continente do Rio Grande (1680 – 1807).** São Paulo: Editora Brasiliense. 1986 (Coleção Tudo é História, 111)

RÜCKERT, A. A. A estrutura territorial do estado do Rio Grande do Sul – gênese e construção. *in*: **Boletim Gaúcho de Geografia.** vol. 29, n. 1, p. 25-42, jan-jun, 2003.

\_\_\_\_\_. **Reforma do Estado, reestruturações territoriais, desenvolvimento e novas territorialidades.** *in*: I Seminário Nacional sobre Múltiplas Territorialidades. Porto Alegre; Canoas: Programa de Pós-Graduação em Geografia-Ufrgs; Curso de Geografia, Ulbra, 2004. Disponível em <<http://www.ufrgs.br/labes>> . Acesso em 27/09/2005.

SABOURIN, E. **Práticas sociais, políticas públicas e valores humanos.** *in*: I Colóquio Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural. Porto Alegre. PGDR – UFRGS. Nov. 2005. Disponível em <<http://www.pgdr.ufrgs.br>>. Acesso em 23/11/2005.

SAINT HILAIRE, A. de. **Viagem ao Rio Grande do Sul, 1820 – 1821.** Tradução de Leonam de Azeredo Penna. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia. 1999. (Reconquista do Brasil, 10)

SANDRONI, P. **Questão Agrária e Campesinato.** São Paulo: Ed. Polis. 1980.

\_\_\_\_\_. **Novíssimo Dicionário de Economia**. 10ª Ed. São Paulo: Ed. Best Seller. 2002.

SANTOS, J. R. dos. **Camponeses ou ceboleiros? Um estudo acerca da reprodução da agricultura familiar e do espaço agrário em São José do Norte – RS**. Rio Grande (Monografia de Conclusão do Curso de Geografia). FURG. 2003.

\_\_\_\_\_. *et al.* **Análise de conteúdo: a pesquisa qualitativa no âmbito da geografia agrária**. *in: Anais do XXIV Encontro Estadual de Geografia*. Santa Cruz do Sul. UNISC. 2004.

SANTOS, M. **Espaço e sociedade: Ensaios**. 2ª Ed. Petrópolis: Vozes. 1982.

\_\_\_\_\_. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel. 1985.

\_\_\_\_\_. **Pensando o espaço do homem**. 2ª Ed. São Paulo: Ed. Hucitec. 1986.

\_\_\_\_\_. **Metamorfoses do espaço habitado**. 2ª Ed. São Paulo: Ed. Hucitec. 1988.

\_\_\_\_\_. **O retorno do território**. *In: SANTOS, M. et al (orgs.) Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec e ANPUR. 1994.

\_\_\_\_\_. **Por uma geografia nova: Da crítica da geografia a uma geografia crítica**. São Paulo: Edusp. 2002a. (Coleção Milton Santos; 2)

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp. 2002b. (Coleção Milton Santos; 1)

\_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Record. 2001

\_\_\_\_\_. e SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Record. 2001.

SAQUET, M. A. **A relação espaço-tempo e a apreensão do movimento em estudos territoriais**. *in: Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina*. São Paulo: USP. 2005. (cd rom).

SCHNEIDER, S. et al. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, S et al. (orgs). **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2004. (Série Estudos Rurais)

SCHWARZER, H. **Impactos socioeconômicos do sistema de aposentadorias rurais no Brasil – Evidências Empíricas de um estudo de caso no estado do Pará**. IPEA. Rio de Janeiro. 2000a. (Texto para discussão 729) <[www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br)>. Acesso em 20/09/2003.

\_\_\_\_\_. **Paradigmas da previdência social rural: um panorama da experiência internacional**. Texto para Discussão no 767. IPEA. Brasília, novembro de 2000b. Disponível em <[www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br)>. Acesso em 20/09/2003.

\_\_\_\_\_. A previdência rural na experiência internacional. In: DELGADO, G. C. & CARDOSO Jr., J. C.(orgs). **A universalização de direitos sociais no Brasil: a previdência rural nos anos 90.2<sup>a</sup> ed**. Brasília. IPEA. 2003.

SHANIN, T. **A natureza e a lógica da economia camponesa**. *in*: Journal of peasant studies. 1973. Tradução: Paulo Rogério Ferreira Garcia (1985).

SILVA, M. K. e MARQUES, P. E. M. **Democratização e políticas públicas de desenvolvimento rural**. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K. e MARQUES, P. E. M (orgs) **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS. 2004 (Série Estudos Rurais)

SILVA, E. R. & SCHWARZER, H. **Proteção social, aposentadorias, pensões e gênero no Brasil**. IPEA. Rio de Janeiro. 2002. (Texto para discussão 934). Disponível em <[www.ipea.gov.br/pub/td/2002/td\\_0934.pdf](http://www.ipea.gov.br/pub/td/2002/td_0934.pdf)>. Acesso em 05/03/2005.

SILVA, J. G. da. **Tecnologia e agricultura familiar**. 2<sup>a</sup> ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS. 2003.

SILVA, O. H. da. **Agricultura familiar: diversidade e adaptabilidade**. Revista Sociologia e Política. Curitiba. p. 161-167. Jun 1999.

SIQUEIRA, R. L. *et al.* A velhice: algumas considerações teóricas e conceituais. **Ciência e Saúde Coletiva**. 7(4): 899-906. 2002. Disponível em <[www.scielo.br/pdf/csc/v7n4/14613.pdf](http://www.scielo.br/pdf/csc/v7n4/14613.pdf)>. Acesso em 10/03/2004.

SOUZA, M. J. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias et al. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1995.

SPOSITO, E. S. Sobre o conceito de território: um exercício metodológico para a leitura da formação territorial do Sudoeste do Paraná. *in*: RIBAS, A.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste. 2004.

SUERTEGARAY, D. Espaço geográfico: uno e múltiplo. In: SUERTEGARAY, D; BASSO, L.A; VERDUM, R. (orgs). **Ambiente e lugar no urbano: a grande Porto Alegre**. Porto Alegre: Ed. UFRGS. 2000.

TEDESCO, J. C. **Terra, trabalho e família: racionalidade produtiva e *ethos* camponês**. Passo Fundo: EDIUPF. 1999

\_\_\_\_\_. Contratualização e racionalidade familiar. *in*: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 3ª edição. Passo Fundo: EDIUPF. 2001.

TORRES, L. H. Um capítulo da história colonial do Rio Grande do Sul. Nossa Senhora da Conceição do Estreito. In: ALVES, F. N e TORRES, L. H. (orgs). **Ensaio de história do Rio Grande do Sul**. Rio Grande: Universidade do Rio Grande. 1996.

\_\_\_\_\_. Da colônia ao Império: um panorama histórico da região. *in*: TAGLIANI, P. R. A. (org.). **Arqueologia, história e sócioeconomia da restinga da Lagoa dos Patos: uma contribuição para o conhecimento e manejo da reserva da biosfera**. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande. 2000.

TRIVIÑOS, A. N. **Bases teórico-metodológicas da pesquisa qualitativa em ciências sociais. Idéias gerais para a elaboração de um projeto de pesquisa**. Cadernos de Pesquisa Ritter dos Reis. Vol IV. Nov. 2001. 2ª ed. Porto Alegre: Faculdades Integradas Ritter dos Reis. 2001

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS. ITEPA. **Vinte e cinco anos de agropecuária na zona sul – RS**. Pelotas: Educat. 2001.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento territorial no Brasil: do entulho varguista ao zoneamento ecológico-econômico**. *in*: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural – NEAD. Disponível em <<http://www.nead.org.br>> Acesso em 04/09/2004.

VERGOPOULOS, K. Capitalismo disforme: o caso da agricultura no capitalismo. *in*: AMIN, S. e VERGOPOULOS, K. **A questão agrária e o capitalismo**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1977.

VILLWOCK, J. A. e TOMAZELLI, L. J. **Geologia costeira do Rio Grande do Sul**. Notas Técnicas, n.8, CECO-IG-UFRGS, dez. 1998

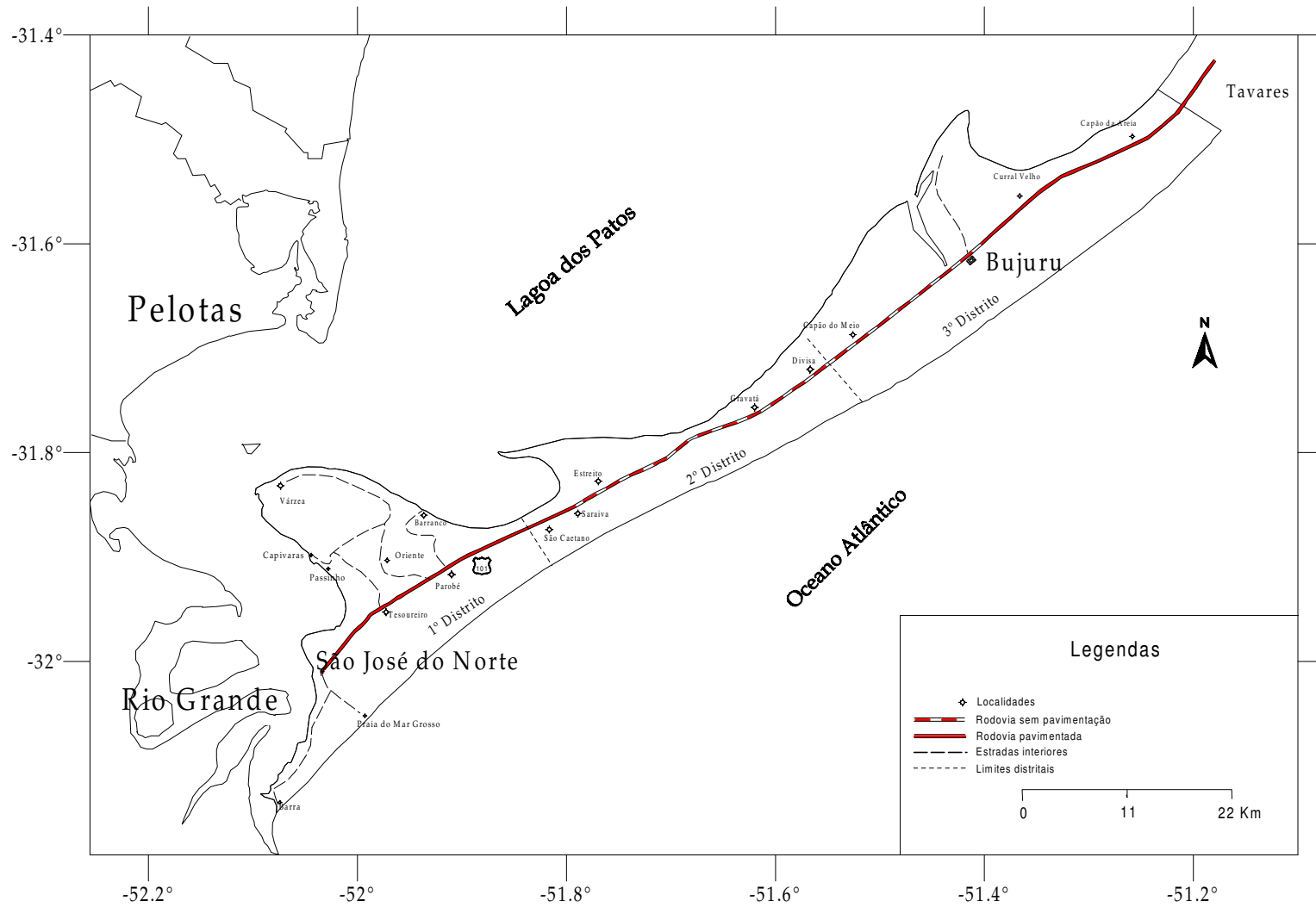
WANDERLEY, M. de N. B. **Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro** *in*: Anais do XX Encontro Anual da ANPOCS. GT 17. Processos Sociais Agrários. Caxambu, MG. Outubro de 1996.

WEBER, M. **Metodologia das ciências sociais**. Parte 1. Tradução de Augustin Wernet. São Paulo: Cortez. 1992.

\_\_\_\_\_. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. 4ª ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília. São Paulo. Imprensa Oficial. 1999.

ZABALETA, J. P. **Diagnóstico da agricultura familiar em São José do Norte – RS**. Pelotas: EMBRATA – CPACT. 1998. (Embrapa – CPACT. Documentos, 44.)

APÊNDICE A – MAPA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO NORTE



Fonte: Elaborado pelo autor.

## APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS APOSENTADOS COM SITUAÇÃO RURAL

Código: \_\_\_\_\_

Questionário a ser aplicado ao grupo formado por unidades de produção **com** beneficiário da previdência rural.

### 1. PERFIL DA UNIDADE DE PRODUÇÃO E DO BENEFICIÁRIO.

#### 1.1 Unidade de produção

0) Localidade: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_° distrito.

1) Área: \_\_\_\_\_ ha

2) Número de indivíduos: \_\_\_\_\_

3) Relação de parentesco: \_\_\_\_\_

4) Faixa etária dos componentes:

Criança (0-12): \_\_\_\_\_ Adolescente (12-18): \_\_\_\_\_ Adulto (19-60): \_\_\_\_\_ Idoso (60 ou +): \_\_\_\_\_

#### 1.2 Beneficiário

5) Número: \_\_\_\_\_ Casal: sim / não (Caso 1) Sexo: M F

6) Idade(s): (h) \_\_\_\_ / (m) \_\_\_\_ anos.

7) Aposentado(s) à quanto tempo: (h) \_\_\_\_ / (m) \_\_\_\_ anos.

8) Tipo de benefício:

Aposentadoria rural por idade

Aposentadoria rural por invalidez

Pensão rural por morte

Renda mensal vitalícia rural/amparo assistencial (Loas)

Outro: \_\_\_\_\_

9) Recebeu ajuda de alguém para se aposentar?

Sim

Não (Ir para questão 12)

10) Recebeu ajuda de:

Filhos

Outros parentes

Advogado

Cônjuge

Vereador

Prefeito

Sindicato

Outro : \_\_\_\_\_

11) Foi pedido algo em troca da ajuda?

Sim : \_\_\_\_\_

Não

12) O beneficiário é o responsável pela unidade de produção?

Sim

Não Quem é o novo responsável? \_\_\_\_\_

## 2. DIMENSÃO ECONÔMICA DO IMPACTO

Indicadores Verticais: Comércio, transporte, serviços.

Indicadores Horizontais: Permanência da unidade na condição produtiva.

### 2.1 Comércio

13) Com quais itens abaixo você gasta mais do seu benefício? (Elencar 1º ao 5º)

Alimentação \_\_\_\_\_

Medicamentos \_\_\_\_\_

Vestuário \_\_\_\_\_

Móveis \_\_\_\_\_

Outros: \_\_\_\_\_

14) Comprou algum item importante da casa depois de se aposentar?

Sim : \_\_\_\_\_

Não

15) Ficou mais fácil comprar fiado depois que se aposentou?

Sim

Não

### 2.2 Transporte

16) Frequência com a qual se desloca para a cidade:

Menos de uma vez por mês

Uma vez por mês

Mais de uma vez por mês

17) Para quais cidades costuma ir?

São José do Norte

Rio Grande

Pelotas

Outra : \_\_\_\_\_

18) Motivo:

Receber benefício

Saúde

Compras

Visitar parentes

19) Meio de transporte utilizado:

Individual : \_\_\_\_\_

Coletivo

### 2.3 Serviços



- 20) Possui conta bancária? Sim Não  
 21) Possuía antes de se aposentar? Sim Não  
 22) Paga por atendimento médico privado? Sim Não ; Outro tipo de serviço? Sim Não

#### 2.4 Viabilidade econômica da unidade de produção

- 23) Continua produzindo?  
 Sim  
 Não
- 24) Consegue aplicar algum dinheiro da aposentadoria na produção?  
 Sim  
 Não
- 25) Como?  
 Sementes  
 Insumos  
 Maquinário  
 Pagamento de empréstimo  
 Outro : \_\_\_\_\_
- 26) Caso não fosse aposentado, continuaria produzindo? (Caso tenha parado)  
 Sim  
 Não

### 3. DIMENSÃO SOCIAL DO IMPACTO

Indicadores Horizontais: Renda familiar, condições de vida e das moradias, relações de ajuda-mútua inter e intrafamiliares, protagonismo do idoso.

#### 3.1 Renda familiar e condições de vida

- 27) O que representa a renda da aposentadoria comparada com outras fontes de renda?  
 Não tenho outras fontes de renda  
 Quase tudo (entre 75% e 90%)  
 Mais que a metade (entre 50% e 75%)  
 Metade (50%)  
 Menos que a metade (entre 25% e 49%)  
 Quase nada (10% ou menos)
- 28) Qual é, ou quais são as outras fontes de renda?  
 Lavoura : \_\_\_\_\_  
 Pecuária : \_\_\_\_\_  
 Não-agrícola : \_\_\_\_\_
- 29) Sua vida mudou depois da aposentadoria?  
 Melhorou muito  
 Melhorou pouco  
 Ficou igual  
 Piorou pouco

Piorou muito

### 3.2 Moradia

30) Quanto à moradia, desde que se aposentou:

- Comprou nova
- Construiu
- Reformou
- Aumentou
- Nenhum

31) Material utilizado

- Madeira
- Alvenaria
- Misto
- Outros

32) Tem acesso à energia elétrica pela rede geral?

- Sim
- Não

33) Possui:

- Patente
- Banheiro com fossa
  - Já possuía antes de se aposentar? Sim Não
  - Já possuía antes da eletrificação rural? Sim Não

### 3.3 Relações de ajuda

34) Costuma ajudar financeiramente parentes e amigos?

Sim : \_\_\_\_\_

Não

35) Costuma pedir ajuda financeira?

Sim : \_\_\_\_\_

Não

36) Costuma doar produção para casa (autoconsumo) para os mesmos?

Sim

Não

## 4. DIMENSÃO ESPACIAL DO IMPACTO

Indicadores: Perspectivas de fixação/migração; motivo das migrações.

37) Já morou na cidade?

Sim

Não

38) Que motivo o levaria a mudar para a cidade?

- Acompanhar filhos ou parentes
- Serviços de saúde
- Ter mais conforto
- Não tenho nenhuma intenção de mudar

Outro

### **Pesquisa Qualitativa**

- 1) (Indicador 2.4) Pretende continuar na cebolicultura? Por quê?
- 2) (Indicador 2.4) Se a cebola voltasse a ser rentável, voltaria a produzir?
- 3) (Dimensão 3) Como se sente depois da aposentadoria?
- 4) (Dimensão 4) Pretende permanecer no campo? (Se não tivesse energia elétrica)
- 5) (Dimensão 4) Caso não fosse aposentado, permaneceria no campo ou tentaria outra atividade na cidade?

## APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS AGRICULTORES NÃO-APOSENTADOS

Código: \_\_\_\_\_

Questionário a ser aplicado ao grupo formado por unidades de produção **sem** beneficiário da previdência rural.

### 1. PERFIL DA UNIDADE DE PRODUÇÃO E DO RESPONSÁVEL.

#### 1.1 Unidade de produção

0) Localidade: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_° distrito

1) Área: \_\_\_\_\_ ha

2) Número de indivíduos: \_\_\_\_\_

3) Relação de parentesco: \_\_\_\_\_

4) Faixa etária dos componentes:

Criança (0-12): \_\_\_\_\_ Adolescente (12-18): \_\_\_\_\_ Adulto (19-60): \_\_\_\_\_ Idoso (60 ou +): \_\_\_\_\_

**5) Idade do responsável: \_\_\_\_\_ anos**

### 2. DIMENSÃO ECONÔMICA DO IMPACTO

Indicadores Verticais: Comércio, transporte, serviços

Indicadores Horizontais: Viabilidade econômica da unidade de produção.

#### 2.1 Comércio

6) Com quais itens abaixo você gasta mais de sua renda? (Elencar 1° ao 5°)

Alimentação \_\_\_\_\_

Medicamentos \_\_\_\_\_

Vestuário \_\_\_\_\_

Móveis \_\_\_\_\_

Produção agrícola \_\_\_\_\_

Outros: \_\_\_\_\_

Existe algum bem que esteja pensando em para comprar?

Sim : \_\_\_\_\_

Não

7) Costuma comprar fiado no comércio?

Sim

Não

#### 2.2 Transporte

8) Frequência com a qual se desloca para a cidade:

Menos de uma vez por mês

Uma vez por mês

Mais de uma vez por mês

9) Para quais cidades costuma ir?

São José do Norte

Rio Grande

Pelotas

Outra : \_\_\_\_\_

10) Motivo:

Comprar insumos

Saúde

Compras

Visitar parentes

11) Meio de transporte utilizado:

Individual : \_\_\_\_\_

Coletivo

### 2.3 Serviços

12) Possui conta bancária?

Sim

Não

13) Paga por atendimento médico privado?

Sim

Não

### 2.4 Viabilidade econômica da unidade de produção

14) (Qualitativa)

## 3. DIMENSÃO SOCIAL DO IMPACTO

Indicadores: Horizontais: Renda familiar, condições das moradias, relações de ajuda-mútua inter e intrafamiliares.

### 3.1 Renda familiar

15) Qual é, ou quais são as outras fontes de renda?

Lavoura : \_\_\_\_\_

Pecuária : \_\_\_\_\_

Não-agrícola : \_\_\_\_\_

16) Como considera suas condições de vida?

Muito boas

Boas

Regulares

Ruins

17) Quantas pessoas dependem da renda? \_\_\_\_\_ pessoas.

### 3.2 Moradia

18) Quanto a moradia, a quanto tempo: \_\_\_\_\_ anos.

Comprou nova

Construiu

Reformou

Aumentou

Nenhum

19) Material utilizado

Madeira

Alvenaria

Misto

Outros

20) Tem acesso à energia elétrica pela rede geral?

Sim

Não

21) Possui:

Banheiro com fossa

Patente

### 3.3 Relações de ajuda

22) Costuma ajudar financeiramente parentes e amigos?

Sim : \_\_\_\_\_

Não

23) Costuma pedir ajuda financeira?

Sim : \_\_\_\_\_

Não

24) Costuma doar produção para casa (autoconsumo) para os mesmos?

Sim

Não

## 4. DIMENSÃO ESPACIAL DO IMPACTO

Indicadores: Indicadores: Perspectivas de fixação/migração; motivo das migrações.

(Qualitativa)

### Pesquisa Qualitativa

1) (Indicador 2.4) Fale sobre a situação da atividade:

2) (Dimensão 4.) Quando se aposentar, o que pretende fazer? Por quê?

## APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS APOSENTADOS COM SITUAÇÃO URBANA

Código: \_\_\_\_\_

Questionário a ser aplicado ao grupo formado por **beneficiários da previdência rural com situação de domicílio urbana.**

### 1. PERFIL DA UNIDADE DE CONSUMO E DO BENEFICIÁRIO.

#### 1.1 Unidade de consumo

0) Bairro: \_\_\_\_\_

1) Número de indivíduos: \_\_\_\_\_

2) Relação de parentesco: \_\_\_\_\_

4) Faixa etária dos componentes:

Criança (0-12): \_\_\_\_\_ Adolescente (12-18): \_\_\_\_\_ Adulto (19-60): \_\_\_\_\_ Idoso (60 ou +): \_\_\_\_\_

#### 1.2 Beneficiário

5) Número: \_\_\_\_\_ Casal: sim / não (Caso 1) Sexo: M F

6) Idade(s): (h) \_\_\_\_\_ / (m) \_\_\_\_\_ anos.

7) Aposentado(s) à quanto tempo: (h) \_\_\_\_\_ / (m) \_\_\_\_\_ anos.

8) Tipo de benefício:

Aposentadoria rural por idade

Aposentadoria rural por invalidez

Pensão rural por morte

Renda mensal vitalícia rural/amparo assistencial (Loas)

Outro: \_\_\_\_\_

9) Recebeu ajuda de alguém para se aposentar?

Sim

Não (Ir para questão 12)

10) Recebeu ajuda de:

Filhos

Outros parentes

Cônjuge

Vereador

Advogado

Prefeito

Sindicato

Outro : \_\_\_\_\_

11) Foi pedido algo em troca da ajuda?

Sim : \_\_\_\_\_

Não

12) O beneficiário é responsável por unidade de produção?

Sim

Não Quem é o novo responsável? \_\_\_\_\_

## 2. DIMENSÃO ECONÔMICA DO IMPACTO

Indicadores Verticais: Comércio, transporte, serviços.

Indicadores Horizontais: Aplicação da renda previdenciária em alguma atividade produtiva ou de serviços (Ver informal).

### 2.1 Comércio

13) Com quais itens abaixo você gasta mais de sua renda? (Elencar 1º ao 5º)

Alimentação \_\_\_\_\_

Medicamentos \_\_\_\_\_

Vestuário \_\_\_\_\_

Móveis \_\_\_\_\_

Outros: \_\_\_\_\_

14) Comprou algum item importante da casa depois de se aposentar?

Sim : \_\_\_\_\_

Não

15) Ficou mais fácil comprar fiado depois que se aposentou?

Sim

Não

### 2.2 Transporte

16) Frequência com a qual se desloca para outras cidades:

Menos de uma vez por mês

Uma vez por mês

Mais de uma vez por mês

17) Para quais cidades costuma ir?

Rio Grande

Pelotas

Outra : \_\_\_\_\_

18) Motivo:

Saúde

Compras

Visitar parentes

Outros

Diversos

19) Meio de transporte utilizado:

Individual : \_\_\_\_\_

Coletivo : \_\_\_\_\_

### 2.3 Serviços



- 20) Possui conta bancária? Sim Não  
 21) Possuía antes de se aposentar? Sim Não  
 22) Paga por atendimento médico privado? Sim Não

#### **2.4 Aplicação da renda previdenciária em alguma atividade produtiva ou de serviços.**

- 23) Continua produzindo (lavoura ou pecuária)?  
 Sim  
 Não
- 24) Desenvolve alguma atividade produtiva ou de serviços  
 Sim : \_\_\_\_\_  
 Não
- 24.1) Seu cônjuge?  
 Sim : \_\_\_\_\_  
 Não
- Aplica dinheiro da aposentadoria nestas atividades (caso haja)?  
 Sim : \_\_\_\_\_  
 Não

### **3. DIMENSÃO SOCIAL DO IMPACTO**

Indicadores Horizontais: Renda familiar, condições de vida e das moradias, relações de ajuda-mútua inter e intrafamiliares.

#### **3.1 Renda familiar e condições de vida**

- 25) O que representa a renda da aposentadoria comparada com outras fontes de renda?  
 Não tenho outras fontes de renda  
 Quase tudo (entre 75% e 90%)  
 Mais que a metade (entre 50% e 75%)  
 Metade (50%)  
 Menos que a metade (entre 25% e 49%)  
 Quase nada (10% ou menos)
- 26) Quantas pessoas dependem da renda? \_\_\_\_\_ pessoas.
- 27) Sua vida mudou depois da aposentadoria?  
 Melhorou muito  
 Melhorou um pouco  
 Ficou igual  
 Piorou um pouco  
 Piorou muito

#### **3.2 Moradia**

- 28) Quanto à moradia, desde que se aposentou \_\_\_\_\_ anos:  
 Comprou Antes da aposentadoria Depois da aposentadoria  
 Construiu

- Reformou
- Aumentou
- Nenhum
- Trouxe do campo
- 29) Material utilizado
  - Madeira
  - Alvenaria
  - Misto
  - Outros
- 30) Tem acesso à rede geral de?
  - Energia Elétrica?
    - Sim
    - Não
  - Água?
    - Sim
    - Não
  - Esgoto?
    - Sim
    - Não
- 31) Possui:
  - Banheiro com fossa
  - Patente

### 3.3 Relações de ajuda

- 32) Costuma ajudar financeiramente filhos, parentes ou amigos?
  - Sim : \_\_\_\_\_
  - Não
- 33) Costuma pedir ajuda financeira?
  - Sim : \_\_\_\_\_
  - Não

## 4. DIMENSÃO ESPACIAL DO IMPACTO

Indicadores: Perspectivas de fixação/migração; motivo das migrações.

- 34) Mudou-se para a cidade:
  - Antes de se aposentar
  - Depois de se aposentar
  - 34.1) Quantos anos: \_\_\_\_\_
  - 34.2) Da localidade: \_\_\_\_\_
- 35) O que aconteceu com a propriedade?
  - Administra à distância
  - Passou para filhos, parentes
  - Arrendou
  - Vendeu

Emprestou  
Está desocupada

### **Pesquisa qualitativa**

- 1) (Dimensão 3) Como tu te sentes depois da aposentadoria?
- 2) (Dimensão4) Por quê mudou-se para a cidade?
- 3) (Dimensão 3) Como te sentes vivendo na cidade comparando com sua vida no campo?
- 4) (Dimensão4) Poderia voltar para o campo? Em que condições?

## APÊNDICE E – A ABORDAGEM QUALITATIVA: ANÁLISE DE CONTEÚDO

Distantes do objetivo de levantar postulados universais, os diferentes métodos que compõe o campo da pesquisa qualitativa tratam-se de procedimentos que não buscam generalizar os resultados que alcançam nos estudos. Suas pretensões não ultrapassam o aprofundamento e a compreensão do caso sobre o qual se debruçam. Conforme Triviños (2001, p. 83), a pesquisa qualitativa pretende apenas *“obter generalidades, idéias predominantes, tendências que aparecem mais definidas entre as pessoas que participaram do estudo...”*.

Nosso objetivo ao utilizar um procedimento qualitativo de pesquisa foi o de ter acesso e interpretar informações que não seriam captadas caso fossem seguidos os padrões clássicos de uma abordagem estritamente quantitativa<sup>92</sup>, por isto nosso empenho em complementar ambas perspectivas. Através da abordagem qualitativa pretende-se observar as diferentes manifestações dos envolvidos no contexto do espaço rural do município de São José do Norte, a respeito de suas opiniões, decisões, práticas e qualidade de vida. Isto não implicou no abandono dos referenciais teóricos. Muitas informações foram interpretadas a luz destes, apesar da abertura para informações não previstas. A análise de conteúdo foi utilizada como procedimento para o tratamento e interpretação dos dados.

---

<sup>92</sup> “O trabalho de campo numa pesquisa em geografia agrária não pode concentrar-se somente na coleta de dados que sejam expressos através de percentuais, tabelas e gráficos. É preciso ir além, é necessário extrair dos envolvidos num determinado processo ocorrente no espaço agrário, elementos relacionados às suas visões de mundo, seus hábitos, tabus, vivências e temores.” (SANTOS *et al*, 2004)

### 1.3.1 Análise de conteúdo

A análise de conteúdo constitui-se de uma metodologia de pesquisa utilizada na descrição e interpretação de documentos e textos materializados das mais diversas formas. Através de descrições sistemáticas, ela ajuda o pesquisador a reinterpretar as mensagens e atingir uma compreensão mais aprofundada destas. (MORAES, 1999, p. 9)

Este procedimento baseia-se no fato de que, segundo Krippendorf (1990, *apud* Moraes, *op. cit.*, 10) :

“(...) em qualquer mensagem escrita, simultaneamente podem ser computadas letras, palavras e orações; podem categorizar-se as frases, descrever a estrutura lógica das expressões, verificar as associações, denotações, conotações e também formular-se interpretações psiquiátricas, sociológicas ou políticas.”

A este respeito, autores como Silverman<sup>93</sup>, Neuman<sup>94</sup> e Sarantokos<sup>95</sup> (*apud* CAPPELLE et al, 2003, p. 3) tem posições divergentes quanto à natureza da análise de conteúdo. Os dois primeiros consideram a análise de conteúdo um conjunto de técnicas quantitativas. O terceiro está entre o rol daqueles que acreditam que a análise de conteúdo apresente elementos quantitativos e qualitativos. Por um lado se baseia na contagem da manifestação de elementos textuais como critério para a emergência de categorias de análise. Porém, esta é apenas uma etapa inicial, de organização do material. As fases posteriores são analíticas e permitem ao pesquisador observar a visão do mundo dos sujeitos que produziram o material textual objeto de análise, bem como inferir a respeito dos mesmos.

---

<sup>93</sup> SILVERMAN, D. **Interpreting qualitative data: methods for analyzing talk, text and interaction.** Thousand Oaks, CA. Sage. 1993

<sup>94</sup> NEUMAN, W. L. **Social research methods.** 2. Ed. Bostom. Ma. Allyn e Bacon, 1994.

<sup>95</sup> SARANTOKOS, S. **Social research.** South Melbourne. Macmillan Australia. 1993

Cabe a advertência de que, a partir de determinado estágio, a análise de conteúdo trata-se de uma interpretação pessoal do pesquisador com relação aos dados. A leitura neutra<sup>96</sup> não é possível na medida em que o método baseia-se na interpretação, como aponta Janet Ward-Shofield<sup>97</sup> (1993 *apud* Richardson 1999, p. 94):

“(...) no coração da aproximação qualitativa está a suposição de que a pesquisa está influenciada pelos atributos individuais do investigador e suas perspectivas. A meta não é produzir um conjunto unificado de resultados que outro investigador metucioso teria produzido, na mesma situação ou estudando os mesmos assuntos. O objetivo é produzir uma descrição coerente e iluminadora de uma situação baseada no estudo consistente e detalhado dessa situação.”

Com relação às fontes para a análise de conteúdo, estas podem ser materiais oriundos da comunicação verbal ou não-verbal, como cartas, cartazes, jornais, revistas, informes, livros, relatos autobiográficos, gravações, entrevistas, diários pessoais, filmes, fotografias, vídeos e outros. É preciso estar ciente, contudo, de que este material chega ao pesquisador em estado bruto, precisando receber um tratamento para facilitar o trabalho de interpretação. Neste sentido, a análise de conteúdo exige a explicitação clara dos objetivos, para que os dados possam se selecionados de acordo com sua real utilidade para os mesmos.

Embora admita um número ilimitado de abordagens, a análise de conteúdo geralmente se enquadra em seis questões básicas: 1) “*Quem fala?*” 2) “*Para dizer o quê?*” 3) “*A quem?*” 4) “*De que modo?*” 5) “*Com que finalidade?*” 6) “*Com que resultados?*”

---

<sup>96</sup> A respeito da suposta neutralidade do empreendimento científico e da sua independência aos juízos de valor, ambos postulados do positivismo comtiano e mais recentemente da vertente neopositivista de Carnap ou Hans Albert (ARAÚJO, 1998, p. 175), cabem as palavras de Weber: “(...) sem as idéias de valor do investigador não existiria qualquer princípio de seleção do material nem conhecimento dotado de sentido real enquanto individual; ademais, assim como sem a fé do investigador na significação de qualquer conteúdo cultural todo labor de conhecimento da realidade individual careceria simplesmente de sentido, do mesmo modo, seu labor estará orientado pela direção de sua fé pessoal, pela refração dos valores no prisma de sua alma.” (Weber, 1973a. *apud* Lazarte, 2001, 68).

<sup>97</sup> WARD-SCHOFIELD, J. Increasing the generalirability of qualitative research. In: HAMMERSLEY, M. (Org.). **Social research: philosophy, politics & practice**. Londres: Open University, Sage, 1993.

Quando a análise de conteúdo objetiva “*Quem fala?*”, sua meta é a de investigar o emissor da mensagem. A partir desta, se procurará determinar características de quem fala ou escreve, verificando sua personalidade, comportamento verbal, valores, universo semântico, características psicológicas entre outras.

No caso da análise centrar-se na questão “*Para dizer o quê?*”, seu enfoque será o conjunto de características da mensagem, seu valor enquanto informação através de palavras e argumentos.

A análise orientada “*A quem?*” visa a partir da mensagem investigar o receptor, procurando inferir as características deste através daquilo que o mesmo lê ou ouve. Um exemplo interessante trata-se do conteúdo das propagandas de televisão e sua alteração ao longo da programação diária.

Ao analisar “*De que forma?*”, a pesquisa estará voltada aos aspectos formais da informação, seus códigos, estilo, estrutura de linguagem e outras características do meio pelo qual a mensagem é transmitida.

Se o enfoque do estudo for “*Com que finalidade?*” o pesquisador questionará sobre os objetivos de uma dada comunicação, sejam explícitos ou implícitos. Nesta análise, focaliza-se novamente o emissor. Desta vez entretanto, procura-se captar as finalidades manifestas ou ocultas com que emite a mensagem.

Finalmente, ao focalizar “*Com que resultados?*”, procura-se identificar e descrever os resultados efetivos de uma comunicação. Considerando que os resultados não necessariamente coincidem com os objetivos, a pesquisa pode explorar as incongruências entre fins e resultados.

Esta classificação dos enfoques da análise de conteúdo não impede que o pesquisador utilize-se de mais de uma abordagem para sua análise.

O procedimento de aplicação da análise de conteúdo é composto basicamente por cinco etapas, de acordo com Moraes (1999):

1. Preparação das informações;
2. Unitarização ou transformação do conteúdo em unidades;
3. Categorização ou classificação das unidades em categorias;
4. Descrição e;
5. Interpretação.

### **1. Preparação**

A preparação consiste em selecionar as amostras de informação a serem analisadas. Neste momento é preciso decidir sobre quais amostras utilizar na medida em que estas precisam ser condizentes com os objetivos da pesquisa e cobrir de forma abrangente o campo investigado. Também é o momento de codificar estes materiais para que seja possível identificar rapidamente cada elemento da amostra. Tal código poderá ser constituído de números ou letras que, a partir de então orientarão o pesquisador para que ele possa retornar a um documento específico quando assim o desejar.

### **2. Unitarização**

O processo de unitarização é composto por quatro etapas:

Primeiro é necessário reler cuidadosamente os materiais com a finalidade de *definir* as *unidades de análise*. Esta se trata do elemento unitário de conteúdo a ser submetido à posterior classificação. Definidas pelo pesquisador, as unidades de análise podem ser palavras, frases, temas ou mesmo documentos integralmente. Pode-se, ao determinar a unidade de análise, optar



por manter o material em sua forma integral ou dividi-lo em unidades menores. Esta decisão depende dos objetivos da pesquisa e do tipo de material a ser analisado.

Em segundo lugar é necessário ler novamente e *identificar* as unidades de análise. Ao se realizar tal tarefa, deve-se codificar cada unidade estabelecendo códigos adicionais, associados à codificação pré-existente. Desta maneira os diferentes fragmentos provenientes de um mesmo documento poderão ser identificados como pertencentes àquele através do código.

Na terceira etapa é preciso *isolar* cada uma das unidades de análise, ou seja, retirar o fragmento escolhido do texto integral para que se possa classificar tal fragmento. Isto deve ser feito reescrevendo-os, de modo a ficarem individualizados e isolados. Caso necessário, devem ser re-elaborados para que possam ser compreendidos fora do contexto original em que se encontravam.

É preciso ter em mente que as unidades de análise precisam ser compreendidas por si só. Devem poder ser interpretadas sem auxílio de informações adicionais. Isto é importante já que nos momentos posteriores da análise estes serão observados fora do contexto da mensagem original.

Um fato inerente à ação de isolar uma parcela de um texto trata-se da perda de informação decorrente desta ação. Entretanto, o lado positivo desta, decorre da possibilidade de se poder analisar em maior profundidade tal fragmento.

Na quarta e última etapa, é preciso definir *unidades de contexto*. Estas são unidades maiores que as de análise e geralmente irão conter várias destas. Trata-se do contexto mais amplo de uma parcela do documento do qual foi extraído o fragmento. As unidades de contexto são importantes para que se possa retornar ao material de forma integral e analisar, quando necessário, o contexto no qual estava inserido um determinado fragmento.

### 3. Categorização

O processo de categorização consiste em agrupar dados de acordo com a similitude que apresentam.

Os critérios desta semelhança podem ser semânticos, o que origina categorias temáticas, sintáticos, definindo as categorias a partir de verbos, adjetivos, substantivos e outros. A categorização pode fundamentar-se ainda em critérios léxicos. Entretanto, a categorização deve fundamentar-se em apenas um destes critérios para que seja homogênea.

As categorias são o produto de um esforço de síntese, no qual extraem-se de uma mensagem seus aspectos mais importantes. As categorias podem ser definidas *a priori* ou surgir a partir dos dados. Em ambos os casos, o estabelecimento das categorias deve obedecer a um conjunto de critérios. Elas necessitam ser *válidas, exaustivas e homogêneas*. A classificação do conteúdo deve ser *mutuamente exclusiva e consistente* (MORAES, 1999; RICHARDSON, 1999).

Em detalhes, significa dizer que *válida* é aquela categoria condizente com os objetivos da pesquisa, ou seja, que seja pertinente e útil ao trabalho. Neste aspecto, o pesquisador deve buscar o equilíbrio para que não precise recorrer a um número elevado de categorias, sem, ao mesmo tempo, deixar de abarcar temas necessários à análise.

O segundo ponto refere-se à *exaustividade* ou inclusividade. Dizer que um conjunto de categorias é exaustivo significa imputar a este a capacidade de abarcar todas as unidades de análise pré-selecionadas. Nenhum dado válido deve ficar fora da análise.

Quanto à *homogeneidade*, as categorias devem ser fundamentadas em um único princípio ou critério de classificação. Se as categorias serão criadas a partir de temas, é inviável estabelecer alguma categoria a partir de palavras somente.

É necessário também que cada unidade de análise possa ser enquadrada em somente uma categoria. Trata-se do critério da *exclusão mútua*.

Finalmente, o critério da consistência evidencia a necessidade de clareza na definição dos critérios de classificação das unidades de análise. Isto significa dizer que, a partir dos critérios estabelecidos, será possível que dois pesquisadores distintos cheguem à resultados semelhantes, somente no que diz respeito à classificação dos dados.

#### **4. Descrição**

Trata-se da etapa de comunicar o resultado do trabalho de identificação do material constituinte de cada categoria.

No contexto da abordagem qualitativa, para cada uma das categorias será produzido um texto síntese no qual se expresse o conjunto de significados presentes nas diversas unidades de análise. Citações diretas poderão ser utilizadas para exemplificar as informações.

#### **5. Interpretação**

A pura descrição das mensagens não basta. É preciso ir além, ou seja, é preciso atingir uma compreensão mais aprofundada do conteúdo destas mensagens. Neste momento existem duas possibilidades de interpretação. Aquela realizada a partir de um arcabouço teórico constituído, ou através de uma teoria que emerge a partir dos próprios dados. Seja qual for o modo, a interpretação ou inferência é o momento crucial da análise de conteúdo.

### **1.3.2. Aplicação da Análise de Conteúdo**

Em nosso estudo, o material coletado foi o conjunto de entrevistas gravadas a partir da aplicação de questionários semi-estruturados (Apêndices B, C e D). Foram criadas perguntas bastante amplas, de modo a possibilitar a pluralidade nas respostas dos entrevistados. Como se tratou de material produzido, a preparação já estava prevista, sendo criado previamente o sistema de códigos para classificar os materiais oriundos dos três grupos investigados. Os códigos foram criados de forma a permitir: a identificação do grupo ao qual pertencia o entrevistado; possibilitar uma identificação espacial, a partir da localidade de origem e; cruzamentos com os dados de natureza quantitativa.

Com relação à unitarização, a *unidade de análise* definida é o tema, ou seja, o conteúdo expresso de forma explícita ou implícita em uma determinada frase ou conjunto de frases. O tema representou a unidade de análise mais adequada aos objetivos da pesquisa. Isto resultou no agrupamento dos diferentes fragmentos de texto, na medida em que se assemelhavam considerando a informação que transmitiam.

As unidades de contexto determinadas foram as próprias questões. Estas são numeradas e estão presentes nos questionários aplicados. A contextualização a partir da questão permite observar que as orações ou temas semelhantes podem ter surgido de questões diferentes, o que já permite interpretações.